



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**TRABALHADORAS RURAIS E EMPODERAMENTO: RELAÇÕES CONJUGAIS E  
CONVÍVIO FAMILIAR DE MULHERES LÍDERES DE SINDICATO**

**SALVADOR**

**2020**

**TELMA REGINA BATISTA NASCIMENTO**

**TRABALHADORAS RURAIS E EMPODERAMENTO: RELAÇÕES CONJUGAIS E  
CONVÍVIO FAMILIAR DE MULHERES LÍDERES DE SINDICATO**

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea. Área de Concentração: Família em Mudança. Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais. Orientadora: Lívia Alessandra Fialho da Costa. Coorientadora: Mary Garcia Castro.*

**SALVADOR**

**2020**

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

N244 Nascimento, Telma Regina Batista  
Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio  
familiar de mulheres líderes de sindicato / Telma Regina Batista Nascimento  
.- Salvador, 2020.  
205 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria  
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade  
Contemporânea.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa.  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Mary Garcia Castro.

1. Sindicalismo Rural. 2. Saberes 3. Empoderamento 4. Família  
5. Contrato de casamento/conjugalidade I. Universidade Católica do  
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Costa, Livia  
Alessandra Fialho da – Orientadora III. Castro, Mary Garcia - Coorientadora  
IV. Título.

CDU 316.356.2-058.234.4

TERMO DE APROVAÇÃO

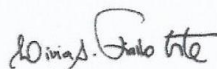
**Telma Regina Batista Nascimento**

**“Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato.”**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

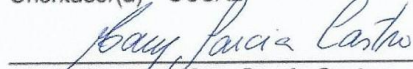
Salvador, 30 de junho de 2020.

Banca Examinadora:



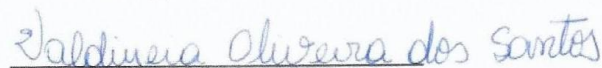
**Prof.<sup>a</sup> Doutora Livia Alessandra Fialho da Costa**

Orientador(a) – UCSAL

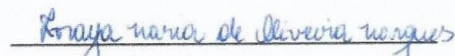


**Prof.<sup>a</sup> Doutora Mary Garcia Castro**

Coorientador(a) – FLACSO



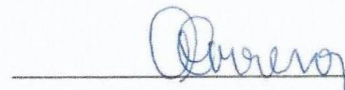
**Prof.<sup>a</sup> Doutora Valdineia Oliveira dos Santos - IAT**



**Prof.<sup>a</sup> Doutora Zoraya Marques - UNEB**



**Prof.<sup>a</sup> Doutora Isaura Santana Fontes – UNEB**



**Prof.<sup>a</sup> Doutora Gilca Oliveira Carrera - UCSAL**

A

Maria Camila, nossa avó; Regina Camila, nossa mãe; a Isabelle Nascimento, nossa filha; a Camila Maria, nossa sobrinha e a todas as mulheres que em sua doçura, alegria e firmeza jamais temeram o desafio de afirmar-se.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que na sua infinita misericórdia, fortalece em nós a crescente capacidade de olhar com paz e equilíbrio os desafios da vida, dando-nos as forças necessárias a superação.

Ao nosso pai Renault Batista de Araújo (*in memoriam*), pelo exemplo de ética e devoção ao cuidado com a/o outra/o.

Aos nossos irmãos Ranúzio Batista do Nascimento, Antônio Rogério Batista do Nascimento e, especialmente, a Ronaldo Batista do Nascimento, pela escuta sensível e atenta. Ao meu querido sobrinho Rodrigo Pinto Nascimento, que na sua primogenitura nos ajudou a aprimorar o dom de amar. Gratidão, querido de tia, pelo valioso gesto de carinho ao confeccionar as tabelas e gráficos deste trabalho.

A Enzo Nascimento e a Bernardo Pinto Nascimento, pequeninos de titia, pela doce oportunidade de reencontro com a leveza cândida da infância e com as transformações pujantes da adolescência.

Aos colegas/amigos (ou seriam anjos?) Isaura Santana Fontes, Zoraya M. O. Marques, Jean da Silva Santos, Lícia Maria de L. Barbosa, Luís Rogério de L. Macedo, Ana Margareth Gomes e Isabelle Sanches Pereira, pelo cuidado terno e diligente no dia em que eu renasci.

Às colegas/amigas Mônica Moreira de O. Torres e Elivânia Reis de A. Alves, pelas partilhas ao longo da caminhada profissional.

À Profa. Dra. Ivonete Barreto de Amorim, pelo zeloso e fundamental incentivo acadêmico.

À Profa. Dra. Jusceli Maria Oliveira Carvalho Cardoso, pela atenção e apoio valioso ao longo da elaboração deste trabalho.

À Profa. Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa, orientadora querida, pelo acolhimento; bem como pela inteireza humanizada e humanizadora da sua trajetória acadêmica.

À Profa. Dra. Mary Garcia Castro, querida e aguerrida coorientadora, pelo compromisso e seriedade com que partilhou conosco seu admirável e inequívoco legado ético, político e epistemológico.

À Profa. Dra. Valdineia Oliveira, pela generosidade das trocas que enriqueceram de forma singular este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, pelo compromisso de suas profissionais, a exemplo da Profa. Dra. Isabel Maria S. O. Lima, da Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich, da Profa. Dra.

Lúcia Vaz de Campos Moreira, da coordenadora Sumaia Medlej Pimentel Sá e da funcionária Ana Carla Reis de Almeida.

À Professora Dra. Ana Cecília de S. B. Bastos e Professora Dra. Maria Cristina Gomes, pelo coerente e cativante incentivo acadêmico.

Aos meus queridos colegas Maria Lúcia Garcia Rosas, Vera Mônica de Almeida Talavera, Manon Toscano Lopes da Silva Pinto, Aroldo Barbosa da Silva e Rodrigo Ferreira Lima, pelo acolhimento e companheirismo.

À Universidade do Estado da Bahia e ao Departamento de Educação – CAMPUS XI/Serrinha, pela confiança.

A Damiana Conceição de Senna, João Santos da Silva e Sandra Maria da Silva, pela gentileza em ceder os arquivos do Museu Pró-Memória/AMA.

A Vanderlito Lima, pela valiosa colaboração na formatação dos dados técnico-cartográficos deste trabalho.

A Daiane dos Santos Ramos Souza, outrora nossa estudante na Escola José Carneiro - comunidade da Água Boa - hoje psicóloga, por generosamente colocar-se à disposição para o possível suporte psicológico das participantes dessa pesquisa.

A Gelcivânia Mota da Silva e Raidelson dos Santos, pela oportunidade de atuar nos idos dos anos 2000 na coordenação regional do então Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Experiência fecunda e essencial para a gênese dessa tese.

A Jaci Barreto, uma das fundadoras do MMTR de Serrinha-Ba e uma das mulheres que inspiraram este trabalho.

A Maria Zilda, presidenta do Sintraf Serrinha, pela trajetória de coragem, luta e compromisso com modelos sociais mais justos e pelo apoio irrestrito às nossas pesquisas na grande seara epistemológica representada pelo sindicato.

Às trabalhadoras rurais, pela generosidade da partilha de suas itinerâncias público-privadas.

A todas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se transformasse em realidade.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

|   |            |
|---|------------|
| <b>Gráfico 1</b> - Identidade.....  | <b>119</b> |
| <b>Gráfico 2</b> - Dimensões da agricultura familiar.....   | <b>120</b> |
| <b>Gráfico 3</b> - Escolaridade antes e depois do Sintraf.....  | <b>122</b> |
| <b>Gráfico 4</b> - Participação dos esposos/companheiros no sindicato.....                                      | <b>125</b> |
| <b>Gráfico 5</b> - Antecedentes da participação das trabalhadoras/agricultoras no Sintraf Serrinha.....         | <b>126</b> |
| <b>Gráfico 6</b> - Participação dos esposos/companheiros no sindicato.....                                      | <b>128</b> |
| <b>Tabela 1</b> - Aspectos relacionados à participação sindical das trabalhadoras/agricultoras.....             | <b>38</b>  |
| <b>Tabela 2</b> - Reação dos esposos/companheiros a participação das trabalhadoras/agricultoras no Sintraf..... | <b>49</b>  |
| <b>Tabela 3</b> - Aspectos relacionados à participação sindical das trabalhadoras/agricultoras.....             | <b>127</b> |
| <b>Tabela 4</b> - Reação dos esposos/companheiros a participação das trabalhadoras/agricultoras no sintraf..... | <b>128</b> |



## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

|  |            |
|--|------------|
| <b>Figura 1</b> - Localização do Território de Identidade do Sisal.....  | <b>35</b>  |
| <b>Figura 2</b> - Foto antiga do logradouro em que hoje se localiza a Praça da Igreja Nova, município de Serrinha, BA.....                                       | <b>47</b>  |
| <b>Figura 3</b> - Reunião entre lideranças políticas na residência do Cel. Luís Nogueira no ano de 1956.....   | <b>48</b>  |
| <b>Figura 4</b> - Belinha Maciel, Serrinha, BA, 1927.....  | <b>50</b>  |
| <b>Figura 5</b> - Mulheres rurais na feira de Serrinha-Ba.....   | <b>51</b>  |
| <b>Figura 6</b> - Marcha das Margaridas, Brasília, DF,2019.....  | <b>69</b>  |
| <b>Figura 7</b> - Assembleia realizada na sede do Sintraf Serrinha, 2018.....  | <b>71</b>  |
| <b>Figura 8</b> - Mobilização “Dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, 2017.....   | <b>107</b> |
| <b>Figura 9</b> - Mobilização das trabalhadoras rurais contra as reformas pretendidas pelo Governo Temer, BR 116 Norte, 2017.....                                | <b>108</b> |
| <b>Figura 10</b> - Obras de arte produzidas pelas trabalhadoras /agricultoras.....   | <b>121</b> |
| <b>Figura 11</b> - Fachada do Centro de Referência e Atendimento a Mulher Dandara .....  | <b>145</b> |
| <b>Figura 12</b> - Visão ampliada da sede do Centro de Referência e Atendimento a Mulher Dandara, localizado à Rua Graciliano de Freitas, s/n, Serrinha-Ba. .... | <b>146</b> |
| <b>Figura 13</b> - Planta da Sericultura, hoje sede do Colégio Rubem Nogueira, Serrinha, BA  | <b>187</b> |
| <b>Figura 14</b> - Movimento “Ele não!”, Praça Morena Bela, frente do Colégio Rubem Nogueira, Serrinha, BA, 2018.....  | <b>188</b> |
| <b>Quadro 1</b> - Cronograma das atividades da pesquisa.....   | <b>110</b> |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>AMA</b>          | Associação Maria Alexandrina   |
| <b>ASCOOB SISAL</b> | Cooperativa de Crédito Rural   |
| <b>AVC</b>          | Acidente Vascular Cerebral   |
| <b>APAEB</b>        | Associação dos Pequenos Agricultores                                   |
| <b>BIRD</b>         | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento                |
| <b>CAPES</b>        | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior            |
| <b>CAR</b>          | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional                           |
| <b>CEB</b>          | Comunidade Eclesial de Base  |
| <b>CEPAL</b>        | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe                    |
| <b>CNBB</b>         | Confederação Nacional dos Bispos do Brasil                             |
| <b>CONTAG</b>       | Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura                 |
| <b>CPC</b>          | Centro Popular de Cultura  |
| <b>CRIA</b>         | Centro de Referência Integral de Adolescentes                          |
| <b>CUT</b>          | Central Única dos Trabalhadores  |
| <b>DEAM</b>         | Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher                        |
| <b>EBDA</b>         | Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S. A.                       |
| <b>EDUCOOP</b>      | Educação Cooperativista  |
| <b>FATRES</b>       | Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia         |
| <b>FETRAF-Ba</b>    | Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia |
| <b>FMI</b>          | Fundo Monetário Internacional  |
| <b>ICMS</b>         | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços                     |
| <b>LDBEN</b>        | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                         |
| <b>MEB</b>          | Movimento Eclesial de Base   |

|                |  |
|----------------|--|
| <b>MMTR</b>    | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais                   |
| <b>MOC</b>     | Movimento de Organização Comunitária                         |
| <b>ONG</b>     | Organização Não Governamental                                |
| <b>ONU</b>     | Organização das Nações Unidas                                |
| <b>PNA</b>     | Plano Nacional de Alfabetização                              |
| <b>PRONERA</b> | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária             |
| <b>SINTRAF</b> | Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares |
| <b>STR</b>     | Sindicato dos Trabalhadores Rurais                           |
| <b>SUS</b>     | Sistema Único de Saúde                                       |
| <b>UNEB</b>    | Universidade do Estado da Bahia                              |
| <b>UNE</b>     | União Nacional dos Estudantes                                |
| <b>USP</b>     | Universidade de São Paulo                                    |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| RESUMO.....  | 14         |
| ABSTRACT .....   | 15         |
| <b>1 NOTAS INTRODUTÓRIAS QUANDO A ESCRITA DE SI ENCONTRA ECO EM<br/>OUTRAS NARRATIVAS EMPODERADAS.....</b>                 | <b>14</b>  |
| 1.1 IMERSÕES EPISTEMOLÓGICAS NA RELAÇÃO TRABALHADORAS RURAIS<br>E SINTRAF SERRINHA: O MESTRADO E O DOUTORADO .....         | 18         |
| <b>2 ENTRE AS SECAS E O MANDONISMO: A INSURGÊNCIA DAS<br/>TRABALHADORAS RURAIS .....</b>                                   | <b>29</b>  |
| 2.1 ONDE TUDO COMEÇOU: TERRITÓRIO DO SISAL (CON) TRADIÇÕES<br>HISTÓRICAS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS .....                     | 29         |
| 2.2 O EMPODERAMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS E O “TERRITÓRIO”<br>CONTESTADO DO SINTRAF SERRINHA.....                       | 56         |
| 2.3 EDUCAÇÃO POPULAR E SABERES ENCARNADOS: A CONQUISTA DO<br>PODER EM MEIO À PARTICIPAÇÃO NO SINTRAF SERRINHA .....        | 75         |
| 2.4 CONTRATO DE CASAMENTO/CONJUGALIDADE: QUAIS OS DESAFIOS EM<br>FACE DO EMPODERAMENTO CONSTRUÍDO NO ESPAÇO PÚBLICO? ..... | 86         |
| <b>3 SOBRE A NECESSÁRIA IMERSÃO NO CAMPO DA PESQUISA: APORTES<br/>METODOLÓGICOS .....</b>                                  | <b>104</b> |
| 3.1 PESQUISA DE CAMPO: OS DESAFIOS DO PROCESSO HERMENÊUTICO .....  | 109        |
| 3.2 PERCURSOS E MEMÓRIAS: AS FLORES/TRABALHADORAS SE<br>APRESENTAM.....  | 112        |
| 3.3 FRUTOS DA COLHEITA EM CAMPO: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....  | 117        |
| 3.3.1 As revelações dos questionários .....  | 120        |
| 3.3.2 As revelações das entrevistas .....  | 136        |
| <b>4 TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS DECORRENTES DOS SABERES E<br/>EMPODERAMENTOS CONQUISTADOS .....</b>                         | <b>170</b> |
| REFERÊNCIAS .....  | 190        |
| APÊNDICES .....  | 199        |

*“[...]Então, a força do legado familiar, tão presente e ao mesmo tempo tão invisibilizado –  
reclamou atenção.”*

## RESUMO

A tese parte da autobiografia enquanto possibilidade de estabelecer a relação retroalimentadora entre a dimensão pessoal e a dimensão epistemológica própria da problemática que envolveu esta pesquisa, traduzida pela experiência das trabalhadoras rurais que, ao circularem e produzirem saberes no plano da vida pública do Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares de Serrinha (Sintraf), se constituíram na ‘luta’. Luta de onde emergiu saberes e formas de empoderamento que nos instigaram a investigar em que medida eles tocaram as relações sexo/gênero na família no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade. Aspecto de onde decorreram as questões norteadoras da investigação: Que traço poderia considerar como empoderamento ou não das trabalhadoras rurais à frente da gestão do Sintraf Serrinha? E, em existindo tais traços, quais os saberes a eles implicados? Quais as condições para que esses saberes tenham colaborado ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade? Tais questões encontraram esteio no seguinte objetivo: Desenvolver um estudo acerca dos saberes relacionados ao possível empoderamento das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha, analisando como se configuraram as divisões de poder na esfera do privado e investigando se esses saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade. No intuito de circunscrever teoricamente tal fenômeno, buscamos uma abordagem interdisciplinar acerca do Território do Sisal/município de Serrinha-Ba e dos processos público-privados implicados aos saberes e empoderamentos conquistados pelas trabalhadoras rurais. Para tanto, recorreremos a autores como Freire (1987), Pateman (1993), Batliwala (1997), León (2001) Paludo (2001), Humberto Nascimento (2003), Patel (2005), Telma Nascimento (2009), Coelho Neto (2013) entre outras/os. Do ponto de vista metodológico, optamos pela abordagem qualitativa, pesquisa de campo com inspiração na etnopesquisa, utilizando como instrumento de coleta/colheita de informações o questionário e a entrevista semiestruturada. E, com base nos achados da pesquisa, defendemos a tese de que o empoderamento conquistado por essas mulheres no espaço público do Sintraf Serrinha se replicou no espaço privado da família e do contrato de casamento/conjugalidade. Esse empoderamento trouxe em si o conteúdo absolutamente revolucionário dos conhecimentos/saberes. Foi através dos conhecimentos/saberes que essas mulheres se reconheceram na sua identidade de gênero, de agricultora familiar e de sujeitas de direitos. Foi através dos conhecimentos/saberes que elas partiram individual e coletivamente para lutar contra a violência doméstica e por políticas públicas para saúde. Foi através dos conhecimentos/saberes que elas afirmaram no seio da família, o seu direito individual e coletivo de ocupar e expandir suas aptidões políticas no espaço público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sindicalismo rural. Saberes. Empoderamento. Família. Contrato de casamento/conjugalidade.

## ABSTRACT

The thesis starts from the autobiography about the possibility of establishing a feedback relation between personal dimension and epistemological dimension typical of the problematic that involved this research, translated by the experience of female rural workers. By circulating and producing knowledge on public life plan of *Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares de Serrinha* (Sintraf), these women were constituted by 'struggle'. Struggle where knowledge and ways of empowerment emerged and also motivated us to investigate in which action they covered the relations sex/gender in the Family, within the marriage/conjugality contract. Aspect from which the guiding questions of the investigation arose: What features could we consider as empowerment or not of the female rural workers heading the management of Sintraf Serrinha? In case of such features exist, what knowledges would be involved for them? What are the conditions for this knowledge to have collaborated or not for the empowerment of these female workers within the scope of the marriage/conjugality contract? Such questions were supported on the following aim: to develop a study about the knowledge related to the possible empowerment of female rural workers in Sintraf Serrinha's management; analysing how the divisions of power were configured in the private sphere and investigating whether this knowledge collaborated or not for the empowerment of these workers within the scope of the marriage/conjugality contract. In order to theoretically circumscribe this phenomenon, we seek for an interdisciplinary approach to the Sisal Territory/municipality of Serrinha-Ba and the public-private processes involved in the knowledge and empowerment achieved by female rural workers. Therefore, we call upon authors as Freire (1987), Pateman (1993), Batliwala (1997), Léon (2001), Paludo (2001), Humberto Nascimento (2003), Patel (2005), Telma Nascimento (2009), Coelho Neto (2013), among others. Regarding the methodological point of view, we decided for the qualitative approach, research field with inspiration in ethno-research; using the survey and semi-structured interview as a mean to collect information. In addition, based on the research findings, we defend the thesis that the empowerment achieved by these women in the public space of Sintraf Serrinha was replicated in the private space of the family and the marriage/conjugality contract. This empowerment carried the absolutely revolutionary content of knowledge/know-how. It was through the knowledge/know-how that these women recognized themselves in their gender identity, as a family farming and as an individual of rights. It was through the knowledge/know-how that they move ahead individually and collectively to fight against domestic violence and public policies for health. It was through the knowledge/know-how that they affirmed within the family, their individual and collective right to occupy and expand their political skills in the public space.

**KEY WORDS:** Rural Unionism. Know-how. Empowerment. Family. Marriage/conjugality contract.

## **1 NOTAS INTRODUTÓRIAS ... QUANDO A ESCRITA DE SI ENCONTRA ECO EM OUTRAS NARRATIVAS EMPODERADAS**

O presente trabalho tem como foco de tese a mulher trabalhadora rural. Interessa-nos debater se o empoderamento intervém no contrato de casamento, uma vez que essa trabalhadora circulou ou vem circulando no plano da vida pública do Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares (Sintraf) de Serrinha e é sujeito e objeto de vários saberes. Buscamos o resgate dos caminhos percorridos na construção desse trabalho, momento em que se tornou indispensável a descrição, em alguma medida densa, dos fatos. Pois que, foi dessa itinerância, em que o pessoal se retroalimentou com o epistemológico, que se originou o problema e os objetivos norteadores dessa pesquisa.

Ao refletir sobre a nossa história de vida, identificamos a relevância dos processos formativos instaurados pelo Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea para nossa crescente humanização e qualificação profissional. Isso, posto, cabe adentrar brevemente os meandros da história singular, embora não incomum, das mulheres da nossa família materna. Caracterizadas por um traço de personalidade forte e destemido, essas mulheres pareciam manter vivo o legado deixado por sua ancestral Geralda de Jesus – a matriarca da primeira geração. Trabalhadora rural, Geralda sustentou suas quatro filhas sozinha. Faleceu precocemente no início do século XX, antes de ver o enlace da sua filha mais nova Liandra Paula de Jesus com Pedro Gonçalves Moreira - casal que compôs a segunda geração da família materna da autora. Mesmo vivendo num ambiente aparentemente conservador, haja vista que o contexto tomado como referência foi um lugarejo pertencente ao município de Lamarão/BA no início do século XX, Liandra Paula mantinha uma postura firme e determinada perante o marido Pedro Moreira.

O legado das mulheres da primeira e segunda geração da família materna não apenas influenciou a nossa formação, como também se constituiu num desafio. Pois que, até onde os relatos deram conta, nem Geralda, nem Liandra e muito menos suas filhas tiveram instrução ou contato com qualquer referência feminista. No entanto, a julgar pelos relatos de descendentes da terceira e quarta geração, a conduta de Geralda, Liandra Paula e suas descendentes não condiziam com o ideário de submissão plena e irrestrita aos ditames patriarcais presentes naquele contexto rural. As condições de existência da nossa tataravó Geralda a levou a produzir, sozinha, os meios de subsistência de sua família através do cultivo de roçados e da venda da pequena produção camponesa nos espaços públicos das feiras livres.



Embora pouco vultosos, os recursos daí decorrentes garantiram-lhe algum nível de autonomia e de afirmação fora dos padrões da época sobre o lugar da mulher, por exemplo. Para Hawkesworth (1990 apud BATLIWALA, 1997, p. 193) e Schuler e Kadirgamar-Rajasingham (1992 apud BATLIWALA 1997, p. 193), tal fato evidenciou que as mulheres sempre buscaram, enquanto trabalhadoras, mães e esposas, não apenas influenciar suas circunstâncias imediatas, mas também expandir seus espaços. A postura de Geralda não apenas a diferenciou de outras mulheres do lugar como provavelmente a tornou uma referência de empoderamento para as mulheres da família.

Originária do vocábulo *empower* que, segundo o Merriam-Webster Dictionary (apud BERTH 2018, p. 18), foi utilizada pela primeira vez em 1651. Em sua origem, a palavra empoderamento resultou da transformação de um substantivo em verbo, significando atribuição de poder ou capacidade a algo ou alguém. Dessa forma, o termo constituiu uma adaptação do vocábulo inglês *empowement*, cunhado pelo sociólogo estadunidense Julian Rappaport em 1977. Tendo em vista que a palavra empoderamento, de acordo com o Cambridge Dictionary (apud BERTH, 2018, p. 19), decorreu da partícula/substantivo *power* da língua inglesa - que também significa autoridade/ força - nas palavras de Batliwala (1997, p. 193), ao se emponderar, nossa tataravó Geralda desafiou os valores de submissão, sacrifício, obediência e confinamento doméstica próprios do patriarcado ali dominante.

Foi a convivência com esse legado familiar que nos auxiliou na consolidação de alguns dos traços mais significativos da nossa identidade. De modo pouco consciente, essa identidade/personalidade possibilitou formas de empoderamento tanto no domínio doméstico quanto no espaço público. No entanto, esse foi o resultado de um processo de maturação que levou anos. De fato, iniciou-se com a mudança dos nossos pais da comunidade rural do Quingi, município de Lamarão/BA para o município de Serrinha/BA. Nosso pai, Renault Batista de Araújo, funcionário da Rede Ferroviária Federal, em razão do fechamento da estação de trem da comunidade do Quingi, foi removido para a estação mais próxima – a do município de Serrinha. Tal mudança permitiu a interface entre diferentes contextos, permitindo-nos contato com a dinâmica da vida num ambiente mais “urbanizado”, onde se instauraram processos de interação mais amplos e crescentemente complexos.

Ainda no que tangeu a transferência da família de um ambiente rural para um ambiente mais urbanizado, a decisão da nossa mãe, Sra. Regina Camila do Nascimento Araújo, em acompanhar o esposo para Serrinha foi decisivo no processo de interação entre os contextos. Ela poderia ter permanecido na comunidade de origem, não fosse sua determinação em garantir a escolarização dos filhos. Assim, em razão desse propósito, optou pela migração.

Os desafios com que se defrontou para sua reprodução social impeliu-a na busca por dias melhores para seus filhos. Embora a motivação aparentemente não tenha se dado em razão de uma ascensão social nos moldes burgueses, aqui se evidenciou nas palavras de Duarte e Gomes (2008), um desenraizamento enquanto desentranhamento da relacionalidade original.

De fato, a julgar pelas constantes idas à “roça” e a conseqüente retomada das sociabilidades ali presentes nos plantios, nas colheitas, nas casas de farinha, nas rezas e sambas, nas mediações ante os conflitos familiares e nos velórios por parte de D. Regina Camila, tal desenraizamento não constituiu uma ruptura em definitivo com a comunidade original. E, embora suas filhas/os tenham sido criadas na “cidade”, também participavam das relacionalidades e sociabilidades da infância na roça, como as pescarias, os banhos no açude e as brincadeiras próprias do meio rural. Elas/eles também participavam de algumas das sociabilidades próprias do mundo dos adultos. A inserção no universo dessas sociabilidades, do ponto de vista de Duarte e Gomes (2008), proveu para nossa infância e pré-adolescência um espaço... um lugar... no qual e pelo qual... de modo ou de outro... sustentou nossa existência como pessoa. Tratou-se de um *‘espaço moral’*, *constituído através “[...] das relações afetivas estabelecidas entre os membros de diferentes gerações”* (DUARTE; GOMES, 2008 p. 170).

O espaço moral possibilitou o contato com as memórias e o cotidiano das relações de gênero<sup>1</sup> no seio da família materna. Foi aí que se evidenciaram no *habitus* e nas histórias das mulheres da família as situações cotidianas em que se evidenciavam uma razoável autonomia dessas mulheres. Nas palavras de Bourdieu (2014), o *habitus* constituiria o sentido de uma trajetória social, individual ou coletiva transformada em inclinação pela qual essa trajetória ascendente tende a prolongar-se e realizar-se. O *habitus*, segundo Bourdieu (2014), funcionaria como suporte material da memória coletiva: instrumento de um grupo que tendia a reproduzir nos sucessores o que foi adquirido pelos predecessores ou, simplesmente, os predecessores nos sucessores.

Nas palavras de Bourdieu (2014), a hereditariedade social dos caracteres adquiridos assegurada pelo *habitus*, ofereceu às mulheres do meu grupo familiar um dos meios mais eficazes para perpetuar-se enquanto grupo e transcender os limites da finitude biológica no sentido de salvaguardar sua maneira distintiva de existir. Essa espécie de tendência coletiva, ainda que pudesse encarnar-se a cada momento em membros diferentes, operava em um nível muito mais profundo. O nível das ‘tradições familiares’, cuja permanência pressupunha, de acordo Bourdieu (2014), uma fidelidade conscientemente mantida e certo número de guardiães – implicando uma rigidez estranha às estratégias do *habitus*, o qual, frente a

situações novas, seria capaz de inventar novas maneiras de desempenhar as funções antigas, agindo expressamente sobre o futuro e moldando-o conforme a imagem do passado.

Tal imagem do passado ultrapassava a dimensão individualizada de quem a resgatava. Pois que, parafraseando Halbwachs (apud BOSI, 1994, p. 55), alcançaram o coletivo representado pelas mulheres da família, compondo, por assim dizer, uma espécie de memória coletiva. Enquanto tempo histórico ou cultural, tal espaço, como diria Rossetti-Ferreira, Amorim e Carvalho (2004), continha o tempo histórico ou cultural marcado pelas formações discursivas e ideológicas pelo intercurso ou pela rede coletiva de significações disponíveis para a construção dos sentidos a respeito da afirmação e/ou certa autonomia dessas mulheres quanto às relações de gênero no âmbito da família. No entanto, as relacionidades vividas por nós na infância e pré-adolescência com a comunidade de origem foi diminuindo de intensidade, até quase desaparecer na adolescência. Como diriam Duarte e Gomes (2008), o sentimento de afirmação da especificidade frente à comunidade de origem, ou seja, da nossa individuação, foi algo incontornável ao longo dos anos oitenta. A intensa dedicação aos estudos e a religiosidade católica levou-nos a um intenso processo de interiorização. Interiorização que, nas palavras de Duarte e Gomes (2008), garantiram através de uma maior reflexividade, a busca por uma maior humanização.

Durante um tempo significativo de nossa vida, fomos tomadas por esse processo de individuação. Após ingresso no Ensino Médio e, adiante, no Ensino Superior, a individuação com base na interiorização de ordem transcendental foi substituída, nas palavras de Duarte e Gomes (2008), pela individuação com base na interiorização decorrente da acumulação de elementos da cultura, garantidores de uma expansão da capacidade de satisfação intelectual. A essa altura, estávamos num estágio de alto nível de desenraizamento da comunidade de origem. Pouco ou quase nenhum sentido faziam as memórias relativas ao empoderamento feminino e as relações de gênero no âmbito da nossa família. Todavia, a memória surgiu *como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora* (BOSI, 1994, p. 47). Então, a força do legado familiar, tão presente e ao mesmo tempo tão invisibilizado, reclamou atenção. De modo pouco consciente, o empoderamento legado pelas mulheres da nossa família apresentou um horizonte de desafios e conquistas, tanto no domínio doméstico quanto no domínio público representado, principalmente, pela vivência acadêmica na Universidade do Estado da Bahia.

Em 2002, o convite para assumir a coordenação dos cursos de escolarização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) no Departamento de Educação – Uneb /Campus XI - Serrinha/Ba, facultou-nos a primeira oportunidade de

conhecer e conviver com uma realidade paradoxalmente tão próxima e tão distante da vivência acadêmica: as organizações sociais do Território do Sisal. Essa experiência remeteu-a a necessidade de compreender conceitualmente em que consistiam essas organizações sociais e qual o seu papel histórico no âmbito dos embates empreendidos pelos movimentos e organizações sociais no modelo de sociedade forjado em nosso país pela herança colonial. A partir daí, redescobrimos o território rural do ponto de vista político e epistemológico.

Tal realidade, gradativamente, adquiriu densidade humano-cultural, à medida que ampliou a interface com as lideranças das organizações com os assentamentos da reforma agrária e com os educadores e o coletivo da coordenação estadual do programa por meio da gestão administrativo-pedagógica de outros projetos no âmbito do Pronera. No contexto dessa interface, vimos a emergência de um campo fecundo para investigação: a relação pedagógica que parecia se estabelecer nos fóruns de discussão que ocorriam entre a Uneb e os movimentos camponeses. Isso, porque mesmo contribuindo concretamente para o acesso à educação formal por parte dos militantes dos movimentos camponeses, a universidade era desafiada a rever suas concepções e práticas. Em certa medida, os movimentos também não deixavam de estar suscetíveis ao mesmo processo. Então, diante de um fenômeno aparentemente incontornável na relação entre organizações com funções, percepções e estruturas tão diferentes, passamos a nos questionar quais os aprendizados decorrentes da interface entre os movimentos camponeses e a coordenação geral do Pronera na Uneb.

### 1.1 IMERSÕES EPISTEMOLÓGICAS NA RELAÇÃO TRABALHADORAS RURAIS E SINTRAF SERRINHA: O MESTRADO E O DOUTORADO

A estruturação das inquietações que vivemos ao longo da trajetória até aqui descrita assumiu a forma de um anteprojeto de pesquisa aprovado no ano de 2005 no Mestrado em Educação e Contemporaneidade. De fato, os debates realizados pelo conjunto das disciplinas do referido mestrado, em especial aqueles ligados às temáticas como a modernidade e o projeto de desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos sociais, remeteu-nos à reflexão de que os sintomas cotidianos da crise civilizacional contemporânea, além de apontarem para a necessidade de avaliação do tipo de relação estabelecida ao longo do último século com o ecossistema, levou-nos a questionar os valores dominantes na sociedade atual. Uma sociedade que, de acordo com Berman (1986), promoveu a exacerbação da compulsão desenvolvimentista em razão de ter sido sedimentada sob a égide da modernização iluminista. Uma sociedade que, ao impor o mito da liberdade no seio do projeto de desenvolvimento

capitalista, tornou-se, segundo Shiva (1997), uma extensão da criação de riqueza dentro da visão econômica do patriarcado ocidental, o qual criou um ambiente hostil às crianças, à maternidade e à natureza. Quando constatamos de forma clara e objetiva a configuração anteriormente descrita, passamos a estudar exaustivamente sobre as contribuições que as mulheres teriam para a problematização do paradigma de sociedade dominante.

Foi então que, através do contato com os movimentos camponeses do Território do Sisal e de posse da literatura que abordava os processos de participação das mulheres na redefinição do desenvolvimento local, identificamos o Sintraf/Serrinha como *locus* relevante, especialmente em razão do expressivo número de trabalhadoras que atuavam e atuam em sua gestão. Desse modo, após um longo processo de maturação, desenvolvemos no Mestrado em Educação e Contemporaneidade, uma pesquisa em que o principal objetivo foi analisar a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (Sintraf/Serrinha), discutindo os possíveis impactos dessa participação no aprofundamento democrático dessa organização, bem como a dimensão educativa dessa participação.

Então, no contexto do mestrado, estabelecemos um paralelo entre o passado através das referências familiares e a referência apreendida a partir da investigação acerca da participação das trabalhadoras no Sintraf Serrinha e seu empoderamento. Ou seja, como mulheres apenas consideradas como esposas, mães ou trabalhadoras, passaram a serem vistas por seus companheiros sindicalistas como sujeitas na construção de uma história comum: a luta sindical. De fato, ao nos lançar nessa nova empreitada investigativa, o que pretendíamos era “[...] *refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado*” (HALBWACHS apud BOSI, 1994, p. 55). Isso, porque [...]

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço da consciência. (BOSI, 1994, p. 47).

Diante disto, o afastamento físico e moral das unidades originais, o relativo desenraizamento, o processo de individuação pela via de uma acumulação diferencial<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> De acordo Duarte e Gomes (2008), a acumulação diferencial corresponde ao processo de acumulação de recursos simbólicos capazes de fornecer ao sujeito uma consciência ou sentimento da própria autonomia e singularidade

possibilitada pela interiorização enquanto acesso a patamares de estudo e profissionalização, garantiu-nos, de acordo com Duarte e Gomes (2008), outras lentes para olhar as memórias relativas à questão do empoderamento feminino. Empoderamento que, presente no cenário familiar, não se limitava a ele, pois emergiu num contexto mais amplo: o do Sintraf Serrinha. Desse modo, após um longo processo de maturação, conseguimos estruturar a investigação tomando como referência as questões: Quais os aspectos que definiram a participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf/Serrinha? Quais os aprendizados obtidos pelas trabalhadoras através da participação na gestão do Sintraf/Serrinha?

Terminado o trabalho investigativo, concluímos que a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha gerou pontos de instabilidade que contribuíram decisivamente para o aprofundamento democrático da entidade. Foram as trabalhadoras que asseguraram a vitória da chapa da categoria na eleição que encerrou a hegemonia patronal. Posteriormente, a inserção das trabalhadoras foi decisiva para a consolidação da democracia participativa que orientou a gestão da entidade. No entanto, o tempo demonstrou que finda a hegemonia patronal, outro desafio tomaria forma no cotidiano: as desigualdades entre homens e mulheres no cenário do sindicalismo rural do município.

Por se considerar a relevância do fenômeno de empoderamento das mulheres no sindicato - sua visibilidade, reconhecimento de suas habilidades sindicais e autoestima, por exemplo - do ponto de vista não apenas do que representou localmente em termos da correlação entre forças conservadoras e/ou emancipatórias, mas também do âmbito dos processos implicados às transformações da subjetividade das suas protagonistas: as trabalhadoras rurais do Sintraf Serrinha, avaliamos ser indispensável dar sequência ao processo investigativo no doutorado.

Àquela época não tínhamos uma clareza quanto ao recorte. Pensamos em abordar a gestão. Isso, porque uma das constatações da pesquisa do mestrado foi o fato de que o voto e a participação das trabalhadoras na gestão do Sintraf Serrinha possibilitaram a ruptura com a hegemonia patronal e para o aprofundamento democrático da gestão da instituição. Pois que, a superação da gestão burocrático-patrimonialista que dominou o cenário do Sintraf até a eleição de 1988, permitiu a emergência de uma gestão democrático-participativa bastante singular.

Tal singularidade expressou-se através de características como afetividade, dialogicidade e horizontalidade política. Algo muito próximo da práxis instituída pelas sociedades matrilineares. Haja vista que parecia preconizar uma divisão de tarefas, onde mesmo exercendo funções diferentes, o trabalho era articulado numa estrutura que, de acordo

com Ponce (1987), horizontalizava democraticamente as relações. Sociedades onde o exercício do poder era uma atribuição decorrente da confiança e do mérito reconhecido publicamente. Onde, em nenhum momento, as lideranças abusavam da confiança para estabelecer relações de mando-obediência. Ao contrário, agiam como mediadoras/es () através da escuta sensível das bases, construindo nas palavras de Barbier (1993, *apud* MACEDO, 2000, p. 199), uma dinâmica em que a afetividade e a razão eram a tônica. Diante disto, elaboramos um anteprojeto de doutorado que se orientou pelo seguinte problema: a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha se manteve no parâmetro formal da democracia ou adquiriu traços peculiares da diversidade representada por essas mulheres? Quais os saberes mobilizados pelas trabalhadoras no momento de gestar o referido sindicato? Esses saberes possibilitaram a autopoieses dessas mulheres? De que modo?

No entanto, num encontro casual com uma antiga liderança das trabalhadoras rurais e militante do MMTR, a conversa divertida sobre o cotidiano se estendeu para questões mais pessoais como o casamento. Naquele momento, ela relatou as dificuldades/conflitos enfrentadas com o então marido em face da autonomia que alcançou na militância e a sua pretensão de separar-se em decorrência do alto grau de desconforto gerado por estes conflitos. O relato da trabalhadora rural ressoou durante muito tempo em nossa memória. A partir daí, passamos a refletir sobre como a participação de trabalhadoras rurais nos movimentos organizados poderia afetar suas vidas privadas e se a autonomia alcançada também se reproduziria no plano das relações conjugais. Como forma de redirecionar o foco do modelo de gestão democrática instituída a partir da participação das trabalhadoras rurais no Sintraf Serrinha para a dimensão privada representada pelos possíveis reverses da autonomia conquistada no plano das relações conjugais, estruturamos o anteprojeto investigativo que seria aprovado no Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, o qual se norteou pelo seguinte problema: Que traços poderíamos considerar como empoderamento ou não das trabalhadoras rurais à frente da gestão do Sintraf Serrinha? E, em existindo tais traços e características, quais os saberes a eles implicados? Quais as condições para que tais saberes tenham colaborado ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento?

Como forma de possibilitar um exercício da nossa capacidade de inferência sobre questões relacionadas a interesses mais amplos, a exemplo do debate acerca do empoderamento feminino e do gênero na geração de oportunidades equitativas entre homens e mulheres no contexto das famílias do meio rural Sisaleiro, estabelecemos como objetivo desenvolver um estudo acerca dos saberes relacionados ao possível empoderamento das

trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha, analisando como se configuraram as divisões de poder nas esferas do privado e investigando se esses saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento.

No intuito de buscar trabalhos que dialogassem com o sujeito-objeto do nosso estudo, fizemos um levantamento do estado da arte no Catálogo de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para tanto, tomamos como referência os descritores “*Mulheres; sindicalismo; meio rural e empoderamento*” seguido pelo descritor “*Território do Sisal*”. Apesar do reduzido número de teses levantadas, a julgar pelo volume de dissertações produzidas nos últimos seis anos, teremos uma significativa expansão da produção de pesquisas em nível de doutorado. Essa expansão não será apenas de ordem quantitativa, mas também qualitativa, se consideramos a relevância das temáticas, as quais, em grande medida, priorizaram debates no âmbito das intersecções entre gênero, geração, raça/etnia, agroecologia, entre outros no meio rural.

Através da trilha sinalizada pelos descritores “*Mulheres; sindicalismo; meio rural e empoderamento*”, chegamos às teses: “*Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras*” da autoria de Lozano (2018) e “*Resistência, empoderamento e emancipação: as militantes da organização de mulheres assentadas e quilombolas do estado de São Paulo (OMAUESP)*” de Veronezzi (2018), além da dissertação “*Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina: elaboração de guia orientador com foco nas políticas públicas e no trabalho feminino*” da autoria de Santos (2018). Investigações que nos colocaram diante dos limites representados pelo direcionamento de políticas públicas para mulheres por organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Ao apontar os perigos que a ascensão do fascismo representou para as políticas públicas para mulheres, especialmente às mulheres rurais no Brasil, os trabalhos de Lozano (2018), Santos (2018) e Veronezzi (2018) também ressaltaram as possibilidades instauradas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e agricultoras assentadas na construção de políticas públicas oriundas de suas próprias agendas. Tais políticas teriam como ponto de partida o combate às desigualdades, especialmente aquelas relacionadas à divisão sexual do trabalho não apenas no domínio privado, como no espaço público dos sindicatos rurais.

As teses “*Processos de empoderamento e agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais?*”, de Andersson (2015) e “*Será o homem a cumeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia*”, de Franco (2018); evidenciaram através do contexto rural gaúcho e baiano, as facetas do poder masculino na



secundarização do papel das mulheres na gestão do sistema produtivo familiar e na imposição da violência doméstica. Daí, derivando o desafio do empoderamento enquanto possibilidade de ruptura não apenas da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais para si próprias, para a família e para a sociedade, como para a ruptura/combate das formas de violência impostas a elas e às suas filhas e filhos pelos maridos/companheiros.

O descritor “Território do Sisal” permitiu o descortinar das pesquisas empreendidas no locus da nossa investigação. Na tese *“A trama das redes socioterritoriais no espaço Sisaleiro da Bahia”*, Coelho Neto (2013) discutiu o modo como a mobilização da sociedade civil através de sindicatos rurais, das cooperativas de agricultores e associações comunitárias rurais passou a contestar as práticas clientelistas e assistencialistas historicamente dominantes no território Sisaleiro. No esteio dos ativismos sociais do Território do sisal, as dissertações *“Território e desenvolvimento territorial rural: o (des) envolver dos ativismos sociais no Território do Sisal-Ba”*, da autoria de Lima (2014) e *“Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal – Bahia”*, Araújo (2017), apontaram as contradições dos ativismos sociais contra-hegemônicos na última década, respectivamente em relação à luta pela terra e à política de educação da Cooperativa de Crédito Rural (Ascoob Sisal), a qual se afastou dos princípios originários do projeto de Educação Cooperativa (Educoop) enquanto projeto político a serviço dos interesses da classe trabalhadora e não do capitalismo hegemônico.

A dimensão de classe abordada pelas investigações anteriores ganhou amplitude com a dimensão de gênero através das dissertações *“Mulheres de fibra: da invisibilidade ao empoderamento em assentamentos de Reforma Agrária no Território do Sisal-BA”*, da autoria de Araújo (2017) e *“Lugar de mulher é onde ela quiser”*: o protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal – Bahia”, da autoria de Moreira (2017). Elas destacaram a luta e a conquista de espaços de liderança no meio social pelas mulheres rurais, seja nos assentamentos de Lagoa dos Bois e Nova Palmares ou no contexto dos movimentos, das associações, dos sindicatos e grupos de produção. Ao questionar as relações de poder entre os sexos, essas mulheres construíram sua identidade de gênero, consolidando sua condição de protagonistas no Território do Sisal.

A indiscutível relevância dos trabalhos mencionados se evidenciou nas contribuições epistemológicas que cada um trouxe para os debates contemporâneos acerca do gênero, do campesinato e do empoderamento a saber: a) políticas públicas para mulheres rurais (LOZANO, 2018); b) empoderamento de mulheres assentadas e políticas públicas (VERONEZZI, 2018); c) participação das mulheres no sindicalismo rural, divisão sexual do

trabalho e políticas públicas (SANTOS, 2018); d) poder masculino e secundarização do papel da mulher no sistema produtivo familiar (ANDERSSON, 2015); e) poder masculino e violência doméstica no meio rural (FRANCO, 2018); f) ativismos/movimentos/organizações do campo no Território do Sisal (COELHO NETO, 2013), g) contradições dos ativismos/movimentos/organizações sociais do campo no Território Sisaleiro (LIMA, 2014), (ARAÚJO, 2017); h) invisibilidade/empoderamento de mulheres assentadas no Território do Sisal (ARAÚJO, 2017), i) liderança de mulheres rurais Território Sisaleiro (MOREIRA, 2017).

Os aspectos comuns entre as pesquisas destacadas e o nosso trabalho situam-se em torno dos seguintes conceitos/abordagens: empoderamento de mulheres rurais; divisão sexual do trabalho, poder masculino no meio rural, movimentos sociais do campo no Território do Sisal, mulheres no sindicalismo rural. Em razão disto, reconhecemos a valiosa contribuição das pesquisas aqui apresentadas e gostaríamos de destacar o diferencial da nossa investigação que fez uma abordagem histórica, interdisciplinar e contextualizada dos principais conceitos tratados pelas investigações consultadas, acrescentando uma discussão a respeito da família no viés patriarcal, da educação popular e do empoderamento e dos saberes construídos através da vivência sindical das trabalhadoras rurais. Além disto, nossa investigação analisa o rebote do empoderamento e dos saberes no contrato de casamento/conjugalidade. Como forma de dar forma e consistência a esta produção, a organizamos em uma introdução e três capítulos.

Na introdução, descrevemos a trajetória de consolidação da pesquisa. Momento em que buscamos o resgate dos caminhos percorridos na construção desse trabalho, utilizando a autobiografia enquanto possibilidade de esclarecimento da trajetória transcorrida, na qual as questões relativas à conquista de conhecimentos/saberes e seu possível rebote nas relações de poder entre homens e mulheres e do feminismo tão presentes na vida na nossa vida, se transformaram em inspiração para essa construção epistemológica. Construção que buscou eco/ressonância no (im)possível empoderamento das trabalhadoras rurais do Sintraf Serrinha, no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade e, que através da introdução, começou a ser delineada em seu problema e objetivos. Momento em que recorreremos a autores como Berman (1986), Bosi (1994), Batliwala (1997), Berth (2018), Duarte e Gomes (2008).

No primeiro capítulo realizamos uma imersão no Território do Sisal. Nesse sentido, com base em autores como Franco (1996), Macedo (2000), Humberto Nascimento (2003), Saffioti (2009), Coelho Neto (2014), entre outras/os, realizamos uma caracterização geográfica e histórica do território, discutindo os processos de dominação econômica e política, bem como os processos de exclusão aí presentes. Exclusão perpetrada quase sempre

pelo modus patriarcal, que neste território foi operado pelas famílias tradicionais e que encontrou nas trabalhadoras rurais sua face mais visível. Nesse particular, tomamos como referência o município de Serrinha-Ba, lócus onde se deu o empoderamento das trabalhadoras rurais do Sintraf. Fato que se tornou notável em razão da histórica dominação masculina presente nesse município.

Como forma de situar o empoderamento inaugurado pelas trabalhadoras no município de Serrinha-Ba, resgatamos no primeiro capítulo a história do Sintraf Serrinha, bem como os processos participativos através dos quais se moldaram esse empoderamento e que levou as trabalhadoras à conquista da autonomia individual e da organização coletiva frente às estruturas que reforçaram a discriminação de gênero e a desigualdade social. Bordenave (1994), Batliwala (1997), Léon (2001), Teixeira (2001), Butto e Hora (2008), entre outras/os, foram os autores que nos auxiliaram nesse debate. Também no primeiro capítulo discutimos o papel da Educação Popular mediatizada pela Pastoral Rural e, adiante, pelo MOC nesse processo. Oportunidade em que os saberes emergiram enquanto sínteses provisórias e/ou em movimento das várias formas de conhecer, envolvendo além da dimensão cognitiva e/ou instrumental-operativa a dimensão ética, política e estética. Construção esta inevitavelmente implicada ao empoderamento das trabalhadoras rurais. Para tanto, buscamos suporte em autoras/os como Freire (1987), Paludo (2001), Lyotard (2002), Humberto Nascimento (2003), Telma Nascimento (2009), entre outras/os.

A ocupação das trabalhadoras rurais do espaço público representado pelo Sintraf colocou-as diante do desafio do questionamento de uma cultura patriarcal naturalizada há séculos. E, que a despeito das transformações ocorridas ao longo do tempo pela via do pacto/contrato sexual, estrategicamente transformou-se não apenas no fundamento invisibilizado da sociedade do contrato, mas da perpetuação da dominação masculina até os dias de hoje. Analisar o potencial dos saberes adquiridos na praxis sindical em termos da desestabilização do domínio masculino na conjugalidade/contrato de casamento nesse cenário tornou-se uma necessidade. Pateman (1993), Féres-Carneiro (1998), Patel (2005), Macedo e Cezar-Ferreira (2016) e Torres (2017) foram alguns dos autores que nos auxiliaram a finalizar o debate travado no primeiro capítulo.

O segundo capítulo teve como foco, a apresentação do marco teórico- metodológico. Nele discutimos a importância da vigilância sobre a teoria e o método na construção do conhecimento, pois o método enquanto estratégia e pilotagem deveria incluir reflexividade, demonstrando a capacidade de se metassistemar. Discorremos também acerca da abordagem qualitativa que foi adotada pelo trabalho como esforço de superação das regularidades

universalizantes. Rumo ao tateamento de um fenômeno que emergiu no plano do vivido, através da pesquisa de campo com inspiração na etnopesquisa, buscou-se uma compreensão dos significados e sentidos tecidos no cerne das relações de poder entre as mulheres e os homens no contexto familiar do meio rural do município de Serrinha-Ba.

No segundo capítulo apresentamos também os instrumentos de coleta utilizados para estabelecer aproximações com o fenômeno pesquisado: questionário e entrevista. Além das etapas do processo de pesquisa/cronograma, critérios de inclusão, descrição do perfil das entrevistadas e análise das informações obtidas através da aplicação do questionário e da entrevista. Dentre os autores consultados para a construção deste capítulo, destacamos: Demo (1998), Morin (1998), Macedo (2000), Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), Filipak (2017).

Com base nos pressupostos teóricos e nos elementos evidenciados pelo trabalho de campo, estabelecemos uma síntese provisória acerca do fenômeno em questão no terceiro e último capítulo deste trabalho: a conclusão. Nesse capítulo realizamos o resgate do caráter implicado desta pesquisa, retomando o problema e objetivo e fundamentos teóricos conceituais do trabalho. Também abordamos, de modo específico, os aspectos revelados pela pesquisa de campo em relação às categorias, traços do empoderamento, conhecimentos/saberes e contrato de casamento/conjugalidade. Por fim, após um árduo processo de elaboração, apresentamos a tese dessa pesquisa. Wanderley (1996), Magalhães e Abramovay (2007), Silva e Mendes (2015), Lozano (2018), Veronezzi (2018), entre outros, foram alguns dos autores consultados na elaboração desse capítulo.

Diante do exposto, reiteramos que o conjunto dos fatos relacionados à consolidação dessa investigação esteve intrinsecamente marcado pela relação entre subjetividade e objetividade histórica. Nesse processo, a instituição familiar emergiu como um elo de mediação fundamental, pois, a partir dela emergiu algum nível de clareza quanto às relações de poder no contrato de casamento. Relações estas que, a despeito da tradição local, evidenciaram em alguma medida, o questionamento do patriarcado. Tal cenário forneceu os elementos que, entrelaçados à teia das condições históricas e das relações sociais mais amplas que atravessaram nossa existência, influenciaram grandemente a conquista de espaços tanto no domínio privado quanto no domínio público. Daí, a constatação de que, investida de uma condição política, a conquista de espaços na esfera privada foi tão importante quanto na esfera pública.

De fato, uma esfera retroalimentou com tal intensidade a outra, a ponto das questões relativas às relações de poder entre homens e mulheres e do feminismo tão presentes na nossa vida, transbordarem na forma de uma construção epistemológica que, embora profundamente

implicada, impôs a exigência do rigor científico. Pois que os seus fios estariam entrelaçados a uma tessitura de alcance absurdamente ampla, capaz de envolver e impactar a muitas/os. Em face disto, algumas inquietações surgiram. O questionamento se essa itinerância seria única ou se replicaria entre as trabalhadoras rurais, se havia literatura acerca da dominação masculina em contextos campestres e se as trabalhadoras rurais (sujeitos dessa pesquisa) identificavam/reconheciam essa dominação, denunciando-a ou aceitando-a, foram aspectos que estiveram muito presentes na gênese desse estudo que foi gestado na agudeza de crises políticas e econômicas e que, em brevíssimo espaço de tempo, apresentou menos três momentos.

O primeiro demarcou a orquestração e execução da deposição de uma presidenta legitimamente eleita e sem crime de responsabilidade. O segundo, pela ascensão de um vice-presidente claramente envolvido em crimes de responsabilidade, além de comprometido com a destruição das políticas públicas e com a retirada de direitos historicamente consolidados. E o terceiro, pela ascensão do fascismo ao poder, com toda sua narrativa falseadora da realidade, recrudescendo o racismo, a misoginia, a homofobia e o ódio ao conhecimento, entre outros.

Vivido na atualidade, este último momento tornou-se ainda mais desafiador, na medida em que atravessado pela pandemia do COVID-19, o país viu sua democracia e suas instituições seriamente ameaçadas. Pois, movido por um impulso autoritário, o governo eleito ignorou sistematicamente a crise sanitária e, em uma reunião ministerial, foi capaz de evidenciar, sem nenhum pudor, o total desrespeito ao Estado de Direito e o irrestrito compromisso com os lobbys. Isto tudo ocorreu no espaço de aproximadamente três anos. Desse modo, por se tratar de um fenômeno que antecedeu, atravessou e transcendeu nossa existência, desafiando-nos tal qual o enigma da esfinge “Decifra-me ou devoro-te!”, esperamos trazer novos elementos para este debate.

*“[...] ao acessar a singularidade geoespacial e política denominada Território do Sisal, buscamos uma imersão numa realidade que embora “metamorfoseante”, apresentou os contornos mais ou menos estáveis de uma teia de relações que em alguma medida, foram marcadas não apenas por um inconfundível traço patriarcal, mas por formas tenazes de resistência a ele.”.*

## 2 ENTRE AS SECAS E O MANDONISMO: A INSURGÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS

### 2.1 ONDE TUDO COMEÇOU: TERRITÓRIO DO SISAL (CON) TRADIÇÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

A complexidade da investigação “*Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar de mulheres líderes de sindicato*” nos desafiaram a buscar uma abordagem teórica capaz de estabelecer aproximações hermenêutico-compreensivas em torno dos principais conceitos a ela implicados. Nesse sentido, a discussão em torno do empoderamento, dos saberes e do contrato de casamento - conceitos centrais a esta investigação - levaram em conta as (con) tradições históricas, econômicas e políticas do contexto em que o trabalho está inserido. Isso pelo motivo de, como diria Macedo (2000), o sujeito-objeto de uma investigação deveria ser captado em sua densidade/construção local, uma vez que, no lugar encontram-se de forma particularizada, muitas das determinações da totalidade.

Tendo em vista o papel do lugar/escala na maturação desse processo político de correlação de forças, tornou-se indispensável discutir brevemente o conceito família em suas interfaces retroalimentadoras quanto às relações de poder presentes na vida privada e pública. Relações estas, de alguma forma, implicadas ao fenômeno estudado nesse trabalho que, nas palavras de Saffioti (2009), pretendeu visibilizar a categoria mulheres especificamente às trabalhadoras rurais. Sujeitas<sup>2</sup> que, através da conquista da filiação e gestão do Sintraf Serrinha, provavelmente inauguraram um movimento de contradição no campo do casamento/conjugalidade. A conquista da filiação e da gestão do Sintraf Serrinha pelas trabalhadoras rurais foi o fundamento sobre o qual se projetou a tese. Fundamento este consolidado no Mestrado, onde objetivamos investigar a forma como se deu a inserção/participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha, identificando a possível dimensão educativa desse processo – fenômeno situado no espaço público. No entanto, a tese se debruçou sobre o estudo acerca dos saberes relacionados ao possível empoderamento das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha, analisando em que medida tais saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade – fenômeno situado no espaço privado.

---

<sup>2</sup> Inspiradas em Franco (2018), adotamos o termo sujeita(s) em razão da subversão gramatical e política que o mesmo carrega ao questionar as hierarquias de sexo/ gênero.

Mesmo intrinsecamente relacionadas, as investigações guardam suas especificidades. Todavia, é importante salientar que a condição de esteio da dissertação, permitiu, em tese, o enraizamento necessário na medida em que “puxou” os fios históricos, políticos, econômicos e culturais do fenômeno em foco. Nesse sentido, buscamos uma abordagem dialética das aparentes e/ou impalpáveis, mas intrínsecas relações entre o público e o privado. Isto como esforço no intuito de seguir a trilha proposta por Saffioti (2009) ao argumentar que o espaço privado, ou domesticamente organizado, sustentou a ordem patriarcal no espaço público. Haja vista que para Saffioti (2009), do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias e sua estrutura de poder contaminaram toda a sociedade. O direito patriarcal perpassou não apenas a sociedade civil, mas impregnou também o Estado. E, ainda que não se pode negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho do Estado, do lazer coletivo; as diferenças entre o público e o privado, estiveram inegavelmente implicadas nesses espaços. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas. No entanto, são inseparáveis para a compreensão do todo social. Para Saffioti (2009), a liberdade civil derivou do direito patriarcal e foi por ele limitada. A questão do público versus privado constituiu uma dicotomia mais complexa que as demais e, por esta razão, mereceu um tratamento distinto. Não se poderia eliminar completamente este dualismo, sob pena de mesclar a “*res publica*” com a “*res privata*”, podendo perder, possivelmente em caráter definitivo, a república. É verdade que, não apenas no Brasil, mas também em outros países - mais em uns, menos em outros - existiu uma apropriação privada da coisa pública. Isto se traduziu historicamente em corrupção, dominação/exploração, desigualdade/exclusão.

Todavia, conforme Saffioti (2009), onde houve dominação/exploração, desigualdade/exclusão, também houve (em menor ou maior grau) resistência. Desse modo, em sendo o âmbito privado/doméstico o sustentáculo do patriarcado em todo seu conteúdo de hierarquização, dominação/exploração, desigualdade/exclusão, inferimos que este âmbito também apresentaria elementos para questionamento do patriarcado. Não foram poucos, como destacou Saffioti (2009), os contingentes de mulheres que insistiram no caminho da transgressão da ordem masculina respondendo pelas mudanças operadas na relação mulher/homem, dentre as quais poderíamos mencionar aquelas possivelmente decorrentes da participação das trabalhadoras rurais no Sintraf/Serrinha que, historicamente invisibilizadas, conquistaram outro patamar de ação e reconhecimento ao conquistarem o direito à filiação, tomarem o sindicato do controle do poder público e assumir a gestão da sua entidade de classe. Essa guinada histórica se deu em meio à luta que, conforme Salvaro, Lago e Wolff



(2013), articulava questões de gênero e classe pela conquista de direitos trabalhistas e previdenciários, propiciados, em grande parte, pela Constituição Federal de 1988: reconhecimento da profissão, aposentadoria, auxílio-acidente de trabalho, auxílio doença, salário-maternidade, entre outros.

Na perspectiva de Franco (2018), a categoria trabalhadora rural referiu-se à mulher camponesa, sujeita política no *continuum* ressignificar e reafirmar a luta pela igualdade de gênero. Assim, a mulher camponesa seria a trabalhadora plural, coletiva, sujeita política, identificada como categoria comprometida com uma nova ordem societária. E que através da produção de alimentos, assegurava a subsistência da família através da agricultura. Modo de produção que, de acordo com Lígia Melo (2002), apresentava diversas formas particulares nomeadas de agricultura familiar. Isso porque, conforme Wanderley (1996), a família era ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e da força de trabalho no estabelecimento produtivo. O adjetivo familiar não seria um mero detalhe superficial e descritivo, mas um eixo estruturador. A família seria o ponto de partida e o ponto de chegada, visto que uma das dimensões mais importantes das lutas dos povos do campo brasileiros foi o esforço de constituir um “território” familiar, *um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores*. (WANDERLEY, 1996, p. 1).

Desse modo, para além da garantia da sobrevivência no presente, ressaltou Wanderley (1996), as relações no interior da família camponesa teriam como referência o horizonte das gerações. Então, suas estratégias quanto à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., (em médio ou longo prazo) seriam fortemente orientadas pelo objetivo da sucessão entre gerações. Daí o fato que, inserida em um território, um lugar de vida e de trabalho, destacou Wanderley (1996), na agricultura camponesa tradicional, os povos do campo desenvolveram sociabilidades específicas que ultrapassaram laços familiares e de parentesco, onde a combinação dos recursos disponíveis na unidade de produção com aqueles que se poderia ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - constituiriam estratégias da família com vistas a assegurar sua sobrevivência imediata e a reprodução das gerações subsequentes. Haja vista que [...]

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho

familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 1).

Assim, ao constituir uma das formas sociais da agricultura familiar, uma vez que, segundo Wanderley (1996), se fundou sobre a relação anteriormente indicada entre propriedade, trabalho e família; a agricultura camponesa possuiria particularidades que a distinguiria no conjunto maior da agricultura familiar. Isto em função dos seus objetivos enquanto atividade econômica, das suas experiências de sociabilidade e da sua forma de sua inserção na sociedade global. Também em razão do seu sistema tradicional de produção, acentuou Wanderley (1996), denominado “*policultura-pecuária*”, a agricultura camponesa foi considerada “*uma sábia combinação entre diferentes técnicas*” que, aperfeiçoadas ao longo do tempo, atingiram um equilíbrio entre a diversidade das atividades agrícolas e de criação animal. Apesar de constituir um sistema produtivo ecologicamente sustentável, não eliminou a fragilidade dessa agricultura e nem impediu a emergência das situações de miséria relacionadas às crises de origem natural, a exemplo de efeitos climáticos ou das relações político-sociais dominantes.

Tais fragilidades refletiram, conforme Wanderley (1996), as particularidades dos processos sociais mais gerais da própria história da agricultura brasileira marcada por um passado colonial que, perpetuadas após a independência, trouxe consigo a hegemonia social e política da grande propriedade e da escravidão. Daí a constatação de que, no Brasil, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, uma vez que, de acordo Wanderley (1996), foi ela quem recebeu o estímulo expresso das políticas agrícolas, modernizando-se e assegurando a própria reprodução, estabelecendo um fosso entre si e as outras propriedades de médio e pequeno porte da agricultura familiar.

Tais propriedades cobriram uma área considerável do semiárido nordestino, compondo cerca de 50% dos estabelecimentos rurais, salientou Lígia Melo (2002). Denominada de agricultura de pequena produção, de subsistência ou de sobrevivência, nela trabalhavam mulheres, crianças (desde os sete anos de idade) e pessoas idosas, mesmo que em proporções menores do que os demais componentes - adultos homens e mulheres. E, embora caracterizada pela socialização do trabalho, apontou Woortemann (1997 apud MELO, 2002), o chefe da família se destacava como seu principal representante. Na ausência deste, o filho ou outro membro maior de idade e do sexo masculino, assumiria seu lugar. Essa ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar, destacou Melo (2002), negou não apenas a participação das esposas e filhos, como invisibilizou a

existência de famílias monoparentais<sup>3</sup>, evidenciando as desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho no campo.

Consolidada a partir da esfera privada, salientou Moraes (2016), a ideia de divisão sexual do trabalho constituiu referência importante para análise do lugar destinado às mulheres na esfera social, especialmente no meio rural. Através da divisão sexual do trabalho, apontou Moraes (2016), as mulheres foram submetidas às relações de dominação e exploração. Relações estas sustentadas pelo argumento de que a capacidade biológica de parir e nutrir as limitava ao trabalho reprodutivo – sem valor monetário e menosprezado pela família e pela sociedade. Resultou dessa lógica a concepção, segundo Melo (2002), de que, por ser gratuito, o trabalho da mulher deveria ser considerado como “ajuda” [...]

A gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas. Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem - PNAD revela, para o ano de 1997, que as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representam 20.1% da população economicamente ativa feminina. Desse total, 39% estão classificadas como trabalhadoras não-remuneradas e 41.8% como trabalhadoras na produção para o próprio consumo. Ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem nenhum tipo de compensação financeira pelo seu trabalho. O percentual de homens na mesma situação é de apenas 26.3%. O cenário geral do trabalho feminino não remunerado é igualmente desolador quando comparado ao masculino: 20% da população feminina economicamente ativa estão classificadas como mulheres não-remuneradas, enquanto a população masculina com a mesma classificação econômica (não-remunerada) corresponde a 0.09%. (MELO, 2002, p. 05).

O argumento em torno da condição de “ajudante” da mulher no processo produtivo, acentuou Melo (2002), trouxe consigo o estereótipo de que o seu trabalho era eventual e intermitente por conta dos afazeres domésticos. Além disso, sua suposta fraqueza e adoecimentos frequentes comprometiam o desempenho e impedia que trabalhassem para terceiros. No entanto, continuou Melo (2002), estudos realizados na região Nordeste (FISCHER; GEHLEN, 2002; MELO, 2002) mostraram que a maioria dessas mulheres trabalhavam durante todo o ano, de segunda a domingo, participando de todas as atividades direta e indiretamente associadas à agricultura (preparo da terra, cuidados com os animais e comercialização da produção).

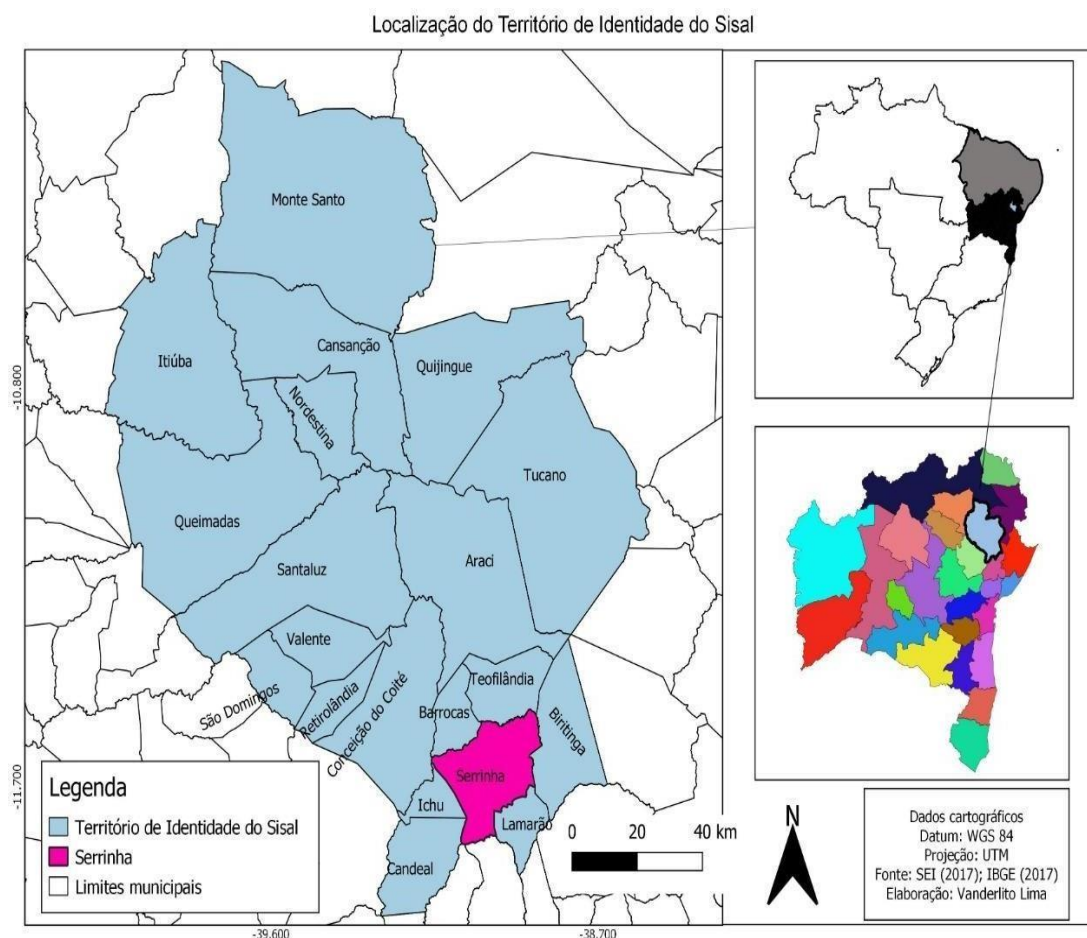
A falta de reconhecimento do trabalho das mulheres no campo e as desigualdades sociais, instaladas principalmente nos contextos do Norte e Nordeste, constituíram o mote da participação das camponesas nos ativismos/ movimentos sociais de luta pela terra. Em

---

<sup>3</sup> De acordo Melo (2002, p.), famílias estas chefiadas por mulheres e significativamente presentes no semiárido nordestino, em decorrência da migração masculina, nos períodos de estiagem.

conformidade com Franco (2018), serviram de esteio para o surgimento dos ativismos/movimentos de trabalhadoras rurais, movimentos que nos anos de 1970 replicaram no campo a emergência do feminismo. Nesse sentido, realçou FRANCO (2018), uma das suas principais precursoras, Margarida Alves, foi de fundamental importância para a consolidação da trabalhadora rural como categoria a ser respeitada nos espaços privado e público.

À semelhança de Margarida Alves, as trabalhadoras rurais do território Sisaleiro se reinventaram cotidianamente para enfrentar os efeitos dos históricos processos de invisibilização da sua condição de gênero, do seu trabalho e da dominação/exploração de que foram alvo. Diante disto, adquiriu relevância o fenômeno a ser investigado nessa pesquisa que adentrou os meandros de um *locus* e que, no cerne das suas históricas desigualdades/exclusões, produziu alguns dos movimentos e organizações camponesas provavelmente mais combativas do Estado da Bahia: o Território do Sisal. Mais que isto, possibilitou o resgate dos processos nos quais a participação das trabalhadoras rurais implicou-se não apenas à criação de contra esferas políticas relevantes no contexto do aprofundamento democrático de organizações como o Sintraf/Serrinha, mas às transformações que, relacionadas ao empoderamento/consolidação de saberes, em alguma medida podem ter repercutido no contrato de casamento/conjugalidade vivido por estas mulheres no contexto Sisaleiro. Fenômeno que trouxe como exigência a necessidade incontornável, como diria Macedo (2000), de adentrar o contexto em questão a fim de identificar os entrelaçamentos/teciturias sociais instituídos e instituintes de uma rede de significados e sentidos histórico-culturais implicados ao ser mulher/homem nesse lugar. Desse modo, ao acessar a singularidade geoespacial e política denominada Território do Sisal, buscamos uma imersão numa realidade que, embora “metamorfoseante” apresentou os contornos mais ou menos estáveis de uma teia de relações que em alguma medida foram marcadas não apenas por um inconfundível traço patriarcal, mas por formas tenazes de resistência a ele.

**FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL**

**Fonte:** SEI (2017); IBGE (2017).

Do ponto de vista físico, o Território do Sisal localiza-se no semiárido baiano, distando cerca de 160 km da capital Salvador e é formado por 20 municípios<sup>4</sup>. Esses municípios estão distribuídos numa área de 35.572 km<sup>2</sup> compreendidos entre o Nordeste, o Paraguaçu e o Piemonte da Diamantina baianos. Conforme Humberto Nascimento (2003), o Território do Sisal recebeu esse nome em função de ter despontado estadual e nacionalmente como importante polo produtor de sisal. Liderança que decorreu da fácil adaptação às características climáticas e geológicas da região. O Agave *Sisalana*, espécie originária da América Central, acentuou Humberto Nascimento (2003), chegou à região em 1910, mais precisamente ao município de Santa Luz, de onde se expandiu para aproximadamente mais 15 municípios. Era cultivada numa das áreas mais secas, que correspondia territorialmente a

<sup>4</sup> Municípios que compõem o Território do Sisal: Araci, Barrocas, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retiroândia, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.

cerca de 10% da área total do semiárido nordestino. Seu plantio comercial contribuiu para intensificar o povoamento da região nordeste e centro norte do Estado da Bahia, permitindo o surgimento de municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962). Feira de Santana e Serrinha nasceram da dinâmica gado-pastoreio anterior.

De acordo com Humberto Nascimento (2003), a expansão do sisal como cultura de importância econômica ocorreu na década de 40, no contexto da II Guerra Mundial, quando houve uma grande demanda pela fibra, principalmente na indústria naval. Todavia, só na década de 60, momento em que vigoraram os projetos desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, a Bahia assumiu a liderança nacional na produção da fibra, alcançando o mercado internacional. Embora a cultura do sisal fosse um importante fator para a economia do território, sublinharam Ramos e Antônio Nascimento (2001a) ao contrário de outras monoculturas, ela demandou uma série de atividades complementares para geração de renda e emprego. Sendo um produto para exportação, o sisal tinha seu centro de decisão econômica fora da região. A concorrência dos produtos sintéticos, entretanto, levou ao declínio de preço no mercado externo.

Seu processo produtivo, enfatizou Santos (2010), iniciava-se com o plantio de um campo da Agave Sisalana e, após cerca de quatro anos de cultivo, estava pronto para ser cortado. Cortavam-se as folhas laterais da planta deixando as folhas centrais para que a planta produzisse novas palhas. Depois de cortada, a palha era transportada até um local onde estava a máquina de desfibrar, conhecida como “paraibana” ou motor. Uma vez desfibrada, acentuou Santos (2010), a fibra resultante era transportada para uma área onde era estendida ao sol. Além de pesado, o processo produtivo do sisal era bastante perigoso, pois o risco de mutilação era significativo. No caso das trabalhadoras somava-se a tudo isto a dupla jornada de trabalho [...]

*[...] eu quase que não tive infância porque eu comecei a trabalhar com oito anos de idade pra ajudar meus pais. [Depois] comecei a trabalhar até 21 anos no motor de sisal. [...]chegava com as unhas tudo pingando de sangue, do sisal que comia muitas unhas. [...] de segunda a sexta eu trabalhava no motor de sisal. Toda sexta-feira, quando eu chegava em casa, [...]ia cuidar da casa, [...] lavar muita roupa,. E minha vida foi essa! Durante a semana eu trabalhava no motor de sisal: eu cortava a paia, eu colocava paia, [estendia] a fibra [...]. E quando [...] vinha da roça, do sisal, eu trazia um feixe de lenha na cabeça. [...] Naquele tempo não tinha água encanada, não tinha nada. [...].<sup>5</sup>*

O ponto de vista acima apresentado demonstrou não apenas as péssimas condições de trabalho, como a sobrecarga e a exclusão feminina no Território do Sisal. Quadro que se

<sup>5</sup> Trecho inédito da entrevista concedida a esta pesquisa por uma trabalhadora que se automeou Carmelita Batista.

acirrava, reforçou Santos (2010), nos tempos de crise como a década de 1980, onde vários sisalais foram queimados. A reestruturação da cadeia produtiva se deu a partir da ação dos pequenos agricultores que criaram em Valente-Ba, a Associação de Pequenos Agricultores Rurais (Apaeb) que empreendeu muitas lutas em favor de preços mais justos para os pequenos agricultores, pela melhoria dos sistemas produtivos e pela reativação do sisal como produto viável. De acordo com Santos (2010), isto gerou um ciclo na cadeia produtiva do sisal através da modernização das indústrias urbanas por um lado e a manutenção das condições arcaicas de trabalho rural por outro. Pois que, mesmo garantido emprego a 100 ou 150 mil trabalhadores, mais de 95% destes viviam em condições miseráveis. Ainda que contasse com toda força laboral familiar (mulher, filhos e filhos menores), um trabalhador ou uma trabalhadora de um campo de sisal não alcançava sequer um salário-mínimo mensal.

Fatos como o descrito anteriormente por Santos (2010) revelou que o processo produtivo dessa lavoura foi marcado pela superexploração do trabalho. Aspecto que colocou em enlevo os profundos contrastes sociais do território Sisaleiro, que carregou em si as indeléveis marcas do processo de colonização brasileira: concentração da propriedade, da riqueza e do poder. A gênese desse processo, segundo Xavier (1994), se ancorou nas conveniências da expansão capitalista nas Américas a qual encontrou na empreitada colonizadora lusitana um valioso suporte à medida que, baseada no controle exógeno e centralizado, possibilitou a transição das formas pré-capitalistas feudais para o capitalismo industrial. A despeito das especificidades históricas, o Território do Sisal, em boa medida reproduziu localmente as transformações do capitalismo, ratificando a opção pelo crescimento econômico em detrimento de interesses sociais mais amplos. Um capitalismo que segundo Velho (1976), constituiu-se num herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho e produtor da exclusão dos segmentos sociais mais fragilizados a partir da dominação particularmente intensa da instância política.

Em meados do século XX, no âmbito do Território do Sisal, ressaltou Nascimento (2009), a intensa dominação encontrou expressão significativa no sistema coronelista<sup>6</sup>. Tal sistema, de alguma forma, teve lastro no imaginário introjetado nas camadas sociais mais desfavorecidas por segmentos políticos que, apoiados na religião, as desigualdades sociais

---

<sup>6</sup> Conforme Queiroz (1975, p. 155), caracterizado por uma forma específica de poder político brasileiro, o coronelismo floresceu durante a Primeira República, embora suas raízes remontassem o Império. O título de coronel originou-se da Guarda Nacional e era dado a cidadãos civis, geralmente chefes locais mais prestigiosos, pouco depois da independência para defender a Constituição. Os coronéis auxiliavam na manutenção da ordem, prevenindo revoltas e promovendo o policiamento regional e local. Somente indivíduos portadores de poder econômico, político e social poderiam receber tal título. De acordo Queiroz (1975, p. 157) apud Rêgo (2009, p. 67), o coronelismo se fundamentou dentre outras coisas pela troca de favores, onde o voto era uma das principais moedas correntes.

eram decorrência da vontade de Deus. Então, quase sempre cooptados pelas manobras da burguesia local, os povos do campo do meio Sisaleiro eram convocados a participar da legitimação eleitoral daqueles que se constituíam como guardiões dos interesses das elites.

Ao compor o cenário da democracia clássica, fundada na autorização representativa dos eleitos, sublinhamos (NASCIMENTO, 2009), a participação no Território do Sisal contribuiu para a sub-representação dos grupos socialmente mais vulneráveis: as trabalhadoras e os trabalhadores rurais. Sem efeito político significativo para a transformação do contexto socioeconômico dominante no território, ela apenas fortalecia a marginalização dessa população frente à deliberação em torno de questões do seu próprio interesse. Tal fato caracterizou, nas palavras de Lüchmann (2006), o caráter instrumental, individualista e competitivo de um modelo democrático que desprezava as cidadãs e cidadãos. Nesse contexto, os efeitos adversos da apropriação política das estiagens pelos setores dominantes e seus desdobramentos sobre a concentração fundiária e sobre o tradicionalismo econômico impactava seriamente a região, gerando baixíssimos níveis de desenvolvimento humano.

**TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL**

| Índice de Desenvolvimento Humano no Território de Identidade do Sisal, 2010. |       |       |             |          |
|--|-------|-------|-------------|----------|
| Municípios   | IDH   | Renda | Longevidade | Educação |
| Araci  | 0,534 | 0,534 | 0,747       | 0,381    |
| Barrocas   | 0,610 | 0,574 | 0,786       | 0,503    |
| Biringinga   | 0,538 | 0,525 | 0,738       | 0,402    |
| Candeal  | 0,587 | 0,554 | 0,787       | 0,465    |
| Cansanção  | 0,557 | 0,530 | 0,745       | 0,438    |
| Conceição do Coité   | 0,611 | 0,587 | 0,752       | 0,517    |
| Ichu   | 0,631 | 0,580 | 0,771       | 0,562    |
| Itiúba   | 0,544 | 0,521 | 0,775       | 0,398    |
| Lamarão  | 0,518 | 0,501 | 0,747       | 0,372    |
| Monte Santo  | 0,506 | 0,515 | 0,699       | 0,359    |
| Nordestina   | 0,560 | 0,507 | 0,743       | 0,467    |
| Queimadas  | 0,592 | 0,550 | 0,764       | 0,493    |
| Quijingue  | 0,544 | 0,539 | 0,689       | 0,434    |
| Retirolândia   | 0,636 | 0,579 | 0,773       | 0,574    |
| Santaluz   | 0,598 | 0,559 | 0,764       | 0,500    |
| São Domingos   | 0,640 | 0,601 | 0,757       | 0,575    |
| Serrinha   | 0,634 | 0,615 | 0,778       | 0,532    |
| Teofilândia  | 0,566 | 0,571 | 0,737       | 0,431    |
| Tucano   | 0,579 | 0,596 | 0,712       | 0,458    |
| Valente  | 0,637 | 0,623 | 0,729       | 0,568    |

Fonte: PNUD, 2013.



Naturalizados, esses baixíssimos níveis de desenvolvimento humano do território, salientamos (NASCIMENTO, 2009), não constituíam algo suficientemente visível para serem nomeáveis, já que no cotidiano encontravam expressão na dura rotina daquelas que lidavam com o lado mais agudo da seca – as mulheres/trabalhadoras rurais. Quase invariavelmente sujeitas à invisibilidade, de pouca ou quase nenhuma autonomia dispunha no âmbito privado [...]

*“[...] as mulheres sofriam muito. [...] porque a gente tem as histórias, muito assim na vida real, das mulheres que os maridos não deixavam participar de nada.”*

Tal fenômeno evidenciou, conforme Andrade (1998), que a noção de território se aproximaria menos da ideia de espaço físico e mais da práxis humana no conjunto das suas relações de poder. Destacou-se nesse particular, conforme Moraes (1998) e Meyer (2003), a relevância das perspectivas de análise inauguradas pelo feminismo acerca do gênero, enquanto caminho não apenas para o questionamento das tradicionais relações de poder entre homens e mulheres, como para fortalecimento da cultura de participação nos territórios. Enquanto decorrência da luta dos movimentos liderados por trabalhadoras rurais, a abordagem articulada das relações de gênero e desenvolvimento territorial, conforme Hora e Butto (2014) levou em conta que este desenvolvimento resultou de uma construção social mediada por distintos interesses e conflitos que resultaram em desigualdades históricas. Desigualdades entre homens e mulheres que, de acordo com Butto e Hora (2008), persistiram e foram naturalizadas no campo.

Tal naturalização encontrou eco nos espaços institucionais, haja vista que ao longo do tempo as trabalhadoras rurais não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade brasileira. Moldada sob a égide do latifúndio e do trabalho escravo, a sociedade brasileira não apenas excluiu os povos do campo do acesso à terra, como ignorou e/ou dificultou o acesso das mulheres às políticas públicas de reforma agrária. Um exemplo disto, salientaram Butto e Hora (2008), foi a Lei de Terras de 1850 que, dentre outras coisas, determinava a compra como única forma de acesso à terra. Com os preços elevados e os baixos salários ofertados, ficou quase impossível para o campesinato brasileiro - formado por negros libertos e trabalhadores rurais - ter acesso legal à terra. Prevaleceram então, diversas formas de apossamento, na maioria das vezes reproduzindo situações de subordinação e opressão do/a pequeno/a produtor/a e sua família.

Então, de um lado, destacaram Butto e Hora (2008), o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco amparou o campesinato brasileiro e, de outro, a gênese da sociedade agrária acalentou desigualdades históricas entre homens e mulheres através da consolidação do paradigma patriarcal. Paradigma este que ao longo do tempo evidenciou sua presença no âmbito das relações/conflitos de classe e gênero no campo. Um exemplo disto, apontaram Butto e Hora (2008), foi o fato de que a elaboração de um novo marco jurídico com vistas à democratização do acesso à terra, somente se concretizou em 1964 através do Estatuto da Terra. Momento em que, conforme Butto e Hora (2008), a política de reforma agrária se concentrou na implantação dos assentamentos voltados para a instalação das famílias de agricultores apoiadas por programas de desenvolvimento destinados à unidade de produção familiar.

Todavia esse novo marco jurídico e conceitual em nada alterou a condição de subordinação e invisibilidade das mulheres do meio rural. O mesmo ocorreu durante a modernização conservadora do campo no Brasil nos anos 70, conforme Butto e Hora (2008). Já que o uso intensificado de máquinas agrícolas e insumos não incluiu equipamentos e infraestrutura para facilitar o trabalho doméstico. Fato que contribuiu mais uma vez, ressaltaram Butto e Hora (2008), para a segregação feminina e divisão sexual do trabalho. Subentendidas no grupo familiar e na unidade de produção, as mulheres rurais foram excluídas das políticas de acesso à terra e à autonomia produtiva.

Tal fato evidenciou que, de acordo Butto e Hora (2008), as políticas públicas pouco se direcionaram para os povos do campo e muito menos ainda para as camponesas. E quando o fizeram, destinavam-se à família considerando-a como um todo homogêneo. Apenas recentemente esta realidade começou a se alterar, não apenas através de um novo quadro normativo e institucional, mas através de políticas que se comprometeram com a efetivação dos direitos das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares e mulheres assentadas. Fato que levou Butto e Hora (2008) a concluir que os direitos das mulheres à terra e ao desenvolvimento rural no Brasil só entraram na agenda pública com a redemocratização no final dos anos 80 em decorrência das lutas das mulheres rurais pela igualdade. Nesse sentido, emergiu o papel dos ativismos/movimentos sociais das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares enquanto elementos transformadores da agenda do desenvolvimento territorial, integrando-se nos debates mais amplos e construindo alianças políticas na defesa dos seus direitos.

Tais ativismos/movimentos provocaram o Estado, conforme Hora e Butto (2014), a ponto deste elaborar políticas públicas voltadas para o acesso das camponesas à cidadania e à

promoção da autonomia econômica, com vistas à maior igualdade. Tendo em vista a articulação das relações de gênero com outras relações sociais e os contextos particulares, tornou-se necessário, ainda, incluir a agenda feminista no debate sobre o desenvolvimento territorial. Pois que, salientaram Hora e Butto (2014), era fundamental considerar as distintas dimensões presentes na desigualdade que as mulheres vivenciam no campo.

Se o desenvolvimento territorial necessitava ser pensado a partir das dimensões econômicas, sociais, políticas e ambiental, a reflexão sobre as relações de gênero também deveria ser integrada em todas estas dimensões. Haja vista que se as trabalhadoras rurais promovessem e se beneficiassem do desenvolvimento territorial, fundamental seria considerar os efeitos da desigualdade de gênero, buscando sua mitigação através de uma inserção autônoma e sustentável. Isto implicaria na garantia do acesso aos bens naturais, aos recursos financeiros e aos serviços rurais, independente da sua condição civil, ou seja, sem a mediação dos homens.

Portanto, enquanto sujeitas econômicas autônomas, que trabalhavam de forma coletiva e familiar, sublinharam Hora e Butto (2014), as trabalhadoras rurais necessitavam ter seus direitos respeitadas tanto pelo Estado quanto pelos esposos/companheiros e demais organizações da sociedade civil. Dado que, embora fossem detentoras de conhecimentos mais profundos sobre os usos e propriedades dos elementos da natureza, historicamente tiveram menor acesso aos bens naturais e aos recursos financeiros. Fator que repercutiu na ausência ou menor acesso à terra e à renda. Sua inserção não monetária as concentrou em atividades voltadas para o autoconsumo e para o trabalho doméstico e de cuidados, o que se traduziu em maior jornada de trabalho. Somaram-se a isto, apontaram Hora e Butto (2014), as precárias condições para a realização do trabalho doméstico – como, por exemplo, a escassez de água em suas residências e a necessidade de suprimento de lenha para atividades de preparo de alimentos – além da menor disponibilidade de tempo para atividades geradoras de renda monetária. Essa forma de inserção econômica produziu uma representação do seu trabalho como atividade secundária e marginal, ao mesmo tempo em que, sem o trabalho delas, não era possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar.

Segundo Hora e Butto (2014), esse não seria um desafio a ser resolvido com o estímulo apenas à participação de diferentes sujeitas/os, mas com a combinação entre maior protagonismo e promoção de políticas claramente orientadas para inclusão dos mais pobres e mais excluídas da política – as mulheres rurais. Para isto seria fundamental considerá-las na sua diversidade, levando em conta as desigualdades definidas a partir de marcadores como raça, etnia e geração. Entre os anos de 2002 e 2013, o Estado brasileiro, como afirmaram

Hora e Butto (2014), consolidou uma agenda com foco no *desenvolvimento rural sustentável e solidário*, investindo na igualdade entre mulheres e homens e superando a concepção do campo como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano.

Reconheceram-se, de acordo Hora e Butto (2014), as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento, buscando o combate às desigualdades de gênero, geração, raça e renda ainda presentes no Brasil. Como parte desta estratégia, qualificaram-se programas já existentes e impulsionaram-se novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais. Tais ações, conforme Hora e Butto (2014) contemplaram a garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional. Recentemente, apesar de terem sido solapados com a ascensão de grupos conservadores ao poder - fenômeno próprio de uma democracia assustada pela sombra de um passado escravista - os esforços bem sucedidos de uma década produziram transformações que se fazem presentes nos dias de hoje através de uma mudança de cultura onde o *“rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade ambiental.”* (HORA; BUTTO, 2014, p. 14).

Diante disto, ressaltaram Hora e Butto (2014), a opção pela abordagem territorial se justificou em razão desse novo olhar sobre o rural brasileiro que considerou a inexistência de primazia do espaço físico-geográfico para promover o desenvolvimento rural. Adotou-se a noção de território enquanto construção social, cultural e, portanto política, de um espaço em que a prática das sujeitas e dos sujeitos sociais assumiu papel crucial na orientação do desenvolvimento. Fato que impactou de forma inconfundível as relações clientelistas e patrimonialistas, próprios da lógica patriarcal predominante no campo brasileiro. Desse modo, sublinharam Hora e Butto (2014), as políticas públicas se reinventaram através da implementação de ações afirmativas que reconheceram a pluralidade e a diversidade do campesinato e da agricultura familiar brasileira. Algo extremamente relevante se levarmos em conta o ponto de vista de Saffioti (2009) de que tanto da perspectiva quantitativa quanto qualitativa, a experiência histórica das mulheres foi bastante diferente da experiência dos homens. E, que sem dúvida, a marginalização das mulheres, de certos postos de trabalho e de centros de poder, cavou um profundo fosso entre suas experiências e as dos homens.

Daí o fato, conforme Saffioti (2009), da natureza qualitativa deste hiato ter imposto a necessidade histórica de construção de uma equidade que permitisse as mulheres ao menos

reduzir essa distância, ou mesmo alcançar o mesmo patamar que os homens. A assertiva de Saffioti (2009) demonstrou a relevância do debate das históricas relações de hierarquia e dominação entre homens e mulheres donde despontou a relevância, conforme destacamos (NASCIMENTO, 2009), da luta individual e coletiva das trabalhadoras à frente do Sintraf/Serrinha contra a desigualdade de gênero, a exploração/exclusão e o êxodo de trabalhadoras e trabalhadores, evitando que estes, conforme o documento TERRITÓRIO DO SISAL – PLANO TERRITORIAL (2007), não precisassem dar adeus de forma definitiva ao seu “quinhão”, ao seu território.

Território que, conforme Correa (1998) derivou do latim *terra e torium*, significando terra pertencente a alguém. Configurando uma etimologia que privilegiou a dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas de grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos e vinculado a uma geografia que privilegiou sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. De acordo com Correa (1998), o conceito território revestiu-se de uma dimensão política e/ou identitária. Dimensão, do nosso ponto de vista (NASCIMENTO, 2009), marcada pela implicação traduzida, por exemplo, pela luta das trabalhadoras em favor não apenas do reconhecimento e dignificação das condições objetivo-subjetivas de existência das mulheres rurais, mas do questionamento e de transformação das condições objetivo-subjetivas da existência dos homens, permitindo a superação dos desafios do cotidiano. Desafios estes decorrentes de uma estrutura social, como diriam Lima e Coelho Neto (2017), marcada por adversidades físico-naturais atribuídas à seca, por um conjunto de indicadores socioeconômicos desfavoráveis exemplificados pelos índices de analfabetismo, de desemprego, entre outros; e, por esquemas de autoritarismo político liderados por redes familiares que combinavam a propriedade da terra, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização do sisal para culminar no controle da estrutura política local.

Os esquemas de autoritarismo político liderados por redes familiares também foram notabilizados por Rêgo (2008), quando este ressaltou que, no Brasil, a família esteve absolutamente envolvida na elaboração de estruturas de poder. Pois que, desde o começo da formação do país, o exercício do poder político ligou-se ao fato de que os primeiros grupos a conquistarem a terra e, conseqüentemente o poder econômico, o fizeram como empresas militares familiares. Em face disto, destacou Rêgo (2008), transplantada de Portugal, a família se instalou sobre a imensa superfície que viria a ser o Brasil, adaptando-se às circunstâncias do meio e exercendo papel fundamental na formação da sociedade brasileira. Segundo Hollanda (1995), muito semelhante ao modelo da Antiguidade, em que a palavra ‘família’, derivada do vocábulo *fâmulos*, se achava estreitamente vinculada à ideia de submetimento ao

patriarca. As famílias, especialmente aquelas que se achavam numa situação de hegemonia econômica e política no Território do Sisal, contribuíram de forma decisiva para a reprodução e/ou permanência dos processos de exclusão aí presentes.

Para Almeida (1987), caracterizada por uma base escravista, a família patriarcal sustentou-se no aviltamento do trabalho manual e da relativização da vida humana. Suas atividades, conforme Rêgo (2008), ultrapassavam a esfera privada, invadindo assuntos públicos, influenciando e determinando o comportamento da sociedade. Desse modo, salientou Almeida (1987), a hegemonia consolidada pela família patriarcal na política se deu através do clientelismo, do populismo e das relações de trabalho e de poder, onde o favor e a alternativa da violência preponderaram, sobrepujando os direitos das cidadãs/ãos. Por assim dizer, a família, especialmente a família patriarcal, salientou Rêgo (2008), moldou a história do Brasil, por conta da sua influência na formação e na reprodução de estruturas sociais, econômicas e políticas.

Um dos traços relevantes das famílias patriarcais, segundo Almeida (1987), era a dependência da autoridade paterna ou outra autoridade que a representasse. A anexação de outros elementos, como filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, expostos, serviçais, amigos, agregados e escravos conferiam à família patriarcal, em conformidade com Samara (1998), conferiu uma forma específica de organização, sinônimo de família extensa. A lógica organizativa das famílias patriarcais, nas palavras de Pateman (1993), serviu como metáfora da ordem política que entendia todas as relações de superioridade e subordinação como semelhantes à relação pai e filho, marido e mulher. Em razão, disto não seria um equívoco destacar a influência e ascensão desse modelo de família nos espaços privados e públicos do Território do Sisal, onde no período que antecedeu a conquista da filiação das trabalhadoras rurais ao Sintraf Serrinha, a desvalorização das trabalhadoras rurais se mostrava sem nenhum pudor:

*“[...] na sua grande maioria todas [as mulheres] queriam ser filiadas, mas eram rejeitadas ao entrar no sindicato com um pedido de filiação [...]. Era expulsa de lá porque já eram representadas pelo marido. [...]. Só filiava se fosse uma viúva ou uma mãe solteira que não tivesse nenhuma convivência com nenhum homem dentro de um teto, aí essas eram filiadas. Mas as mulheres que tinham um companheiro ou um esposo não podiam ser filiadas.”<sup>7</sup>*

A presença de viúvas e mães solteiras no contexto dos filiados ao sindicato endossou a lógica do domínio masculino no âmbito da experiência privado-pública das trabalhadoras

---

<sup>7</sup> Trecho inédito da entrevista concedida por uma das trabalhadoras rurais a pesquisa “*Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha*”.

rurais, uma vez que só foi tolerada em razão da ausência de uma figura masculina proeminente (marido e/ou pai e/ou filho adulto). No entanto, talvez este fato tenha lançado as bases para o futuro questionamento do domínio masculino, já que abriu um valioso precedente para a filiação de todas as outras trabalhadoras rurais. Além de revelar a existência, no contexto Sisaleiro/serrinhense, de outros arranjos familiares que não aqueles estritos à família patriarcal e/ou extensa.

Segundo Garcia, Salles e Scott (apud SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p. 67), estudos menos memorialistas e mais etnográficos evidenciaram que as migrações rurais para as cidades e para o sul do país mexeram com este cenário de divisão clássica de relações de gênero, evidenciando a existência de uma variedade muito maior de rearranjos relacionais familiares. Tal fato remeteu a constatação de Castro (2014) de que a história das famílias no Brasil nunca foi homogênea e, que hoje, por distintos processos históricos, a família estaria se diversificando. Pois, de acordo com Hora e Butto (2014), as mulheres também têm assumido, cada vez mais, a responsabilidade no grupo familiar. *Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina passou de 14,6 % para 17,7% entre 2006 e 2010 (IBGE/PNAD, 2006 e IBGE/Censo, 2010).* (HORA; BUTTO, 2014, p. 18).

Desse modo, se por um lado isto se traduziu em maior autonomia das mulheres, sublinham Hora e Butto (2014), por outro pode ter acarretado maior sobrecarga de trabalho. Por esse motivo, tal transformação precisava ser acompanhada do apoio à socialização do trabalho doméstico e de cuidados por parte do estado. Haja vista que [...]

O Brasil tem testemunhado transformações recentes nos arranjos familiares. Nota-se a ampliação do número de arranjos familiares unipessoais e uma tendência de redução do número de casais, o que representa a ampliação dos domicílios monoparentais, com destaque para as famílias monoparentais femininas. O crescimento do número de famílias monoparentais também repercute no aumento da chefia feminina nas famílias. No censo populacional do IBGE de 2000, 22,2% das famílias brasileiras tinham mulheres como responsáveis, número que aumentou para 37,3% no censo de 2010. (BRASIL, 2020, p. 1).

Para Cavenaghi e Alves (2018), nunca houve unanimidade na formação da família brasileira. No entanto, o grau de complexidade não poderia ser tão elevado no período em que a economia brasileira era simples e sustentada por uma estrutura agrária e rural. A antiga forma de organização da família patriarcal brasileira descrita por Prado e Freyre, ressaltou Cavenaghi e Alves (2018), sofreu transformações e paulatinamente cedeu espaço a uma maior diversificação e a formas menos desiguais de relacionamento entre homens e mulheres, entre pais e filhos. Todavia, a pluralidade e a complexidade dos arranjos familiares brasileiros na

atualidade estariam distantes da desejável equidade entre os gêneros e da superação do patriarcado. A esse respeito, o contexto Sisaleiro/serrinhense seria um exemplo emblemático, pois nesse lócus não houve como desconsiderar a hegemonia política e econômica do modelo de família patriarcal.

Serrinha foi um município que surgiu sob a égide desse modelo, especialmente presente nos segmentos sociais mais abastados. Apesar disto, ele não poderia ser considerado idêntico à tradicional família extensiva dos engenhos de açúcar, descrita por Gilberto Freyre (1994). No entanto, se aproximou pela analogia, como diria Belardinelli (2007), do modelo de família composta pelo casal, seus muitos filhos, avós e empregados vivendo sob o mesmo teto, com uma rígida distribuição dos papéis, subordinação da mulher, relacionamentos intergeracionais bastante lineares e funções sociais mais ou menos previsíveis desenvolvidas sob a rígida disciplina imposta pelo pai.

Como exemplo do poder patriarcal, temos Serrinha-Ba, lócus do nosso trabalho investigativo. Originária da família do patriarca Bernardo da Silva, Serrinha teve origem em 1723 e, conforme os escritos de Franco (1996), ele comprou à Dona Joana Guedes de Brito e ao seu marido D. João de Mascarenhas, as terras dos Sertões dos Tocós. E nelas, mais especificamente no sítio chamado Serrinha, veio a morar com sua família. Conforme Antônio José Araújo, autor do livro *“A família de Serrinha”*, publicado em 1926, dos filhos de Bernardo da Silva, apenas o Padre Prudente e Maria da Purificação não constituíram família, portanto, não tiveram descendência. Os demais filhos de Bernardo da Silva deram origem as seguintes famílias: a) da Serrinha – os Mayas; b) do Saco do Moura – os Apolinários; c) da Serra Grande - os Santhiagos; d) da Tambuatá – os Mottas; e) do Sítio – os Afonsos; f) da S. Bartolomeu – os Carneiros; g) do Genipapo – os Silvas; da Tiririca – os Silva e Oliveira. De acordo Araújo (1927), essas famílias ramificaram-se depois por Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro, Água Fria, Jacobina, Sento Sé, entre outros municípios. Araújo (1927) se reportou a elas com especial carinho, destacando que [...]

Para cada uma delas terei um capítulo especial, ligado que estou pelo lado paterno às famílias de Tambuatá e Genipapo, e pelo lado materno à de Serrinha, ou todas pelo sangue comum de Bernardo da Silva, o esquecido antepassado, cuja memória faríamos bem em realçar, erguendo-lhe um monumento no logradouro mais importante do lugar, ou tão apenas a ele dando-lhe o nome venerando e digno de melhor acatamento por parte dos seus descendentes, que são todos os da elite Serrinhense. (ARAÚJO, 1927, p. 09).

Ao falecer em 1750, muitos dos seus filhos e filhas já estavam casados com proprietários de terras da vizinhança e o local já contava com casas de maior porte, como a do



patriarca, além de lojas comerciais e casas menores. E Serrinha, conforme Franco (1996), favorecida pelo fato de ser trajeto obrigatório da estrada de Salvador ao São Francisco rumo ao Piauí, expandia-se. E, por conta disto, tornou-se um centro aglutinador e pouso para os comerciantes e curraleiros que iam fazer negócios de cereais e gado. Era também um centro social e religioso. Daí a convicção de Franco (1996) de que Bernardo da Silva e família tiveram o mérito de transformar Serrinha no povoado mais importante da região.

**FIGURA 2 - FOTO ANTIGA DO PALACETE DA FAMÍLIA FRANCO, LOGRADOURO ONDE QUE HOJE SE LOCALIZA A PRAÇA DA IGREJA NOVA, MUNICÍPIO DE SERRINHA-BA**



**Fonte: Museu Pró-Memória de Serrinha, BA (2020).**

O breve resgate histórico anteriormente apresentado demonstrou que o modelo de família instituída por Bernardo da Silva em Serrinha consolidou uma estrutura de poder que, em alguma medida, ecoou no município até os dias atuais. Tal estrutura apresentou uma face muito visível – a masculina - pois os homens estavam nos espaços públicos e à frente da cena histórica. A presença deles era notória nos registros dos fatos que marcaram a origem do município, dentre os quais poderíamos mencionar o desbravador e fundador Bernardo da Silva, os chefes dos troncos familiares, a exemplo do capitão Apollinário da Silva, destacado pelo escritor Antônio José de Araújo (1927). O Dr. André Negreiros Falcão, médico radicado em Serrinha, enaltecido pelo Jornal “O Serrinhense”, de agosto de 1927 como “[...]”

*individualidade de incontestável e fulgurante relevo como cientista e profissional, que [...] veio de preferencia captivar a Serrinha inteira [...] de um caráter sem jaça e de um coração boníssimo, cheio de lealdade e afecto [...]*”. O Cel. Luiz Nogueira, também ovacionado pelo Jornal “O Serrinhense”, de outubro de 1927, em razão da sua nomeação ao cargo de Delegado Fiscal da Bahia [...]

[...] Quem conhece de perto as admiráveis qualidades de caracter do benemérito e honroso filho desta terra, a quem hoje estão entregues os destinos do Fisco Federal, há de reconhecer que não obstante a sua acção enérgica de homem luctador pela defesa da causa sagrada da moralidade e do bem, nunca o seu caracter será capaz de praticar um acto menos digno [...]. (RIBEIRO, 1927, p. 01).

A presença masculina também foi bastante enfatizada no livro “*Serrinha – A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia*”, do jornalista Tasso Franco. Através de uma minuciosa pesquisa documental e de campo sobre a história local que resultou numa produção que explorou de forma exponencial aspectos antropológicos, geográficos, políticos, econômicos e culturais relativos à gênese do município, Franco (1996) concebeu uma obra de relevante conteúdo. No livro, dentre outras coisas, ele descreveu a colonização portuguesa no sertão com ênfase nas primeiras famílias a ocuparem os sertões dos Tocós, a exemplo da família de Bernardo da Silva. Um dos traços mais marcantes dessa produção, no entanto, foi a narrativa construída sob a ótica masculina.

**FIGURA 3 - REUNIÃO ENTRE LIDERANÇAS POLÍTICAS NA RESIDÊNCIA DO CEL. LUÍS NOGUEIRA, NO ANO DE 1956.**



**Fonte: Museu Pró-Memória de Serrinha, BA (2020).**

Ótica que traduziu a realidade palpável, pois o domínio masculino fazia-se presente e vigoroso tanto nos meandros do espaço privado quanto nas arenas do espaço público. No

âmbito da política e da administração municipal, por exemplo, o domínio masculino era incontestável. Não foi por acaso que a maioria dos intendentes e/ou prefeitos se originou das famílias da elite local. Em levantamento realizado por nós em fontes documentais primárias e secundárias, verificamos que o cenário político e a gestão do município foi hegemonicamente masculina, conforme o quadro a seguir:

**TABELA 2 - PANORAMA DO DOMÍNIO POLÍTICO FAMILIAR NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BA: 1967 A 2016**

| <b>PREFEITO ELEITO</b>             | <b>PAIS</b>  | <b>FAMÍLIA</b>    | <b>MANDATO</b> |
|------------------------------------|--|-------------------|----------------|
| Carlos de Freitas Mota             | Maria Alvarez de Freitas Mota e Antônio Pinheiro da Mota     | Mota              | 1967 - 1971    |
| Aloízio Carneiro da Silva          | Clotildes da Silva Oliveira e Fernando Carneiro da Silva     | Carneiro da Silva | 1971 - 1973    |
| Mariano José de Oliveira Santana   | Lindauro Oliveira Santana e Paulino Santana                  | Santana           | 1973 - 1977    |
| Aloízio Carneiro da Silva          | Clotildes da Silva Oliveira e Fernando Carneiro da Silva     | Carneiro da Silva | 1977 - 1983    |
| Antônio Josevaldo da Silva Lima    | Joanice Silva Lima e José Santana Lima                       | Carneiro da Silva | 1983 - 1988    |
| Paulino Alexandre de Santana       | Lindauro Oliveira Santana e Paulino Santana                  | Santana           | 1989 - 1992    |
| Claudionor Ferreira da Silva Filho | Maria Áurea Pimentel Ferreira e Claudionor Ferreira da Silva | Pimentel          | 1993 - 1996    |
| Paulino Alexandre de Santana       | Lindauro Oliveira Santana e Paulino Santana                  | Santana           | 1997 - 2000    |
| Antônio Josevaldo Silva Lima       | Joanice Silva Lima e José Santana Lima                       | Carneiro da Silva | 2001 - 2004    |
| Claudionor Ferreira da Silva Filho | Maria Áurea Pimentel Ferreira e Claudionor Ferreira da Silva | Pimentel          | 2005 - 2008    |
| Osni Cardoso de Araújo             | Alzira Cardoso de Jesus e Pedro                              | Araújo            | 2009 - 2012    |

|                        |   |            |             |
|------------------------|---|------------|-------------|
|                        | Joaquim de Araújo                                 |            |             |
| Osni Cardoso de Araújo | Alzira Cardoso de Jesus e Pedro Joaquim de Araújo | Araújo     | 2013 - 2016 |
| Adriano Silva Lima     | Arlete Silva Lima e Antônio Josevaldo Silva Lima  | Silva Lima | 2017        |

Fonte: Franco (1996), Tribunal Regional Eleitoral (2020).

Quadro produzido com base no modelo de Coelho Neto (2013). Elaboração: Telma Regina Batista Nascimento. Nota: Embora não conste o sobrenome Carneiro no nome do ex-prefeito Antônio Josevaldo Lima, sua mãe era irmã do ex-prefeito Aloízio Carneiro da Silva.

Nota: Entre os prefeitos eleitos, o único que se originou de uma família de camponeses não incluída no rol das famílias ditas tradicionais do município de Serrinha, foi Osni Cardoso de Araújo.

A presença feminina, não por coincidência, esvaneceu-se nos anais da política, da economia e da cultura do município. Nos raríssimos momentos em que ela se notabilizou foi para ilustrar os ditos atributos femininos, muito próprios as mulheres da elite. O frescor delicado da juventude, a graça e a elegância das mulheres adultas, bem como as prendas domésticas, eram os aspectos mais valorizados. Um bom exemplo foi Belinha Maciel:

**FIGURA 4 – BELINHA MACIEL, SERRINHA, BA, 1927**



Fonte: cópia do Jornal “O Serrinhense”- Museu Pró-Memória/AMA, Serrinha, BA (2020)

[...] irradiando encantos e sympatias, é a figura galante e atraente de uma das nossas conterrâneas, de quem ides ver o perfil. Foi propícia a natureza concedendo-lhe tanta formosura na esbelteza natural de seu porte de rainha, cuja esthetica causaria inveja às mais graciosas filhas da Grécia [...].

.....  
Delicadamente prendada, os seus dedinhos de fada são capazes de confeccionar os mais difíceis trabalhos que somente a paciência feminina consegue desempenhar. (RIBEIRO, 1927, n. 47).

O perfil traçado pelo “O Serrinhense” (RIBEIRO, 1927, n. 47), traduziu o pensamento de Macedo e Cezar-Ferreira (2016, p. 261) de que as mulheres das classes mais abastardas eram

preparadas para serem boas esposas, donas de casa e mães. Essa assertiva predominou na publicação de Franco (1996), onde as pouquíssimas menções acerca da condição da mulher na

sociedade serrinhense ocorreram na forma de registros fotográficos de mulheres da elite, apresentadas na condição de esposas, mães e miss. Vistas dessa perspectiva analisaram Macedo e Cezar-Ferreira (2016, p. 261), a mulher era destinada ao casamento e à procriação. Sendo-lhe negados direitos como educação, profissionalização e a consequente participação no mercado de trabalho. A exceção, ressaltaram Macedo e Cezar-Ferreira (2016, p. 261), deveria ser feita às mulheres das camadas populares que sempre precisavam trabalhar para se manter. Atividades manuais, serviços de natureza doméstica, comércio ambulante, entre outras, eram as ocupações das mulheres das camadas populares.

#### **FIGURA 5 - MULHERES RURAIS NA FEIRA DE SERRINHA-BA**



**Fonte: Museu Pró-Memória/AMA, Serrinha, BA (2020)**

Do nosso ponto de vista, muitos desses serviços supriram as necessidades de cuidado com o lar com as crianças pequenas e idosas das famílias tradicionais do contexto serrinhense. Serviços que não caberiam às mulheres da elite. Ainda com base nos escritos de Franco (1996), verificamos que no capítulo dedicado às *“Figuras populares e outros tipos”*, dentre cento e cinquenta pessoas mencionadas, o autor (1996) destacou dezessete mulheres que foram destacadas como fofoqueiras, donas de pensões, de salões de beleza, de restaurantes de comida caseira. Outras, caracterizadas como costureiras, ou ainda, como funcionárias de

cartórios, como verdureiras, quitandeiras, ou ainda, como briganas, loucas ou prostitutas.

A forma como as mulheres foram retratadas ao longo do tempo na sociedade serrinhense do século XX evidenciou, nas palavras de Pateman (1993), que a gradual substituição da sociedade tradicional baseada no status pela sociedade da ordem civil moderna regida pelo contrato permitiu a emergência de um modelo de patriarcado que, pautado na fraternidade<sup>8</sup>, não se mostrou menos sexista/excludente. Esta exclusão se mostrou mais aguda entre as mulheres das classes populares, especialmente as mulheres rurais que a vivenciaram não apenas na esfera pública, mas no âmbito do privado. Nesse particular, não poderíamos deixar de destacar os naturalizados atributos femininos em sua relação intrínseca de cuidados e responsabilidades para com a maternidade, com a família e com o modo de produção que a mantinha.

De acordo com Melo (2002), à semelhança de outras regiões do país e de outras partes do mundo, na região semiárida nordestina as mulheres foram as principais responsáveis pela produção de alimentos na agricultura familiar. No entanto, embora garantindo a presença dos alimentos em nossas mesas e gerando divisas, seu trabalho foi pouco reconhecido. Fato que historicamente reforçou sua vulnerabilidade/ exclusão social, especialmente em tempos de crises e retrocessos democráticos. No Território do Sisal, por exemplo, por não constituir algo suficientemente digno ou visível para ser nomeável, a vulnerabilidade/exclusão encontrou nas trabalhadoras sua expressão mais evidente:

*“[...] uma das coisa que me marcou muito é já ter começado a trabalhar, [...] na roça, com sete anos de idade. [...] Então, me marcou muito. E pela questão sofrida que era, sempre aquele trabalho pesado e a alimentação da gente que era [...] muito precária. [...] eu não me conformava com a vida que eu levava: [...] não podia nem me vesti direito.”<sup>9</sup>*

Apesar do fenômeno histórico da exclusão, especialmente vivenciada pelas mulheres do meio rural, a população do Território do Sisal, conforme Humberto Nascimento (2003) encontrou ‘brechas’ para se manter. Ao dialogar com outras referências, que não aquelas

<sup>8</sup> A tomada simultânea pelos filhos do direito político do pai, seu direito sexual bem como seu direito paterno, sublinhou Pateman (1993, p. 56), gerou o governo civil. Desde então as relações contratuais impessoais substituíram a sujeição antiga e personalizada do *status* ou patriarcado. Desse modo, na sociedade civil, sublinhou Pateman (1993, p. 61), todos os homens, não apenas os pais, poderiam gerar a vida e o direito políticos. A criação política não era própria da paternidade, e sim da masculinidade. Uma das vantagens da abordagem histórica do patriarcado, ressaltou Pateman (1993, p. 63), foi mostrar que na sociedade civil moderna, mesmo a economia capitalista, apresentou uma estrutura patriarcal, baseada em relações servis e desiguais.

<sup>9</sup> Trecho da entrevista concedida a este trabalho investigativo pela participante que se autodenominou Genolina Araújo.



estritamente relacionadas ao sofrimento decorrente também da histórica ausência de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, a fé e a teimosia das sisaleiras, retroalimentadas pela sociodiversidade que compunha o Território, serviram como valioso instrumento de ruptura com os desafios do cotidiano. Isso muito provavelmente só foi possível porque essas mulheres mostraram-se capazes de aprender com as dificuldades enfrentadas no contexto pessoal, familiar e social.

Entremeada pela dimensão religiosa, a sociodiversidade que caracterizava o Território do Sisal, conforme Humberto Nascimento (2003), possibilitou a formação de uma ‘cola’ societal importante para a manutenção das condições mínimas de vida dos segmentos mais excluídos, em especial das trabalhadoras rurais. Haja vista que, conforme Magalhães e Abramovay (2007), a sobrevivência de cada membro das comunidades rurais dependia não apenas da busca individual por resultados, mas, sobretudo, das tradições e valores comunitários que garantiam coletivamente os meios de sobrevivência de seus membros. Foi nesse particular que encontramos outra referência para o conceito território, o qual, do ponto de vista de Milton Santos (2002), mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais instituímos nossa vida em sociedade, congregaria uma dimensão simbólica na qual despontaria, entre outras coisas, formas de solidariedade orgânica.

Essa solidariedade favoreceu a constituição de espaços de aprendizagem, onde a dimensão educativa da participação tornou-se mais evidente, servindo de cimento social na inclusão produtiva e cultural desses grupos da população. Nesse particular, salientou Moraes (2016), é importante lembrar que as mulheres rurais não recebiam incentivos para participar de cursos de capacitação, pois sequer eram reconhecidas como trabalhadoras. No entanto, o ingresso das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares em espaços públicos e políticos possibilitou o acesso a novos e diversos conhecimentos. Tal acesso se deu através das articulações com grupos de mulheres, das parcerias com as ONGs e sindicatos, onde as mulheres tiveram a oportunidade de participar de diversos cursos de formação agrícola e não agrícola.

Em se tratando do Território do Sisal, com o apoio de forças externas, principalmente dos setores católico-progressistas, gradativamente as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sisaleiros começaram a questionar suas condições de vida. A necessidade de intervenção que emergia no bojo dessa consciência coletiva retroalimentava-se com a entrada de novos saberes. Esses saberes não decorreram da experiência de educação formal, haja vista que, a despeito da sua origem eminentemente agrária, as trabalhadoras ficaram à margem do direito à educação formal. Contudo, as trocas com missionários e padres vinculados às lutas

populares que, segundo Paludo (2001), valorizava a cosmovisão camponesa, a tomou como referência para a construção de um saber que permitisse compreender cada vez melhor a própria realidade e as formas de nela intervir, fosse no plano individual/familiar - privado, fosse plano social/institucional político e econômico - público.

O conjunto dessas trocas pareceu abrir caminho para análises cada vez mais voltadas para a interface entre o mundo sociocultural e o mundo conceitual, potencializando a constituição de uma consciência reflexiva. Processo para o qual a linguagem, segundo Capra (2002), surgiria como incontornável, à medida que possibilitasse o fluxo de informações capazes de criar imagens mentais, pensamentos e significados que se desdobrariam em outras informações. Conseqüentemente, isso geraria a contínua necessidade de agir conforme uma determinada intenção ou objetivo, aspecto este que refletia a projeção de imagens mentais para um futuro desejável.

Assim, do ponto de vista de Capra (2002), pode-se pensar que o significado constituiu uma prerrogativa essencial para mobilizar o interesse e a ação das sisaleiras e sisaleiros. No entanto, como o significado emergiria intrinsecamente ligado a uma visão específica de ser humano e de sociedade, forjados pela história e pela tradição, não raras vezes atravessado por questões ideológicas e relações de poder, ele necessariamente remeteria à necessidade de uma interface com uma teoria crítica. Essa teoria crítica seria necessária como caminho para a construção de uma análise hermenêutica a respeito de como a história, a tradição e a ideologia estariam ligadas a relações de poder.

No caso da mobilização social que estava sendo gestada pelas trabalhadoras, a construção dessa teoria provavelmente esteve relacionada com os fóruns de discussão promovidos pelos 'círculos bíblicos'. Estes círculos, de acordo com Humberto Nascimento (2003), sob a coordenação e com o apoio das pastorais rurais do movimento progressista-católico, realizavam semanalmente a leitura do evangelho associada à leitura da realidade, integrando na acepção de Habermas (*apud* CAPRA, 2002, p. 92), o conhecimento empírico à hermenêutica. Tal práxis permitiu a superação de certas restrições decorrentes das já mencionadas questões ideológicas e relações de poder, permitindo um distanciamento reflexivo sobre as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do território, pois que [...]

[a] o lado de toda uma vivência comum com o manejo da terra, os criatórios e os plantios, a ação missionária intensificava-se discutindo aos problemas da vida no campo e da própria situação dos agricultores sertanejos, generalizavam-se uma consciência coletiva e fortalecia-se uma identidade cultural. Foi [...] dessa base social originária que se desencadeou uma série de lutas em prol da retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do controle patronal para reerguê-lo novamente



como instrumento político dos trabalhadores rurais na reivindicação de justiça social e controle da miséria [...]. (NASCIMENTO, 2003, p. 36).

A construção gradativa da organização social camponesa no Território do Sisal aproximou-se da noção de território apresentada por Silva (1998), que se constituiu a partir da ideia de que o território seria uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. Assim, cada grupo social ou o indivíduo, com base em imagens, representações e projetos tomaram consciência do seu espaço de vida, partindo do nosso ponto de vista, para a construção de processos de intervenção [...]

*O pessoal fazia as reuniões embaixo de um pé de árvore pra não perceber que tava discutindo aquilo ali. [...] eu lembro que eles iam pra minha casa, que eu morava bem escondido assim [...] não dava pra ninguém perceber. Aí eles faziam reunião [...] em minha casa, na casa de minha sogra. Mas [se] [a] gente tivesse discutindo, viesse alguém que eles não conhecesse [...] paravam a discussão e inventava outra conversa, [...] porque se não era complicado [...]. [...] através disso aí, foi que a gente chegamos a tomar o sindicato [...].<sup>10</sup>*

Dá a assertiva de Wanderley (1996), a história do campesinato brasileiro poderia ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Fato que revelou que longe de desenhar uma direção unívoca, resultando na dissolução do setor, tais embates se deram em meio a complexos processos/trajetórias diferenciadas no tempo e espaço do território brasileiro. A luta das trabalhadoras rurais pelo direito de filiação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a conseqüente tomada do sindicato do controle do poder executivo municipal foi um desses complexos processos. Haja vista que permitiu, conforme Veronezzi (2018), que as trabalhadoras enquanto agricultoras, esposas, mães e militantes consolidassem as condições para o enfrentamento das desigualdades de sexo/gênero, de classe social que se acirravam quando a essas se somavam a condição de trabalhadora rural/agricultora familiar/camponesa.

Na escala local, a participação e maior interesse dessas mulheres pela execução de projetos, programas e políticas públicas demonstrou seu comprometimento quanto à transformação das comunidades em que viviam. Processo, como diria Léon (2001), quase que inevitavelmente atrelado à conquista de uma maior autonomia decorrente do relacionamento das mulheres com o poder. Então, tendo em vista as relações entre o poder e a

<sup>10</sup> Trecho inédito da entrevista concedida por uma das trabalhadoras rurais e líder sindical à pesquisa “Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha”.

dominação, caberia discutir os desafios da aquisição do poder pelas trabalhadoras rurais como forma de consolidar modelos sociais mais inclusivos. Em face disto, na seção que segue, a abordagem sobre o conceito empoderamento se mostrou uma necessidade.

## 2.2 O EMPODERAMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS E O “TERRITÓRIO” CONTESTADO DO SINTRAF SERRINHA

A colonização do Território do Sisal, mais especificamente do município de Serrinha, deixou-lhe como legado a concentração de poder econômico e político, onde a desigualdade e exclusão encontraram nas mulheres do meio rural algumas das pessoas mais atingidas e ao mesmo tempo mais invisibilizadas. Foi no cerne da *situação de desastre* representada pelas secas e baixíssimos níveis de desenvolvimento humano que as trabalhadoras rurais do antigo Sindicato dos Trabalhadores Rurais consolidaram lutas que as levaram ao campo de disputas por equidade. Sem dúvida, destacou Batliwala (1997), existiram elementos suficientes para acreditar que a prática colonial determinou as estruturas sociais de dominação masculina, a pobreza difundida e as economias vulneráveis através das divisões laborais rígidas, com base no gênero e classe. Como forma de situar no tempo e espaço o processo de empoderamento inaugurado pelas trabalhadoras rurais no sindicato, optamos, sublinhou Franco (2018), por resgatar brevemente a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), atual Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (Sintraf).

De acordo o nosso estudo (NASCIMENTO, 2009), o STR foi fundado em 7 de janeiro de 1968, reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 7 de maio de 1969. Longe de se constituir no resultado da mobilização das trabalhadoras e trabalhadores rurais, o sindicato surgiu de uma articulação envolvendo o poder público municipal e a Igreja Católica, a fim que a entidade intermediasse o repasse de verbas federais para a saúde. Como forma de dar agilidade ao processo e, tomando como critério a afinidade com o poder hegemônico local com o apoio do pároco da época, o prefeito selecionou nas comunidades alguns trabalhadores para atuar como lideranças na discussão sobre a fundação do sindicato. Em pouco tempo, homens da estrita confiança do poder público municipal assumiram a gestão da instituição, de modo que o sindicato passou a funcionar como uma extensão desse poder, já que os gestores da linha de frente – presidente, secretário-geral, tesoureiro – tanto eram indicados quanto remunerados pela prefeitura. Tal perfil aproximou a entidade dos interesses específicos dos grupos dominantes no município, deixando de lado os interesses da categoria que deveria representar.

Desse modo, a forma como se deu a fundação do Sintraf Serrinha, bem como o modelo de gestão que lá fora instaurado, expressou algo bastante peculiar ao legado colonial do Brasil: o tratamento privado dado às questões de interesse público. Em tal legado prevaleceram, segundo Hollanda (1995), as preferências fundadas em laços afetivos próprios da comunidade doméstica tipicamente rural. Preferência que, moldada segundo as normas clássicas do direito romano-canônico da Península Ibérica e regida pela autoridade inquestionável do pater-famílias, forneceu à vida pública brasileira a referência mais aceitável de poder, de respeitabilidade, de obediência e de coesão entre os homens. De acordo com Hollanda (1995), através do particularismo e a patronagem da ordem privada, produziu-se a invasão antipolítica do público pelo privado. Traço esse típico do coronelismo subjacente à gestão controlada pelo poder público municipal do Sintraf/Serrinha.

O coronelismo, conforme Santin (2007) foi uma prática recorrente desde os tempos coloniais. De fato, a noção de poder local no Brasil esteve vinculada a esse paradigma, segundo Colussi (1996, p. 18 *apud* SANTIN, 2007, p. 325), profundamente relacionado a uma organização social rural predominante na quase totalidade dos municípios brasileiros. Organização esta que se fortaleceu graças ao isolamento, ao atraso econômico e à falta de comunicação dessas localidades com os centros mais desenvolvidos. E, embora os coronéis tenham deixado de existir, como destacaram Ramos e Antônio Nascimento (2001b), o tipo de situação social e de relação de poder instituída por eles se reproduziu na contemporaneidade. De acordo com Velho (1976), essa reprodução não ocorreu de forma espontânea, mas sim articulada às transformações do desenvolvimento capitalista que, ao sabor das ocorrências internacionais ou das necessidades da reprodução interna, estimulava a eliminação e/ou a reedição de determinadas práticas aparentemente contraditórias para a democracia formal consolidada em nosso país a partir do século XX.

Desse modo, especialmente no nordeste brasileiro, quando não se encontravam investidos em determinados cargos, os representantes do coronelismo contemporâneo tendiam a ocupá-los através de seus prepostos. Selecionados por meio de critérios como o compadrio, que consistia na troca de deferências, onde o batismo dos filhos e o testemunho nos casamentos, por exemplo, eram secundados pela fidelidade inquestionável, os prepostos garantiam que nenhuma ação ou projeto fosse desenvolvido numa determinada região sem a negociação e a aprovação do poder local. Aliado ao compadrio, ressaltaram Ramos e Antônio Nascimento (2001b), o assistencialismo também assegurou a reprodução do mandonismo pelo poder local. Tal prática configurou-se na apropriação pelas elites dos programas governamentais que chegavam ao local como trunfos eleitoreiros, reforçando a rede de

favores e a suposta ideia de bondade dos administradores, o que dificultava o florescimento de qualquer ideia de direito ou cidadania entre os beneficiários.

Durante a gestão patronal do Sintraf/Serrinha, o assistencialismo pareceu ser um recurso recorrente, haja vista que entre as suas políticas predominavam ações como distribuições de cestas básicas, de sementes e execução do programa de distribuição de leite.

A administração era mais voltada, assim, para o assistencialismo. Não era uma administração voltada para, vamos dizer assim, para promover os trabalhadores, a promoção humana. Não tinha essa [...]. [...] então o sindicato voltava mais para a questão do assistencialismo de médico, [...] de [...] cozinhas assim que realmente não é [...] é papel de sindicato [...].

Firmaram-se então, segundo Paludo (2001), as bases para uma cultura que, incapaz de romper com o passado, atualizava um quadro social que continuava convivendo com problemas históricos: terra, desemprego, fome, discriminação. Tal cultura, segundo Velho (1976), esteve articulada ao desenvolvimento de um capitalismo autoritário, movido pela ocorrência simultânea da mudança e da permanência em uma complexa inter-relação. Sendo assim, não era à toa que a gestão controlada pelo poder público negligenciava os processos educativos. Isso pode ter ocorrido, não apenas em função da ameaça que esses processos representavam para a política do assistencialismo, do clientelismo dominante e do predomínio de interesses privados em detrimento dos interesses da categoria das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Além, é claro, da cultura que estabelecia a hierarquia entre o urbano e o rural, que se sustentava, entre outras coisas, no ideário de que a reprodução econômica, realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dispensava qualquer processo educativo para esse público.

Esse fato pareceu constituir um desdobramento do modelo de desenvolvimento implantado em nosso país, que, estruturado a partir de um projeto colonial latifundiário e escravista atípico até para o contexto latino-americano, reforçou a cultura da exclusão material e simbólica dos segmentos sociais menos abastados. Em um contexto como esse, ressaltou Xavier (1994), a educação escolarizada só podia interessar às camadas dirigentes e à lógica dominante nas relações econômicas: o lucro fácil e abundante decorrente da exploração primária de produtores compulsórios. Daí a relevância da mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sisaleiros na segunda metade do século XX.

Segundo Boaventura Santos e Nunes (2003), a grande participação dos movimentos sociais nos processos de democratização nos países da América Latina colocou em pauta a

necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre o Estado, o privatismo dos recursos públicos, a sociedade e a diversidade. Negligenciadas pela homogeneização desencadeada pelo paradigma científico e político econômico eurocêntrico, a diversidade representada por questões seculares, como o domínio masculino e a consequente marginalização e invisibilidade feminina foram exaustivamente denunciadas e problematizadas na contemporaneidade pelo feminismo.

Movimento que, segundo León (2001), evidenciou que a questão do poder ocupou um lugar central nos debates das ciências sociais. Debate onde se destacou os desafios que as mulheres enfrentaram para reverter, em alguma medida, os esquemas que as marginalizam do poder, tanto formalmente da institucionalidade normativa quanto da cultura. Pois, como ressaltou Young (1997), crítico era o fato de que em diversas culturas, muitas mulheres foram socializadas de tal maneira que não tinham nenhum senso de reconhecimento dos seus direitos ou necessidades, exceto em relação aos outros: seus filhos, suas famílias. A falta de poder não só criava obstáculos para que as demandas fossem pautadas, como tornava inimaginável a articulação destas. Daí o tempo demonstrar que seriam necessárias ações que extrapolassem as sutilezas do mundo privado rumo à consolidação de espaços políticos no universo público. Aqui, adquiriu relevância a noção/praxis de empoderamento.

Para Stromquist (1997), a compreensão apurada do conceito de empoderamento exige o resgate de suas origens nos movimentos populares, dentre eles, os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos da década de 1960 que lutaram para garantir os direitos democráticos dos afro-americanos. Líderes como Stokeley Carmichael e Hamilton (1967 apud STROMQUIST, 1997, p. 77), conclamaram o ‘poder negro’ que definiram como um apelo para que os negros se unissem, reconhecessem sua herança ancestral e construíssem um senso de comunidade. Diante disto, sublinhou Batliwala (1997), o processo de desafiar as relações de poder existentes, ganhando mais controle sobre suas fontes, pode ser chamado de empoderamento.

Uma das contradições fundamentais no uso do termo empoderamento, apontou León (2001), expressou-se pelo confronto entre empoderamento individual e coletivo. Do ponto de vista do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, sublinhou León (2001), o conceito de empoderamento foi limitado ao senso de autoconfiança, ao senso de controle individual/pessoal do sujeito que faria as coisas por si mesmo, sem o auxílio dos outros. Tratou-se de uma visão individualista, focada na ideia de sujeitos autônomos que ignoraria as relações entre as estruturas de poder e as práticas cotidianas de indivíduos e grupos. Além de desconectar as pessoas do amplo contexto sociopolítico histórico, da solidariedade, do sentido

que a cooperação representa e do que significaria se preocupar com o outro. Outra contradição que emergiu no âmbito da noção e abordagem de empoderamento nos últimos anos, salientaram Romano e Antunes (2002), foi a gradual apropriação pelas agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais (como o Banco Mundial). Nessa apropriação o conceito e sua abordagem sofreram um processo de despolitização, ou pasteurização, ao ser tratado de uma perspectiva instrumental e metodológica.

Desse modo, o conceito foi apropriado como uma forma de legitimação de práticas muito diversas e não necessariamente empoderadoras como nos termos originais. De fato, apontaram Romano e Antunes (2002), invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais por diversos governos e por ONGs, esse empoderamento passou a ser utilizado com muita frequência como um instrumento de legitimação de processos de dominação. Ou ainda, como diria Romano e Antunes (2002), para controlar, dentro da lógica dessas organizações, o potencial de mudanças impresso originariamente em categorias e propostas inovadoras. Situação típica de transformismo (gattopardismo): apropriação com fins de desvirtuar o novo, garantindo a continuidade de práticas dominantes. Ou seja, adaptar-se aos novos tempos, mudar tudo para não mudar nada.

Em face da apropriação interessada da noção e abordagem do empoderamento, destacou León (2001), jamais seria descabível a retomada das obras de Gramsci e Foucault, bem como o trabalho seminal para a América Latina de Paulo Freire, pois tais autores foram fundamentais ao destacar que as relações de poder e as formas de consciência foram histórica e culturalmente condicionadas por contradições e lutas sociais. Embora, conforme León (2001), nenhum dos autores supracitados utilizaram o conceito empoderamento e que, no âmbito das relações de poder que tão amplamente identificaram e discutiram, jamais contemplaram explicitamente o conceito gênero. No entanto, possibilitaram a emergência epistemológica do campo político que atravessa o termo.

Aplicado aos aspectos de gênero apontou Stromquist (1997), a discussão acerca do empoderamento trouxe as mulheres para a esfera política da abordagem do público e do privado. Seu uso internacional provavelmente começou com a publicação do trabalho de Sen e Grown, *“Desenvolvimento, crises e enfoques alternativos: perspectivas das mulheres no Terceiro Mundo (1988), preparado para a conferência de Nairobi no final da década de Mulheres, das Nações Unidas, em 1985”*. Em tal trabalho, a seção sobre *“capacitar a nós mesmos”* identificou claramente as potencialidades da criação de organizações de mulheres como um elemento central para a elaboração de estratégias destinadas à transformação das relações homem/mulher.

Para León (2001), o uso do termo por parte do feminismo tem suas raízes na importância adquirida pela ideia de poder, tanto pelos movimentos sociais como pela teoria das ciências sociais nas últimas décadas. E, o uso desse termo, se deu a partir da segunda onda de feminismo que começou na década de sessenta. Depois do conceito de gênero, destacou León (2001), o conceito de empoderamento foi o que mais marcou a produção teórica feminista. O primeiro teve sua origem em pensadores do primeiro mundo e, o segundo, representou um encontro daqueles com suas/seus colegas do terceiro mundo.

No campo dos estudos de gênero, realçou León (2001), o empoderamento foi provavelmente a mais importante ferramenta analítica em relação ao impacto das estruturas de opressão sobre as mulheres. Desse modo, o conceito mostrou-se relevante por conta das possibilidades de compreensão que instaurou quanto ao foco investigativo deste trabalho. Isto em razão de que, como ressaltou Giuliani (1992), até algum tempo atrás prevalecia a ideia de que seria muito difícil a mobilização/empoderamento de trabalhadoras rurais, já que considerando a hegemonia masculina que dominou as relações sociais no cenário camponês, em tese elas seriam as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade rural brasileira. Aqui, nas palavras de León (2001), se evidenciou umas das características mais marcantes do termo empoderamento: o poder e a relação das mulheres com ele. Relações que tanto podem remeter a dominação/subordinação quanto à resistência, ou mesmo a conquista e o acesso ao poder.

Desse modo, destacou León (2001), a diferenciação entre os tipos de poder constituiria ferramenta fundamental para entender o escopo do empoderamento. Vários teóricos acentuaram pelo menos duas grandes noções de poder. Porém, essa questão só ganhou sentido a partir do IV Encontro Feminista Latino-Americano realizado em Taxco (México) em 1987. Evento onde o mito "*Feministas não estão interessadas no poder*" foi intensamente questionado. Do ponto de vista de León (2001), tal questionamento implicou na ressignificação do conceito e da abordagem em torno do poder, decorrendo daí duas concepções básicas. Uma representada pelo poder SOBRE, denominado poder de soma zero, onde seu aumento por parte de uma pessoa ou um grupo implica na perda de poder de outras pessoas ou grupos. O poder SOBRE seria um poder dominante e controlador que impunha suas decisões. Um poder que censuraria o debate de inúmeras temáticas nas sociedades. Um poder perverso, capaz de alcançar e atingir as pessoas de modo que estas sequer tivessem clareza da sua situação de opressão, levando-as a naturalizar a própria dominação e a defender o status quo. A outra perspectiva seria a do poder COM, que de acordo León (2001), seria um poder soma-positivo, porque permitiria o compartilhamento e o apoio mútuo. Um poder

sustentado pela solidariedade e pela aliança. Um poder que exigiria a transformação da própria consciência, reinterpretando e transformando a realidade individual e coletiva. Um poder pertinente ao conceito de empoderamento caro ao feminismo.

O poder COM, de acordo León (2001), permitiria que muitas mulheres sem tradição de participação, especialmente no meio rural, descobrissem sua capacidade de questionamento e lutassem pela revisão das relações de gênero. O pensamento de León (2001) encontrou eco nas ideias de Giuliani (1992) quando esta discutiu o ingresso de trabalhadoras rurais no sindicalismo. Pois, conforme Giuliani (1992), mesmo sem acesso ao debate feminista, rápida e entusiasticamente, muitas mulheres conseguiram incorporar em suas concepções e práticas, a luta pela equidade de gênero, discutindo as condições específicas da profissão e do cotidiano doméstico no meio rural.

A participação das mulheres nos sindicatos rurais, conforme Giuliani (1992) percorreu um longo caminho que foi iniciado nos debates sobre as condições de vida em pequenos grupos, quase sempre de matriz religiosa, ligados a pastorais; quando não eram de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistências às expulsões dos moradores das fazendas. Tanto em uma vertente quanto em outra, esses grupos derivaram de organizações comunitárias ligadas à Igreja Católica. Assim, nos anos 80, década de efervescência dos movimentos sociais [...]

[...] com apoio de organizações com atuação no campo, entidades sindicais, grupos feministas e partidos políticos, [as trabalhadoras rurais] passaram a reivindicar e a promover a sua integração no movimento sindical. Nesse processo, inauguraram amplo debate sobre questões referentes ao seu papel social, entre outros, sobre a divisão sexual do trabalho e as discriminações e dias decorrentes, como a atribuição naturalizada do caráter complementar e de ajuda do trabalho feminino, dando início a uma profunda revisão da imagem social da mulher do campo. (PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004, p. 304).

O ponto de vista de Prado, Campici e Pimenta (2004), dialogou com a perspectiva de León (2001) quando esta ressaltou que o empoderamento leva à conquista da autonomia individual, ao estímulo à resistência, à organização coletiva e ao protesto por meio da mobilização. Tais estratégias constituíram formas de contestação frente às estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social. Então, no intuito de analisar as contribuições dos movimentos de trabalhadoras rurais para o debate sobre os desafios engendrados pelo esquema binário, que polarizou e estabeleceu hierarquizações nas relações de sexo/gênero no campo, foi que coube, aqui, uma análise da luta das trabalhadoras rurais pela filiação ao Sintraf/Serrinha.



Até o início da década de 80, salientamos (NASCIMENTO, 2009), as trabalhadoras/agricultoras foram submetidas a uma invisibilidade de caráter institucional no sindicato. Não votavam e não eram votadas, haja vista que viviam sob a tutela dos esposos. A ausência dessa tutela só se dava nos casos em que as mulheres eram consideradas chefes de família (viúvas, mães solteiras ou mulheres que não tinham convivência marital). Afora esse caso, parte considerável dependia dos esposos para assegurar o vínculo com a instituição e ter acesso aos poucos e precários serviços/benefícios disponíveis à população rural, entre os quais se destacavam a assistência à saúde.

No âmbito privado, apesar de responder pela integralidade da gestão do lar, da educação das filhas e filhos e por setores importantes da economia familiar, sublinhamos (NASCIMENTO, 2009), as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares possuíam pouco ou nenhum poder deliberativo sobre estas questões. De certo modo, sequer sobre si mesmas elas podiam deliberar. Fato que, de certo modo, esteve implicado à própria invisibilidade. De certo modo, sua identidade confundia-se com a funcionalidade dos papéis que exerciam no ambiente doméstico, de modo que seu valor como pessoa e/ou sujeito diluía-se na extenuante rotina de trabalho, derivando daí o sentido único da sua existência.

*[...] as mulheres daquele período era consideradas dependentes dos maridos, né? O esposo era arrimo de família, o chefe de família e a ele era dado o direito de ser filiado e também ser tutor das mulheres, ou seja, eram os representantes que eram filiados e as mulheres e filhos eram dependentes deles. Então as mulheres não participavam do sindicato nem como filiadas e nem das decisões políticas.* <sup>11</sup>

Desse modo, ao demarcar o espaço das mulheres, parafraseando Bourdieu (2005), a ordem física e social do meio rural serrinhense/Sisaleiro, em grande medida as excluiu das tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores e lhes sobrecarregando com as tarefas penosas e baixas. Por conseguinte, o êxito da visão patriarcal esteve relacionado a uma reprodução desta visão feita pelas próprias mulheres, que aplicavam a quase totalidade da sua realidade esquemas de pensamento resultantes dessas relações de poder. Então, seus atos de conhecimento eram atos de adesão a essa visão, reproduzindo a violência simbólica<sup>12</sup> de que eram vítimas, tornando a dominação como algo supostamente natural e aceitável. Daí a

<sup>11</sup> Trecho inédito da entrevista concedida por uma das trabalhadora rurais e líder sindical à pesquisa “*Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha*”.

<sup>12</sup> Violência simbólica na acepção de Bourdieu (2005, p. 50;51), é uma forma de poder que se exerce como que por magia, sem qualquer coação física. De maneira invisível e insidiosa essa forma de poder/dominação, se institui por intermédio da adesão tácita do dominado. Por não dispor das condições de questionar do processo, o dominado sujeita-se a dominação, acatando os limites por ela impostos.

constatação de que, enquanto relação social somatizada da lei social convertida em lei incorporada do ponto de vista do gênero, as paixões do *habitus*<sup>13</sup> dominado não poderiam ser sustentadas com um simples esforço da vontade, mas sim alicerçado numa consciência libertadora. De fato, com base no pensamento de Bourdieu (2005), a superação do *habitus* dominado não seria uma tarefa fácil para as trabalhadoras rurais/ agricultoras familiares do Sintraf/Serrinha. Pois que, a ruptura com a cultura de base patriarcal exigiria uma permanente disposição para desnaturalização do domínio masculino no cotidiano.

*[...] muitas mulheres foram mortas pra que outras hoje tivesse vivendo, [...] a gente tem [...] histórias muito assim [...] Na vida real das mulheres que os maridos não deixavam participar de nada [...]. [...] o espaço era muito fechado... Os homens eram muito fechados. Assim... Aquele machismo. Achava que a mulher não sabia fazer nada."*

E, embora a consciência da situação de opressão por si só não fosse o suficiente para questionar o domínio masculino, constituiria o patamar inicial para sua problematização no plano subjetivo-privado e objetivo-público. Em razão disso, salientou Stromquist (1997), um pré-requisito para o empoderamento seria a saída do lar/esfera privada para participação em alguma forma de empreendimento coletivo. Através de associações de natureza pequena e voluntária, muitas mulheres adquiriram a confiança necessária ao exercício da liderança. A participação em movimentos/ativismos sociais como associações comunitárias, cooperativas e sindicatos foi a conquista que permitiu a muitas trabalhadoras brasileiras o alcance de uma autovalorização e de uma autonomia jamais vivenciados antes.

Tal fato demonstrou a relevância da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf/Serrinha, remetendo-nos à busca por uma maior compreensão do conceito participação. Segundo Japiassú (1996), este conceito originou-se do latim *participatio*, ou ato de tomar parte em algo. A ideia, porém, de tomar parte, à medida que definiu o conceito, também o tornou abrangente, pois o remeteu à diversidade das perspectivas da participação nela inscritas. De acordo com Teixeira (2001), tal diversidade poderia envolver desde a frequência em atividades religiosas, culturais, esportivas até o comparecimento em assembleias e passeatas; constituindo formas diferenciadas de expressão e ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito, a depender de seus objetivos e contextos. No entanto, para esse estudo, ganhou sentido a perspectiva que, segundo Bordenave (1994), implicou-se não à forma, mas à substância representada pela opção consciente e comprometida de tomar parte.

<sup>13</sup> De acordo com Bourdieu (2005), a noção de *habitus* dominado diz respeito à apreensão do mundo social e suas hierárquicas divisões entre os sexos, incorporando-as como algo natural a sua própria constituição.

Com efeito, de acordo com Bordenave (1994), essa opção compreenderia a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituiriam ou modificariam a sociedade através da expressão e defesa de objetivos, necessidades e interesses comuns, influenciando de maneira direta nos poderes públicos através, como diria Albuquerque (2007), da inserção nos debates, elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas. Para Cunha (2007), essa dimensão seria fundamental para a operacionalização do ideal deliberativo, o qual, através de fóruns plurais e inclusivos, diferentemente do sistema político tradicional, produziram decisões legítimas acerca das políticas públicas.

Por assim dizer, tomando como aporte a análise de Capra (2002) sobre a teoria da cognição de Santiago, teríamos nesse processo participativo, instituído pelas trabalhadoras, a expressão do sistema autopoietico<sup>14</sup>, onde as componentes continuamente produziram e transformariam umas as outras, possibilitando sua autorrenovação tanto do ponto de vista da individualidade quanto da coletividade com a qual se identificavam. Diante disto, em meio às adversidades enfrentadas, enquanto processo autopoietico, a participação criava e recriava suas protagonistas. Daí decorrendo o sentimento de satisfação ou gratificação, o qual, a julgar pelos elementos oferecidos pela nossa investigação (NASCIMENTO, 2009), “*Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais no SINTRAF Serrinha*”, emergiu como aspecto relevante muito exaltada pelos clássicos da teoria democrática: a dimensão educativa, própria do processo autopoietico. Educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Momento em que a participação promoveria e desenvolveria as próprias qualidades que lhes seriam necessárias, de modo que, em se tratando do fenômeno em questão, quanto mais as trabalhadoras participassem, melhor capacitadas elas se tornariam para fazê-lo.

Da perspectiva proposta por Lopes, Amâncio e Alencar (2005), a participação aqui se constituiu como um processo da aquisição de um poder decorrente de uma interação horizontal e solidária entre mulheres periféricamente situadas que potencializou a autoconfiança e a autonomia necessárias à consistência de suas intervenções no âmbito da gestão do Sintraf/Serrinha. Diante disto e de todos os desafios que as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares superaram para romper com os estereótipos em torno da sua

---

<sup>14</sup> Conforme Capra (2002), o processo autopoietico decorre da capacidade que os sistemas vivos, (entre eles o sistema social), de recriarem-se continuamente através do aprendizado decorrente das perturbações externas para as quais esses sistemas resolveram dedicar atenção. Por assim dizer, o processo autopoietico constitui um ato de recriação de si próprio e do mundo em seu entorno através do padrão de rede, no qual através da comunicação cada componente contribui para a formação do outro e, conseqüentemente, para a renovação do ciclo autopoietico.

suposta inferioridade para romper com a marginalização do espaço público, a participação adquiriu o sentido de conquista política. Já que, através dela, as trabalhadoras/agricultoras passaram a construir estratégias de intervenção ativa na busca de direitos sociais e trabalhistas. Então, ao se lançarem no espaço público, em alguma medida, expressaram localmente uma tendência verificada em escala global - a resignificação desse *locus*; o qual de arena impalpável, intangível e marcada pelo ideário individualista, passou a ser visto como campo de disputa, onde todas e todos coletivamente poderiam se inserir.

Assim, a partir da sua condição situada (mulher, mães, trabalhadora rural/agricultora familiar), elas representaram um contraponto ao abstrato sujeito público universal. E, a partir também dessa condição, decidiram extrapolar a participação episódica possibilitada pelo sufrágio universal, permitindo-se ir além através da inserção no espaço público, representado pelo Sintraf/Serrinha, colocando em evidência que [...]

[...] a respeito [da] conexão objetiva e subjetiva, estabelecida entre a participação política e o processo de conscientização, [poder-se-ia] dizer que ela [dialogaria] com uma das vias sugeridas por Heller (1991) para a elevação do indivíduo à condição de sujeito reflexivo e implicado com a transformação da realidade social, dado que [permitiria] a convivência entre o desejo individual e valores humanos socialmente compartilhados. (PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004, p. 312).

O pensamento acima apresentado de Prado, Campici e Pimenta (2004), dialogou com o nosso ponto de vista de que a condição identitária das trabalhadoras/agricultoras não excluiu a ideia da participação como caminho para a consolidação do bem-comum. O processo investigativo realizado no mestrado trouxe elementos que comprovaram que essa condição identitária as habilitou a defender com maior propriedade os interesses mais amplos, já que a própria diversidade representada por elas habilitou-as a perceber com maior clareza interesses, valores e necessidades da pluralidade social presente em suas comunidades. Aspecto que demonstrou que a participação das trabalhadoras rurais no Sintraf/Serrinha não esteve regida por interesses efêmeros e descartáveis típicos do legado liberal da cidadania do consumidor. Pois, entremeada por aspectos simbólicos e identitários, essa participação trouxe em si uma dimensão educativa essencial para o processo de resignificação do espaço público representado pelo sindicato. E, ao instituir campos de disputa em torno de direitos que sequer foram alcançados, revelou o empoderamento das trabalhadoras rurais em uma sociedade marcada de modo incomum por traços patriarcais e pela exclusão social. Onde, como destacou Lozano (2017), desde a infância, muitas dessas mulheres foram submetidas a

precárias condições de vida, por imagens de submissão das mães e outras mulheres e pelo recorrente reconhecimento e valorização das figuras masculinas.

Desse modo, a participação nos movimentos/ativismos sociais, nas palavras de Franco (2018), permitiu às trabalhadoras rurais/agricultoras familiares a ruptura com os estereótipos de uma figura feminina ‘frágil’, ‘sem serventia’, ‘submissa’, de ‘papel secundário’. Para Moraes (2016), as mudanças demonstradas por trabalhadoras rurais ao alçar a participação social e política se evidenciaram através da vivência de uma maior liberdade e autoestima, da consolidação de novos vínculos interpessoais; do acesso e do interesse por novos conhecimentos; do sentimento de autoconfiança; da aquisição do poder da fala e de liderança e, principalmente, do acesso às políticas públicas. Isso em razão do que destacou Franco (2018), que ao adquirirem maior propriedade nos debates em torno das dissimetrias de sexo/gênero, as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares brasileiras do campo, das florestas e das águas consolidaram uma itinerância marcada não apenas por uma mudança de postura no plano individual, mas uma ação coletiva. Corroborando com o documento Ação da Política Nacional de Educação do Governo da Índia (1986 apud YOUNG, 1997, p. 106), de que os parâmetros para o alcance de uma atitude empoderada remeteria tanto à consolidação de uma autoimagem e autoconfiança positivas, como o desenvolvimento da capacidade de pensar e articular-se crítica e coletivamente pelas mulheres.

No Brasil, especialmente no Nordeste, esta construção não é tão recente se considerarmos que, ao longo da nossa história, inúmeras mulheres despontaram especialmente das camadas mais populares na luta contra a opressão e por melhores condições de vida para si e para as comunidades de onde se originavam. Na trilha do trabalho de Franco (2018), destacaram-se rebeldias e pejeas políticas de mulheres emblemáticas como Margarida Alves que, anos mais tarde, conquistou um lugar antes ocupado exclusivamente por homens: líder sindical. Conforme Franco (2018), originária do município de Alagoa Grande – PB, Margarida contrariou a ordem patriarcal de gênero, rompendo com a esfera reprodutiva, do cuidado, do privado/doméstico, do esteio do homem. Margarida floresceu na história sindical em defesa de tantas outras Margaridas. Mas, por ter nascido mulher e não acatar as opressões machistas, engajando-se na defesa dos direitos de mulheres trabalhadoras rurais, sublinhou Franco (2018), contrariou não apenas a cultura patriarcal, como interesses capitalistas. Sua emergência neste cenário de emancipação feminina ocorreu exatamente, segundo Franco (2018), nos anos 1980. Momento em que os ativismos/movimentos sociais clamavam pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização do Brasil.

Conforme Franco (2018), Margarida Alves demarcou um espaço de luta em favor do reconhecimento e valorização da trabalhadora rural como sujeita social, civil e política nos espaços privado e público. Muitas outras vieram no seu esteio e, como ela, algumas tombaram. Mas, muitas, muitas outras resistiram mostrando que sua morte permitiria o florescimento de um enorme jardim, onde foram colhidas muitas conquistas: a Marcha das Margaridas.

Inspirada em ações/articulações coletivas, decorrentes da Marcha Mundial<sup>15</sup>, a Marcha das Margaridas transformou-se no ato político de maior visibilidade e repercussão nacional. Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR- NE), apontou Franco (2018), a Marcha das Margaridas foi realizada pela primeira vez em agosto de 2000 em Brasília e trouxe como pauta a agenda política: a questão da fome, da pobreza e da violência sexista.

---

<sup>15</sup> De acordo a Organização feminista Sempre Viva, a Marcha Mundial das Mulheres (2020), a inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) decorreu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, onde 850 mulheres marcharam por mais direitos para as mulheres. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas. As mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. Após uma grande mobilização mundial ocorreu o primeiro encontro internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E ali foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000. A convocatória para a campanha realizada no ano 2000 teve um largo alcance e deu origem à construção da Marcha Mundial das Mulheres como um movimento internacional.

**FIGURA 6 – MARCHA DAS MARGARIDAS, BRASÍLIA, DF,  
2019**



**Fonte: Arquivo Sintraf Serrinha (2019)**

Em virtude de sua dimensão política, gerou um processo de mobilização e organização, denúncia que se consolidou na agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadoras/res Rurais. Com o espírito de *continuum* movimento político rural, a Marcha aconteceu pela primeira vez no ano de 2003 e seguiu sua periodicidade de quatro anos, voltando a acontecer em 2007, 2011 e 2015.

As marchas deram visibilidade aos problemas enfrentados pelas trabalhadoras rurais/agricultoras familiares, propiciando também a construção de estratégias para garantir e consolidar seus direitos. Através da luta por mais liberdade e autonomia, pelo direito à igualdade, à dignidade e à justiça, destacou Moraes (2016), as trabalhadoras rurais vivenciaram processos de empoderamento, retroalimentados pela participação social e política, propiciando a inserção na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas em nível local, regional e/ou nacional.

Dentre as principais conquistas decorrentes desse processo, Butto e Hora (2008) destacaram a criação, em 2003, da Assessoria Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, denominada Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre/MDA) que passou a atuar no desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos econômicos das trabalhadoras rurais por meio de ações de apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra, acesso à documentação civil e da valorização da participação e do controle social. No período

de 2003-2010, destacaram Hora e Butto (2014), foram implantados programas que objetivavam garantir cidadania e inclusão produtiva para as mulheres, tais como: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008).

Hora e Butto (2014) ressaltaram que no período subsequente, de 2011 a 2013, destacou-se a agenda de combate à pobreza extrema com o Plano Brasil Sem Miséria. Além das políticas públicas incorporaram cada vez mais a transversalidade de gênero, com destaque para a efetivação de cotas de atendimento e de aplicação de recursos específicas para mulheres, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e das Chamadas Públicas para seleção de Prestadoras de Serviços de Assistência Técnica (Ater). O conjunto dessas conquistas revelaram que o empoderamento coletivo das trabalhadoras rurais interferiu nas políticas públicas, as quais ainda que com limitações, passaram a se aproximar dos desafios e necessidades vivenciadas no cotidiano por essas mulheres. Isso porque, como salientou Young (1997), as leis, instituições e práticas precisavam transcender o exclusivismo da perspectiva masculina.

No entanto, a sombra de um patriarcado que moldou uma sociedade latifundiária e escravista, voltou a evidenciar suas marcas em 2016. Momento em que no âmbito federal, salientou Veronezzi (2018), iniciou-se o esfacelamento de conquistas históricas, das quais se incluíam aquelas voltadas às mulheres, aos pequenos agricultores e a outros grupos sociais. Com a deposição de um governo democraticamente eleito sem prova de ilícito, destacou Veronezzi (2018), ascendeu ao poder partidos conservadores instituindo um governo composto por um ministério formado apenas por homens. A ausência de mulheres no alto escalão só foi comparável ao governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), período da Ditadura Militar (1964-1985). Conforme Veronezzi (2018), os retrocessos não param por aí. O machismo e a misoginia se manifestavam sem nenhum pudor, nos discursos e políticas do governo. Processo este que se radicalizou através do ultraconservadorismo neoliberal do presidente eleito em 2018.



**FIGURA 7 - ASSEMBLEIA REALIZADA NA SEDE DO SINTRAF SERRINHA, 2018**



**Fonte: arquivo Sintraf Serrinha (2020).**

Se a escalada do conservadorismo se mostrou intensa, aguerrida se mostrou a luta das trabalhadoras em tempos de investidas deliberadamente comprometidas com o enfraquecimento dos sindicatos. Mais uma vez, as trabalhadoras saíram às ruas e, coletivamente, reorganizaram suas estratégias, honrando a luta histórica pelo direito de filiação ao sindicato, pelo direito do seu reconhecimento como trabalhadora rural e pelo direito de se colocar como portadora de direitos na Constituição de 1988.

Foi a partir dessa luta histórica, que as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares do Sintraf Serrinha passaram a se colocar como sujeitas nas escalas locais, regionais e nacionais. Luta que nos cabe aqui resgatar. Motivadas pela necessidade de maior autonomia no momento de acessar os quase sempre precários serviços médicos oferecidos pelo sindicato, salientamos (NASCIMENTO, 2009) que as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares não apenas acompanharam o alvorecer da publicização de questões relativas ao gênero, acabando por se implicar ao debate sobre o novo sindicalismo<sup>16</sup>, à luta pela redemocratização do Brasil

<sup>16</sup> Conforme Santana (1998, p. 19), mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores no Brasil, o “Novo Sindicalismo” constituiu em uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, tomado como um todo, mas principalmente aquele demarcado pelo período compreendido entre 1945/1964. Onde, o velho sindicalismo, dito populista, deixava-se o fardo de ser caracterizado por um distanciamento das bases e pouco empenho reivindicativo no que diz respeito aos

e mais adiante pela instalação da assembleia constituinte; inevitavelmente as trabalhadoras participaram ativamente da elaboração da Constituição de 1986. Em razão disso, foi que, segundo Bordalo (2006), a partir dos anos 80, elas conquistaram visibilidade política. Nesse sentido, destacaram Heredia e Cintrão (2006), a Assembleia Constituinte de 1988 representou um marco, uma vez que, além de acolher a bandeira das políticas públicas voltadas para as questões específicas da agenda das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares, deram visibilidade aos movimentos sociais e à conquista de espaços de poder nos sindicatos pelas mulheres.

No ano de 1986, ressaltamos (NASCIMENTO, 2009) que as trabalhadoras deflagraram a luta pela filiação através de um trabalho de mobilização, o qual resultou em frequentes tentativas de filiações que a princípio não lograram êxito. No intuito de pressionar a diretoria do sindicato a acatar a filiação das trabalhadoras, em outubro de 1987 o movimento pró-filiação conseguiu reunir cerca de 1.500 pessoas que ocuparam a sede do sindicato. Ao tomarem conhecimento disso, as autoridades locais não hesitaram em mobilizar o poder judiciário e a polícia contra as trabalhadoras, chegando a prender algumas delas. Esse aparato repressivo, todavia, não conseguiu refrear o processo de filiação. Para Fischer e Marques (2001), ao saírem juntas clamando por igualdade de direitos e de oportunidades, essas mulheres deram visibilidade à luta feminina contra as restrições e as discriminações que se estendiam às mulheres de diversos segmentos sociais.

Aliadas à nova conjuntura política instituída pela filiação das trabalhadoras rurais, as transformações ocorridas no plano nacional no ano seguinte contribuíram significativamente para a superação do modelo de gestão controlada pelo poder público municipal no Sintraf/Serrinha. A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 engendrou um ambiente democrático, que possibilitou conquistas relevantes para autonomia do sindicato. Haja vista que, segundo Vasconcelos (2006), a Carta Constitucional viabilizou novos formatos para gestão das organizações e instituições públicas, criando espaços para a interlocução com a sociedade civil e retirando do Estado o monopólio da definição das prioridades e dos problemas pertinentes à vida em sociedade.

Além disso, ao extinguir os convênios de saúde mediados pelos sindicatos, instituindo a responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e das secretarias municipais para esse

---

interesses imediatos da classe trabalhadora em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos, tomando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites. As práticas propostas pelo “Novo Sindicalismo” deveriam ser entendidas como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Este agregava sob sua rubrica uma série de forças distintas entre si, mas que tinham em comum o posicionamento contrário àqueles outros setores que classificavam como reformistas e/ou pelegos e que, segundo sua visão, entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações.

tipo de atendimento, realçou (NASCIMENTO, 2009), que a Constituição de 1988 consolidou uma antiga reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da legalização dos direitos previdenciários - através do Regime Geral de Previdência Social. A nova Constituição não apenas inviabilizou as práticas paternalistas e clientelistas que dominavam a gestão dos sindicatos, como instituiu um novo marco legal para tais organizações. Fortalecido pela reforma sindical, segundo Cardoso (2002), esse processo estabeleceu a autonomia sindical frente o Estado e os partidos políticos, voltando-se para a horizontalização da representação e para a diversificação das pautas sindicais - algo impensável no modelo anterior.

Desse modo, marcada pela inserção das pautas dos movimentos sociais, em especial os das trabalhadoras rurais, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante. Pois que, segundo Silva (2006), criou as condições legais para reconhecimento do papel da sociedade civil em termos de controle social sobre o poder público. A promulgação da Carta também foi importante para renovação das instituições governamentais. *Com isso sairiam fortalecidos os grupos sociais em situação de vulnerabilidade e exclusão, propiciando-se maior [...] simetria às relações de poder.* Nesse contexto, nas palavras Stromquist (1997), o empoderamento das trabalhadoras contribuiu para um processo redistribuição do poder, tanto nas relações interpessoais quanto nas instituições da sociedade. Pois que, ressaltou Stromquist (1997), tradicionalmente, o Estado interpretava as necessidades das mulheres de acordo com suas próprias conveniências. A consideração típica e constante que o Estado dava às mulheres tinha a ver com sua capacidade como mães e esposas. Portanto, as mulheres precisavam assumir seu protagonismo no enfrentamento dos problemas e das situações que as afetavam e que foram anteriormente ignoradas. Em última análise, o empoderamento envolveria um processo político de conscientização dos formuladoras/es e executoras/es de políticas sobre as mulheres, criando a pressão necessária às transformações da sociedade.

As eleições do ano de 1988 no Sintraf/Serrinha sintetizaram, de acordo conosco (NASCIMENTO, 2009), o processo de redemocratização em escala local ao operarem a transição do modelo patronal para o novo sindicalismo. De fato, relatos deram conta de que até o último momento essa transição foi extremamente difícil porque a cultura opressiva da ditadura ainda se fazia presente e a situação de tensão foi inevitável:

*“[...]a chapa da situação, quando percebeu que a oposição ficava composta pelas mulheres e tava forte, que poderia ganhar as eleições, [...] não queriam perder o sindicato. Tinha por trás os políticos, as autoridades, Todas do município estava apoiando a chapa da posição, né? Que era ligada ao prefeito [...] E eles viram que*

*a gente tava forte e, aí, queriam de fato fazer alguma... algum jogo sujo nas urnas [...]”<sup>17</sup>*

Quando a chapa da situação percebeu o fortalecimento da oposição através do apoio das trabalhadoras recém-filiadas, tentou manipular o resultado das eleições. E com a anuência dos segmentos conservadores locais, realizaram uma tentativa de sequestro das urnas. Essa ação foi imediatamente coibida pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais, resultando no encaminhamento das urnas para o complexo policial da cidade.

Como forma de assegurar que as urnas não iriam ser novamente retiradas e/ou violadas, salientamos (NASCIMENTO, 2009), as trabalhadoras e os trabalhadores organizaram uma vigília na porta da delegacia por três dias. Momento em que a Secretaria Pública de Segurança do Estado se pronunciou, autorizando a abertura e a apuração das urnas pelo poder judiciário do município. Feito isto, constatou-se a vitória da chapa da oposição com uma diferença de 226 votos, exatamente a quantidade de votos das mulheres à época recentemente filiadas. A vitória da chapa oposicionista culminou com o processo de ascensão pública das trabalhadoras rurais nos espaços de poder do Sintraf/Serrinha, encerrando uma etapa da luta contra o paradigma representado pelo controle do poder executivo municipal no sindicato. Luta que no primeiro momento sedimentou um direito político básico no âmbito de uma democracia representativa, a do voto, a qual facultou às trabalhadoras, a participação na deliberação e fiscalização das ações no sindicato.

Foi por ter despertado para as especificidades históricas dos desafios relacionados na escala local e nacional que as trabalhadoras rurais conquistaram cada vez mais espaço nos fóruns de debate e de promoção de políticas. Desse modo, realçaram Heredia e Cintrão (2006), a crescente participação das trabalhadoras em encontros, congressos e marchas. Foi decisiva para o aumento do número de mulheres que passaram a responder pelas direções das federações estaduais dos sindicatos filiados à Contag. Como resultado de toda essa mobilização em 2002, pela primeira vez, as mulheres apareceram nas pautas relativas à produção agrícola e à agricultura familiar. Isto em função do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Essa construção histórica traduz a constatação de Pinto (1992): a crescente resistência às desigualdades expressa nas relações sociais entre homens e mulheres.

Os acontecimentos descritos anteriormente traduziram o pensamento de Batliwala (1997) quando esta destacou que, para transformar a sociedade, o empoderamento de

---

<sup>17</sup> Trecho inédito da entrevista concedida por uma das trabalhadoras rurais e líder sindical à pesquisa “*Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha*”.

mulheres precisa transmutar-se em força política. Em um movimento de massas organizado, onde o desafio seria transformar as estruturas de poder existentes. Aqui despontam pistas estratégicas para ações que redefiniriam a "condição" e a "posição" de mulheres nesse processo de transformação: a construção de saberes. Construção essa que enquanto ação cultural, destacou Baquero (2012), constituiria um valioso instrumento de percepção crítica e intervenção política na realidade social. Diante do exposto, o debate acerca das possibilidades instauradas pelos saberes construídos em meio aos processos de empoderamento das trabalhadoras rurais do SINTRAF Serrinha, constituiria um aspecto a ser considerado. Na seção que segue, abordaremos de modo mais aprofundado esse aspecto.

### 2.3 EDUCAÇÃO POPULAR E SABERES ENCARNADOS: A CONQUISTA DO PODER EM MEIO À PARTICIPAÇÃO NO SINTRAF SERRINHA

No âmbito da mobilização social, inaugurada no Território pelas trabalhadoras rurais e pelos trabalhadores rurais, a mensagem cristã interpretada à luz do catolicismo progressista teve relevante influência no empoderamento desses sujeitos à medida que os conclamava para uma renovação espiritual. Renovação esta que desafiava a opressão e a indiferença dos segmentos hegemônicos através de uma mensagem que conclamava o “*Sermão da montanha*”<sup>18</sup> com suas referências aos pobres de espírito, aos que tinham sede de justiça, aos puros de coração. No seio desse processo, firmou-se a dimensão de comunidade traduzida pelo espírito de ajuda e solidariedade bastante comum ao *modus operandi* das/os serrinhenses/sisaleiros do meio rural. No entanto, a essa dimensão somou-se o fortalecimento da consciência política que encontrou no catolicismo progressista valioso suporte epistemológico.

De acordo o nosso trabalho investigativo (NASCIMENTO, 2009), estimulados pelo trabalho pastoral liderado pelos setores mais progressistas da Igreja Católica, através do trabalho desenvolvido nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a organização das trabalhadoras e trabalhadores rurais iniciou um processo de consolidação de alternativas que *lhes permitissem, por seus próprios meios, alcançar melhores condições de vida e de trabalho*. A descoberta das nuances das relações sociais de opressão, de seus agentes e mecanismos, demandavam a passagem do senso comum à consciência crítica. Aspecto que exigia o engajamento coletivo capaz de produzir um poder popular que se contrapusesse ao modelo opressivo. O esforço em torno da consolidação desse poder pareceu indiscutivelmente ligado à consolidação de um saber edificado através de uma práxis educativa voltada para as

---

<sup>18</sup> Bíblia Sagrada, Mateus, cp. 5, v. 1-12.

circunstâncias concretas da vida. Como desdobramento do catolicismo progressista, essa era a proposta das CEB's: consolidar o saber popular. Para Nóbrega (1988), a definição das CEB's estava implicada a um tipo de comunidade de base marcada pela mobilização permanente de uma parcela representativa de pequenos agrupamentos sociais em torno de objetivos comuns. Eram ditas eclesiais em função do sistema de valores cristão-católicos que as norteavam.

Dentro do arcabouço pedagógico das CEB's, segundo Nóbrega (1988), havia uma identificação entre o Cristo pobre e os problemas concretos enfrentados pelas/os camponeses. O processo educativo acolhia os valores da cultura camponesa e agregava-os aos valores do Evangelho. Ao valer-se de um trabalho de indução problematizadora e dialógica, a pedagogia desenvolvida no seio das CEB's promovia a transição de uma perspectiva mítica para uma análise mais sócio-histórica dos fenômenos relacionados à injustiça e à exclusão social. Ancorada em valores e tradições de solidariedade e de ação coletiva, a cultura decorrente das ações impulsionadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), de acordo Ramos e Antônio Nascimento (2001b), contribuiu decisivamente para a criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), para a retomada dos sindicatos do controle patronal dos trabalhadores rurais liderados pela Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) e para criação da Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB). De acordo com Humberto Nascimento (2003), a criação do MOC em 1967 pela Cáritas Brasileira possibilitou um ambiente mais propício à maturação política e educativa do empoderamento popular.

Principalmente na década de 80, realçamos (NASCIMENTO, 2009), tal processo repercutiu de modo incontestado nas bases das comunidades rurais do Território do Sisal, pois as organizações sociais autônomas que daí emergiram, atuaram não apenas na defesa de interesses pontuais, mas em torno de questões mais amplas da sociedade, aspecto que atribuiu à sua participação um caráter político e transformador. De acordo Neves (2007), esse fenômeno peculiar da participação social e coletiva nos espaços públicos da sociedade brasileira ocorreu no contexto da luta pela democratização da sociedade em meados dos anos 70, num momento em que as trabalhadoras e os trabalhadores rurais também despontaram na luta por melhores condições de vida e na denúncia do Estado ditatorial.

As contradições de tal contexto social, destacamos (NASCIMENTO, 2009), potencializaram a construção de saberes que possibilitaram uma nova visão de mundo, onde os sujeitos não apenas se descobriam como parte de uma sociedade com interesses antagônicos, mas também se perceberam como produtoras/es de um conhecimento mais elaborado, lógico, orgânico e politicamente engajado – conhecido por Educação Popular.

Segundo Paludo (2001), embora a maioria da literatura destaque os anos 1960/70 como período de sua emergência/afirmação e parte dos anos 1980 como período de realização de estudos e debates sobre sua concepção, a gênese da Educação Popular se deu anteriormente à Proclamação da República — no contexto das lutas em favor da libertação dos escravizados, dos movimentos empreendidos pelos movimentos socialistas e operários no período de 1889 a 1909.

Todavia, foi no início dos anos 1960, salientou Paludo (2001), que a Educação Popular ganhou notoriedade através dos primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP), ligados à prefeitura de Recife, onde Paulo Freire teve participação ativa. Em 1961 foi criado, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB). Por iniciativa da união Nacional dos Estudantes (UNE), foram criados, também, os Centros Populares de Cultura (CPC) e, em 1963, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Desde a sua concepção, ressaltou Paludo (2001, p. 96), a Educação Popular representou uma perspectiva significativa para o fortalecimento das classes populares rumo às ‘reformas de base’. No campo pedagógico, a grande virada se deu através do reconhecimento dos saberes e da cultura popular.

Os alicerces desta concepção, salientou Paludo (2001), fundamentaram-se em diversas matrizes teóricas e experiências concretas que serviram como fonte permanente de reflexão. Entre as contribuições mais marcantes, sinalizou Paludo (2001), destacaram-se as experiências de Educação Popular vividas nos primeiros trinta anos da República e, no período de 1961 a 1964, a Educação Libertadora de Paulo Freire. Bem como a Teologia da Libertação, o Novo Sindicalismo e os Centros de Educação Popular. Destacaram-se, também, o pensamento socialista respaldado no materialismo histórico-dialético de Marx Lênin e Gramsci. Além das múltiplas experiências do proletariado latino-americano e dos socialistas do Leste Europeu. Na atualidade, encontrou esteio legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, Art. 1º, que determinou que a educação abrangesse processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Fortemente associada aos processos de construção dos movimentos sociais populares, realçou Paludo (2001), a Educação Popular teve como escopo a formação e organização de classes e setores populares oprimidos e marginalizados. Assim, articulada ao projeto político das organizações populares, as orientações e práticas emergentes da Educação Popular tinham uma dimensão histórico-conjuntural, onde os processos educativos amparavam-se em práticas

articuladas ao contexto em que ocorriam. Objetivava-se, conforme Paludo (2001), uma conexão entre as escalas local, regional, nacional e internacional. Desse modo, cada processo de Educação Popular constituía-se como uma prática pedagógica singular e única, exigindo dos educadores um exercício permanente de criatividade na elaboração das propostas educativas.

Poderíamos dizer ainda que, conforme Paludo (2001), as práticas da Educação Popular eram orientadas por um conjunto de valores ético-políticos, dentre os quais se destacaram a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares) capazes de serem os construtores da sua própria história de libertação, a busca da justiça e solidariedade, a busca da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes. Foram tais práticas que, em seu forte apelo à justiça, evidenciamos (NASCIMENTO, 2009), estimularam no contexto específico do então STR Serrinha, a luta pela filiação feminina e pela tomada do sindicato do controle do poder executivo municipal.

*[...] Agradeço muito a Deus por as informações que a gente tomou, que a gente não fomos formadas. Eu estudei o segundo ano primário. Graças a Deus, eu não me troco pelas pessoas que estão no ginásio. E tudo. Porque a gente, o conhecimento que a gente tomou nesses cursos, a gente aprendeu. Foi muito bom o conhecimento. Que hoje tem gente que nem chega perto da gente por conhecimento que a gente tem, entendeu? Eu acho que foi tudo bom. Que era tudo mística. Era mística os trabalhos de grupos. Eram inscritos nos papéis tudo aquilo a gente foi aprendendo e, com isso, a gente se desenvolveu muito e fomos levando pra comunidade, pras companheiras que ficava lá, [...] nas bases [...].<sup>19</sup>*

Através da articulação entre a Pastoral Rural e o Movimento de Educação de Base (MEB), como apontamos (NASCIMENTO, 2009), deram-se os primeiros passos para o processo de organização. Foram constituídos grupos que iniciaram a mobilização das bases através da discussão de temáticas que surgiram espontaneamente nas plenárias, como a luta contra a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a produção de um saco de feijão, por exemplo, e outras questões como gênero, saúde, previdência social e a filiação das trabalhadoras. No esteio das ações desenvolvidas pelas pastorais e pelo MEB, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) também ingressou nesse processo e, rapidamente, passou a protagonizar a formação das bases através da discussão sobre cidadania e sobre as reais atribuições do sindicato. Além da introdução da

---

<sup>19</sup> Trecho inédito da entrevista concedida por uma das trabalhadoras rurais e líder sindical à pesquisa “Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha”.



discussão acerca das relações de gênero, discutindo o papel da mulher na sociedade, entre outros temas.

Apesar das inegáveis contribuições das CEB's para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais engajados na luta pela tomada dos sindicatos rurais sisaleiros, conforme Humberto Nascimento (2003), seus limites ficaram cada vez mais claros à medida que as ações do MOC se destacavam e apontavam para uma linha que extrapolava o elemento religioso e assistencial, rumo à busca da autonomia em duas dimensões básicas: a social e a econômica. A mudança da natureza das ações do MOC, assim como a sua postura cada vez mais independente frente à Diocese de Feira de Santana, causou certo desconforto à hierarquia católica, fato que veio determinar sua desvinculação dessa diocese [...]

Em princípio dos anos de 1970, constituindo-se como entidade autônoma, o MOC passou a apostar na promoção de ações sociais de caráter organizacional e libertário com o intuito de favorecer o desenvolvimento comunitário e o combate à exclusão social. A entidade buscava sua nova identidade, primeiro, como organização não eclesial e depois como organização não governamental. (NASCIMENTO, 2003, p. 41).

De acordo com documento O MOC NA LINHA DO TEMPO... (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2007), a entidade ingressou no campo da Educação Popular com uma razoável penetração nas comunidades rurais, sedimentada em meados da década de 70. Para tanto, estabeleceu uma parceria com a Assessoria em Educação Popular do Rio de Janeiro. Esse foi um importante marco para a ressignificação do trabalho de apoio à organização popular, haja vista o lançamento das bases para a ruptura com o modelo verticalizado de troca de saberes, onde os técnicos e as pessoas das comunidades aprendiam e construíam os conhecimentos juntos. Tal perspectiva continuou sendo aprofundada nos anos posteriores.

O empenho contínuo em torno da transformação do contexto sócio-histórico, de acordo com o documento O MOC NA LINHA DO TEMPO... (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2007), levou a entidade, ao longo da década de 80, a identificar nos debates sobre Educação Popular o protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores rurais e da dimensão comunitária. Outro aspecto relevante nessa caminhada foi a descoberta de que, se o generalismo (um único técnico deveria entender e tratar de todas as coisas e processos) não estava gerando impactos significativos, muito menos a setorização estava produzindo os resultados esperados. O grande desafio então foi a busca de uma síntese, o que ocorreu com o aprofundamento da reflexão sobre o papel do MOC e das comunidades,

bem como da inter-relação do saber da comunidade e o saber técnico na construção, por ambos, de um novo saber. Nesse momento ficou clara a relação dialética entre *fazer acontecer as ações e saber esperar o momento das comunidades*.

Para Paludo (2001), a ruptura representada pela Educação Popular foi resultado de uma maturação histórica em que as classes populares buscaram o distanciamento tanto da tutela política do Estado (que assumiu a feição clássica do populismo inaugurado por Vargas na década de 30) quanto da esquerda que, na época, apesar das boas intenções, norteava-se por uma postura de ‘fazer para’ e não ‘fazer com’. O pensamento de Paulo Freire, segundo Paludo (2001), foi extremamente relevante no processo de revisão do olhar e das relações que poderiam ser estabelecidas com as classes populares que, então, conseguiram ser vislumbradas a partir da sua condição de sujeitos.

E, em razão do conjunto político-pedagógico da obra de Paulo Freire, Paludo (2001) o distinguiu como um dos importantes edificadores da Educação Popular - concepção pedagógica que, além de ser brasileira, levou em consideração o contexto sócio-histórico e a necessidade de transformá-lo. Profundamente articulada ao projeto político das organizações populares no Território do Sisal, destacamos (NASCIMENTO, 2009), que essa educação passou a estimular a participação das trabalhadoras e trabalhadores rurais na formulação e execução de projetos, assegurando intervenções concretas frente aos processos de exclusão tanto na esfera privada quanto na esfera pública.

Da perspectiva de Humberto Nascimento (2003), foram as ações do MOC no Território do Sisal que deram início ao efetivo processo de empoderamento do campesinato frente aos problemas mais urgentes e que exigiam uma consciência social maior. Esse processo foi a fonte inspiradora de uma *práxis* que ensejou a consolidação de estratégias simples para vivenciar e compartilhar saberes de forma coletiva e alternativa. Em tal particular, ressaltou Humberto Nascimento (2003), inúmeros foram os encontros e seminários que tornaram acessíveis e frequentes a troca de informações e conhecimentos, possibilitando a interferência na realidade e valorizando as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras em suas formas de subsistência/convivência com a sociobiodiversidade Sisaleira. Pode-se supor que esta ambiência favoreceu a participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf.

A mudança da natureza das ações do MOC, conforme destacamos (NASCIMENTO, 2009), possivelmente impactou a natureza dos processos formativos empreitados pela organização. Nesse sentido, no que tangeu à ação pedagógica, especificamente no campo das discussões de gênero, não seria difícil concluir o quanto essa crescente independência tornaria essa entidade bem mais “à vontade” para abordar a questão sob os diversos olhares que ela

demandava, processo que, sob a tutela da Igreja, seria bem mais difícil. Sendo assim, embora trilhando os caminhos abertos pelo trabalho das pastorais católicas, das CEB's e das associações comunitárias, o MOC iniciou uma trajetória mais autônoma. E foi esta autonomia que, de certo modo, o capacitou para uma abordagem mais ampla das complexas questões vivenciadas no contexto da luta pela filiação das trabalhadoras rurais no contexto do então STR Serrinha.

Desejosas de uma participação política mais efetiva no STR Serrinha, sublinhamos (NASCIMENTO, 2009), as trabalhadoras começaram a driblar a resistência dos maridos e, em alguns casos, dos filhos, como exercício de superação da confinamento doméstica rumo à ocupação dos espaços públicos. Claro que esse processo decorreu inicialmente em função de interesses mais imediatos, como a busca pela autonomia em relação ao acesso aos precários (mas indispensáveis) serviços de saúde, além da conquista de direitos trabalhistas e previdenciários. Todavia, a partir dos processos formativos desenvolvidos pelo MOC, paulatinamente, a ocupação política dos espaços no sindicato parece ter se qualificado. Tal qualificação pode ser constatada através dos debates sobre a migração dos esposos para os grandes centros urbanos e a sobrecarga de trabalho e responsabilidades recaída sobre as trabalhadoras rurais.

Com auxílio do ex-padre Albertino Carneiro, salientamos (NASCIMENTO, 2009), o MOC teve importante papel na mobilização social que articulou a Pastoral Rural, parte do efetivo da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) rumo à superação dos obstáculos representados pelo poder executivo municipal e, também, pelos maridos, os quais obstaculizavam a filiação e a participação efetiva das trabalhadoras rurais no sindicato. Desse modo, sob o pretexto de temáticas de cunho técnico como procedimentos para obtenção de aposentadorias, revelamos (NASCIMENTO, 2009), que os cultos e missas eram utilizados para convidar a comunidade a participar de reuniões, nas quais, o que efetivamente se pretendia era a mobilização para luta em torno da filiação das trabalhadoras rurais e da tomada do Sintraf do controle patronal. Dentro da discussão da luta pela filiação das trabalhadoras, foram surgindo temáticas que inquietavam demasiadamente as mulheres do meio rural da época: a primeira foi a imigração dos homens. Essa imigração ocasionava a sobrecarga das mulheres que, além da sua tradicional e extenuante jornada, tinham que assumir a geração e a gestão de renda adicional sem nenhum direito ou controle sobre os rendimentos aferidos do que era produzido.

Posteriormente, foram surgindo outras temáticas que, conforme realçamos (NASCIMENTO, 2009), as mulheres do meio rural começaram a superar a invisibilidade

sobre si mesmas, lançando um olhar sobre o seu eu feminino no conjunto de suas necessidades, desejos e aspirações. Gradativamente, essas mulheres foram superando os tabus com relação ao próprio corpo e iniciando um trabalho de fortalecimento da autoestima. Posteriormente, o aprofundamento do olhar sobre si mesma se desdobraria no fortalecimento da luta pela filiação e conseqüente da ocupação do espaço público do Sintraf/Serrinha. Alcançada essa meta, o processo formativo alcançou outra perspectiva, a qual transcendeu a proposta inicial do MOC, já que a partir daí assumiu a singularidade de um processo orientado pelas trabalhadoras em meio aos desafios e possibilidades engendrados pela participação na gestão. Em tal particular, entraria em cena a assertiva de Josso (2002) de que a experiência (participativa) engendraria uma tomada de consciência acerca da própria formação, de modo que através do processo experiencial, os saberes necessários à consolidação da práxis gestora das trabalhadoras foram se constituindo.

Então, com base no pensamento de Josso (2002), embora a dimensão educativa do empoderamento das trabalhadoras não ignorasse ou contornasse o conhecimento formal, a ele não se restringiria, pois essa dimensão educativa decorreria também do inventário dos recursos experienciais acumulados e das transformações identitárias que permitiriam o reagrupamento do que foi aprendido em termos das negociações estabelecidas pelas trabalhadoras consigo mesmas e com o ambiente humano e natural onde estavam inseridas, demarcando não apenas seu pertencimento simbólico-afetivo, como sociocultural. Tal construção pareceu ter sido de fundamental importância para que as trabalhadoras não apenas consolidassem a sua participação na gestão do Sintraf/Serrinha como um conjunto de saberes que, ao mesmo tempo em que eram construídos, reconstruíam continuamente as trabalhadoras. Marcado por traços bastante singulares, os saberes construídos pelas trabalhadoras rurais foram por nós nomeados (NASCIMENTO, 2009) como saberes encarnados.

Os saberes encarnados emergiram enquanto sínteses provisórias e/ou em movimento das várias formas de conhecer reclamadas pelo exercício da gestão de uma organização como o então STR/Serrinha. Exercício este vivenciado pelas trabalhadoras na amplitude da sua condição de gênero e classe, tanto no âmbito privado quanto público. Desse modo, o resultado desse exercício jamais poderia ser definido como um fenômeno de ordem meramente cognitiva ou formal. A síntese feita por João Francisco Souza (2006), com base no pensamento de Lyotard (2002) a respeito do saber, foi muito oportuna porque introduziu a discussão da sabedoria humana em sua complexidade e amplitude. Então, a ida ao próprio Lyotard (2002) ratificou a primeira impressão de que o saber, muito além da dimensão

cognitiva e/ou instrumental-operativa, incluiria a dimensão ético-político-estética, aspecto esse que o habilitava a transcender o conhecimento e a ciência.

Embora, do ponto de vista sociopolítico e epistemológico, esse saber estivesse longe de ocultar o problema da sua legitimidade, isso tornou a noção ainda mais relevante para análise. Em razão de que, aí residiu sua capacidade de afirmação histórica, já que, como ressaltou Lyotard (2002), o saber não se restringiria a um conjunto de enunciados denotativos. A ele se misturariam as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar. Aspectos portadores de competências que excederiam às determinações e aplicações de critérios únicos de verdade. Ao se estender às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), entre outros, conforme Lyotard (2002), a construção desse saber implicaria a formação de um sem número de competências.

Assim, levando em conta a amplitude alcançada pela definição do conceito saber, poder-se-ia até considerar dispensável o termo que o adjetivou. Contudo, há a necessidade de demarcar a perspectiva de onde esse saber se originou. A dimensão encarnada do saber produzido na participação das trabalhadoras rurais surgiu da necessidade de superação das situações-limite decorrentes da complexa e contraditória situação de humanização/desumanização em que durante muito tempo estiveram envolvidas. Tal dimensão decorreu da vivência das situações-limite decorrentes das adversidades sociopolíticas e ambientais do Território do Sisal, *locus* onde não raras vezes, engolidas pela rotina silenciosa da opressão do mundo privado, descobriram-se marginalizadas do espaço público.

A constatação de que as situações-limite em que se encontravam não eram naturais, e sim resultado de uma construção social, como evidenciamos (NASCIMENTO, 2009), remeteu as trabalhadoras rurais à necessidade de ruptura com o fatalismo daquela aparente sina ou destino. E, a partir dessa constatação, passaram a se questionar sobre outra viabilidade: a de sua participação no espaço público, como possibilidade de ressignificação da própria humanidade. Então, a elaboração do saber encarnado, do ponto de vista Freire (1987), decorreu da existência histórica das trabalhadoras que, enraizadas em determinadas condições temporais e espaciais, foram desafiadas por essas condições a refletir sobre a própria situacionalidade, processo que por si só daria a legitimidade que esse saber reclamaria.

A partir daí, começou a figurar-se a perspectiva política da dimensão encarnada do saber construído pelas trabalhadoras rurais. À medida que a reflexão sobre as condições concretas de vida se tornou algo incontornável para essas mulheres, pois como destacamos

(NASCIMENTO, 2009), elas começaram a crer em si mesmas, engajando-se de forma mais clara e objetiva na luta organizada, rumo à superação da convivência com o regime opressor. Este processo não poderia ser desencadeado no âmbito apenas intelectual. Demandava uma ação capaz de ir além do ativismo, exigindo, portanto, um sério esforço reflexivo, haja vista que essa era a condição para alcançar o conteúdo na historicidade de ser dos humanos.

Como produto da mediação entre as/os sujeitos e o mundo, parafraseando Freire (1987), os saberes encarnados só poderiam ser forjados em meio ao encontro com o outro. Daí a postura dialógica constituir-se numa atitude incontornável, uma vez que, através dela, se daria o encontro solidário entre o refletir e o agir de sujeitos endereçados à humanização do mundo. Esse encontro não poderia se dar numa relação de dominação, de autoritarismo ou de autossuficiência, já que dessa perspectiva não poderiam existir ignorantes ou sábios absolutos, mas seres humanos que, em comunhão, estariam na busca por saber mais. Daí o caráter provocativo que, parafraseando João Souza (2006), adquiriu o saber encarnado, já que rompeu com a hierarquia cartesiana, apostando num estilo de pensamento aberto à cooperação em lugar de privilegiar as disputas decorrentes das vaidades intelectuais. Um pensamento aberto à cumplicidade entre os humanos e suas práticas no conjunto histórico de sua sabedoria intuitiva, seu imaginário e suas experiências lúdico-poéticas.

A busca pela humanização, quando mediatizada pelo saber que cultivava a solidariedade, o amor, a amizade e o diálogo democrático, segundo Souza (2006), converteu-se em uma tarefa mais leve. Para tanto, a transformação interior foi uma condição incontornável, pois que transformações precisariam partir das dimensões mais íntimas do nosso ser, até culminar nas situações mais públicas. Isso, porque segundo Merleau-Ponty (1957, p. 66 *apud* SOUZA, 2006, p. 72), a sabedoria seria uma totalidade orgânica de compreensão, explicação e transformação, permitindo identificar os significados das ações, construindo sentidos que proporcionariam uma visão de mundo constituída pelos elementos culturais, preparados pela educação e pelos esforços precedentes de cada um dos seres humanos.

Enquanto resultado da luta em torno de outro projeto de sociedade que, enquanto objetivação de uma meta histórica, também incidiria sobre a subjetividade individual, pois como apontamos (NASCIMENTO, 2009), os saberes construídos pelas trabalhadoras rurais as habilitou a condição de sujeito:

*“[...] com relação a questão da diretoria de mulheres, até hoje tem um grande número de mulheres na própria diretoria. Então, as mulheres realmente passaram a assumir o seu papel de mulher e, também, o seu papel de diretora sindical. A partir*

*daquele momento, perceberam que tinha o lugar delas também dentro das entidades. Não é só dentro. Não é na cozinha. Como diz alguém, o lugar da mulher é também junto das entidades, junto ao poder público e em vários lugares.”*

Como afirmou Vasconcelos (2006), ao se declararem como ‘igual’ na cena política, assumiram a condição de portadoras de direitos, através da exigência de reconhecimento da condição de igualdade por parte de quem as desvalorizava e discriminava no cenário da gestão do poder público municipal no Sintraf/Serrinha. Consolidado o direito de filiação, as trabalhadoras rurais adquiriram a autoconfiança necessária ao avanço de suas lutas.

Com base no pensamento de Vasconcelos (2006), esse fato encorajou a inferência de que, apoiadas pela Educação Popular, essas trabalhadoras encontraram o estímulo para o fortalecimento da sua autoestima e o desenvolvimento do potencial criativo, alterando substancialmente seu status político. Ao falar de forma autônoma e autodeterminada em seu nome e em nome dos direitos reconhecidos por elas e pelo seu grupo, como algo intransponível e inalienável, constatamos (NASCIMENTO, 2009) que as trabalhadoras revelaram a consciência de que a conquista de direitos não era mais um atributo do outro, mas uma conquista de sujeitos sociais, portadoras de desejos e interesses reconhecidos.

Nesse sentido, para essas trabalhadoras o autorreconhecimento como sujeitos implicava na distinção em relação ao outro, representada pela assunção de uma posição social e subjetiva marcada pela diferença. Portanto, como afirmou Freire (1987), no contexto do esforço organizativo que surgiu em meio à construção desse saber, a objetivação do mundo não pode ser dissociada da responsabilidade histórica de participação, de modo que o fatalismo cedeu lugar ao ímpeto da transformação. Esse ímpeto transformador não veio no esteio de posturas e práticas revanchistas. Isso, porque um dos traços dos saberes produzidos pelas trabalhadoras, apontamos (NASCIMENTO, 2009), foi a referência socioidentitária marcada por um comunitarismo nutrido pelas redes de solidariedade aí estabelecidas.

No entanto, a despeito dessa perspectiva inquestionavelmente humanizadora e empoderadora da consolidação de saberes, o legado da história evidencia, conforme León (2001), que na perspectiva dos homens, segundo estudos sobre masculinidade, o empoderamento de mulheres significaria a incapacitação ou a perda da posição privilegiada, que o patriarcado os colocou, daquele poder dominante, daquele poder soma-negativo, daquele poder subordinador. O poder que controlou os corpos, a sexualidade, a capacidade de se mover, os bens materiais, a participação no mundo público. Esse poder que se traduziu no abuso físico, no estupro sem punição, no abandono e nas decisões não consensuais que afetaram quase sempre a família.

Diante disto, se os saberes elaborados pelas trabalhadoras ao longo do processo de conquista da filiação e gestão do STR, hoje Sintraf Serrinha, trouxe em si a riqueza e amplitude de um processo que decorreu de uma ação educativa comprometida com projetos e ações direcionados a outro projeto de ser humano e sociedade. Tendo em vista que este projeto ganharia forma e substância nas sutilezas da subjetividade e do privado, em sua relação mais íntima com a/o outra/o, caberá refletir na seção que segue quais os desafios e as possibilidades instauradas pelo contrato de casamento aos saberes construídos em meio ao empoderamento no espaço público pelas trabalhadoras rurais/agricultoras familiares.

#### 2.4 CONTRATO DE CASAMENTO/CONJUGALIDADE: QUAIS OS DESAFIOS EM FACE DO EMPODERAMENTO CONSTRUÍDO NO ESPAÇO PÚBLICO?

Em finais da década de 1980, a luta pela filiação das trabalhadoras rurais no STR/Serrinha traduziu localmente o conflito permanente em torno das disputas pela partilha do poder. Nesse particular, é preciso destacar a relevância dos processos educativos dos quais elas fizeram parte. Fundamentados, de acordo com Franco (2018), na troca horizontalizada de saberes, tais processos possivelmente permitiram uma percepção diferenciada das relações de gênero, assegurando a problematização das relações de poder em nível privado. Do ponto de vista de León (2001), o empoderamento levou à conquista da autonomia individual e da organização coletiva. Práticas estas que, de alguma forma, desafiaram a ideologia patriarcal no âmbito da arena pública. No entanto, cabe-nos refletir sobre a repercussão desse processo no espaço privado representado pela família. Lócus que no Território do Sisal e, em especial, no município de Serrinha-Ba, pareceu instituir um modelo de socialização típico das famílias patriarcais.

Socialização em boa medida, reproduzida entre os grupos subordinados, especialmente no contexto rural. Isto em razão do que destacou Saffioti (2005, apud SCOTT, 2010, p. 71), os “*patriarcas de patrimônios pequenos*” se apoiaram na ideia-valor rural do patriarcado para impor ordem nas suas casas. À semelhança do que ocorria nas famílias ditas tradicionais do meio urbano, como diriam Macedo e Cezar-Ferreira (2016), no meio rural o *pater familias* do Direito Romano instituía-se como autoridade máxima. E, do ponto de vista da ordem política, determinava as obrigações dos familiares, assumindo o caráter de provedor da família, atribuindo à mãe a responsabilidade pela criação e educação dos filhos.

Desse modo, a partir de hábitos culturais e costumes orientados pelo Direito Positivo, destacaram Butto e Hora (2008), a sociedade agrária associou a figura da mulher à sua



posição na família. Condição que, do ponto de vista de Fischer e Gehlen (2002 apud BUTTO; HORA, 2008, p. 23), a colocou numa situação de subordinação ao homem, portador natural do direito ao patrimônio e à terra, segundo o direito positivo. A mulher, como dependente do pai ou do marido, somente teoricamente teria a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino. Uma vez que na perda desse referencial, o patrimônio deveria ser mantido como bem masculino. Aqui se evidenciou a relevância do casamento.

Enquanto instituição, mais que satisfazer o amor entre duas pessoas, ressaltou Feres-Carneiro (1998), o casamento teve por função ligar duas famílias, permitindo sua perpetuação, sobrevivência. E mais que isso, assegurar a manutenção do poder econômico e político. Já que, conforme Lévi-Strauss (apud FERES-CARNEIRO, 1998), fundado num sistema de troca/alianças capaz de promover a coesão de forças que naturalmente poderiam ceder à competição e à desagregação, o casamento forjou a família e esta assumiu a condição de agente da lei e da cultura. Civilmente constituído na modernidade, segundo Pateman (1993), o contrato de casamento refletiu a organização patriarcal da natureza corporificada em um contrato primitivo, em um contrato primevo - o pacto/contrato sexual.

O pacto/contrato sexual, de acordo com Pateman (1993), constituiu-se não apenas no fundamento invisibilizado da sociedade do contrato, como da perpetuação do patriarcado e da dominação masculina até os dias de hoje. Em razão disso, a discussão acerca do contrato de social e do contrato de casamento constituiu um pilar fundamental para que tivéssemos um parâmetro para analisar, se o empoderamento conquistado no espaço público pelas trabalhadoras teria se replicado no mundo privado, questionando o pacto/contrato original. Surgiu daí a necessidade de discutirmos brevemente, os aspectos subliminares que envolveram a tríade pacto/contrato original, contrato social e contrato de casamento.

Para Pateman (1993), a gênese do contrato social trouxe em si obscuridades que omitiram o teor das liberdades, por ele defendidas, no contexto das relações sociais. A teoria do contrato social foi convencionalmente apresentada como uma história sobre a liberdade e fundamentou-se em duas concepções. A primeira que, os homens no estado natural<sup>20</sup> trocaram as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa, salvaguardada pelo Estado, onde a liberdade seria universal e estaria ao alcance de todos os adultos na sociedade civil. E a segunda que, pautada em histórias hipotéticas sobre o estado natural, defendia que a liberdade era conquistada pelos filhos, os quais ao renegarem a sujeição natural aos pais, substituíam-

---

<sup>20</sup> Em Pateman (1993, p. 21), por estado natural entende-se o estado em que todos os homens nascem livres e são iguais entre si.

nos pelo governo civil, de modo que, a nova ordem civil constituiu-se como anti ou pós-patriarcal.

Todavia, houve aspectos relevantes que, segundo Pateman (1993), não foram considerados pelos fundamentos clássicos da teoria do contrato. A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito de acesso sexual regular a estas foi um aspecto. Outro aspecto disse respeito ao estabelecimento de uma divisão de trabalho em que as mulheres permaneciam subordinadas aos homens. O pacto/contrato original, conforme Pateman (1993), criou ambas: a liberdade e a dominação - liberdade dos homens e a sujeição das mulheres. Isso em razão de que, para a tradição teórica do contrato social, a liberdade civil não era universal, e sim um atributo masculino. Tal liberdade decorreu da subversão do regime paterno por parte dos filhos não apenas para conquista de sua liberdade, como também para assegurar as mulheres para si próprias.

O pacto/contrato original foi tanto um contrato sexual quanto social, pois criou o direito político dos homens sobre as mulheres, estabelecendo o acesso sistemático daqueles sobre os corpos destas, transformando-os em meros recipientes para o exercício do poder sexual e reprodutor. Conforme Pateman (1993), o direito político originário que Deus concedeu a Adão foi o direito, por assim dizer, de preencher o recipiente vazio. Adão, e todos os homens, teriam que o fazer para se tornarem pais, manifestando o poder de reprodução ou de procriação masculino. Desse modo, ressaltou Pateman (1993), o argumento patriarcal refutou qualquer reconhecimento da aptidão e da capacidade criadora exclusiva das mulheres. Ao se apropriaram da capacidade criadora natural das mulheres, de sua aptidão física de dar à luz, os homens ampliaram o seu domínio, exercitando ao seu modo, o poder de procriação. Eles deram à luz a vida política, ao direito político.

Para Pateman (1993), as análises tradicionais das histórias clássicas do pacto/contrato original, de modo mais ou menos geral, omitiram o fato de que as mulheres foram *excluídas* deste pacto/contrato. Apenas os homens, em decorrência da sua suposta supremacia física e racional, bem como da posse da propriedade de suas próprias pessoas, conquistaram o direito de fazerem parte do pacto/contrato original. As mulheres não desfrutaram dessa liberdade natural. De acordo com Pateman (1993), submetidas pela força e suposta supremacia racional dos homens, as mulheres tornaram-se servas e foram excluídas do pacto original. Compulsoriamente, foram compelidas pelo patriarcalismo a uma troca tácita: sustento econômico e proteção em troca da subordinação, da assistência sexual e da assistência doméstica irrestritas e gratuitas.

Em face desses aspectos, salientou Pateman (1993), o patriarcado jamais esteve restrito à esfera familiar/privada, pois segundo ela (1993), o contrato original originou não apenas a esfera privada, mas a esfera pública em sua totalidade. Em ambos os *loci* – os homens transitavam livremente. No entanto, foi na esfera pública que ele assegurou o direito legal de reger os dois domínios. Embora bifurcada, a sociedade manteve a unidade da ordem social em razão da hegemonia patriarcal a qual, mesmo contestada em seu próprio cerne por conta do monopólio do poder criador dos pais, conforme Pateman (1993), foi conquistada e dividida uniformemente entre os homens e se manteve. Em razão de que não eram os pais os únicos responsáveis pela geração da vida e do direito político, mas toda a fraternidade masculina. A criação política saiu então dos estritos limites da paternidade, dirigindo-se ao alcance geral da masculinidade. Assim, o pacto/contrato original [...]

[...] criou uma nova forma de legislação, e a participação nos contratos reais da vida cotidiana constitui uma forma moderna de estabelecimento de relações localizadas de poder dentro dos campos da sexualidade, do casamento e do trabalho. A legislação do Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões da estrutura complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p. 34).

Erguida sobre a crítica ao status decorrente dos costumes e da tradição, ressaltou Pateman (1993), a teoria do contrato encontrou esteio na doutrina da liberdade individual, própria do momento emancipatório representado pela modernidade. Naquele momento, a igualdade acarretou a existência de apenas uma justificativa para a subordinação: o livre acordo. Então, por assim dizer, sublinhou Pateman (1993), a doutrina do contrato implicou na existência de uma única origem do direito político, o acordo. Porém, somente os homens teriam as aptidões de ‘indivíduos’ livres e iguais. E, portanto, apenas eles fariam parte do contrato. Fadadas a sujeição desde o nascimento, as mulheres seriam excluídas. Se esta foi a condição das mulheres, caberia analisar o que de fato as habilitou a participar do contrato de casamento. O casamento, enquanto troca ordenada de mulheres e enquanto instrumento que permitia acesso sexual igual a todos os homens, apontou Pateman (1993), esteve na base da sedimentação da cultura ou da civilização. Sendo a cultura criada, as mulheres deixaram de ser meros ‘estimulantes naturais’ transformando-se em signos de importância social.

O motivo pelo que as mulheres deveriam participar do contrato de casamento decorria do fato de que, embora elas não tivessem um papel no contrato social, elas deveriam ser incorporadas à sociedade civil. E para que a condição dos homens como iguais e senhores patriarcais fosse mantida, o contrato do qual as mulheres participariam teria que ser

diferenciado dos outros. A mulher concordaria em obedecer ao seu marido quando se tornasse esposa, ratificando publicamente que os homens seriam seus senhores sexuais e que exerceriam a lei do direito sexual masculino em suas vidas privadas. Isto porque, como ressaltou Pateman (1993), a dominação civil requeria a concordância do subordinado. Não foram raras as histórias na quais mulheres e escravos acorrentados que contratavam e concordavam com sua submissão. *Há ecos da história do contrato de escravidão rodeando a cena primária e o contrato de casamento.* (PATEMAN, 1993, p. 170). De acordo com Zilboorg (apud Pateman, 1993, p. 179), na interpretação da cena primária, as mulheres se tornaram escravas sexuais e econômicas da família.

Até o final do século XIX a condição civil e legal de uma esposa se assemelhava à de um escravo. Pela doutrina legal comum do casamento, uma esposa se assemelhava à de um escravo. Pela doutrina legal comum do casamento, uma esposa, como um escravo, estava civilmente morta. Um escravo não tinha existência legal independente de seu senhor, e o marido e a esposa se tornava ‘uma única pessoa’, a pessoa do marido. Mulheres de classe média e alta conseguiam evitar que a ficção legal da unidade conjugal através da lei da igualdade fosse rigorosamente aplicada, valendo-se de artifícios tais como monopólios e contratos pré-nupciais. Mas tais exceções [...] não [ajudaram] a diminuir a força da instituição do casamento enquanto uma lembrança dos termos da relação conjugal, estabelecidos (pela história do) contrato primitivo. (PATEMAN, 1993, p. 180)

A comparação das mulheres e das esposas com os escravos foi feita com frequência a partir do século XVII, destacou Pateman (1993). Diante disso, salientou Pateman (1993), ser um escravo ou ser uma mulher casada significava estar em perpétua minoridade. Escravos adultos homens eram chamados de ‘meninos’ e mulheres adultas casadas eram e ainda são chamadas de ‘meninas’. Como condizia a seres civilmente mortos, o escravo ganhou vida quando seu senhor lhe deu um nome (os servos recebiam outro nome dados pelos seus senhores, se o deles fosse considerado ‘inadequado’). Quando uma mulher se tornava uma esposa, seu *status* era demarcado pelo título ‘Sra.’ Uma esposa era incluída no nome de seu marido e, ainda hoje poderia ser chamada de ‘Sra. John Smith’.

Outro dado importante a respeito das analogias entre a condição de esposa e a condição de escrava, foi a venda de esposas na Inglaterra. Samuel Menefree (apud PATEMAN, 1993, p. 182) registrou 387 casos de vendas de esposas com referência isolada em 1073, seguida de ocorrências regulares a partir de 1553 até o século XX. Ele salientou que vendas de escravos e de mulheres casadas aconteciam independentemente e que a abolição do comércio de escravos não teve nenhum efeito sobre a venda de mulheres casadas. Entretanto, elas custavam menos que os escravos e até menos que cadáveres. A mulher casada geralmente

ficava com uma corda no pescoço ao ser leiloada. Mas, às vezes, a corda era colocada em volta da cintura ou de um braço e, ocasionalmente decorada com uma fita, talvez para atenuar a humilhação. As cordas, como observou Manefee (apud PATEMAN, 1993, p. 182), faziam parte das vendas de gado, contudo, o simbolismo poderia ir mais longe. O gado era guiado por homens com chicotes, assim, a corda simbolizaria o chicote do senhor de escravos. Em condição análoga à escrava, no casamento a mulher não tinha nada que fosse seu. Nele, era necessário que vivesse, conforme Pateman (1993), onde, quando e como seu marido quisesse. Suas rendas e seus filhos eram propriedades do marido, exatamente como os filhos da escrava eram propriedades do seu senhor, portador do *status*.

Conforme Pateman (1993), a sociedade civil moderna era uma ordem da liberdade universal e, portanto, se contrapunha ao antigo mundo do *status*. Em tese, todos os habitantes da sociedade civil desfrutavam de uma mesma posição. A história do contrato social requeria a existência de um sinal claro de que as mulheres eram parte da sociedade civil e de que eram capazes de participar de contratos – escravos também tinham que ser encarados como parte da humanidade. As mulheres faziam parte do contrato de casamento. No entanto, o contrato sexual exigia que elas fossem incorporadas à sociedade civil em bases diferentes das dos homens. Estes criaram a sociedade civil patriarcal. E, a ordem social daí decorrente, estruturou-se em duas esferas: a privada e a pública. Separada da vida civil pública, a esfera privada não era reconhecida como parte integrante da sociedade civil.

De acordo Pateman (1993), o ‘indivíduo civil’ foi constituído dentro da divisão sexual da vida social criada pelo pacto/contrato original. O indivíduo civil e o domínio político emergiram como universais somente em relação e em contraposição à esfera privada - fundamento natural da vida civil. Do mesmo modo, o significado da liberdade e da igualdade civil, garantida e distribuída imparcialmente a todos os ‘indivíduos’ pela legislação civil, poderia ser compreendida somente em contraposição à sujeição natural (das mulheres) na esfera privada. A liberdade e a igualdade surgiram como ideais universais, em vez de atributos naturais dos homens (os irmãos) que criaram a ordem social dentro da qual os ideais ganharam expressão social, apenas porque a esfera civil foi tradicionalmente considerada em si mesma. Liberdade, igualdade e fraternidade compuseram a trilogia revolucionária porque a liberdade e a igualdade foram atributos da fraternidade que exerceu a lei do direito sexual masculino.

A esfera civil, ressaltou Pateman (1993), adquiriu significado universal em contraposição à esfera privada da sujeição natural e das aptidões femininas. Assim, na esfera privada, o marido tinha aprovação da opinião pública e da legislação para forçar a esposa a se

submeter a ele, quisesse ela ou não. Pois que, segundo Zilboorg (apud PATEMAN, 1993, p. 160), a partir daí o homem tornou-se suficientemente consciente e confiante para submeter sexualmente uma mulher. Desse modo, o ato originário não foi um ato de amor ou de paternidade premeditada, e sim uma agressão. Foi um ato fálico e sádico. De acordo Zilboorg (apud Pateman, 1993, p. 160), o ato originário decorreu do desejo de possuir e dominar. A submissão das mulheres abriu o caminho para que os homens ampliassem suas posses e seu domínio para além das necessidades imediatas. A dominação econômica sucedeu rapidamente a dominação sexual.

A dominação sexual, segundo Zilboorg (apud PATEMAN, 1993, p. 160), evidenciou que ‘a ideia de família não surgiu originalmente do amor, mas da propensão à exploração econômica’. Pois, uma vez que as mulheres haviam sido escravizadas e as famílias formadas, os homens tinham o conceito de escravidão e os meios para ampliar a sua dominação. E, com a certeza de que sua ‘esposa’, ou seja, sua escrava atenderia a todas as suas necessidades, estavam livres para confinar e conquistar outros seres humanos. Aqui mais uma vez, emergiu de modo incontestável, a relação/analogia entre contrato de casamento e escravidão. Desse modo, destacou Pateman (1993), para que a promessa de liberdade universal proclamada pela história do contrato original fosse convincente, na nova ordem civil as mulheres tinham que fazer contratos. E o único contrato que lhe era permitido participar foi o contrato de casamento que, organizado através da interdição (do incesto) assegurou a formação da família, garantindo a produção/reprodução da sociedade humana. Do ponto de vista de Pateman (1993), sem a família - esfera privada seria impossível à existência da esfera público-política gestada pelos homens. E sem a família seria impossível a existência do sistema de exploração/dominação que assegurou a reprodução do patriarcado e do capitalismo no campo. Daí a importância da discussão de Hora e Butto (2014) ao concluírem que a exclusão econômica das trabalhadoras rurais estaria implicada aos mecanismos políticos usualmente presentes na manutenção da sua subordinação. Mecanismos estes levados a cabo por instituições como a família e o Estado. Estas instituições formaram uma poderosa barreira de entrada das mulheres no desenvolvimento de forma igualitária. Na família, os homens se legitimaram como seus representantes perante o mundo público e, no Estado, legitimou-se esta representação por meio do chamado *Chefe de Família*. Dessa forma, destacaram Hora e Butto (2014), as mulheres só adquiriram tal condição quando não contavam com a figura masculina no grupo familiar – as chamadas *Mulheres Chefes de Família*.

O Estado elaborou políticas públicas e atuou considerando as necessidades da *família* e não de *cada um dos indivíduos* independentes da sua condição civil e familiar, reforçando a

ideia de que as necessidades eram iguais e que, relacionando-se com o “titular”, todos seriam contemplados. Essa mesma visão, segundo Hora e Butto (2014), prevaleceu nos espaços públicos que não consideraram as desigualdades econômicas e nem se incomodaram com a privilegiada situação dos homens nas decisões e no acesso a bens e recursos. Tal raciocínio auxiliou na compreensão não apenas dos motivos pelo quais as mulheres foram menos representadas nos espaços públicos e na sociedade civil, mas da razão pela qual suas demandas e necessidades não integraram de forma satisfatória a agenda do desenvolvimento rural.

Daí, para Berger e Kellner (1970 apud FERES-CARNEIRO, 1998), o casamento assumir a condição de um ato dramático e, na acepção de Torres (2017), um ato jurídico no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontrariam e se redefiniriam. O drama do ato seria internamente antecipado e socialmente legitimado muito antes de ele acontecer na biografia dos indivíduos, onde na conversação conjugal, a realidade subjetiva sustentada pelos parceiros, (re)confirmaria ou não a realidade objetiva internalizada por eles. Ao integrar dois passados individuais, o casal moldaria não somente a realidade presente, mas reconstruiria a realidade passada, fabricando uma memória comum, forjando, de acordo Torres (2017), uma relação social atravessada por alguns dilemas fundamentais.

Em primeiro lugar, a conjugalidade se inscreveria em relações e trajetórias sociais e de gênero. Isto é, ela ocorreria num dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos. Percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com a pertença de classe. Através da identificação da classe e do gênero, sublinhou Torres (2017), se antecipariam os efeitos do lugar que se ocupa na estrutura social e a distribuição diferenciada de recursos em capitais a ele equivalente, nas modalidades de viver a conjugalidade, a organização da vida conjugal, a gestão de recursos implicada na vida familiar, etc.

Outra dimensão da conjugalidade, conforme Segundo Torres (2017), seria aquela relacionada à produção de identidade, pois através da relação com o outro significativo obtenho recompensa e gratificação pessoal, construo uma maneira de ver o mundo e de me ver a mim enquanto indivíduo. Através dessa relação posso ainda ter um estatuto, dar sinais da minha pertença ao grupo (dos adultos, dos casados, dos homens, das mulheres) cumprindo, assim, aspectos importantes da minha identidade social. Não raras vezes, salientou Kellerhals (apud TORRES, 2017, p. 1), marcada por tensões identitárias entre o “eu” e o “nós-casal” ou “nós-família”, acentuadas através de dificuldades e/ou mesmo conflitos introduzidos pela associação entre identidade e gênero. Fato que demonstraria a necessidade de articular

diferentes dimensões – classe, gênero, identidade pessoal e social na discussão acerca da conjugalidade.

Inscrita na conjugalidade, conforme Torres (2017) estaria outra dimensão que identificaria o casamento como fonte produtora de realidade, já não tanto no sentido simbólico, mas especificamente no sentido das condições materiais. Pois que com a entrada na conjugalidade, emergiria não apenas uma nova situação em termos das condições materiais de existência – através, por exemplo, da partilha de recursos e despesas – como sucederia frequentemente a geração de filhos e, com eles, novas relações afetivas. Através deste aspecto de criação em sentido literal e metafórico, despontaria uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: sua dinâmica própria. A nova realidade criada – vida em conjunto, relações familiares, filhas, filhos – por assim dizer, não só interpelaria os sujeitos no sentido identitário, como criaria um sistema de possibilidades e limites de ação, Ferreira de Almeida (*et. al.*, 1995, p. 28 apud TORRES, 2017, p. 1), que seriam específicos.

Com base no pensamento de Torres (2017), uma última dimensão da conjugalidade a ser considerada neste trabalho, foi o fato dela ser social e historicamente situada. Pois que, os valores sobre os domínios da conjugalidade, da família e da sexualidade mudaram significativamente nos últimos quarenta anos. Indiscutível tornou-se situar a conjugalidade nas coordenadas espaço/tempo, avaliando de que forma as transformações de valores interpelaram as/os sujeitas/os e que efeitos produziram em suas práticas e representações. A esse respeito, o pensamento de Patel (2005), mostrou-se bastante relevante, na medida em que estabeleceu uma análise das transformações da conjugalidade ao longo da pré-modernidade e modernidade, por exemplo.

Segundo Patel (2005), o que distinguiu as relações conjugais ao longo dos vários estados de evolução social, foi o grau de dominação do homem, sobre a mulher e o grau de dependência desta, face àquele. À dominação masculina pela força física, juntou-se a dominação psicológica porque ser homem é diferente de ser mulher e, nos finais do século XIX, tais diferenças ficaram bem demarcadas. Associadas à mulher, estiveram a indecisão, a falta de pontualidade, a passividade, a impulsividade, as perturbações psicológicas e a mentira - características totalmente negativas. Por exemplo, para a medicina, sublinhou Patel (2005), o feminino tinha a ver com a infância e o inacabamento; já o masculino, com a potência e a conquista. Por isso, a mulher era tida como volúvel, caprichosa, inconstante, instável. E o homem deveria, no casamento, domar/dominar sua instabilidade para que ela o consolasse dos aborrecimentos e da fadiga do trabalho. E assim, a mulher desempenhasse ao mesmo tempo, o papel de mãe, irmã e esposa.



Assim como era obrigação do criado doméstico servir aos seus senhores em todas as ocasiões, caberia à esposa, segundo Pateman (1993), cuidar do seu marido, não importasse as longas jornadas de trabalho daí decorrentes. Em face disto, a organização do tempo e das atividades domésticas, ressaltou Pateman (1993), ficavam à mercê da rotina de trabalho e expectativas dos homens: horário das refeições, juízos de valor sobre a aparência da casa e dos filhos etc. Os serviços que se esperava que a esposa realizasse e a quantia de sustento daí auferida dependia inteiramente da vontade do marido. Então, aqui se justificava o fato, como diria Pateman (1993), do trabalho de uma dona-de-casa ser nomeado como servidão doméstica, ou, mais educadamente, de serviço doméstico. Isto porque o trabalho doméstico não era trabalho.

Em sendo o trabalho, como diria Pateman (1993), uma exclusividade do mundo masculino capitalista, a invisibilidade e a desigualdade presentes no trabalho doméstico realizado pelas sisaleiras do meio rural, se perpetuou durante décadas, ganhando maior evidência nos anos de 1980 e 1990, momento em que começam a ganhar espaço os debates feministas no sindicalismo rural. Silenciosas, aparentemente resignadas e invisíveis, sublinhamos (NASCIMENTO, 2009), elas constituíram uma força de trabalho que gerava importantes circuitos de renda. Dentro das atividades que lhes cabiam em razão da divisão sexual do trabalho, além da gestão do lar, predominavam atividades como o extrativismo natural, o criatório de animais de pequeno porte, a agricultura familiar/camponesa, a produção artesanal.

Nos períodos de grande dificuldade ocasionada pela seca, quando a migração dos esposos/companheiros era inevitável, além das atividades que já lhes cabiam, havia a sobrecarga ocasionada pela gestão de atividades tradicionalmente masculinas como os cuidados com os remanescentes do criatório do gado bovino, caprino e, ainda a ovinocultura, a venda da força de trabalho em tarefas extremamente pesadas, como a destoca de pastos e a administração dos recursos financeiros. A realização dessas tarefas ratificou o que constatou Melo (2002), de que as mulheres realizavam principalmente as tarefas correspondentes à divisão sexual do trabalho no meio rural. No entanto, quando necessário, não estariam isentas de executar trabalhos reconhecidos como masculinos, a exemplo da destoca.

A jornada de trabalho doméstica das trabalhadoras rurais pareceu traduzir o que denunciou Christine Delpy (apud PATEMAN, 1993, p. 198), que o ‘casamento foi a instituição por meio da qual o trabalho não remunerado foi extorquido de uma categoria específica da população: as mulheres-esposas’. O contrato de casamento foi o contrato pelo

qual os maridos apropriaram-se da capacidade de trabalho de suas esposas. No meio rural, salientou Lúcia Melo (2002), o reconhecimento do pai como o vetor central da unidade agrícola familiar reforçou a desigualdade de gênero e de geração porque filhos e esposas também conheciam e participam das várias etapas do processo produtivo.

Desse modo, a centralidade da figura paterna como representação principal da agricultura familiar refletiu a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” seria feminino. No geral, essa ideologia persistiu mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho era cada vez mais crescente. O homem destacou Lúcia Melo (2002), na qualidade de responsável pela terra e como marido, apresenta-se como o “chefe da família” e [...]

A ele cabe organizar a produção, gerir o lote, assim como viabilizar a contabilidade das possíveis fontes de rendas, até as externas à agropecuária. Como consequência destas responsabilidades ele chega a coordenar e distribuir entre seus familiares - adultos e crianças - as diferentes atividades: o plantio, os tratos agrícolas, a colheita, o cuidado dos animais, a administração e o planejamento, a definição da finalidade da produção de seu lote – para o mercado e/ou para o consumo familiar - os contatos mantidos com agências externas - bancos, cooperativas e técnicos. (MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 2008, p. 107).

Se considerarmos o contexto rural Sisaleiro/serrinhense, poderíamos arriscar que, não apenas os maridos apropriaram-se da capacidade de trabalho de suas esposas, mas o sistema capitalista presente na escala local. Pois que, não apenas o trabalho doméstico, como o trabalho não remunerado, mas gerador de circuitos de renda, não raras vezes, apontou o documento Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA, 2003), por ter como base solidária, atendendo às necessidades da família e/ou da comunidade em seu entorno, era classificada como pertencentes ao âmbito da reprodução. Isso, por não constituírem atividades próprias da economia hegemônica. Nesse particular, quase que invariavelmente sujeitas à invisibilidade, tanto as atividades quanto quem as praticavam, as trabalhadoras rurais ficavam sujeitas a uma situação de desvalorização, subordinação e exclusão socioeconômica e política. Um bom exemplo disto era a condição das trabalhadoras rurais no período em que não eram filiadas ao Sintraf Serrinha [...]

*[...] as mulheres daquele período era consideradas dependentes dos maridos, né? O esposo era arrimo de família, o chefe de família e, a ele era dado o direito de ser*

*filiado e também ser tutor das mulheres, ou seja, eram os representantes que eram filiados e as mulheres e filhos eram dependentes deles [...].*<sup>21</sup>

Inúmeras feministas, sublinhou Pateman (1993), argumentaram que a subordinação das esposas aos seus maridos seria semelhante à do trabalhador ao capitalista. Todavia, para Pateman (1993), encarar o contrato de casamento como um contrato de trabalho seria relegar mais uma vez o contrato sexual ao esquecimento. Uma dona-de-casa não era uma trabalhadora no mesmo sentido que os homens. O contrato de casamento jamais foi um contrato de trabalho. Pelo contrário, o contrato de trabalho pressupunha o contrato de casamento. Pois que a persistente figura do ‘trabalhador’, do artesão, com macacão limpo, um saco de ferramentas e uma marmita, foi sempre acompanhada, como ressaltou Pateman (1993), pela figura espectral de sua esposa. No âmbito da perspectiva descrita anteriormente, pode-se afirmar que, em alguma medida no município de serrinhense/Sisaleiro, a divisão entre os sexos, conforme Bourdieu (2005), pareceu estar ‘na ordem das coisas’. E, por ser aparentemente inevitável, tornou-se natural. Sendo assim, a força da ordem masculina se evidenciou, dispensando justificção. E instituiu os limites e os lugares ocupados pelos sexos: assembleias, lugares públicos e a sala da casa reservada aos homens; a casa e os lugares privados inclusive no interior desta – quarto e cozinha, a parte reservada as mulheres.

A assertiva de Bourdieu (2005) traduziu de modo significativo a exclusão das mulheres em contextos patriarcais. Daí a sua relevância para compreensão da condição das trabalhadoras rurais num cenário de acesso limitado à educação, ascensão profissional e autonomia econômica. Muitas faziam a transição do espaço privado para o público sob a força, como diriam Macedo e Cezar-Ferreira (2016), da necessidade de sobrevivência. Assim, a migração do meio rural para o urbano em alguns casos foi inevitável, a fim de prestar serviços de natureza doméstica, como vendedoras ambulantes, cozinheiras, babás, quituteiras, lavadeiras e engomadeiras, entre outros. Serviços estes que supriram as necessidades de cuidado com o lar, com as crianças pequenas e idosas das famílias mais tradicionais do contexto Sisaleiro/serrinhense. A conformidade, evidenciada ou não pelas mulheres/esposas/trabalhadoras rurais a este processo, ressaltou Safiotti (apud SCOTT et al. 2010, p. 71), foi entremeada pela dificuldade de alçar autonomia financeira e independência econômica dos patriarcas de patrimônios pequenos.

Hoje, sublinhou Pateman (1993), quando muitos trabalhadores, objetivamente, poderiam obter os meios para ascender economicamente, muito mais mulheres do que nos

---

<sup>21</sup> Trecho inédito da entrevista concedida por uma das trabalhadoras rurais e líder sindical à pesquisa “*Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha*”.

séculos passados, conseguiram obter as qualificações educacionais que as permitiram encontrar empregos e se sustentar. Todavia, poucas mulheres ocuparam posições bem remuneradas nas profissões e nos negócios. O mercado capitalista continua, conforme Pateman (1993), patriarcal, organizado pela divisão sexual do trabalho. A segregação sexual da força de trabalho e a preservação dos locais de trabalho como arenas da solidariedade fraterna, permaneceram relativamente imutáveis durante o século XX. Parte considerável das mulheres encontraram empregos remunerados somente em uma pequena parcela de profissões de *status* inferior e mal remuneradas. Profissões nas quais elas trabalhavam lado a lado com outras mulheres e geralmente são dirigidas por homens.

E, apesar da legislação da igualdade salarial, ressaltou Pateman (1993), geralmente permaneciam numa faixa salarial inferior à dos homens. Portanto, o casamento continuou a ser economicamente vantajoso. Além disso, a pressão social para as mulheres se tornarem esposas era tão forte quanto a econômica. Tornar-se esposa de um homem ainda poderia ser o principal meio pelo qual a maioria das mulheres obteria uma identidade social reconhecida. Fundamentalmente, se as mulheres exercessem a liberdade de permanecerem solteiras em larga escala, os homens não poderiam se tornar maridos. Nesse sentido, não apenas o contrato sexual seria abalado, mas provavelmente todo o sistema capitalista.

Em face do conjunto das análises anteriormente estabelecidas, com base no pensamento de Pateman (1993), podemos afirmar que o contrato de casamento foi o melhor ponto de partida para ilustrar como o direito político patriarcal foi continuamente renovado e reafirmado pelos contratos concretos da vida cotidiana. Individualmente, todo homem recebeu uma parte importante de sua herança patriarcal por intermédio do contrato de casamento. Pois que, nas palavras de Pateman (1993), quando uma mulher se torna uma ‘esposa’, seu marido ganha o direito de acesso sexual ao seu corpo (já chamado de direitos conjugais’ na linguagem legal) e a seu trabalho como dona-de-casa. Então por assim dizer, as relações conjugais fazem parte de uma divisão sexual do trabalho e de uma estrutura de subordinação que se estende do lar privado à arena pública do mercado capitalista.

Assim sendo, salientou Pateman (1993), uma das vantagens da abordagem do problema do patriarcado através da história do contrato sexual foi mostrar que a sociedade civil, inclusive a economia capitalista, tinha uma estrutura patriarcal. As aptidões que permitiam aos homens, mas não às mulheres, serem ‘trabalhadores’, eram as mesmas capacidades masculinas exigidas para ser um ‘indivíduo’, um marido e um chefe de família. A história do contrato sexual começou com a construção do indivíduo. Diante disto, apontou Pateman (1993), o *status* das mulheres enquanto ‘indivíduos’ foi, portanto, imediatamente

solapado do estado natural. Pois que, enquanto seres submetidos a outros que detinham a superioridade natural, as mulheres não poderiam se tornar indivíduos na passagem para a sociedade civil. Aspecto que do ponto de vista dos teóricos do contrato, ressaltou Pateman (1993), as excluiu da possibilidade de desenvolvimento da moralidade política necessária aos participantes da sociedade civil. Pois que, na ótica desses teóricos, as mulheres representavam tudo aquilo que os homens deveriam dominar para que pudessem dar à luz a um corpo político civil.

Para Pateman (1993), a sociedade civil (como um todo) foi patriarcal. As mulheres foram submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública, onde o direito patriarcal dos homens foi o principal suporte estrutural para união das duas esferas em um todo social. O direito masculino de acesso aos corpos femininos foi exercido tanto no mercado público quanto no casamento privado e, o direito patriarcal foi exercido sobre as mulheres e seus corpos de outras formas, além do acesso sexual direto. De fato, a julgar pelas características próprias da sociedade civil Sisaleira/serrinhense, este processo aqui também repercutiu. Pois que, como diria Bourdieu (2005), nesse lócus se tornou possível à naturalização os processos de divisão sexual. No entanto, ainda que de forma localizada, o questionamento de tal naturalização, e sua possível mitigação, mostrou-se viável em razão da participação das trabalhadoras rurais na gestão do então STR, hoje Sintraf Serrinha.

A participação das trabalhadoras rurais no Sintraf e o provável desdobramento disto no contrato de casamento e conjugalidade produziram transformações que localmente traduziriam, de acordo com Torres (2017), as transformações intensificadas, especialmente no final do século XX, pela sociedade ocidentais e que, integradas num processo de globalização, tiveram como horizonte a busca por melhores condições de vida a partir de critérios como sustentabilidade ecológica, justiça e igualdade na diversidade de gênero, raça/etnia, geração, entre outros. Tais processos, inevitavelmente repercutiram, segundo Patel (2005), na desnaturalização da dominação masculina na conjugalidade. E, conseqüentemente, consolidou a abertura de um difícil, mas necessário caminho em busca da igualdade face ao direito, ao trabalho e à política na família e na sociedade pelas mulheres.

Como salientaram Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016), protagonizadas pelas mulheres num rastro de um processo de emancipação contínua, essas mudanças impactaram os significados atribuídos às relações amorosas e seu papel no casamento. As mulheres se esforçaram para ultrapassar os limites impostos pelo exercício exclusivo da função materna, expandindo sua inserção na sociedade com a entrada no mercado de trabalho. No entanto, como destacaram Dessen e Braz (2005 apud ALVES-SILVA; SCORSOLINI-

COMIN; SANTOS, 2016, p. 33) e Torres (2004 apud ALVES-SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS 2016, p. 33), na contemporaneidade admitiu-se que o afeto era essencial para o casamento e a formação da família, não obstante a questão do patrimônio e da transmissão familiar continuar a circular nesse contexto. O que significa que, apesar de todas as mudanças, ainda existem muitas famílias que funcionam de acordo com os padrões tradicionais. Fato que nos levou a inferir que, enquanto um jogo complexo marcado por ofensivas e contra ofensivas, os embates em torno do domínio masculino demonstraram que tais conflitos não teriam um desfecho definitivo, mas sim avanços e recuos entre as partes implicadas.

Na escala local, a participação das trabalhadoras rurais no Sintraf Serrinha foi um marco nesse embate. Pois que, conforme ressaltamos (NASCIMENTO, 2009), desejosas de uma participação política mais efetiva, as trabalhadoras começaram a driblar a resistência dos maridos e, em alguns casos, dos filhos, como exercício de superação da confinamento doméstica, rumo à ocupação dos espaços públicos. Então, ao se reconhecerem como integrantes de um grupo formado por sindicalistas rurais e não por mulheres “do lar”, as trabalhadoras rurais evidenciaram a produção de subjetividades norteadas por regras que, de acordo Salvaro, Lago e Wolff (2013), extrapolaram as marcações historicamente prescritas para elas nas posições de “dona-de-casa”, “do lar”, “esposa do agricultor”. E, em razão do acesso a determinados direitos sociais daí decorrentes, as mulheres criaram novos modos de existência.

Desse modo, embora a meta das trabalhadoras e de seus pares fosse a conquista e a ressignificação do projeto de gestão do Sintraf Serrinha, destacamos (NASCIMENTO, 2009), ela aí não se esgotou, pois em alguma medida, provocou transformações na subjetividade dessas trabalhadoras. Isso, porque ao se declararem como ‘igual’ na cena política, assumiram a condição de portadoras de direitos através da exigência de reconhecimento da condição de igualdade. No entanto, o modo como esse processo ressoou em suas histórias de vida e quais os possíveis impactos sobre o contrato de casamento é algo desconhecido. Haja vista que, como sublinhou Costa (2004), ainda hoje em que pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, na atualidade muitas mulheres não tinham autonomia sobre suas vidas. Não exerciam e muito menos acumulavam esse poder. Todavia, o reproduziam, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o controlavam: os homens. *As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais.* (COSTA, 2004).

A subalternidade, determinante na condição feminina, ressaltou Costa (2004), foi fruto da sua condição de gênero. Sabe-se que a sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos) da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, construiu mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação. Daí a constatação de que, conforme Costa (2004), as relações de gênero remeteriam a relações de poder, à medida que evidenciam as desigualdades e assimetrias entre homens e mulheres. Diante disso, ainda que o fenômeno representado pelo empoderamento das trabalhadoras rurais tenha se constituído num fato pontual, localizado e em grande medida invisibilizado, trouxe em si um conjunto de elementos e forças comprometidas com uma sociedade mais plural, processo este de indiscutível relevância no debate contemporâneo em torno de modelos democráticos mais substanciais.

Diante do exposto, a luta e a conquista histórica pela filiação das trabalhadoras rurais no Sintraf Serrinha mostraram-se relevante não apenas para o aprofundamento democrático da organização, bem como para dar visibilidade às questões de gênero presentes no meio rural do Território do Sisal. E não foi apenas isso. O conjunto das transformações decorrentes desse processo também foi de fundamental importância para o fortalecimento dos fóruns participativos num território historicamente marcado pelo conservadorismo social, econômico, político e, conseqüentemente, por baixíssimos índices de desenvolvimento humano. Do ponto de vista social, esse conservadorismo encontrou grande expressão no modo como se organizavam as famílias que, de alguma forma sujeitas a certa diversidade no meio rural, de maneira significativa expressavam a influência de um modelo de socialização patriarcal, onde as relações de poder entre os gêneros, de algum modo, se dariam em meio a forte hierarquização decorrente do domínio masculino.

No entanto, foi em meio a esse contexto conservador que a luta pela filiação e a conseqüente participação/empoderamento das trabalhadoras rurais na gestão do STR, atual Sintraf Serrinha, mobilizou saberes que, de alguma forma, alcançou a subjetividade e a vida dessas trabalhadoras no âmbito familiar, posto que podem ter possibilitado a reinvenção das experiências acumuladas, possibilitando transformações identitárias. Transformações estas relevantes para um olhar mais sensível e uma melhor percepção de si mesmas, conferindo-lhes, em alguma medida, a uma maior capacidade de negociação no âmbito do contrato de casamento. No entanto, essa não foi uma construção realizada num idílio, mas num ambiente onde, como diria Salvaro, Lago e Wolff (2013, p. 82), o caráter relacional do gênero e do poder se deu em meio a jogos de força, negociações e resistência.

Avaliamos que as conquistas alcançadas através da filiação e empoderamento das trabalhadoras no Sintraf Serrinha apontaram possíveis desafios a serem enfrentados quanto à horizontalização das relações de gênero no contrato de casamento. Haja vista ao indelével traço patriarcal que parece pairar nos modos de socialização e relação entre mulheres e homens no meio rural serrinhense/Sisaleiro. Em face disso, investigar se estariam as trabalhadoras suficientemente empoderadas a ponto de adquirir o status de indivíduo no âmbito privado, estabelecendo espaços de questionamento e ressignificação da presumível hierarquia do contrato de casamento/conjugalidade tornou-se uma imprescindível ação. Adiante, através do uso do adequado aporte metodológico, as informações foram submetidas à hermenêutica necessária a uma melhor compreensão do fenômeno em foco.



*“[...] é gratificante você perceber que com o seu conhecimento, você conseguiu passar e ajudar outras pessoas.” (GENOLINA ARAÚJO).*

### 3 SOBRE A NECESSÁRIA IMERSÃO NO CAMPO DA PESQUISA: APORTES METODOLÓGICOS

Longe de se constituir num mar de segurança, previsibilidade e constância como preconizava a ciência positiva, a produção do conhecimento contém em si um oceano de instabilidades, contradições e opacidades. O conhecimento – algo que antecede, atravessa e transcende os seres humanos – também os desafia. Ante a problemática discutida por este trabalho de tese, emerge a necessidade de aproximação, no esforço de romper com o véu das aparências. No campo das ciências humanas e sociais, como diriam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), tal ruptura exige uma atitude de vigilância, pois que a familiaridade com o universo social constitui um obstáculo epistemológico por excelência. Haja vista que nessa condição, o risco de produzir concepções ou sistematizações fictícias é proporcional ao risco da produção das condições para sua credibilidade. Então, a construção do conhecimento remete a uma ação em que se reúne *o que o vulgo separa e distingue-se o que vulgo confunde*. Assim, a tarefa incontornável da vigilância e da reflexão sobre a teoria e o método mostra-se relevante em razão do que [...]

Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é solução; é a possibilidade de tratar um problema. Em outras palavras, uma teoria só realiza seu papel cognitivo, só ganha vida com o pleno emprego da atividade mental do sujeito. É essa intervenção do sujeito que dá ao termo *método* seu papel indispensável. (MORIN, 1998, p. 335).

Diante do exposto, como diria Morin (1998), a palavra método deve ser concebida fielmente em seu sentido original, pois que o método é a *praxis* fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa da geratividade paradigmática/teórica. Enquanto arte, neo-artesanato, estratégia, pilotagem, o *método* incluiu a reflexividade, estabelecendo um diálogo com a filosofia: momento em que ele é capaz de se autoconsiderar, de se metassistamar. Em face de tais reflexões, foi que no intuito de nos aproximar do fenômeno em foco nessa pesquisa que se orientou pelo objetivo de desenvolver um estudo acerca dos saberes implicados ao possível empoderamento das trabalhadoras rurais na gestão do Sintraf Serrinha. Analisando como se configuram as divisões sexuais de poder na esfera do privado e investigando se tais saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento, estruturou-se este capítulo que pretende apresentar a concepção metodológica adotada ao longo desta investigação.

Desse modo, é importante salientar que tal concepção primou principalmente, como diria Macedo (2000), por um esforço em superar as regularidades universalizantes, rumo ao tateamento de um fenômeno que emergiu no plano do vivido em meio a uma rede de significados e sentidos, tecidos no cerne das relações de poder entre as mulheres e os homens no contexto familiar do meio rural do município de Serrinha-Ba. Em face de tal especificidade, foi que a investigação se norteou pela abordagem qualitativa de pesquisa.

Originária das reivindicações das ciências sociais que, segundo Macedo (2000), basearam-se nos debates em torno da fenomenologia e da hermenêutica, questionaram a ditadura do método em sua ênfase matematizante. A pesquisa qualitativa, conforme Demo (1998), surgiu em razão da necessidade de forjar um método capaz de captar os fenômenos humanos no conjunto de seus significados, sentidos e opacidades quase sempre inacessíveis à dura lógica laboratorial positivista. Desse modo, no âmbito das pesquisas qualitativas, o rigor adquire outro sentido. O método precisa ser considerado, segundo Casanova (2006), não como um retorno às bases disciplinares clássicas, mas como um encontro com a disciplina enquanto trabalho austero.

Como o próprio nome informou, a pesquisa qualitativa vem do ideal de qualidade. No entanto, esse ideal exigiu alguns parâmetros balizadores. Como diria Demo (1998), a definição do conceito qualidade não se constituiu uma tarefa fácil. Do latim *qualitas*, ou melhor, essência, qualidade designaria tudo que de fato seria relevante. Do ponto de vista aristotélico da matéria e da forma, segundo Demo (1998), qualidade seria a dimensão imaterial e central dos seres, aquilo que não se consumiria com o tempo. Ainda muito imprecisa, essa dimensão reclamou mais elementos, haja vista que a dificuldade em caracterizar algo definitivo.

Assim, de acordo com Demo (1998), numa segunda tentativa de aproximação, a qualidade apontaria para a perfeição historicamente possível. Nesse particular, emergiu um critério histórico referente às conquistas que traduziram as mais relevantes realizações humanas. Dentro dessa acepção, ressaltou Demo (1998), caberia o conceito de utopia que, enquanto algo não realizado funcionaria como dialética do contrário, ou seja, uma perene crítica daquilo que se tornou real. Então, desse ponto de vista, a participação poderia representar a utopia da vivência em comunidade, da solidariedade e da democracia substancial.

Em um terceiro esforço de conceituação, ressalta Demo (1998), a qualidade seria um atributo próprio do humano, pois que a matéria não apresentaria qualidade, a não ser aquela que lhe seria dada. E, se lhe pudesse ser dada, não representaria uma conquista histórica.

Nessa perspectiva, acrescenta Demo (1998), emergiria a dimensão política da qualidade a qual, sob o horizonte da cultura e da identidade, enquanto individualidade e coletividade, o ser humano a expressaria através da competência histórica para fazer-se sujeito, deixando a condição de objeto. Então, no realce desse horizonte político e histórico da qualidade, o mais relevante diria respeito às expressões [...]

[...] histórico-culturais marcadas não só pelo progresso técnico e econômico, mas, sobretudo, por sua humanização como desafio externo de uma obra por definição inacabada [e contraditória no conjunto de suas marcas ideológicas e potencialidades estéticas e éticas]. (DEMO, 1998, p. 98).

Por fim, não poderíamos deixar de abordar a qualidade formal. Conforme Demo (1998), a qualidade formal compreenderia a perfeição dos meios dos instrumentos, dos procedimentos inerentes à produção do conhecimento responsável pela perene transformação histórica, de onde mais uma vez emergiria o caráter histórico-político. Haja vista que todo instrumento encontraria sentido na finalidade a que serviria. O conhecimento não teria valor por si próprio, mas sim enquanto meio para realização dos fins e dos valores sociais em termos do bem-comum, pois a qualidade política teria a ver principalmente com a ética do conhecimento, da história e das intervenções. O que significa dizer, nas palavras de Filipak (2017), que esse trabalho se comprometeu com a visibilidade da trajetória das trabalhadoras rurais, tornando suas vivências e experiências como eixos centrais dessa produção de conhecimento. Uma produção que não foi tecida pela grande narrativa, mas por sujeitas historicamente situadas (como demonstra a foto que segue), onde em mais um dia de ativismo as trabalhadoras lutaram pelo direito à vida e pelo fim da violência contra a mulher.

**FIGURA 08 - MOBILIZAÇÃO “DEZESSEIS DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”, 2017**



**Fonte: Arquivo Sintraf Serrinha (2019)**

Daí a abordagem qualitativa aqui adotada, tomar a pesquisa de campo inspirada na etnopesquisa. Oriunda da vertente etnográfica, o termo etnopesquisa veio do grego *ethnos* – povo, pessoas e conceitualmente, segundo Macedo (2000), preocupou-se com os processos que constituíram o ser humano no âmbito de suas ordens sócio-culturais intersubjetivamente edificados. Tal intersubjetividade foi tecida no seio das experiências de empoderamento vividas por nós enquanto mulher de ascendência camponesa que encontraram eco nas trajetórias de luta das trabalhadoras rurais contra tudo aquilo que atentava contra o seu direito à autonomia, à liberdade e à vida.

Enquanto decorrência da ação intensa de pessoas rumo à consolidação de um projeto de mundo norteado pelo compromisso ético e político com a *transformação das desigualdades de gênero no campo*. Daí a relevância da temporalidade histórica e da territorialidade para a emergência da pesquisa em sua densidade prático-sensível. O lugar, desse modo, ocuparia uma dimensão estratégica, à medida que possibilitaria a articulação contraditória entre o global e a especificidade histórica do particular, constituindo então a base para a reprodução da vida. Dessa forma, apontou Macedo (2000), à análise do lugar se implicou a ideia de uma construção tecida nas relações sociais que se realizariam no plano do vivido, garantindo uma rede de significados e sentidos mediados pela história e pela cultura que resultaram na concepção da identidade – ser humano – lugar.

Foi no Território do Sisal, lugar marcado por desigualdades e desafios, que experimentaram a teimosia em sobreviver com ternura, esperança e alegria; que nossas interfaces com as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares do Sintraf Serrinha se processaram num *continuum* que antecedeu e perpassou a pesquisa de doutorado. Um dos momentos mais significativos desse processo foram os encontros que se deram nas ruas, nas lutas contra a exacerbação das *opressões e desigualdades de gênero* traduzidas pelas reformas do governo Temer e pelo fascismo em ascensão no Brasil.

**FIGURA 9 - MOBILIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS CONTRA AS REFORMAS PRETENDIDAS PELO GOVERNO TEMER, BR 116 NORTE, 2017.**



**Fonte: Arquivo Sintraf Serrinha (2019)**

Por conta disso, como diria Filipak (2017), as sujeitas dessa pesquisa foram escolhidas através da rede de relações em que as experiências e histórias de vida da pesquisadora e das participantes se entrecruzaram. Desse modo, o esforço por uma abordagem interdisciplinar, bem como a busca pela contextualização, foi algo decididamente almejado por nós nessa pesquisa. Tal esforço justificou-se como forma de contornar o universalismo abstrato, contemplando sujeitas sociais oprimidas e aleijadas pela racionalidade ocidental. Racionalidade que não raras vezes virou as costas às identidades e às alteridades oriundas dos diversos contextos humanos.

Ao se propor a descrição de fenômenos encarnados, questionando não apenas a dicotomia sujeito-objeto, como adentrando no mundo das vivências totais, irreduzíveis ao *ratio*, a pesquisa de campo de inspiração etnográfica aqui adotada, de acordo com Macedo (2000), esmerou-se num esforço hermenêutico enquanto única via de acesso a uma compreensão que não resultasse da manipulação e do controle, mas da abertura ao fenômeno que se revelou nas contradições, impertinências e provisoriedade do mundo vivido. Em face desse conjunto de atributos, foi que optamos pela inspiração etnográfica porque, apesar da dimensão global, o sujeito-objeto da nossa investigação jamais poderia ser abordado de forma genérica. Isso trouxe em si uma inconfundível referência identitária, representada pelas trabalhadoras rurais oriundas de um *locus* marcado por práticas políticas autoritárias e com relações familiares atravessadas por um forte traço patriarcal.

### 3.1 PESQUISA DE CAMPO: OS DESAFIOS DO PROCESSO HERMENÊUTICO

Um dos momentos mais desafiadores dessa construção epistemológica foi à análise das informações. Até que chegássemos à análise, um longo caminho foi percorrido. Realizamos uma consulta às bases de dados tomando como referência os seguintes descritores: trabalhadoras rurais, empoderamento, saberes, contrato de casamento. Fizemos a revisão de literatura dos clássicos relacionados aos conceitos e categorias pertinentes à tese, bem como a revisão de literatura adequada à construção da metodologia da tese. Submetemos o projeto de pesquisa para apreciação da banca de qualificação e, em seguida, ao Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador (ANEXO A). Também submetemos o projeto de pesquisa para apreciação da diretoria do SINTRAF Serrinha.

Em seguida, realizamos a pesquisa exploratória - momento em que testamos o instrumento de coleta das informações - a entrevista semiestruturada. Ponderamos sobre a relevância do questionário para a construção do perfil das participantes e o incluímos. Estabelecemos contato com as participantes, as quais foram selecionadas conforme os critérios de inclusão. Obtida a anuência destas, no momento da aplicação do questionário e da realização da entrevista foram feitas a leitura e a assinatura do “*Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*” (ANEXO B). Todas essas etapas foram sistematizadas no cronograma que segue:





Cumpridas as etapas elementares do cronograma, chegamos à pesquisa de campo. Para realizá-la, estabelecemos uma aproximação cuidadosa com o *locus* investigativo – momento que demandou a apresentação e obtenção do aval para execução do projeto investigativo. Foram duas reuniões formais realizadas em novembro de 2019 a fim de que a investigação ocorresse. Feito isto, realizamos uma pesquisa exploratória que objetivou não apenas estabelecer o primeiro contato com o *locus* investigativo, como testar o primeiro instrumento de coleta de informação escolhido – a entrevista semiestruturada. As entrevistas da pesquisa exploratória ocorreram na segunda quinzena do mês de novembro do ano de 2019 na sede do SINTRAF Serrinha. Foram três as lideranças entrevistadas: a atual presidenta, a diretora da Secretaria Bem Estar Social e a diretora do Departamento de Educação do Campo. Embora de quantitativo reduzido, essas entrevistas evidenciaram grande alcance qualitativo, já que a riqueza dos depoimentos seria suficiente para sustentar uma tese. Concluída a pesquisa exploratória, optamos por considerar para análise as informações obtidas, haja vista a relevância de seus conteúdos.

Feito isto, fomos a campo para efetivamente realizar a pesquisa. Momento em que aplicamos um questionário aberto (APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO). Isso em razão de que, como sublinhou Macedo (2000), numa perspectiva qualitativa o questionário poderia oferecer informações indexalizadas acerca do contexto do estudo, a exemplo dos traços identitários das sujeitas da investigação através da obtenção de informações objetivas acerca da sua origem/história, gênero, raça/etnia, entre outros. Também utilizamos a entrevista semiestruturada (APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA) por constituir, como diria Macedo (2000), um pertinente recurso metodológico na apreensão dos sentidos e significados atribuídos às realidades humanas, sem limitar-se à noção de verbalização. Ao ajustá-la, como diria Filipak (2017), nos propusemos a estabelecer um roteiro pré-definido, mas flexível o suficiente para acolher as insurgências que estivessem de acordo com o contexto/objetivos da pesquisa.

Então, dando sequência ao nosso cronograma de ações, agendamos novo encontro com as primeiras entrevistadas apenas para acrescentar as questões que faltaram no primeiro momento, bem como programamos novas interlocuções com mais cinco trabalhadoras / agricultoras. E, embora as sujeitas da pesquisa fossem as mulheres dirigentes do SINTRAF Serrinha, tivemos todo apoio dos diretores e de outras mulheres que sempre nos receberam de modo bastante atencioso.

### 3.2 PERCURSOS E MEMÓRIAS: AS FLORES/TRABALHADORAS SE APRESENTAM

As novas interlocuções/escutas foram efetuadas na primeira quinzena de dezembro de 2019 e, conforme Andersson (2015), a escolha das participantes não foi aleatória. Levamos em conta as informações colhidas na pesquisa exploratória e o diálogo com informantes-chave. Além da consideração dos critérios de inclusão a saber: a) ser mulher jovem e/ou adulta, moradora do meio rural; b) já ter sido ou estar casada ou em uma união estável; c) ser filiada ao Sintraf Serrinha; d) participar da gestão do Sintraf Serrinha, seja nas bases ou na sede do referido sindicato; e) concordar em participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e realizando entrevista pessoalmente.

No total, foram entrevistadas oito trabalhadoras, sendo que quatro delas estavam diretamente ligadas à gestão na sede do sindicato e quatro à gestão nas bases. A fim de facilitar a análise, as informações obtidas através das entrevistas foram organizadas num quadro síntese (ANEXO C). No entanto, a integralidade das informações foi preservada nas transcrições literais (ANEXO D). Para preservação da identidade das entrevistadas, foram atribuímos nomes fictícios. Essa atribuição coube às próprias trabalhadoras que também definiram o critério de escolha. Coincidentemente, todas elegeram nomes de mulheres que foram grandes referências em suas vidas: irmãs, mães, avós, sogras e líderes políticas. Nas linhas que seguem, traçamos um breve perfil das entrevistadas.

#### a) **Fátima**

Adotou o nome Fátima porque, originalmente, é o nome de uma ex-religiosa da Diocese de Paulo Afonso, historicamente identificada com a luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais do nordeste baiano. Foi Fátima Nunes, em 1988, que entregou no Congresso Nacional o abaixo-assinado que pleiteava a inclusão dessas trabalhadoras e trabalhadores como segurados da Previdência Social. Originária da comunidade de Subaé, município de Serrinha-Ba, sessenta e dois anos, casada, três filhos, trinta e três anos de filiação e presidenta do Sintraf Serrinha. A nossa entrevistada teve uma infância comum às crianças da época. Uma infância feliz porque brincava com tudo. Achava tudo engraçado, tudo interessante. Essa era a forma de lidar com a dureza da sobrevivência porque “*ninguém tinha condições financeiras*”. A única forma de sustento da família era a agricultura familiar.

Iniciou o Ensino Fundamental I, mas não conseguiu prosseguir porque, sendo a filha mais velha, teve que ajudar no trabalho da roça e na produção de alimentos para sustentar a

família – composta por sete filhos e os pais – nove ao todo. Apesar da renda familiar não ser suficiente, de não ter tido acesso aos estudos e de não ter roupa bonita ou a autorização do pai para ir a festas, Fátima considerou que sua infância e juventude foram boas. Aos catorze anos, aderiu ao trabalho na Igreja Católica como catequista. Fez parte da Legião de Maria e da Pastoral Rural – momento que lhe oportunizou maior liberdade, pois tinha que viajar para participar dos encontros regionais e estaduais de jovens. Diante da impossibilidade de seguir com os estudos porque teria que mudar-se para a sede do município e lá seu pai não teria condições de mantê-la, resolveu casar e constituir família. A partir daí “[...] *teve que encarar uma vida mais adulta, já na batalha de sobrevivência.*” Após o ingresso no antigo STR, hoje Sintraf Serrinha, Fátima avançou um pouco mais nos estudos, concluindo o Ensino Fundamental II.

#### **b) Helena**

Escolheu o nome Helena em razão da grande admiração nutrida pela mãe, a qual foi descrita como uma mulher guerreira que enfrentou muitas dificuldades para manter e educar seus cinco filhos após a separação. Trabalhou em creche e na roça, fez faxina e, ainda assim, conseguiu ser uma mãe presente na vida de suas filhas. Originária da Fazenda Sucupira II (município de Serrinha-Ba), trinta e seis anos, solteira, mãe de um filho, possui o Ensino Médio completo, três anos de filiação e diretora do Departamento de Educação do Campo do Sintraf Serrinha. Helena, nossa entrevistada, relatou que não lembrava “*muito de lá de trás [...]*”. Mas, que foi marcante o período em que sua mãe se separou. Seu pai tinha o histórico de “*raparigueiro*”. Muitas vezes, ele deixou faltar alimentação em casa.

Depois da separação, ficou evidente o sacrifício feito por sua mãe para sustentar a família. Diante disto, todas as filhas auxiliaram nos afazeres da casa. Helena, por exemplo, teve que conciliar a rotina de estudos com os afazeres domésticos. Houve um período em que trabalhou em casa de família. Nessa época, moravam na zona urbana. Também trabalhou na roça e, como não tinha condições de pagar transporte, andava de quatro a cinco quilômetros no período de plantio e colheita. Tudo isso para ajudar no sustento da casa. Algum tempo depois, sua mãe arranhou outro companheiro com a qual Helena não conviveu bem. Foi morar com os avós na zona rural.

Embora estivesse morando na “*roça*”, durante algum tempo ela teve que estudar (na “*rua*”). Saía da roça a pé todos os dias, às seis e meia da manhã, e retornava ao meio-dia. À tarde, ajudava a avó nas tarefas de casa e da “*roça mesmo*”. Foi quando se transferiu para

uma escola relativamente próxima à casa da avó. A partir daí, já havia transporte escolar e as coisas melhoraram um pouco. Resolveu estudar à noite, momento em que conheceu o ex-companheiro.

Engravidou e os dois passaram a viver juntos. Moraram com os avós de Helena até o bebê nascer. Trabalharam duro e conseguiram construir uma casa. Pouco tempo depois, Helena começou a fazer parte da cooperativa, fato que repercutiu no relacionamento. Seu companheiro não via com bons olhos a participação dela na organização. Achava que ela estava mudando a forma de pensar e agir. Diante disto, a separação foi inevitável. No mesmo ano da separação, Helena foi convidada a fazer parte da diretoria do Sintraf Serrinha, onde permanece, até hoje, *“solteira, mas na luta”*.

#### c) **Carmelita**

Automeceu-se Carmelita em homenagem à mãe que, para ela, é *“Tudo na vida!”*. Originária da comunidade de Subaé – município de Serrinha-Ba – cinquenta e cinco anos, divorciada, mãe de duas filhas, Ensino Médio completo, trinta e três anos de filiação e diretora da Secretaria do Bem Estar Social do Sintraf. Carmelita, nossa entrevistada, salientou que não teve infância porque começou a trabalhar com oito anos de idade para ajudar os pais. Aos vinte e um anos, passou a trabalhar no motor de sisal.

Além de trabalhar nos campos de sisal, Carmelita garantia o abastecimento de água e de lenha da casa e de parte do serviço doméstico, como lavar as roupas de toda família. No sábado, na companhia da mãe, saía a pé às três da manhã, carregando esteira, bocapiu, licuri e tudo mais que tivesse na roça para vender na feira da sede do município. Retornavam às três da tarde, percorrendo mais 18 km para chegar em casa. O dinheiro que ganhava era para ajudar os pais a manter a casa. Isso porque *“Só vivia da roça mesmo. Tinha nada!”* De acordo consigo, um ovo era dividido entre quatro pessoas. Apesar das dificuldades vivenciadas, demonstrou fé na vida e alegria, pois... *“[...] graças a Deus, a gente superou, né?”*.

#### d) **Genolina**

A opção pelo nome Genolina se deu em homenagem à sua mãe, uma descendente indígena que lutou para criar os filhos sozinhas, não os deixando fora da escola. Oriunda da comunidade de Tanque Grande (município de Serrinha-Ba), quarenta e dois anos, divorciada, mãe de três filhos, catorze anos de filiação e diretora da Secretaria de mulheres do Sintraf.

Genolina, nossa entrevistada, destacou que começou a trabalhar na roça com sete anos de idade. Era um trabalho árduo, sob sol quente e sem descanso porque quase sempre saía do trabalho direto para a escola. Tal rotina comprometeu seus estudos, de forma que sua escolaridade permaneceu no Ensino Fundamental I incompleto.

A vida sofrida marcou muito sua história. Saiu muito cedo de casa porque não se conformava com a vida que levava. Só depois de adulta constatou que foi submetida ao trabalho infantil e escravo porque não havia nenhuma remuneração. Casou-se e, diante de todo sofrimento vivido, decidiu-se pela separação. Sempre quis ter autonomia/liberdade e, o preço que pagou por esta conquista, foi ter que criar os filhos sozinha. No entanto, apesar das marcas de todas as dificuldades vivenciadas, a superação foi uma busca constante, pois permanecia firme “[...] *na luta!*”.

Genolina também relatou que tinha um desejo muito grande de ter acesso ao presidente. Queria escrever-lhe uma carta. Ao ingressar no sindicato, participou do seu primeiro congresso “*enquanto juventude*”. Foi um congresso realizado pela CUT no ano de 2012 em Salvador, cujo objetivo era debater políticas públicas. Formaram-se grupos para discutir e encaminhar as reivindicações de cada região. Genolina propôs políticas para a área de saúde com foco na juventude. Tudo aquilo “[...] *foi pro papel*” e, quando ela se deu conta de que as reivindicações iriam “*pra mão*” da presidenta, ficou profundamente emocionada.

Com o passar do tempo, os postos de saúde precários e/ou inexistentes foram substituídos por instalações similares ao posto de referência da zona urbana, o Luís Eduardo. Ao ver a construção dos postos, Genolina se questionou: “[...] *Meu Deus! Será que essas reivindicações realmente chegou? [...] Só pode ter chegado porque era obra do governo federal*”. Depois desse feito, ela ainda teve a oportunidade de conhecer a presidenta pessoalmente. E, após tudo isso, foi tomada pela reflexão: “*Aí você fica assim imaginando: que um agricultor que é de lá, pequenininho, que chega a conhecer um presidente da República, que sabe também que o que você escreveu no papel chegou até ele e era seu desejo... Aí fica imaginando... [...]. Mas só de saber que eu tive contribuição de algumas coisas que chegou ao presidente da República, [...] mim dá um orgulho muito grande*. E, ao final, confessou: “*Mas é a primeira vez que eu conto isso*”!

#### e) **Jovina**

Eleger o nome Jovina em atenção à sua sogra, uma mulher lutadora e que criou os filhos sozinha. Conselheira, a sogra a acolhia e a considerava, tendo sempre uma atitude

imparcial e justa perante o casal. Oriunda da comunidade Saco do Moura I (município de Serrinha-Ba), quarenta e dois anos, com o Fundamental I, casada, mãe de dois filhos, quinze anos de filiação ao Sintraf, secretária da Base Sindical do Saco do Moura I. Jovina, nossa entrevistada, contou que sua vida era bastante pacata.

A mudança ocorreu após a entrada no Sintraf. *De conhecimento de vida, [de] participação.* Ela salientou que os aprendizados no movimento foram muitos, dando destaque para aqueles relacionados à convivência familiar e à convivência social (maior e melhor desenvoltura na comunicação com as pessoas). Para Jovina, a renda também melhorou muito depois da participação no sindicato.

**f) Maria dos Prazeres**

Decidiu-se por este nome porque pertencia a uma pessoa que lutou muito em favor da comunidade em que viviam: sua irmã. De tão zelosa com a saúde das outros, esqueceu-se de si, vindo a falecer de câncer. Natural da comunidade de Licurituba II (município de Serrinha-Ba), sessenta e três anos, com o Fundamental I, casada, oito filhos, vinte e seis anos de filiação ao Sintraf e secretária de finanças da Base Sindical de Licurituba II. Maria dos Prazeres, nossa entrevistada, relatou que a sua história foi profundamente marcada pela participação no Sintraf Serrinha.

Narrou que durante um tempo não conseguia se aproximar do movimento em razão dos cuidados com o filho caçula, ainda muito pequeno na época. Passados três anos, seu esposo a motivou a participar. Após sua adesão ao movimento, ocorreu a luta pela filiação das mulheres, movimento do qual participou e muito se orgulhou pela conquista obtida.

**g) Valdomira**

Automeou-se Valdomira para homenagear a avó, pessoa amiga, companheira e esteio em todos os momentos. Natural de Santa Luz – Ba, trinta e oito anos, Ensino Médio completo, casada, dois filhos, radicada na comunidade Fazenda Cipó (município de Serrinha-Ba), dezenove anos de filiação ao Sintraf e tesoureira da Base Sindical de Fazenda Cipó. Valdomira, nossa entrevistada, salientou que sua adolescência não foi muito boa, haja vista a carga de trabalho na roça e a distância que tinha que superar para chegar à escola. Ela ressaltou que o seu trabalho era considerado ajuda. E, de acordo as regras, *“os filhos não tinham direito a muita coisa. [Rss]”* Destacou que as mudanças em sua vida ocorreram

depois que conheceu e se filiou ao sindicato, pois tomou ciência dos “*empoderamento*”. A partir daí, aconteceram os projetos e, em consequência, as transformações, pois as trabalhadoras passaram a ocupar seus espaços.

#### **h) Maria José**

Adotou esse nome em honra à sua mãe, uma mulher guerreira, corajosa e com grande força de vontade. Após o falecimento do esposo, sua mãe criou nove filhos sozinha. Oriunda da Fazenda Canto, quarenta anos, com o Fundamental I, casada, três filhos, vinte e um anos de filiação ao Sintraf e presidenta da Base Sindical do Canto. Maria José, nossa entrevistada, se definiu como uma pessoa guerreira e defensora dos direitos do/a trabalhador/a rural. Ressaltou que não tinha dificuldade de participar, pois estava sempre na linha de frente da defesa da agricultura familiar. Com Maria José, encerramos a caracterização das trabalhadoras rurais participantes desta investigação.

Ao traçarmos um perfil ainda que brevíssimo, buscamos nas palavras de Franco (2018), privilegiar suas vozes e pontos de vista situados num esforço de contemplar sua autoridade/notoriedade na narrativa de si mesmas. Autoridade/notoriedade, de acordo Franco (2018), que decorreu do reconhecimento do singular e plural, que num determinado espaço geográfico e histórico (mais especificamente o Território do Sisal), compôs a materialidade de suas histórias individuais e coletivas. Aspecto que revelou o esforço aqui empreendido quanto à demarcação de um território político e epistemológico na escolha da concepção e dos procedimentos metodológicos aqui adotados. Nesse sentido, é importante destacar que a circunscrição desse território não foi um processo linear. Fomentou-se no contexto de uma tecitura complexa, onde os fios foram se articulando de uma forma que, embora desafiadora, trouxe em si o prazer de uma transformação retroalimentadora entre a dimensão humana e a dimensão acadêmico-científica. Aspecto que demonstrou o caráter implicado dessa construção e que, como destacou Morin (1998), seria uma ilusão acreditar que o observador poderia ser eliminado da observação. Pois que, o pesquisador tanto institui como é instituído pela sociedade e pela cultura que o possui.

### **3.3 FRUTOS DA COLHEITA EM CAMPO: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES**

A busca por uma compreensão indexalizada do fenômeno em foco nessa investigação nos levou a campo. A aplicação dos instrumentos para coleta/colheita das informações

ocorreu na sede do Sintraf Serrinha, localizado à Rua Agenor de Freitas, nº 154, Centro, Serrinha-Ba. A coleta/colheita de informações se deu às quartas e aos sábados, dias em que ocorria maior afluência de trabalhadoras à sede por conta das reuniões, assembleias e atendimentos relacionados aos serviços oferecidos pela organização. Quando as participantes eram das bases, ocorria pela manhã, no horário que antecedia as reuniões e assembleias ou ao final destas. No caso daquelas que faziam parte do grupo gestor da sede do sindicato, a coleta/colheita das informações ocorria sempre à tarde, turno mais tranquilo, onde havia maior disponibilidade das trabalhadoras.

A proximidade entre a nossa história de vida e a história de vida das trabalhadoras favoreceria uma interlocução empática. No entanto, fizemos um esforço maior no sentido de criar um ambiente acolhedor, evitando o risco de uma verticalização perturbadora. Isso, porque no relacionamento pesquisadora-participantes, como afirmou Filipak (2017), a distribuição do poder deveria ser horizontalizada. Ao longo da aplicação do questionário e da realização das entrevistas, vimos que o esforço foi bem sucedido, visto que as participantes se mostraram solícitas, disponibilizando relevantes informações acerca das suas trajetórias público-privadas. Aspecto que ratificou a ideia de que *“A confiabilidade dos dados qualitativos apresentados dialoga com esses argumentos.”* (FILIPAK, 2017, p. 37).

### **3.3.1 As revelações dos questionários**

A relação empática estabelecida entre nós trouxe como resultado a tarefa de sermos suas escribas no questionário. Parte das informações obtidas na pesquisa de campo compôs o perfil das participantes e outra parte foi utilizada para análise. Tendo em vista a conexão entre as informações, salientamos que a análise do questionário reclamou informações complementares das entrevistas. Com base nos aspectos levantados, passaremos agora a discussão das informações obtidas através do questionário: identidade e perspectivas simbólico-afetiva, econômica e política; grau de instrução /escolaridade; antecedentes e participação das agricultoras no Sintraf Serrinha; companheiros/esposos e participação no sindicato.

#### **a) Identidade e perspectivas simbólico-afetiva, econômica e política**

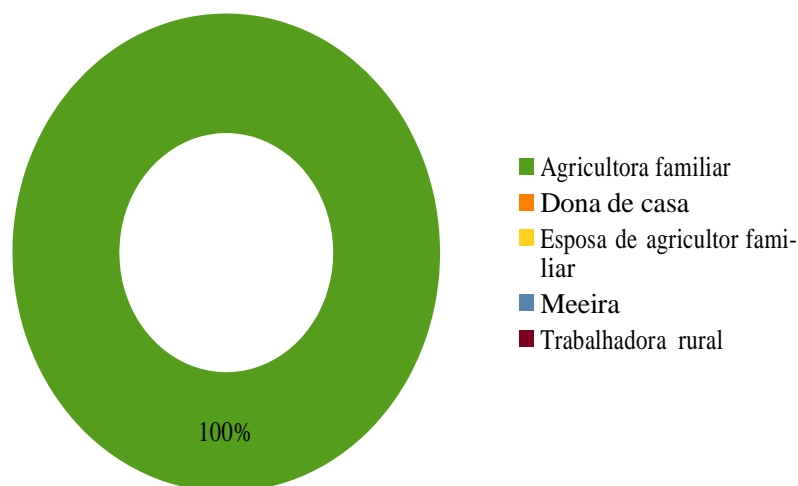
Ao longo de todo este trabalho nos dirigimos às mulheres/sujeitas dessa pesquisa como trabalhadoras rurais/agricultoras familiares. De fato, o termo trabalhadora rural, para



além de uma nomenclatura, revestiu-se de um caráter político. Pois que foi o resultado de um conjunto de lutas históricas que abriram as portas para que as mulheres camponesas alçassem seu reconhecimento profissional. Mais que isso, abriu as portas para que elas acessassem direitos trabalhistas/previdenciários e políticas públicas.

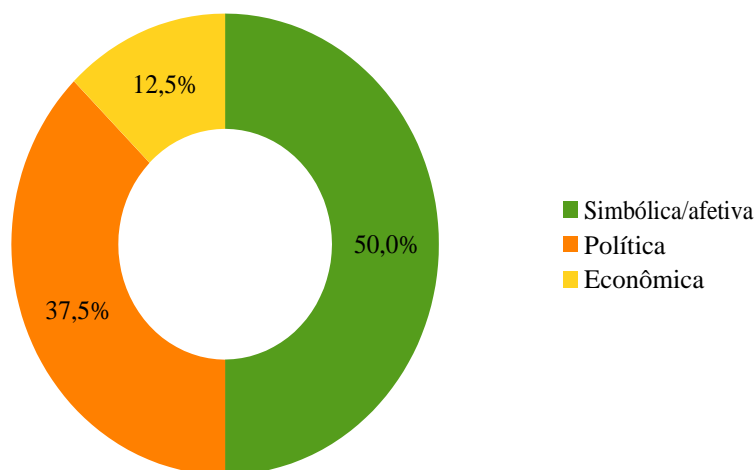
No entanto, ocorreu-nos que, a forma como as nomeamos, guardou um caráter autoritário, colonial e patriarcal: nós, enquanto sujeitas externas, do alto de um saber acadêmico, definindo como essas mulheres deveriam ser nomeadas. A partir daí, interessou-nos saber como elas se reconheciam/identificavam. O gráfico que segue evidenciou como elas se reconhecem:

**GRÁFICO 01 - IDENTIDADE**



As trabalhadoras rurais efetivamente se reconhecem como agricultoras familiares. Tal reconhecimento se ancorou em aspectos que vão de uma perspectiva subjetiva a outras mais palpáveis, compondo uma unidade mais ou menos coesa de três dimensões: uma simbólico-afetiva, outra econômica e outra política.

## GRÁFICO 02 – DIMENSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR



A dimensão simbólica pareceu decorrer da experiência pessoal. Essa experiência disse respeito a algo da ordem do afeto: “[...] gostar de conviver com a agricultura familiar.”<sup>22</sup>. Embora implicado à divisão sexual do trabalho: “[...] gostar de cuidar da casa, da roça, dos bichos.”<sup>23</sup>, esse afeto também reclamou o zelo. Pois que, a casa não era simplesmente uma casa, mas a expressão dos laços familiares ali consagrados; a roça não era simplesmente uma roça, mas como diria Shiva (1997), *a terra que alimentou e sustentou gerações*. Os bichos não eram simplesmente bichos, mas os companheiros/testemunhas (e por que não dizer os imolados?) da difícil jornada pela sobrevivência. Sobrevivência não apenas física, mas emocional. Pois que foi “[...] mexendo com a terra e cultivando hortaliças [...]”<sup>24</sup>, que uma dessas agricultoras encontrou alívio para a depressão que a estava rondando.

O autorreconhecimento como agricultoras familiares sugeriu uma dimensão econômica, não exatamente aquela capitalista, mas a do produzir para viver numa perspectiva de tempo que provavelmente não se enquadraria na lógica voraz das demandas de mercado. Um tempo capaz de evocar memórias, já que desde a infância elas viveram “[...] do trabalho no campo. Do preparo do solo, plantio e colheita.”<sup>25</sup>. Atividade da qual retiraram seu sustento no passado e na atualidade, ressignificando-a sem perder de vista seu sentido, suas possibilidades econômicas e estéticas. Além da produção de polpas, as agricultoras investiram na confecção de artesanatos/obras de arte através da utilização de fragmentos de

<sup>22</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

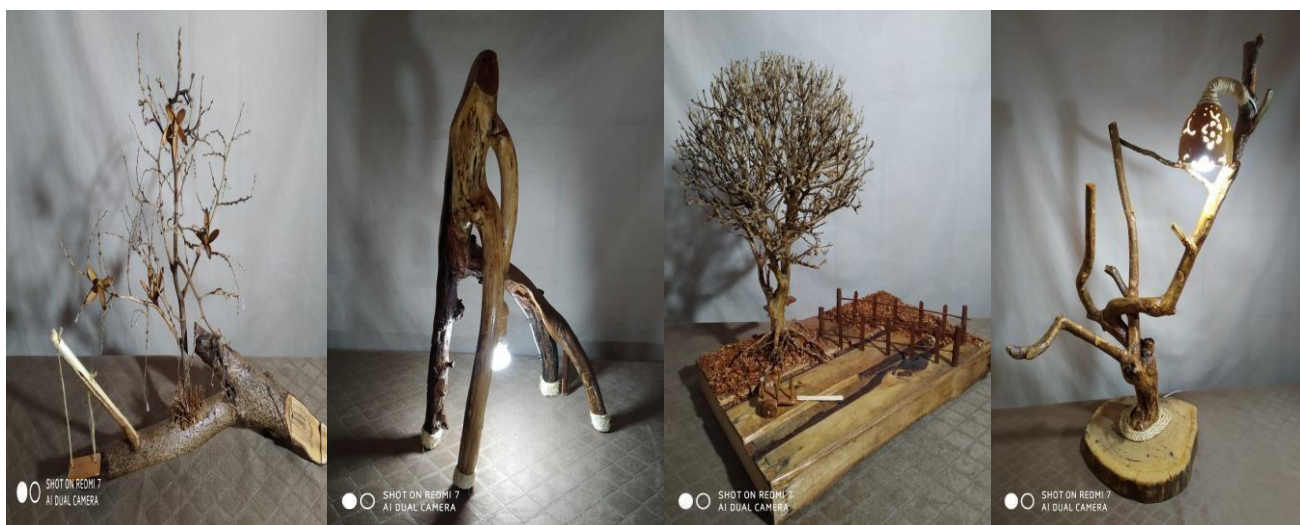
<sup>23</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>24</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>25</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

troncos, galhos, sementes, folhas secas de árvores da região; além de materiais reciclados. Decorrente da necessidade de gerar renda, essa atividade pareceu abrir os caminhos para a fruição estética. Dada à relevância do cultivo a terra, era mais que plausível a luta política. Pois não estando na roça, certamente estaria: *“mobilizando, realizando ações no sindicato. [...] tudo [...] pra sustentar a minha agricultura familiar. E é isso!”*<sup>26</sup>.

#### FIGURA 10 - OBRAS DE ARTE PRODUZIDAS PELAS AGRICULTORAS



Fonte: Arquivo SINTRAF Serrinha (2019)

A satisfação/orgulho em produzir seus próprios alimentos demonstrou que essas trabalhadoras conseguiam garantir a segurança alimentar de suas famílias com qualidade. No caso da agricultora chefe de família, o trabalhar para si e em prol da família revelou três rupturas. A primeira, relacionada à classe, onde as marcas do passado colonial e do trabalho fundado em relações escravistas estavam sendo superadas. E, a segunda, relacionada ao gênero/geração, onde a gestão da roça pode ter favorecido o poder de decisão, ampliado o acesso e a socialização em família dos recursos financeiros auferidos. E, a terceira que, embora relacionada à ampliação da geração de trabalho e renda, permitiu o gradativo desabrochar da fruição estética. Porém, todo esse processo esteve implicado à inserção no sindicato, espaço onde a luta e a conquista de políticas públicas, indiscutivelmente, retroalimentou/fortaleceu a consolidação da categoria agricultora familiar.

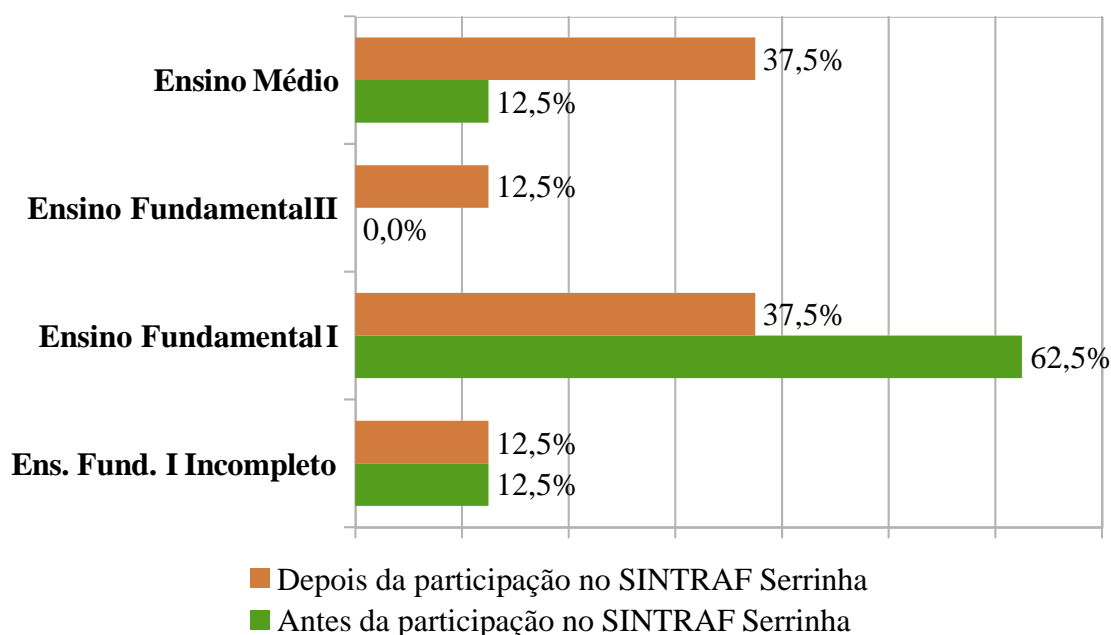
<sup>26</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

## b) Grau de instrução /escolaridade

Ao analisarmos o gráfico relativo ao grau de instrução antes do ingresso no Sintraf Serrinha, observamos que as agricultoras não tiveram o direito de realizar: “[...] o desejo [de] estudar e ter uma formação melhor [...]!”<sup>27</sup>.

Em muitas comunidades rurais não havia escolas e, quando havia, restringiam-se ao Ensino Fundamental I: “[na] escola de minha comunidade só pude estudar até o terceiro ano, né? Primário. [...]”<sup>28</sup>. E, diante das condições de sobrevivência, o estudo era uma espécie de luxo de difícil alcance, pois: “[...] só podia estudar se viesse para cidade e na cidade meu pai não tinha como me bancar [...]”<sup>29</sup>.

**GRÁFICO 03 – ESCOLARIDADE ANTES E DEPOIS DO SINTRAF**



A sobrevivência era o foco central e a sua garantia exigia, não raras vezes, a tomada de medidas drásticas:

*“[...] os pais da gente [...] acabava dando a gente para as pessoas que tinha umas condição melhor, pra que a gente servisse na cozinha deles, né? Aquilo, eu considero hoje, trabalho escravo; que eu acredito que foi isso [...] já quando eu era criança, né?”<sup>30</sup>.*

<sup>27</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>28</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>29</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>30</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

Se no âmbito da família, o acesso aos estudos era tão difícil, impensável seria na condição de agregada. Condição análoga a de uma escrava, imposta não por acaso, a uma menina negra e pobre, talhada nos pesadíssimos trabalhos da roça, para quem o serviço doméstico supostamente seria algo suave e brando. E, para quem a simples garantia do alimento seria uma compensação mais que razoável.

A persistência do trabalho precoce roubou-lhe a infância e suas prerrogativas enquanto sujeita de direitos. Dentre elas, algo que deveria ser inalienável: o acesso à escola. Não por acaso, ela foi uma das agricultoras que menos avançou na escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto (12,5%). Embora não tenha passado por uma situação tão ou mais desafiadora, outras agricultoras alcançaram o Ensino Fundamental I (37,5%), sacrificando outra fase de suas vidas, a adolescência: *“Minha adolescência não foi... [...] como é que diz, [...] muito boa, né? Porque [...] a gente tinha que trabalhar na roça, [...] estudava longe [...]”*<sup>31</sup>. A conciliação da dura rotina de trabalho na roça com a distância a ser percorrida para chegar até uma escola foi algo revelador quanto à falta de oportunidades e aos desafios enfrentados por essas agricultoras para permanecerem na escola.

Então, em face da falta de oportunidades, da falta de autonomia e/ou especialmente da impossibilidade de permanência na escola, para as que alcançaram o Ensino Fundamental I (incompleto ou completo), para as que alcançaram o Ensino Fundamental II (12%) e/ou Ensino Médio só restou a opção do matrimônio: *“[...] já que não podia estudar, não podia fazer o que tinha vontade, casei [...]”*<sup>32</sup>. Em algumas circunstâncias, o matrimônio trouxe desdobramentos bastante desagradáveis:

*“[...] acabei casando com 19 anos, e [...] também passando por bastante sofrimento porque meu casamento não deu certo. Aí, tive três filhos, mas acabei também me separando. Aí vocês imagina [...] uma pessoa que agricultora, sem renda quase nenhuma, tendo que criar três filhos pequenos sozinha.”*<sup>33</sup>

Enquanto saída individualizada, o casamento, ou os desdobramentos das separações dele decorrentes, trouxe como consequência a sobrecarga de trabalho reprodutivo/produtivo não reconhecido. E, para as chefes de família, o trabalho com a remuneração menor que a dos homens. Em tal situação, dificilmente haveria tempo livre para os estudos.

Mesmo no momento histórico, onde as lutas dos ativismos/movimentos das agricultoras familiares provocaram maior sensibilidade por parte do Estado aos desafios

<sup>31</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>32</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>33</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

vividos pelas agricultoras familiares – período compreendido entre os anos de 2002 e 2015 – o acesso à escola não foi tão fácil. Para as agricultoras que conseguiram concluir o Ensino Médio (37,5%), as longas distâncias a serem percorridas até a escola e o trabalho reprodutivo/produtivo foram grandes obstáculos a serem superados:

*“[...] Tinha uma certa dificuldade porque [...], quando eu morava na rua, estudava aqui na rua, quando eu fui morar na roça tive que permanecer estudando na rua [...]Eu saía da roça todos os dias seis e meia da manhã e retornava ao meio-dia, né? A pé, porque não tinha condições de pagar transporte [...]. Quando retornava [...] à tarde ia ajudar minha avó [...]. Fazer as tarefas dentro de casa e [...] ir [...] pra roça mesmo, né? Tinha que tá conciliando isso [...]e, aí [...] me transferi para poder “tá” estudando numa escola já na zona rural e, a partir daí, já tinha transporte [que] já levava a gente para a zona rural [...]”<sup>34</sup>.*

A despeito dos desafios enfrentados pelas agricultoras para acessar à escola, a análise mais detida acerca do nível de escolarização antes e depois do ingresso no Sintraf Serrinha, evidenciou alteração nos dados através da redução do índice relativo ao Ensino Fundamental I incompleto que caiu de 25% para 12% e ao Ensino Fundamental I que caiu de 62% para 37%. Em consequência, o Ensino Fundamental II saiu do zero para 12,5% e o Ensino Médio saltou de 12,5% para 37,5%. Esses dados demonstraram que, em termos gerais, houve melhoria no nível de escolarização das agricultoras. No entanto, notamos também que perdurou a permanência no Ensino Fundamental I incompleto. Outro aspecto relevante foi o fato de que, somados os índices de agricultoras com Ensino Fundamental I incompleto, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II, perfizeram o total de 62,5 %, contra 37,5% das que alcançaram o Ensino Médio.

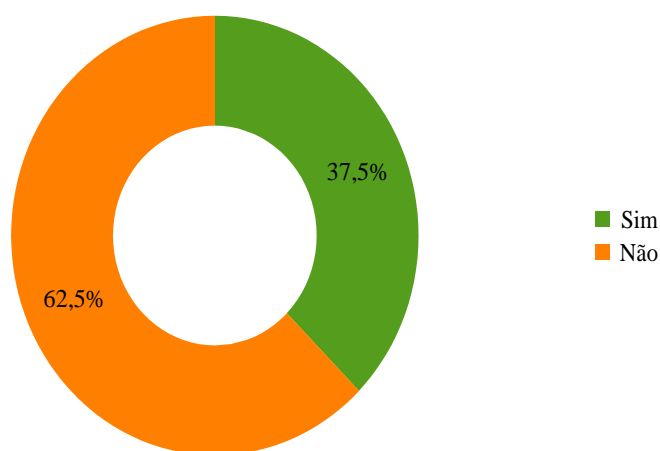
Tais dados evidenciaram que, no âmbito da pauta em favor da manutenção dos direitos trabalhistas e previdenciários das agricultoras e dos agricultores, o Sintraf Serrinha precisava avançar tanto no que tange o aumento da escolarização de suas gestoras quanto no debate e na luta por políticas públicas de educação no e do campo em suas bases. Pois que, certamente contribuiria não apenas para a potencialização da luta das agricultoras em termos da agenda de gênero/feminismos, mas como processo retroalimentador das lutas em favor da melhoria da qualidade de vida nas comunidades e, conseqüentemente, para o fortalecimento do movimento sindical.

<sup>34</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

c) **Antecedentes e participação das agricultoras no Sintraf**

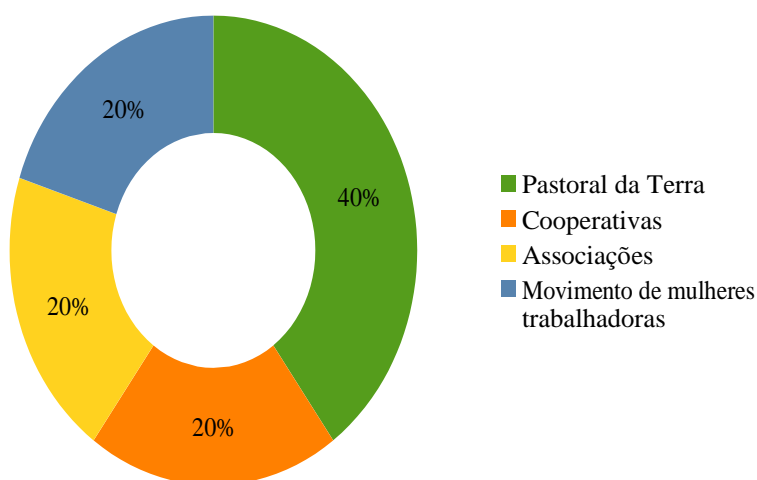
A julgar pelas informações oferecidas pelo questionário, parte considerável das agricultoras (62,5%) não tinha uma cultura participativa. Todavia, o segundo gráfico evidenciou que, embora menor, o percentual daquelas que já estavam inseridas em outros ativismos/movimentos sociais antes do Sintraf (37,5%) se mostrou bastante diversificado:

**GRÁFICO 04 – PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS EM ATIVISMOS/MOVIMENTOS SOCIAIS**



Um aspecto a ser destacado a respeito da diversificação da experiência participativa das agricultoras, foi que esta não perdeu de vista o foco na luta camponesa. Nesse particular, não poderíamos deixar de ressaltar o vanguardismo das mulheres que, através da Pastoral Rural, iniciaram o debate acerca do sindicato que almejavam. Debate este que culminou na conquista do direito a filiação e a tomada do sindicato do controle do poder público municipal. No âmbito desses movimentos, ganharam destaque outros com foco na agenda feminista e de gênero no meio rural serrinhense – a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

**GRÁFICO 05 – ANTECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS/AGRICULTORAS NO SINTRAF SERRINHA**



Outros priorizaram a geração de trabalho e renda através da economia solidária, estimulando a formação de grupos produtivos e/ou cooperativas. E outros ainda voltados para melhoria das condições de vida nas comunidades rurais – as associações. Para as 62,5% das agricultoras que jamais haviam participado de ativismos/movimentos sociais, o ingresso no Sintraf se deu em razão de motivos como sugestão, necessidade/pragmatismo e organização. Houve também incentivo por parte de esposos que já eram filiados: “[...] *Meu esposo, ele é uma pessoa assim muito compreensiva, [...], ele me chamou pra eu ir pra luta.*”<sup>35</sup>. Ainda que sob a ótica de uma concessão, o estímulo se mostrou relevante, principalmente em razão dos ganhos políticos decorrentes da ida à luta e por ter partido do próprio esposo. Algo que demonstrou que a tradicional cultura machista estava começando a sofrer alterações no campo.

Foi em decorrência da necessidade/pragmatismo que algumas agricultoras recorreram à filiação: “*Inicialmente, me filiei pra poder tirar o salário maternidade [...].*”<sup>36</sup>. O acesso ao salário maternidade foi muito oportuno, especialmente no momento em que as difíceis condições de vida se tornavam mais desafiadoras com o aumento da prole. Daí o caráter pragmático dessa ação.

<sup>35</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>36</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.



**TABELA 3 – ASPECTOS RELACIONADOS À PARTICIPAÇÃO SINDICAL DAS TRABALHADORAS/AGRICULTORAS**

| MOTIVO                  | QUANTIDADE |
|-------------------------|------------|
| Sugestão                | três       |
| Necessidade/pragmatismo | 3          |
| Organização             | 2          |
| <b>TOTAL</b>            | <b>8</b>   |

Todavia, a rotina de reuniões nas bases e na sede do sindicato, inevitavelmente abriu os horizontes dessas mulheres, assegurando-lhes a assunção/ocupação do espaço público representado (Imaginem, por nada mais nada menos que) pela sua entidade de classe. A necessidade de organização também motivou a filiação por parte das agricultoras que, a certa altura sentiram necessidade de obter conhecimentos, de alçar uma maior compreensão da própria realidade e da realidade social onde estavam inseridas como forma de encontrar os caminhos para transformá-la. Daí a aquisição do conhecimento ter como meta o auxílio de outras pessoas para que também pudessem “*se informar, conscientizar e mobilizar.*”<sup>37</sup>. Isso, porque era preciso: “[...] *organizar [a] agricultura familiar [...] Mostrar aos agricultores as vantagens de ser sindicalizado [...].*”<sup>38</sup>. Tal aspecto demonstrou que, na esfera do campesinato do município de Serrinha, por força também da participação das agricultoras, o Sintraf despontou como uma importante instituição na organização e na luta em favor dos interesses dessas mulheres, dos homens e de suas comunidades.

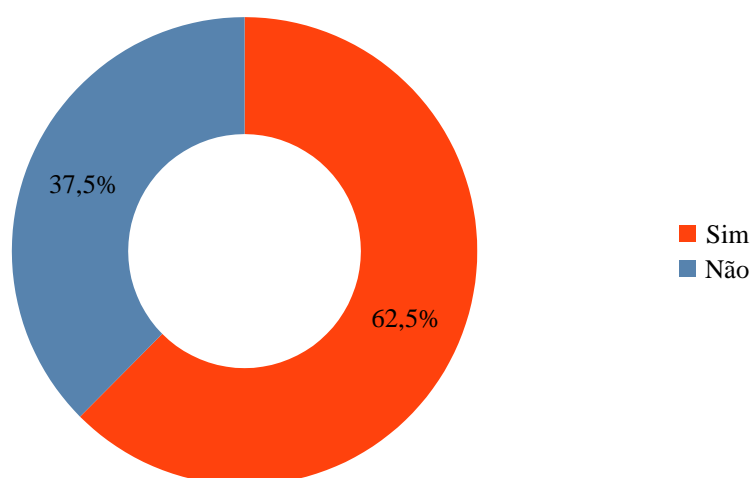
#### **d) Companheiros/esposos e participação no sindicato**

A participação dos esposos/companheiros no sindicato alcançou o patamar de 62,5% e o percentual dos que não participavam 37,5%. Ambos os dados se mostraram relevantes para discussão acerca do impacto da participação das trabalhadoras no contrato de casamento/conjugalidade. Esses dados também auxiliaram na análise de como os agricultores lidaram com a crescente autonomia e empoderamento de suas esposas/companheiras:

<sup>37</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>38</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

**GRÁFICO 06 – PARTICIPAÇÃO DOS ESPOSOS/COMPANHEIROS NO SINDICATO**



O percentual de satisfação, insatisfação ou indiferença frente à participação das esposas/companheiras no SINTRAF manteve uma relação direta com a participação ou não dos esposos/companheiros na organização:

**TABELA 4 – REAÇÃO DOS ESPOSOS/COMPANHEIROS A PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS/AGRICULTORAS NO SINTRAF**

| <b>REAÇÃO</b> | <b>QUANTIDADE</b> |
|---------------|-------------------|
| Negativa      | 2                 |
| Indiferente   | 1                 |
| Positiva      | 5                 |
| <b>TOTAL</b>  | <b>8</b>          |

Embora o percentual dos esposos/companheiros que não participavam tenha sido de 37,5%, de acordo os depoimentos das agricultoras, o grau de tensão conjugal desencadeada em razão da participação destas foi bastante significativo. Um dos argumentos que sustentaram a aversão à participação das esposas/companheiras e consequente postura litigiosa de seus cônjuges foi o fato de que, segundo eles, as agricultoras estariam privilegiando as atividades do sindicato em detrimento das “tarefas do lar”: “[...] *Tinha [...] essa reclamação com relação à alimentação, aos fazeres de dentro de casa.*”<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

Outro fato que sustentou a reação negativa dos esposos/companheiros foi o acesso das esposas/companheiras ao conhecimento. Pois isso representou uma ameaça/perigo ao domínio masculino perseguido por esses homens: “[...] *Estar no sindicato seria conhecer mais*”. *Então ele preferia que eu continuasse na “caverninha”<sup>40</sup>.*<sup>41</sup> Fato que constituiu em mais uma evidência da relação intrínseca entre os conhecimentos/saberes e o empoderamento das agricultoras. Houve também um caso em que a indiferença ficou explícita: *“Ele não reclama”.* *Ele sai, chega e [...] não reclama, não fala nada.*<sup>42</sup> No entanto, no momento da separação por influência de amigos, este companheiro/esposo colocou em dúvida a conduta de sua ainda esposa como veremos adiante na análise das entrevistas.

Dentre os 62,5 % que faziam parte do Sintraf Serrinha, todos tiveram uma reação positiva em face de participação das esposas/companheiras no sindicato. Em algumas situações, ambos já possuíam itinerâncias em ativismos/movimentos que antecederam ou se encontraram no Sintraf:

*“[...] Muitos ano atrás, bem antes de eu me filiar, ele já era filiado. [...] quando nos casamos, eu já fazia parte dos movimentos, eu já tava nas pastorais, eu já fazia parte [...] de um trabalho bem mais coletivo, [...] ligado [...] à lida do povo, à vida do povo. E, aí a gente já casou, já vendo... isso... [...].”<sup>43</sup>*

Em outros casos, os esposos/companheiros já eram sindicalizados e as esposas/companheiras não participavam de nenhum ativismo/movimento social. No entanto, eles demonstravam confiança em suas esposas/companheiras: “[...] *Eu sai pra dia de estudo, passava até três dias fora de casa. E, quando eu chegava em casa, ele era a mesma coisa. Ele não brigava, não me reclamava de jeito nenhum.*”<sup>44</sup> Além disso, os esposos/companheiros até as incentivavam: *“Eu só ouvia ele dizer ‘Eu quero que você se desenvolva nos seus trabalho’.*”<sup>45</sup> Tais informações nos ofereceram pistas significativas quanto à abertura desses

<sup>40</sup> Alusão ao “Mito da caverna” de Platão utilizado como metáfora na palestra ministrada pela Profa. Dra. Janeide Bispo, no SINTRAF Serrinha, em 2017.

<sup>41</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>42</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>43</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>44</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>44</sup> Alusão ao “Mito da caverna” de Platão utilizado como metáfora na palestra ministrada pela Profa. Dra. Janeide Bispo, no SINTRAF Serrinha, em 2017.

<sup>44</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>44</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>44</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>45</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

agricultores para o cenário contemporâneo da circulação/ocupação dos espaços públicos por suas esposas/companheiras.

Diante disso, o esforço interpretativo realizado a partir dos elementos oferecidos pelo questionário nos levou a constatar que as mulheres sujeitas-objetos dessa pesquisa, se reconheceram como agricultoras familiares. Para elas o termo adquiriu significados que se mostraram através de três dimensões: uma simbólico-afetiva, outra econômica e outra política. A dimensão simbólica pareceu decorrer da experiência pessoal. Essa experiência disse respeito a algo da ordem do afeto relacionado ao “*gostar de conviver com a agricultura familiar*”. E, embora implicado a divisão sexual do trabalho relativo ao “*gostar de cuidar da casa, da roça, dos bichos*”, esse afeto também reclamou um zelo implicado não apenas à sobrevivência física, mas emocional.

A satisfação/orgulho em produzir seus próprios alimentos demonstrou que essas trabalhadoras conseguiam garantir, com qualidade, a segurança alimentar de suas famílias. No caso da agricultora chefe de família, o trabalhar para si e em prol da família revelou três rupturas. A primeira, relacionada à classe, onde as marcas do passado colonial e do trabalho fundado em relações escravistas estavam sendo superadas. A segunda, relacionada ao gênero/geração, onde a gestão da roça pode ter favorecido o poder de decisão, ampliado o acesso e a socialização em família dos recursos financeiros auferidos. E a terceira que, embora relacionada à ampliação da geração de trabalho e renda, permitiu o gradativo desabrochar da fruição estética. Porém, todo esse processo esteve implicado à inserção no sindicato, especialmente por ele ter se consolidado enquanto espaço de luta e conquista de políticas públicas.

Indiscutivelmente ligado à retroalimentação/fortalecimento da categoria agricultora familiar, o Sintraf Serrinha se tornou um *locus* extremamente valorizado pelas agriculturas. Isso, porque enquanto organização, o sindicato se tornou um espaço de fomento de conhecimentos/saberes fundamentais, especialmente para as agricultoras que, a exemplo dos demais povos do campo, historicamente foram alijadas do direito à educação em espaços escolares. Em muitas comunidades rurais não havia escolas e, quando havia, restringiam-se ao Ensino Fundamental I. Para as pessoas que desejassem avançar para os outros níveis, era necessário ir estudar na cidade. Algo extremamente dispendioso para as famílias rurais, já que todos os recursos financeiros obtidos eram dispendidos com a sobrevivência.

---

Sendo que a sobrevivência era o foco central, sua garantia exigia, não raras vezes, a tomada de medidas drásticas como o êxodo precoce das filhas que, ainda crianças eram enviadas à cidade para ocupar postos de trabalho doméstico. Então, se no âmbito da família o acesso aos estudos era tão difícil, impensável seria na condição de agregada, análoga à condição de uma escrava. Tanto para as agricultoras que permaneceram na roça quanto para aquelas que migraram para as cidades, a dura rotina de trabalho e/ou a distância a ser percorrida para chegar até uma escola foi algo revelador quanto à impossibilidade de viver em plenitude sua infância e adolescência.

Então, em face da falta de oportunidades, da falta de autonomia e/ou especialmente da impossibilidade de permanência na escola, o matrimônio foi a única opção. Enquanto saída individualizada, o matrimônio ou os desdobramentos das separações que, em certos casos o sucedeu, foi a sobrecarga de trabalho reprodutivo/produtivo não reconhecido e, para os chefes de família, o trabalho com remuneração menor que os homens. Em tal situação, dificilmente haveria tempo livre para os estudos. Mesmo no momento histórico, onde as lutas dos ativismos/movimentos das agricultoras familiares provocaram maior sensibilidade por parte do Estado aos desafios vividos pelas agricultoras familiares – período compreendido entre os anos de 2002 e 2015 – o acesso à escola não foi tão fácil. A distância espacial e o trabalho reprodutivo/produtivo obstaculizou o acesso à escolarização. Fato que demonstrou que a falta de oportunidades pareceu perdurar em praticamente todas as fases das vidas das agricultoras.

Embora as informações obtidas no questionário tenham demonstrado que houve avanço na escolarização das agricultoras se compararmos o período que antecedeu e sucedeu o ingresso no Sintraf Serrinha. Tais dados evidenciaram que, no âmbito da pauta em favor da manutenção dos direitos trabalhistas e previdenciários das agricultoras e dos agricultores, o Sintraf Serrinha precisa avançar tanto no que tange o aumento da escolarização de suas gestoras quanto no debate e na luta por políticas públicas de educação no e do campo em suas bases. Pois que, certamente contribuiria não apenas para a potencialização da luta das agricultoras em termos da agenda de gênero/feminismos, mas como processo potencializador das lutas em favor da melhoria da qualidade de vida individual/coletiva e para o fortalecimento do movimento sindical em suas comunidades.

A cultura participava precisava ser estimulada/aprendida, pois que em muitas comunidades rurais ela era incipiente, principalmente entre as mulheres. Entre o pequeno contingente que, inseridas em ativismos/movimentos sociais antes do Sintraf Serrinha, se mostrou bastante diversificado. Um aspecto a ser destacado foi que essa diversificação não

perdeu de vista o foco na luta camponesa. Nesse particular, não poderíamos deixar de ressaltar o vanguardismo das mulheres que, através da Pastoral Rural, iniciaram o debate acerca do sindicato que elas queriam. Debate que culminou na conquista do direito à filiação e a tomada do sindicato do controle do poder público municipal. Outros movimentos sobressaíram-se nesse processo participativo como aqueles que tinham como bandeira a agenda feminista e de gênero no meio rural serrinhense – o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), bem como coletivos produtivos, organizados com o objetivo de gerar trabalho e renda – as cooperativas; além dos coletivos voltados para melhoria das condições de vida nas comunidades rurais – as associações.

A sugestão, ou melhor, a influência de pessoas que faziam parte da luta no Sintraf, foi um fator determinante para que algumas das agricultoras não apenas se filiassem como se inserissem nas lutas. Houve também incentivo por parte de esposos que já eram filiados. Algo que demonstrou que o domínio masculino estava dando sinais de perda do seu fôlego no contexto rural. Outros fatores mais pragmáticos, como o acesso ao salário maternidade, foram determinantes para a filiação das agricultoras, pois o aumento da prole tornava mais difícil as condições da existência. No entanto, com o passar do tempo, o pragmatismo dessa ação cedeu espaço ao caráter político, já que a rotina de reuniões nas bases e na sede do sindicato, inevitavelmente abriu os horizontes das agricultoras, assegurando-lhes a assunção/ocupação do espaço público representado pelo SINTRAF Serrinha.

A necessidade de organização e de acesso a novos conhecimentos/saberes também motivou a filiação por parte das agricultoras que, de posse desses conhecimentos/saberes, pretendiam alçar uma leitura/compreensão política da própria realidade e da realidade coletiva. Daí a aquisição desses conhecimentos também ter como objetivo auxiliar as/os outras/os a “*se informar, conscientizar, mobilizar e organizar a agricultura familiar*”. Fato que demonstrou que, na esfera do campesinato do município de Serrinha, foi por força também da participação das agricultoras, que o Sintraf despontou como uma importante instituição na organização e na luta em favor dos interesses dessas mulheres e de suas comunidades.

O percentual de insatisfação, indiferença e satisfação frente à participação das esposas/companheiras no Sintraf, manteve uma relação direta com a participação ou não dos esposos/companheiros na organização. Embora o percentual dos esposos/companheiros que não participavam tenha sido menor 37,5%, de acordo os depoimentos das esposas/companheiras, o grau de tensão conjugal desencadeada em razão da participação delas foi bastante significativo. Um dos argumentos que sustentaram a aversão à participação

das agricultoras, alimentando a postura litigiosa de seus cônjuges, foi o fato, segundo eles, de que elas estariam privilegiando as atividades do sindicato em detrimento das “tarefas do lar”.

Outro fato que sustentou a reação negativa dos esposos/companheiros foi o acesso das esposas/companheiras aos conhecimentos/saberes. Algo muito perigoso ao domínio masculino perseguido por esses homens. Tal fato constituiu mais uma evidência da relação intrínseca entre os conhecimentos/saberes e o empoderamento das agricultoras. Houve um caso em que o esposo/companheiro se mostrou indiferente. No entanto, no momento da separação por influência de amigos, esse companheiro/esposo colocou em dúvida a conduta de sua ainda esposa, como veremos adiante na análise das entrevistas.

Dentre os 62,5 % que faziam parte do Sintraf Serrinha, todos tiveram uma reação positiva em face de participação das esposas/companheiras no sindicato. Em algumas situações, ambos já possuíam itinerâncias nos ativismos/movimentos que antecederam e se encontraram no Sintraf. Em outros casos, os esposos/companheiros já eram sindicalizados e as esposas/companheiras não participavam de nenhum ativismo/movimento social. No entanto, eles as incentivaram participar para que não ficassem fora do movimento.

As informações que emergiram através do questionário, ainda que preliminarmente, evidenciaram alguns traços do empoderamento vividos pelas agricultoras, dos saberes a eles implicados e dos seus desdobramentos no contrato de casamento. Alguns dos traços do empoderamento dessas mulheres se mostraram através do autorreconhecimento como agricultora familiar. Acontecimento que as permitiu sair da invisibilidade, alcançando uma identidade que apresentou uma dimensão simbólica, enquanto experiência pessoal implicada ao afeto à casa, aos animais e à roça. Uma dimensão econômica traduzida pela capacidade de produzir e reproduzir a vida, num tempo que provavelmente não se enquadraria na lógica voraz das demandas do mercado. Uma dimensão política expressa pela capacidade de romper com relações trabalhistas de base escravista, alçando a conquista de maior poder de decisão na gestão e distribuição socializada dos recursos financeiros auferidos através da agricultura familiar.

Evidências acerca dos saberes implicados ao empoderamento emergiram através da inserção na luta sindical, permitindo uma melhor leitura/compreensão política da própria realidade evidenciada, por exemplo, através da clareza quanto à vivência do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Ou ainda, de uma melhor leitura/compreensão da realidade coletiva no intuito de *informar, conscientizar e mobilizar*, com vistas a *organizar a agricultura familiar*. Saberes que precisam ser potencializados através da luta em favor do

acesso e elevação da escolaridade não apenas das gestoras do Sintraf Serrinha, como também das crianças, jovens e adultos de suas comunidades.

Sobressaíram também, traços acerca do empoderamento das agricultoras no contrato de casamento. A participação delas no Sintraf Serrinha foi avaliada negativamente por uma pequena, mas significativa parte de companheiros/esposos dessas mulheres. Isso em razão de que, ao retirá-las da confinamento doméstica, a participação permitiu-lhes o acesso a novos e ameaçadores conhecimentos. Algo que certamente gerou instabilidade ao domínio masculino no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade. No entanto, elas receberam incentivo e apoio da maioria dos esposos/companheiros, algo revelador quanto a mudança de postura desses homens em relação à circulação/ocupação dos espaços públicos por suas esposas/companheiras.

### **3.3.2 As revelações das entrevistas**

O exercício hermenêutico da análise se mostrou desafiador. Isso, porque impôs a superação daquilo que Filipak (2017) denominou de cuidado com a não personalização exacerbada da pesquisadora em detrimento das experiências, práticas sociais e políticas das agricultoras. Então, como forma de confirmar ou não as discussões realizadas a partir do conteúdo oferecido pelo questionário, nos debruçamos sobre a análise das entrevistas. Seguimos o rito da transcrição integral do material gravado, além da elaboração de um quadro síntese para facilitar o foco nos aspectos examinados. O contato com as informações que emergiram nas falas das agricultoras, de imediato nos levou a puxar os fios políticos epistemológicos para sua compreensão, dentre os quais destacamos: Conhecimentos ou saberes? Repercussão dos saberes na vida; conquistas e reivindicações; agricultoras, afazeres domésticos e participação sindical; os movimentos da divisão de tarefas; participação sindical e tensões na família; agricultoras e violência doméstica.

#### **a) Conhecimentos ou saberes?**

Tendo em vista os desafios à sobrevivência enfrentados pelas agricultoras antes do ingresso no Sintraf Serrinha, bem como as dificuldades de acesso e permanência na escola, identificamos a relevância atribuída por elas ao conhecimento. A palavra conhecimento foi não apenas expressada, como valorada positiva e recorrentemente por todas as agricultoras ao



longo do trabalho investigativo. Neste relatório, sua presença ficou notabilizada já no perfil através das palavras de Jovina Souza.

Para as agricultoras, o conhecimento permitiu a superação de muitas fronteiras/limites. Em nível pessoal, o conhecimento construído no SINTRAF Serrinha favoreceu a superação do isolamento e da falta de perspectivas quanto à solução de problemas:

*“[...] eu era muito fechada. [...] o máximo que eu fazia com as pessoas era ‘bom dia’, ‘boa tarde [...] [...] eu percebo que as pessoas que ficam fechadas muito entre si, ela não consegue nem se ajudar, nem ajudar o outro.”<sup>46</sup>*

O conhecimento também permitiu a superação dos limites do privado/doméstico rumo ao espaço público/político: *“Eu era uma pessoa que [...] vivia só dentro de casa”. Assim... [...] não conhecia a luta do trabalhador rural.”<sup>47</sup>* Enquanto elemento resultante da quebra de fronteiras pessoais e também dos limites entre o doméstico/privado e o público/político, o conhecimento consolidado no Sintraf Serrinha implicou-se com a sensibilização quanto às dificuldades vivenciadas pelas companheiras na caminhada: *“[...] a gente passa a ter conhecimento, [...] das amiga, né? De muita coisa que as amiga passou, quando não era sindicalizada, quando não tinha conhecimento [...]”<sup>48</sup>*. Donde emergiu um caráter solidário e comunal: *“Depois que a gente passou assim a conviver junto. A se integrar [...] uma com a outra. A gente passou a ter [...] um objetivo. O que é que o outro vive lá fora?”<sup>49</sup>*. Decorreu daí, a produção de mais experiência: *“[...] É bom trazer o exemplo pra si também [...]. Eu aprendi [...] muito com isso.”<sup>50</sup>*

O desejo de conhecer foi se ampliando, permitindo a superação de fronteiras geográficas rumo ao contato com outras realidades. Um passo adiante rumo à consolidação do direito de ir e vir. Fato que permitiu que contextos próximos, porém anteriormente impalpáveis, se mostrassem em experiências e sociabilidades:

*“[...] eu sempre tenho vontade de conhecer em Serrinha outras comunidades que eu não conhecia. Via falar [da] comunidade de Mombaça - eu não sabia nem para que lado era. Então, eu tinha curiosidade de ir de ver como era [...]. Tem um plantio muito bom, mas como eu moro em uma comunidade pequena, [...] não tem muita*

<sup>46</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>47</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>48</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>49</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>50</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

*coisa. A partir daí, eu comecei andar ni outras comunidades, ver como era o convívio a partir daquela comunidade [...].*<sup>51</sup>

A interface dialógica com tais contextos e sua gama de provocações decorrentes, dentre outras coisas do contato com a força da tradição, permitiu a emergência de novas percepções/saberes a respeito de si: “[...] *a partir daquela comunidade você, às vezes, aprende principalmente com os mais velhos. Tem um ditado que quando você para pra escutar os mais velhos [...] Você tem um outro olhar, uma outra visão do que você é, e do que era, né?*”<sup>52</sup>.

A superação de fronteiras passou a ocorrer numa escala maior – a regional. Aqui se evidenciaram processos cognitivos próprios da produção do conhecimento: análise, comparação e síntese, a partir de uma base sócio-histórica: “[...] *Eu passei uma semana conhecendo experiências [...] no Vale do Jiquiriçá, de como é o clima lá, [...] um clima totalmente diferente do nosso. Mas, [...] as dificuldades continuam as mesmas*”<sup>53</sup>.

Um conhecimento que, enquanto fruto de uma produção cognitiva enraizada, traz uma clareza do valor da persistência e da abertura para compreensão da/o outra/o, como igual na luta contra as adversidades: “*Então você aprende a tentar, você vê que o outro também não é melhor [...] nem pior, todos tem dificuldades. Então, na dificuldade você vai aprendendo, começa ter experiências, né?*”<sup>54</sup>. Tal experiência possibilitou a ressignificação da relação com o seu ‘quinhão’, o seu território; reconhecendo-o em suas potencialidades: “[...] *ai você começa a comparar, né? [...] Aqui tá bom! Ai, às vezes, a gente reclama de uma coisa, mas tem lugares que é pior. Então, você aprende a [...] não tá achando que você “vevi” no fim do mundo, que é aquele fim...*”<sup>55</sup>.

Diante da riqueza dos conhecimentos adquiridos através da inserção no Sintraf Serrinha, este foi comparado a uma relevante escola: “[...] *o movimento é uma escola pra gente. Pra mim mesmo foi uma escola, que eu aprendi muitas coisas boas.*”<sup>56</sup>. Ou ainda uma faculdade, capaz de marcar uma existência: “*Essa vivência sindical pra mim foi uma... tipo uma faculdade [...]. Foi tudo na minha vida. Eu aprendi muita coisa dentro do sindicato.*”<sup>57</sup>. Uma escola e uma faculdade com metodologia própria: “[...] *Então, a gente participava de*

<sup>51</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>52</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>53</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>54</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>55</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>56</sup> CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

<sup>57</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

*dia de estudo, a gente saia pra os movimento, pras comunidades e, com isso aí, a gente ia pegando experiência, ganhando muita experiência.”*<sup>58</sup>. Uma escola e uma faculdade, onde a dimensão política esteve o tempo todo no centro do processo formativo, retirando não apenas as barreiras do isolamento doméstico. Mas, ensinando a luta pelos direitos na “*sociedade e na vida*”.

O conhecimento demonstrou então uma relação íntima com o poder de lutar por uma sociedade melhor. O poder de lutar por uma vida melhor, especialmente em favor de uma comunidade que era mais próxima e cara para essas agricultoras – a família:

*“[...] eu consegui conquistar muita coisa no sentido de conhecimentos mais profundos e, através do conhecimento, poder tá buscando algo de melhoria para a própria família que a gente tem, né? [...]”*<sup>59</sup>

O poder de construir através do diálogo, no âmbito de uma relação conjugal e familiar, a autonomia para participar movimentos/ativismos sociais:

*“Não que hoje você não combina. Você combina, mas é um combinar que se ele hoje disser não, você tem autoridade de dizer: ‘Eu vou.’ e pronto! Porque você participa, [...] de reunião, participa da igreja, você participa do sindicato, você participa do movimento. Então, isso melhorou bastante. [...] me ensinou a ter autonomia. [...]”*<sup>60</sup>

Uma autonomia que se consolidava também na escuta e no diálogo com a família: *“Aprendi muita coisa [...] no sindicato. Até o diálogo [...] você... conversar. [...] Conversar [...] com os filhos, [...] com o marido.”*<sup>61</sup>. Sendo assim, ao permitir a ruptura de fronteiras pessoais que culminaram também na ruptura das fronteiras entre o doméstico/privado e o público/político, o conhecimento consolidado no Sintraf Serrinha apresentou um caráter solidário e comunal. Despertou o desejo de conhecer mais, possibilitando a superação de fronteiras geográficas e permitindo que contextos mais próximos e/ou distantes se mostrassem em experiências e sociabilidades, as quais constituíram a base sócio-histórica para vivência de processos cognitivos próprios da produção do conhecimento: análise, comparação e síntese.

<sup>58</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>59</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>60</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>61</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

Em razão disso, o Sintraf Serrinha foi comparado à uma escola/faculdade, com metodologia própria. Uma escola/faculdade onde a dimensão política esteve inquestionavelmente no centro do processo formativo, traduzido através da luta pelos direitos na *“sociedade e na vida”*. Onde ficou notabilizada íntima relação entre conhecimento e poder. Poder de lutar por uma vida melhor, especialmente no âmbito da comunidade que era mais próxima e cara às agricultoras, a família. Poder de construir através do diálogo, no âmbito da relação conjugal e familiar, a autonomia para empreender seus objetivos pessoais e coletivos.

Aqui, o conhecimento produzido num contexto histórico e cultural, assumiu formas diversas, intercambiantes/retroalimentadoras, transformando não apenas as agricultoras, mas em alguma medida, seus ‘derredores’ também. Embora atravessado por processos cognitivos, eles ratificaram a ideia, conforme Lyotard (2002), de que tais conhecimentos a esses processos não se restringiram, pois que se pautaram, principalmente, no saber-escutar, no saber-viver. Aspectos que excederam as determinações e aplicações de critérios instrumentais-operativos.

Então, ratificando o pensamento de Lyotard (2002), ao transcender determinações e aplicações de critérios de eficiência (qualificação técnica), alcançando os critérios de justiça e/ou felicidade (sabedoria ética), esses conhecimentos, na verdade, converteram-se em saberes. Saberes que permitiram as agricultoras não apenas a ascensão a uma melhor compreensão de si mesmas e das relações de gênero em que estavam inseridas no âmbito da família, como a luta contra os efeitos do domínio masculino nesse âmbito e em esferas mais amplas.

## **b) Repercussão dos saberes na vida**

Transformações significativas ocorreram na vida das agricultoras ao tomarem posse dos saberes decorrentes da participação no Sintraf Serrinha. Um aspecto a ser considerado foi à superação da invisibilidade e autorreconhecimento como portadoras de direitos: *“[...] a gente como mulher [...] não entendia dos nossos direitos e, através do movimento sindical, nós mulheres começamos a entender [...] e lutar pelo nosso direito [...]”*<sup>62</sup>. Além disso, outro aspecto que se destacou foi a não aceitação da vitimização, pois aprenderam a se defender de

---

<sup>62</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

forma ativa: “[...] eu não sou dessas de sentir a humilhação e ficar calada. E, através dos movimentos, a gente sabe se defender. [...]”<sup>63</sup>.

À frente de suas próprias vidas porque conquistaram: “[...] a autoestima, a não depender do marido [...]”<sup>64</sup>. Pois que não pretendiam retornar ao passado de manipulações e submissões. Passado marcado por relações abusivas e/ou análogas à escravidão: “[...] a vida que levava não era aquela que eu queria. Me inquietava por ter uma vida de escravidão, novamente com um companheiro, né?”<sup>65</sup>. Passado que não seria reeditado fosse com os cônjuges e/ou companheiros da primeira união ou dos novos relacionamentos:

“[...] ele chegou de viagem na sexta. [...] Eu não estava nem na sexta, nem no sábado. Aí, ele já ia viajar no domingo. Aí, quando a gente se encontrou no domingo [...], ele [...] falou [...] tipo assim: Abandona!”<sup>66</sup>.

Talvez os novos companheiros julgassem que as agricultoras se submeteriam aos seus caprichos compulsoriamente. No entanto, havia muito em jogo: “[...] Se eu abandonar, [...] vou depender financeiramente dele.”<sup>67</sup>. A dependência financeira provavelmente as colocaria na indesejável condição da escrava:

“[...] Pra depender, eu tenho que fazer os gostos dele. Ele chega os final de semana e eu tenho que tá lá, então, na casa dele, preparada com tudo pronto, pra esperar ele [...]”<sup>68</sup>.

Além do servilismo, a presença desse homem traria como consequência um alto preço a ser pago – a abdicação da autonomia:

“[...] Desconstruir tudo isso que eu venho construindo, né? Da independência de você fazer o que der na veneta. O que você quiser fazer e não ter ninguém pra empatar. Então, eu comecei olhando e disse: [...] Não vai dar certo! (risos...) [...] Se ele tiver de me aceitar, vai ter que me aceitar da forma que eu sou, né? Independente. [...]”<sup>69</sup>.

<sup>63</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>64</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>65</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>66</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>67</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>68</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>69</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

Desse modo, tendo em vista o que estava em jogo, preferível e desejável era a opção pela liberdade: “[...] não vou ficar submissa, [...]. [Não] vou retroceder... Voltar o passado [...]”<sup>70</sup>. Sendo assim, os saberes construídos através da participação no SINTRAF foram fundamentais para que as agricultoras adquirissem a devida clareza/atitude quanto ao seu projeto de vida. A força dessa clareza/atitude foi tão intensa quanto assertiva, em relação à coerência ou não, das posturas de seus companheiros frente a esse projeto. Algo assombroso para aqueles que talvez não tivessem a expectativa de testemunhar tanta autonomia num relacionamento íntimo:

*“[...] com a convivência, eu percebi que ele era machista. (Rss). E eu só consegui identificar isso porque eu já tinha outra visão, né? Já participei de várias atividades de gênero que trata desse assunto. Então, eu tive facilidade de identificar que ele era machista e que não era aquilo que eu queria pra mim. E [...]... eu percebi que ele se assustou um pouco com a autonomia que eu tinha [...]”<sup>71</sup>*

A força de tais saberes e do projeto de vida/empoderamento a eles relacionados, também reverberou categoricamente nas uniões de longa data:

*“[...] antes [...], a gente pra sair “... Fulano, você deixa? [...] e hoje em dia, não. Hoje em dia, não! Hoje em dia você já tem aquela autonomia, autoridade [...]”<sup>72</sup>*

Sem falar na repercussão dentro do lar: “[...] a gente tem que participar. Pra ter mais um conhecimento e trazer pra dentro de casa.”<sup>73</sup>. No lar, a socialização dos saberes possibilitou o início de um processo/projeto educativo de desconstrução da cultura machista:

*“[...] Eu tento o tempo todo mudar aquele pensamento machista do meus filhos, inclusive que ele ouvia do pai. Aqueles comentários machistas que hoje eu tô tentando mudar. Então, isso me ajudou também a mudar a visão dos meus filho sobre... coisas que antes eu não tinha conhecimento. Aí, eu percebo que se eu não tivesse esse conhecimento hoje, meus filho talvez iam ser. Eu ia reproduzir o mesmo machismo de antigamente, da minha família [...]. Que a gente sabe que isso é cultural, mas hoje eu tento mudar essa visão dos meus*

<sup>70</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>71</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>72</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>73</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

*filho[...]. Então, eu posso dizer que meus filho talvez não seja o reflexo lá dos meus avós, do pai e dos avós dele.[...].”<sup>74</sup>*

A positividade dessa iniciativa veio a beneficiar toda a família porque:

*“[...] Inclusive, quando eu falo da autonomia, aí nessa hora vem também a participação dos filhos. Quando você tira o pensamento machista [...] de seus filhos, ele acaba também lhe ajudando em casa. Porque ele passa a lavar um prato, passa a varrer uma casa, então isso vai facilitando também. [...].”<sup>75</sup>*

Este foi um processo/projeto educativo gradativo e contínuo que exigiu um diálogo crítico-compreensivo acerca da divisão sexual do trabalho no espaço privado, buscando redimensionar tal divisão em bases mais coletivizadas:

*“[...] você vai [...] dizendo pra ele que o trabalho também não é só [...] da mulher. Que todo mundo [tem que] ajudar [...]. Porque também, eles [...] também tá ali na residência...”<sup>76</sup>*

E, em face da cultura machista instalada ocorria resistência. No entanto, o processo de conscientização auxiliou na compreensão de que:

*“[...]a função de limpar a casa não é só sua, né? [...]. Então, hoje já tem essa divisão. Um dia, um faz o trabalho e aí vai conciliando para que não fique [...] só para as mulheres da casa.”<sup>77</sup>*

Tanto quanto a promoção do debate/revisão divisão sexual do trabalho na família, a socialização dos saberes pelas agricultoras trouxe desdobramentos que, em alguma medida, influenciaram o empoderamento das filhas. Um bom exemplo disso foi a ascensão no nível de escolaridade: *“[...] Hoje eu tenho uma filha que fez duas faculdades [e] está fazendo doutorado. E isso para mim é muito, muito gratificante! [...]”<sup>78</sup>*.

Através dos saberes consolidados no SINTRAF Serrinha pelas agricultoras, o pessoal e o privado se tornaram político. E se política se tornou a vida privada, mais política se transformou a vida pública: *“É porque [...] em casa, a pessoa já sabe todos os seus direitos e*

<sup>74</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>75</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>76</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>77</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>78</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

*na rua também é luta! [...]”<sup>79</sup>. A luta no espaço público da rua se deu pela necessidade de expressar algo fundamental: “falar os direitos [...].”<sup>80</sup>*

Não foi um aprendizado fácil ‘falar os direitos’. Um longo caminho foi percorrido, (como já comentado antes) entre a invisibilidade e o autorreconhecimento como sujeita de direitos: “[...] *Ah, antes eu era muito calada, [...]. Antes não tinha coragem de pegar um microfone [...].*”<sup>81</sup>. No entanto, alçado o poder de expressão, nada mais impediu essas agricultoras de manifestar sua aptidão política: “[...] *Hoje, se eu for falar no microfone, eu falo em qualquer lugar, falo assim em público, não tenho muito medo mais, não. [...] eu tô ali, [...] eu sou uma pessoa [...] que gosta de ser política. [...].*”<sup>82</sup>

O conjunto dos fatos discutidos até o presente momento acerca da repercussão dos saberes na vida demonstrou que um importante resultado foi a superação da invisibilidade e o alcance do autorreconhecimento como portadoras de direitos. Fato que permitiu as agricultoras terem mais autonomia em suas vidas, a não aceitarem a sujeição aos caprichos masculinos (muito menos a vitimização), pois aprenderam a se defender de forma ativa. Os saberes construídos através da participação no Sintraf foram fundamentais para que as agricultoras adquirissem a devida clareza/atitude quanto ao seu projeto de vida. No lar, a socialização dos saberes possibilitou o início de um processo/projeto educativo de desconstrução da cultura machista. Esse foi um processo/projeto educativo gradativo e contínuo que exigiu um diálogo crítico-compreensivo acerca da divisão sexual do trabalho no espaço privado, buscando redimensionar tal divisão em bases mais coletivizadas.

Tanto quanto a promoção do debate/revisão divisão sexual do trabalho na família, a socialização dos saberes pelas agricultoras trouxe desdobramentos que em alguma medida, influenciaram o empoderamento das filhas. Um bom exemplo disto foi a ascensão em nível superior. Através dos saberes consolidados pelas agricultoras no Sintraf Serrinha, o pessoal e o privado se tornaram político. E, se política se tornou a vida privada, mais política se transformou a vida pública. A luta ‘na rua’, se deu pela necessidade de expressar algo fundamental: o acesso aos direitos. Não foi um aprendizado fácil ‘falar dos direitos’. No entanto, alçado o poder de expressão, nada mais impediu essas agricultoras de manifestar sua aptidão política em suas itinerâncias pessoais e coletivas.

<sup>79</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>80</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>81</sup> CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

<sup>82</sup> CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.



### c) Conquistas e reivindicações

Um longo caminho foi percorrido pelas agricultoras entre a invisibilidade e o autorreconhecimento como sujeitas de direitos. Um dos principais legados dessa itinerância foi aquele que abriu caminho para que outras tantas metas fossem alcançadas: “[...] *poder sair da zona rural e vim pra cidade [...]. [...] não que elas venha pra morar [...]. [Mas] atrás de [...] um conhecimento melhor, né? [...] se empoderar.*”<sup>83</sup>. Diferentemente do êxodo enquanto entrada para o mundo da civilização, esse ‘*poder sair*’ não significou abandono do quinhão, mas uma estratégia que culminou na transformação das agricultoras em: “[...] *mulheres empoderadas, [...] donas delas mesmo, [que] pode ter sua autonomia, né?*”<sup>84</sup>.

Mulheres que se permitiram desejar: “[...] *uma vida... melhor, entendeu?*”<sup>85</sup>. Sem perder de vista seus projetos pessoais, porque uma mulher empoderada: “[...] *pode exercer um cargo, [...] pode trabalhar, [...] pode ser uma dona de casa... Realmente, pode sim! Mas, que ela tenha essa autonomia. [...]*”<sup>86</sup>. Empoderamento que não implicaria em se desfazer dos relacionamentos e dos afetos a ele implicados: “*Não que ela vai desprezar o marido. Longe disso! (Rss).*”<sup>87</sup>.

Uma autonomia que assegurasse a própria posse enquanto pessoa, aspecto que exigiu organização para assegurar direitos dos mais elementares. Porque sozinha e sem orientação seria muito mais complexo:

“[...] *Não se organizava. Era mulheres desorganizada. Que não tinha um documento, [...] que não sabia [...] que fazia pra poder conseguir alguma coisa, entendeu? E no início, eu chamei a atenção delas pra [...] informar [...] como se organizarem. [...] A [...] se associar do sindicato; a ser sócia da associação, a participar de uma reunião [...]*”<sup>88</sup>.

Organização pessoal para participação porque: “*A gente sabe que é bem difícil pra gente como mulher, participar [...] dos movimentos sociais.*”<sup>89</sup>. Organização e participação com vistas ao futuro melhor: “[...] *Na frente, a gente vai precisar disso, né?*”<sup>90</sup>. Nesse sentido, a principal expectativa e/ou reivindicação foi:

<sup>83</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>84</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>85</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>86</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>87</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>88</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>89</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>90</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

*“Que as mulheres rurais se... apresente mais, né? Que venha pra o sindicato conhecer, fazer parte, né? Pra lutas, que não fique é... ‘Ah, eu tô na roça. Não vou! [...]’”<sup>91</sup>.*

Isso, como forma de consolidar o necessário distanciamento para o debate acerca das suas condições objetivas de vida, ocupando ativamente o espaço público do sindicato: “[...] vamos participar, vamos frequentar, fazer parte de chapa, fazer parte de reunião!”<sup>92</sup>. A organização e a participação foram esteios fundamentais para que, em nível local, ocorresse a articulação necessária para o alcance em nível nacional: “[do] reconhecimento da mulher enquanto lavradora, enquanto profissional da agricultura [...]”<sup>93</sup>. Daí por diante as mobilizações foram se acirrando:

*“[...] a gente foi pra briga! Teve o primeiro Grito da Terra Brasil [em] noventa e quatro. Aí, a gente levou como pauta a inclusão das rurais, nessa questão da previdência, porque aprovou a previdência pra rurais [em] oitenta e oito [...] e o restante [ficou] adormecido nas gavetas dos Ministérios de governo [...]”<sup>94</sup>.*

“Catucando” as agricultoras conseguiram: “[...] a implantação do direito ao salário-maternidade para as mulheres rurais [...]”<sup>95</sup>. Direito fundamental para que a dignidade das mães agricultoras fosse respeitada: “A mulher paria e ficava lá na casa e, com um mês, tinha que ir pra roça pra trabalhar, para sobreviver, porque não tinha nada [...]”<sup>96</sup>.

Catucando mais e mais: “[...] as mulheres passaram a ter direito a fazer um projeto do crédito rural no banco.”<sup>97</sup>. Esse foi um importante feito, já que abriu caminho para que as agricultoras adquirissem maior autonomia na gestão das atividades agrofamiliares e dos recursos financeiros delas decorrentes. Sem falar da consecução do direito à titularidade da terra:

*“[...] Porque, até certo tempo, [o] documento da terra tinha que ser no nome do ‘home’. Hoje nós temos em Serrinha, uma média de quarenta e cinco a quarenta e oito por cento, das propriedades [que] estão em no nome das mulheres.”<sup>98</sup>.*

<sup>91</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>92</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>93</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>94</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>95</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>96</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>97</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>98</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

Em termos percentuais, tal dado mostrou-se extremamente significativo. Haja vista a histórica desigualdade de gênero em relação à posse da terra em nosso país e, de modo geral, na América Latina. Desigualdade essa que, de acordo com Deere e León (2002), decorreu da preferência masculina na herança, no casamento e nos programas estatais de distribuição de terras. Preferência que só começou a ser alterado no Brasil a partir da Constituição de 1988, que de acordo Butto e Hora (2008), instituiu os direitos das mulheres à terra, independente da condição civil.

Mais recentemente foram empreitadas “*lutas de rua*”, em favor das mulheres vítimas de violência:

*“[...] hoje, aqui em Serrinha, a gente tem um Centro de Apoio à Mulher. [...] E quem fez foi o sindicato com várias mulheres da zona rural. A gente foi pra rua e sentamos [...] na porta da prefeitura - várias mulheres. [...] Ai, a gente disse: ‘Só saio daqui quando a gente tiver uma posição! A gente quer um centro de apoio à mulher porque a gente necessita!’. Então assim, com menos de de dois anos, acabou vindo o Centro de Apoio à Mulher pra Serrinha. Então a gente pode dizer que foi uma conquista nossa, do sindicato e, eu já tava enquanto Secretaria de Mulheres.”<sup>99</sup>.*

**FIGURA 11 - FACHADA DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO A MULHER DANDARA, SERRINHA-BA**



**Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020)**

<sup>99</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

**FIGURA 12 - VISÃO AMPLIADA DA SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO A MULHER DANDARA, LOCALIZADO À RUA GRACILIANO DE FREITAS, 301, SERRINHA-BA.**



**Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020)**

Ao reunir esforços para combater a violência contra mulher, as agricultoras vislumbraram a importância da articulação com os órgãos de segurança. A partir de então, passaram a integrar:

*“[...] a CIPC, que a Comissão Intermunicipal da Polícia Civil. [Que] a gente faz parte e o Ministério Público, Polícia Militar e a Civil... É esses órgãos de segurança, todos estão inseridos, né? E [...] o sindicato, com a [...] secretaria de mulheres, faz parte dessa, dessa comissão de debate, né? [...]”<sup>100</sup>.*

Um desdobramento desta articulação foi o estabelecimento de uma parceria:

*“[...] com a polícia militar, [...] com o pessoal da ronda Maria da Penha, de Feira de Santana [...]. Vai ter uma viatura [...] da ronda Maria da Penha aqui em Serrinha pra fazer visitas periódicas nas comunidades, nos bairros. Porque o que é de feminicídio na nossa cidade tá de fazer medo, né?”<sup>101</sup>.*

A ronda de fato poderia gerar resultados positivos na medida em que ajudaria: *“[...] pelo menos intimidar alguns homens, né?”<sup>102</sup>*. Pois que, devido ao isolamento no meio rural, as

<sup>100</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>101</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>102</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

violências impetradas taciturnamente. Emergiu daí, a relevância de romper com o silêncio: *“Então é uma coisa que a gente sempre [...] chama a atenção sobre [a] violência que elas pode tá sofrendo e tão calada, pra si só [...].”*<sup>103</sup>

Era preciso pronunciar, expor essa violência como forma de produzir ecos capazes de mitigar tal situação. Processo para o qual a instalação de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher seria um grande passo:

*“[...] essa luta [...] vem desde quando eu entrei aqui no sindicato [...] até a nível territorial”, né? Que através da FATRES já tinha na Secretaria de Mulheres [...] essas propostas [...], a DEAM, né? Que é a Delegacia da Mulher, que já vem há muito tempo também tentando implantar aqui em Serrinha. Só que até agora no momento, ainda não conseguimos, né? Mas já tem a discussão tanto na FATRES que é a fundação quanto na FETRAF que é a Federação [...] só que existe muito as questões dos jogos políticos [...].”*<sup>104</sup>

Ainda em relação às pautas relativas às mulheres vítimas de violência, foi o investimento por parte do SINTRAF nas ações de fortalecimento: *“[...] da independência financeira das mulheres. [...] quando a mulher dependente financeiramente do homem, ela se torna incapaz de poder tomar qualquer decisão.”*<sup>105</sup>. As ações para o fortalecimento da independência financeira envolveram a promoção de cursos voltados à formação política de lideranças comunitárias e cursos de formação para comunicação comunitária:

*“[...] Veio um rapaz aí e deu um curso pra gente, pra gente saber mais como lidar, como conversar com a comunidade. Porque a gente tinha dificuldade, não sabia falar as coisas na reunião. Aí, depois disso, a gente se desenvolveu muito na comunidade.”*<sup>106</sup>

Além de cursos sobre o beneficiamento de frutas, cursos de produção de temperos e cursos de produção de artesanatos, o Sintraf estimulou:

*“[...] a produção de hortaliças, de criação de pequenos animais, [com] acompanhamento [dos] nossos técnicos [...] que [também] tá trabalhando o mercado desses produtos. [...] a gente tá trabalhando ao mesmo tempo essas duas linhas: a linha da produção, mas também do mercado.”*<sup>107</sup>.

<sup>103</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>104</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>105</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>106</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>107</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

Outra relevante ação foi a formação de grupos/cooperativas de produção: “*A gente já conseguiu muitas coisa. Já conseguimos um grupo [...] de produção através do sindicato [...].*”<sup>108</sup>. Esses grupos/cooperativas trabalhavam em parceria com uma organização que faz a mediação entre a produção das agricultoras e o mercado consumidor:

*“[...] o Arco do Sertão [...] é como se fosse o sindicato das cooperativas de agricultura familiar. É [...] uma central que recebe as pessoas filiadas, que [...] tem um espaço [...] que recebe os produtos da Agricultura Familiar. E, daí ele vende para outros municípios [...] e até outros estados [...].”*<sup>109</sup>

Todos esses esforços primaram pela consolidação da autonomia financeira fundamental para o empoderamento das mulheres vítimas de violência. Todavia, segundo as trabalhadoras:

*“[...] aqui no sindicato a gente aprende muita coisa, mas falta um capital, sabe? Porque nem o sindicato num [...] tem. Com essa queda, [...] a gente fraqueou um pouco. [...] falta o capital giro pra gente poder desenvolver mais os nossos trabalhos.”*<sup>110</sup>

Então, a principal reivindicação aqui foi o acesso a mais capital de giro para as agricultoras empreenderem. Outro tema candente nas pautas das agricultoras na atualidade foi ‘*a questão da saúde*’:

*“Hoje o que mais, o que mais, tem afligido a vida das mulheres rurais é ausência de um sistema de saúde de qualidade, as mulheres do município Serrinha. E aí pegam pra todas! Pra todas as mulheres rurais e urbanas [...].”*<sup>111</sup>.

No plano das pautas relativas à temática, um feito relevante foi o estabelecimento de uma:

*“[...] data específica de atendimento só pra zona rural na Secretaria de Saúde. Porque as mulheres da zona rural ficavam competindo com a mulher da cidade. É que assim, de alguma forma, elas estão perto, está mais acessível para elas. Pra mulher da zona rural é mais complicado. Então, ficou assim: às ‘quarta-feira’ que era o dia que tem mais transporte da zona rural para a cidade, tinha ficado [...] para as mulheres da zona rural. Então, também foi uma conquista nossa.”*<sup>112</sup>

<sup>108</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>109</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>110</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>111</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>112</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

Contudo, a demanda por um atendimento condizente com as necessidades das mulheres rurais e urbanas, especialmente as gestantes, levaram as agricultoras às ruas:

*“[...] a gente lutava pela maternidade em Serrinha porque muitas mulheres tava perdendo a vida. Crianças que nascia e depois vinham a óbito. A gente [...] também fizemos um movimento de rua pedindo que construíssem uma maternidade em Serrinha [...].”<sup>113</sup>*

Por falta de opção, as mulheres eram submetidas a realizar seus partos em hospitais que as colocavam lado-a-lado com pacientes:

*“[...] que [...] teve um AVC. Que [...] que tem uma tuberculose. Aí tá mulher vulnerável, [...] no momento de parto, um momento muito delicado e uma criança vindo ao mundo, recebendo esse ar.”<sup>114</sup>*

Mesmo sem ter sucesso nessa meta de extrema relevância, as agricultoras não arrefeceram a luta:

*“[...] Já tivemos uma audiência pública na Câmara de Vereadores. [...] apresentamos proposta para o orçamento da saúde [...] do município. Inclusive pra dois mil e vinte, a gente já apresentou a proposta... Emenda, né? [...]. A gente não entrou com uma emenda popular, porque [...] precisava de assinatura de um terço do eleitorado do município [...].”<sup>115</sup>*

Diante da impossibilidade da emenda, outra estratégia foi lançada: *“[...] Aí [...] a gente entrou através de um vereador, que fala um pouco a nossa língua, né? Mas a gente foi para lá e tal, aprovou na Câmara. Não sei se [...] vai ser executado.”* (FÁTIMA NUNES). Apesar da relevância do pleito, a dúvida quanto a sua execução se justificaria em razão da histórica dificuldade do poder público compreender a relevância de um hospital-maternidade com atendimento exclusivo para mulher no município. E, caso a construção de um hospital ficasse inviável, havia *a alternativa*:

*“[...] da construção de um espaço dentro do Hospital Municipal, [com] uma área exclusiva para a maternidade. [e] um anexo [...] pra cuidar da parte... mais das mulheres [...].”<sup>116</sup>*

<sup>113</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>114</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>115</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>116</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

Em face de tudo que foi conquistado e das reivindicações que certamente vão além dos principais aspectos expostos aqui, a única alternativa para as agricultoras foi manterem-se vigilantes e na luta:

*“[...] a gente focou no trabalho de base [...] pra falar sobre a questão da reforma da previdência. Que de fato [...] agrava mais [...] a questão das mulheres, né? Pela questão de todo contexto, quem sofre mais são as mulheres”.*<sup>117</sup>

Isso, porque havia pessoas para as quais a luta de agricultoras, com tão poucos recursos e tantos desafios a enfrentar, pouco interessava. Porque o que de fato importava eram ‘os jogos políticos’ e os jogos econômicos. Ainda que peitando uma luta absolutamente desigual, a autoconfiança, a clareza de propósitos, o destemor e a determinação tornaram-nas mulheres capazes de ocupar o espaço público com maestria. Através da inserção no Sintraf Serrinha, saíram de um ponto de invisibilidade para o autorreconhecimento como sujeitas de direitos.

De posse dessa convicção, partiram autônoma e empoderadamente para a conquista do seu reconhecimento enquanto profissional da agricultura saindo dos limites da condição de dona de casa e ajudante. As agricultoras conquistaram um direito fundamental à dignidade das mães agricultoras o salário-maternidade. Além do direito de fazer um projeto do crédito rural no banco, adquirindo maior autonomia na gestão das atividades agrofamiliares e dos recursos financeiros delas decorrentes. Elas também obtiveram o direito à titularidade da terra, rompendo com séculos de predomínio masculino.

Mais recentemente, as agricultoras empreitaram ‘lutas de rua’, em favor das mulheres vítimas de violência e obtiveram como resultado a instalação de um Centro de Apoio à Mulher. Além disso, passaram a integrar a Comissão Intermunicipal da Polícia Civil, Comissão onde estavam inseridos o Ministério Público, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Ação que teve como resultado o estabelecimento de uma parceria com a polícia militar com objetivo de trazer a ronda Maria da Penha, de Feira de Santana, para as comunidades rurais e bairros do município de Serrinha.

A ronda de fato poderia gerar resultados positivos na medida em que ajudaria ao menos intimidar a ação violenta de alguns homens. Entretanto, a violência contra a mulher exigia um processo de conscientização quanto à necessidade de ruptura com o silêncio por

---

<sup>117</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.



parte das vítimas. Nesse sentido, a denúncia seria a principal forma de produzir ecos capazes de mitigar tal situação. Processo para o qual a instalação de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher seria um grande passo. Todavia, apesar da luta histórica das agricultoras e de suas entidades de classe em nível local – o Sintraf, em nível territorial – a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (Fafres) e em nível estadual – a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia (Fetraf), a reivindicação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), ainda não se transformou numa realidade.

Ainda em relação às pautas relativas às mulheres vítimas de violência, realçou-se o investimento do SINTRAF em ações de fortalecimento da independência financeira das agricultoras. Pois que, de acordo as agricultoras, a dependência financeira das mulheres limitava muito sua capacidade de tomar decisões. Dentre as estratégias voltadas ao fortalecimento da independência financeira, destacaram-se a promoção de cursos voltados à formação política de lideranças, bem como para a comunicação comunitária. Além dos cursos sobre o beneficiamento de frutas, cursos de produção de temperos e cursos de produção de artesanatos, o Sintraf também estimulou a produção de hortaliças e a criação de pequenos animais, incluindo aí acompanhamento técnico que também orientava quanto ao escoamento da produção.

Outra relevante ação foi a formação de grupos/cooperativas de produção. Esses grupos/cooperativas trabalhavam em parceria com uma organização responsável pela chegada dos produtos ao mercado consumidor - o Arco Sertão. O Arco Sertão funcionava como uma central que recebia a produção agrofamiliar, escoando-a para outros municípios e até estados. Todos esses esforços primaram pela consolidação da autonomia financeira fundamental para o empoderamento, especialmente, das mulheres vítimas de violência. Todavia, segundo as agricultoras, era preciso facilitar o acesso ao capital de giro para que elas empreendessem mais. Isso, porque apesar de todo empenho, o Sintraf dispunha de poucos recursos financeiros.

No âmbito das reivindicações das agricultoras, outro tema relevante foi a questão da saúde, pois muito lhes afligia a ausência de um atendimento de qualidade. Dentro das pautas relativas à temática, um feito relevante foi o estabelecimento de um dia específico para o atendimento médico das mulheres da zona rural. O acatamento de tal reivindicação pela Secretaria de Saúde do município permitiu às agricultoras o atendimento num dia mais cômodo e com maior disponibilidade de transporte em razão da feira-livre. Desse modo, as agricultoras não precisaram mais *'competir'* com as mulheres da zona urbana.

Contudo, existia uma demanda maior, que era a construção de uma maternidade. Pois que, sem opção, tanto as agricultoras quanto as mulheres da zona urbana eram submetidas a realizar seus partos em hospitais, onde as enfermarias eram ocupadas por pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), pacientes portadores de tuberculose, entre outras doenças. Fato que representava um risco tanto para as mães quanto para seus bebês que ficavam expostas e *‘vulneráveis num momento tão delicado, que era a vinda de uma criança ao mundo’*.

Mesmo sem ter sucesso nessa meta de extrema relevância, as agricultoras não arrefeceram a luta. Fizeram uma audiência pública na Câmara de Vereadores apresentando uma emenda para o orçamento da saúde, já para o ano de 2020, através de um vereador alinhado com a luta camponesa. A meta era a construção de um hospital da mulher. Entretanto, entre esse objetivo e a sua consecução, parecia existir um desafio – a histórica dificuldade do poder público compreender a relevância de um hospital-maternidade voltado para o atendimento de mulheres no município. Então, caso a construção do hospital ficasse inviável, restaria a alternativa da edificação de um anexo, onde funcionaria a maternidade e o atendimento exclusivo para mulheres no Hospital Municipal.

Diante do exposto, avaliamos que o ativismo das agricultoras foi digno de todo reconhecimento. Elas tiveram uma determinação sem igual, inclusive entre as mulheres da zona urbana. Tudo isso só foi possível porque elas apoderaram-se da sua entidade de classe, transformando-a para que refletisse seu projeto de ser humano e de sociedade. E, ao acolher e refletir esse projeto, o Sintraf transformou as agricultoras em suas principais guardiãs porque lhes facultou o acesso às ferramentas necessárias para que elas próprias, e não outrem, ficassem as bases para a consolidação desse projeto. A confiança nelas depositadas retornou em forma de orgulho: *“[...] eu tenho orgulho [...] da minha instituição que me deu o direito de participar de tudo isso e outros conhecimentos que hoje eu tenho e que ainda é pouco! Eu ainda tenho muito a aprender. [...]”*<sup>118</sup> (GENOLINA). A instituição favoreceu aprendizados, aguçando a sede de conhecer. Fato que evidenciou a relevância dos saberes no empoderamento das agricultoras.

---

<sup>118</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

#### d) Agricultoras, afazeres domésticos e participação sindical

A conquista do espaço público no Sintraf trouxe como correlativo à dupla/tripla<sup>119</sup> jornada de trabalho para as agricultoras. A sobrecarga de trabalho gerou dificuldades quanto à conciliação entre os afazeres domésticos e a militância sindical. Em alguns casos, elas não conseguiam realizar essa conciliação:

*“[...] Tinha uma certa dificuldade [...]. Às vezes, eu chegava tarde em casa e não aguentava fazer desenvolver as minhas atividades de dona de casa. Aí, sempre faltava alguma coisinha.”<sup>120</sup>*

Fato que resultava na insatisfação do companheiro: “Aí começava a vim as reclamações [...]”<sup>121</sup>. Para aquelas que já viviam a militância antes do casamento, também era um exaustivo esforço: “Bem, bem não.”<sup>122</sup>. De fato, uma carga de trabalho considerável. No entanto, o acréscimo representado pela militância foi encarado com entusiasmo, com apreço. Na militância, pareceu estar inscrito um projeto maior, pois quando se tem:

*“[.. ] Um entendimento do que a gente quer e, quando a gente quer, a gente busca e a gente consegue! E aí, assim, é trabalhoso, é bem cansativo, mas é possível [ .. ] conciliar o sindicato”<sup>123</sup>.*

A adaptação ao processo não foi fácil, mas aos poucos as agricultoras conseguiram:

*“No começo foi difícil, entendeu? Eu achava que não ia ter como dar conta disso. Mas depois no andar... Entendeu? No participar, no andar com isso [..]. Dificuldade a gente tem, né? [...] mas eu consigo [...]”<sup>124</sup>*

Tal adaptação foi possível em razão da utilização de estratégias: “É bem complicado, mas a gente vai tentando dar um jeitinho. Se a gente não puder fazer algo aqui agora, a gente deixa pra fazer de noite quando chegar.”<sup>125</sup>. Outras, de tão determinadas, asseguraram a participação sindical através de uma rígida disciplina: “É... assim [...] eu sempre me organizava, os meus horários, da [...] organização da minha casa. E sempre eu acharia

<sup>119</sup> Embora não apresente uma base científica, o termo ‘tripla jornada’ fez sentido na medida em que traduziu a jornada de trabalho das agricultoras em casa, na roça e com os bichos e na militância sindical.

<sup>120</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>121</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>122</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>123</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>124</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>125</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

*tempo [...] suficiente pra a questão do sindicalismo.*<sup>126</sup>. O fato foi que, para parte significativa dessas agricultoras, não havia muitas alternativas quanto à partilha das atividades domésticas:

*“Foi um pouco difícil, mas pra tudo a gente dá um jeito, né? Porque antes eu ficava pensando: ‘Ah, tem a casa e tem as outras coisas pra resolver!’. Ai, depois fui me acostumando [...] fui me adequando [...] com minha casa. E, vindo pro sindicato e outras [...] coisas que eu tenho, né?”*<sup>127</sup>.

Mesmo tendo o apoio dos esposos para participação no movimento sindical, a sobrecarga de algumas agricultoras só minorou quando as filhas e os filhos cresceram e passaram a partilhar tarefas domésticas:

*“[...] Então, eu não tenho o que falar do meu esposo. Meus filhos também me apoiava. Porque eu saía e eles ficava por conta da casa cuidando, pra quando eu chegar achar tudo arrumado, né?”*<sup>128</sup>

Desse modo, com ou sem o apoio dos esposos e companheiros, com ou sem auxílio nas tarefas de casa, uma coisa era certa: o movimento tinha que estar vivo. *“[...] o que a gente não pode é deixar [...] a militância adormecer. Até porque a gente tem que tá viva ali o tempo todo.”*<sup>129</sup>. A clareza quanto ao papel na existência da organização, trouxe consigo a exigência de não perder de vista sua atuação histórica: *“Porque senão a banda passa, a gente ficar pra trás! [Rsrs] Né? [...]”*<sup>130</sup>

A conquista do espaço público colocou as agricultoras diante de um imperativo: a conciliação entre as jornadas de trabalho na casa, na roça e no sindicato. Em algumas situações, elas não conseguiam dar conta de tantas tarefas. Especialmente aquelas supostamente femininas, como o trabalho doméstico, tornando-se alvo de reclamações dos companheiros/esposos. Para aquelas onde a militância antecedeu o casamento, essa conciliação também constituía um exaustivo esforço.

Outras, apesar das dificuldades vividas ao longo do processo, conseguiam se adaptar, criando estratégias para lidar com a situação. Outras ainda, de tão determinadas, asseguraram a participação sindical através de uma rígida organização e distribuição do tempo. Em outros

<sup>126</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>127</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>128</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>129</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>130</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

casos, mesmo tendo a anuência dos esposos para participação sindical, a sobrecarga de tarefas só minorou quando as filhas e os filhos cresceram e passaram a auxiliá-las. Diante dos desafios que envolveram a conciliação entre os afazeres domésticos e a militância sindical, um fato curioso se evidenciou: a persistência e a convicção de todas as agricultoras quanto à permanência no movimento. Nenhuma delas arredou o “pé” da militância e isto se deu porque tinham clareza quanto ao papel da sua atuação histórica para existência da organização sindical.

#### a) O (s) movimento (s) da divisão de tarefas

Enquanto relevante indicador sobre a conquista de uma maior autonomia das agricultoras no âmbito da família e da conjugalidade/contrato de casamento, a divisão de tarefas domésticas na família esteve implicada a um movimento que ora se aproximou e ora se distanciou do domínio masculino, revelando-se complexo e não linear. No âmbito do movimento de aproximação, identificamos que o contrato de casamento e a conjugalidade impôs a subordinação e a servidão ao gênero feminino: *“Dentro da minha casa minhas coisas [...] nos trabalhos domésticos, sou eu, entendeu? Tenho os filhos, mas, essa parte ainda... fazem alguma coisa, entendeu? Coisa mínima, mas a carga toda é comigo.”*<sup>131</sup>. Nesse sentido, a condição de gênero impôs o submetimento compulsório de mulheres não diretamente a ele vinculadas:

*“Hoje, assim, que aliviou mais é porque eu tenho uma cunhada que mora comigo. [...]. Então as tarefas hoje é dividida, entendeu? [...] Tenho uma ajuda que é quase metade. Quando eu saio, quem toma conta de tudo é ela. Pra mim hoje, depois que ela chegou, a participação [...] nos movimentos sociais, [...] foi mais tranquilo. [...]. Saio de casa, entrego filho, entrego casa, entrego tudo. É ela que toma conta.”*<sup>132</sup>

Então, apenas as mulheres realizavam o trabalho doméstico: *“Não vou dizer assim, que não tem a colaboração do marido. Tem.”* [...]. *Mas no trabalho doméstico mesmo, de mão na massa e dentro de casa, mais sou eu... e essa cunhada.*<sup>133</sup> Para algumas agricultoras a conquista do empoderamento remeteu a necessidade de negociação quanto à execução das tarefas no espaço privado. Isso, como estratégia para que a ocupação do no espaço público fosse assegurada:

<sup>131</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>132</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>133</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

*“Meus filhos, nós somos muitos unido. Eu disse a elas: ‘Olhe! Eu vou trabalhar, [...] eu não vou sumir do cargo, eu vou ter que assumir. Também vou assumir o cargo de mãe.’”<sup>134</sup>*

Firmou-se então um pacto:

*“Eu ia trabalhar, mas [...] eu tinha que vim pra casa todo dia. Eu soltava na pista. Às vezes, vinha andando, mas eu não dormia fora de casa. Quando chegavam em casa, eu tava lá com meus filhos, né? E eles sentia que eu era uma boa mãe porque de quando deles tava pequenininho eu não saí pra canto nenhum. [...]”<sup>135</sup>*

Embora a presença física tenha sido tomada como critério de validação para a condição de “boa mãe”, o que de fato pareceu imperar foi a qualidade da relação, denotada pela capacidade de diálogo da mãe com as filhas e os filhos. Esse diálogo permitiu a aderência de todas e todos, ao mutirão dos afazeres domésticos:

*“Então, quando eles já tava grande, aí eles fazia. E quando eu tava em casa, dia de sábado e domingo, [...] ia fazer as tarefas que eles não fizeram. [...]. Os “eles faziam”, na prática revelou-se “elas faziam”: “[...] uma varria a casa, outra lavava os prato, outra aprontava o almoço.”<sup>136</sup>*

Aspecto que revelou que tal aderência reproduzia a tradicional divisão sexual do trabalho. O fato acima descrito evidenciou que, em algumas circunstâncias, o empoderamento das agricultoras no espaço público não necessariamente repercutiu na revisão da tradicional divisão sexual do trabalho no espaço privado, pois apesar da disponibilidade dos filhos e do esposo em ajudar, prevalecia o formato tradicional dessa divisão:

*“E naquele tempo a gente não tinha água encanada. Meu esposo botava água e elas também iam busca água pra o dia-a-dia. Era assim as divisão de tarefas: uma varria o terreiro, aí a gente ia fazendo as coisas. [...]. Ele rachava a lenha, ia buscar água, ele olhava os meninos também... Me ajudou muito. Ele lavava [...] roupa também. É uma pessoa muito prestativo.”<sup>137</sup>*

No âmbito do movimento de afastamento do domínio masculino, identificamos o papel da divisão sexual do trabalho na ruptura com relações conjugais desgastadas pela

<sup>134</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>135</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>136</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>137</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

sobrecarga de responsabilidades: “[...] não deu muito para viver [...]. Porque a mulher era eu. Ele trabalhava [...] fazia as coisas dele, mas para dentro de casa tudo era eu.”<sup>138</sup>

A divisão sexual do trabalho serviu então para denunciar situações de exploração do trabalho feminino no espaço doméstico: “*Divisão de tarefas já era mais complicado. Com relação a isso, ele não era muito de me ajudar dentro de casa, né?*”<sup>139</sup>. A este respeito, destacou Kabeer, (1997) que a atribuição de responsabilidades domésticas às mulheres foi tão institucionalizada nas regras e práticas cotidianas que, em alguma medida, tornou-a um aspecto inegociável.

A situação de mais valia doméstica evidenciou o conflito de interesses presente no contrato de casamento/conjugalidade. Todavia, algumas agricultoras se colocaram no campo de disputa, não se submetendo à sobrecarga de afazeres domésticos:

*“De um certo tempo, já próximo ao final do casamento, é que eu comecei mesmo realmente deixando...Eu falei assim: ‘Se não faz, e não tá dando valor, não tá dando importância ao que eu tô fazendo, então eu não vou fazer.’ Entendeu?”*<sup>140</sup>

O enfrentamento só era arrefecido quando entrava em jogo um aspecto mais precioso - a proteção/preservação dos filhos: “[...] Porque como eu tinha meu filho também, né? Às vezes, eu me submetia a fazer as coisas [...]”.<sup>141</sup> Todavia:

*“[em] outros momentos a gente começou a brigar muito com relação a isso. Porque na cabeça dele a mulher é [que] tinha que fazer tudo! Se ela quer trabalhar, ela tem que trabalhar e cuidar de dentro de casa primeiro para depois ir trabalhar. Não tinha essa. Não era muito de fazer nada dentro de casa, não.”*<sup>142</sup>

Isso, porque nas palavras de Pateman (1993), nesse contrato de casamento estava instituído a divisão sexual do trabalho, onde a parte que cabia à mulher era a subordinação e a servidão. Para o companheiro/esposo, dividir tarefas domésticas significaria estar numa condição análoga a de um escravo - algo impensável e inconcebível para um homem.

A conquista de novos saberes consolidando outra compreensão acerca das relações de gênero no espaço privado, algumas das agricultoras instituíram uma nova divisão sexual do trabalho em seus lares:

<sup>138</sup> CARMELITITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

<sup>139</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>140</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019. HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>141</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>142</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

*“[...] antes era só eu e minha filha, né? Quando eu passei a ter uma outra visão, aí eu pensei: ‘Opa, perai! Só as mulheres que trabalham nessa casa?’. Aí chamei eles, os que eu tenho, uma menina e dois meninos, [...] e disse assim: ‘Oh! A partir de hoje não é justo só eu quando tiver aqui fazer as coisas e sua irmã. Homem também faz o trabalho doméstico!’ Então, hoje já tem essa divisão. Um dia um faz o trabalho e aí vai conciliando para que não fique [...] só para as mulheres da casa.”<sup>143</sup>*

Houve casos em que a mudança na divisão sexual do trabalho no espaço privado foi bem aceita pelos filhos:

*“Não! Eu sempre dividia. Porque meus filho estudava. Pela manhã eu tinha que vim. Quando eu vinha pra aqui, e sempre a gente dividia as tarefa.”<sup>144</sup>*

A divisão de tarefas instituiu a vivência cotidiana da solidariedade: *“Um faz uma coisa, outro faz outra, então um vai ajudando o outro. Porque [...] se eu vinha pra o sindicato, quando eu chegasse em casa, como é que eu sozinha ia resolver as coisas? Não! Cada quem vai fazer uma coisa que, aí junto, dá certo [...].”<sup>145</sup>*. No entanto, mesmo estando engajados no movimento sindical, os pais/cônjuges manifestaram resistência à divisão de tarefas: *[Meu esposo também dividia]. Com reclamação [Rss], lógico! Mas dividia [...].”<sup>146</sup>*

Em outras situações, a divisão de tarefas ocorria ora no formato tradicional, ora numa perspectiva redimensionada, a depender da necessidade. Daí a sua flexibilidade:

*“Lá a gente divide! Porque [...] quando meu marido e meu filho tá na roça, eu tô dentro de casa mais minha filha fazendo as outra coisas. E também, quando uma tá lavando roupa, a outra tá fazendo comida, tá fazendo as coisas doméstica. E, assim, a gente divide tudo e dá certo. [...] quando eu não tô em casa, meu filho lava prato, meu marido varre casa, meu marido lava roupa, faz comida. Quando eu tô lavando roupa, meu marido faz comida. A gente não tem isso! [...].”<sup>147</sup>*

Aqui o cônjuge: *“[...] Nunca mostrou dificuldade. Porque quando eu saio [...] eu acho comida pronta, acho minhas coisa feita. Porque se fosse outro homem, né? Não fazia! Mas aí ele faz. O que nem depende dele, mas faz.”<sup>148</sup>*. Houve também o consenso familiar quanto ao coletivismo na divisão de tarefas domésticas:

<sup>143</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>144</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>145</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>146</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

<sup>147</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>148</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.



*“Hoje [...] só tem eu e meu esposo em casa, [...] mas mesmo quando tava em casa a gente sempre fez divisão de tarefas de casa. Todo mundo fazia tudo, dividia as tarefas, de recolher a louça, de lavar a louça, de ajudar na cozinha de ajudar... Enfim.”<sup>149</sup>*

O conjunto das informações levantadas acerca da divisão de tarefas domésticas na família das agricultoras permitiu-nos constatar que tal divisão esteve implicada a um movimento que ora se aproximou e ora se distanciou do domínio masculino. Portanto, um movimento complexo e não linear. No campo do movimento de aproximação poderíamos destacar: a) a subordinação e servidão enquanto condição do gênero feminino; b) o empoderamento de agricultoras não necessariamente repercutindo na tradicional divisão sexual do trabalho.

Já no campo do movimento de afastamento, ressaltamos: a) a ruptura com relações conjugais desgastadas pela mais valia doméstica; b) a institucionalização de uma nova divisão sexual do trabalho a partir da construção de novos saberes; c) nova divisão sexual do trabalho e a instituição da vivência cotidiana da solidariedade; d) nova divisão sexual do trabalho – aceitação dos filhos e resistência dos pais/cônjuges; e) divisão sexual do trabalho em transição; f) consenso familiar e coletivismo na divisão sexual do trabalho. Em face do exposto, inferimos que, enquanto importante indicador sobre a conquista de uma maior autonomia das agricultoras no âmbito da família e da conjugalidade/contrato de casamento, a divisão de tarefas domésticas na família revelou que, embora marcados por nuances conservadoras, houve avanços consideráveis quanto à redução da sobrecarga de trabalho das agricultoras.

#### **b) Participação sindical e tensões familiares**

A transposição do espaço privado rumo ao espaço público, aliada à ruptura com a rigidez dos ditos “atributos femininos” do cuidado; gerou desdobramentos desagradáveis para as agricultoras. De fato, elas se tornaram alvo de cobranças que extrapolaram os limites do lar, pois além de envolver filhas, companheiros/esposos, alcançaram vizinhos e gestores escolares. Algumas cobranças, por exemplo, só foram feitas anos após o ingresso das agricultoras no movimento sindical por uma filha adulta:

<sup>149</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

*“[...] Depois de agora grande, já tem uma: a minha filha. Ela sempre acha que eu, na época, deixei mais eles em casa do que ficar mais próximo, entendeu? Não é uma reclamação forte... Mas sempre comenta que ela hoje tem uma filha e ela compara o apoio, o carinho, a presença dela com a filha, a minha. Apesar de que ela é professora, de que ela também estuda, fazendo doutorado, viaja bastante.”<sup>150</sup>*

A ausência materna constituiu o ponto de tensão. No entanto, nenhum questionamento foi direcionado à figura paterna. O ônus pela ausência decorrente da ocupação do espaço público recaiu exclusivamente sobre a mãe. Houve casos em que as cobranças dos companheiros pareceram ser mais fáceis de lidar:

*“[...] Do esposo, às vezes tem, né? Às vezes, tem momentos assim, que quando tem muita coisa fora, que a gente sai muito, às vezes reclama. Mas não impede, entendeu? Reclama, mas não impede. Mas dos filhos [...] tô tendo dificuldade [...]. [Com uma filha]. É pequena. Eu tô tendo dificuldade até hoje com ela, pra sair de casa. Do mais velho não, mas dela, até pra sair, eu saio e deixo aos pranto [...]”<sup>151</sup>*

Tal fato gerou muita preocupação:

*“É! Agora só que ela tá assim, com o psicólogo [...]. Não sei entender o que ela tá tendo agora. [...] Depois da morte da avó, ela ficou assim. Que eu tô tendo dificuldade com ela pra sair de casa. Mesmo com a tia junto com ela [...]. Ela não se sente segura. Ela tem medo.”<sup>152</sup>*

A perda de uma grande referência afetiva criou uma ansiedade onde outra perda tão importante quanto parecia algo iminente e difícil de suportar:

*“[...] ela tem medo é disso, quando eu saio. [...] sabe que eu saio, mas não sabe se eu volto. Então, essa dificuldade que eu tô tendo com ela até hoje. Somente com ela. Com o resto, não.”<sup>153</sup>*

Em algumas circunstâncias, a cobrança de companheiros/esposos não ocorria porque as agricultoras se desdobravam para não deixar lacunas: *“Não, [...] ele nunca reclamou. [...] porque até em tanto, eu também não deixava a desejar, né? Sempre fazia as coisas no seu devido tempo. [...]”<sup>154</sup>*

Todavia, nas situações em que as agricultoras não davam conta das tarefas, a cobrança era inevitável:

<sup>150</sup> FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>151</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>152</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>153</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>154</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019.

*“Na época ainda tava casada. [...] você tinha reunião da cooperativa [...]. Então, [...] quando era reunião do movimento, às vezes costuma ir até de noite – seis, sete horas da noite. E, como ele tinha o hábito de chegar em casa, ia jogar bola. Chegava em casa seis e meia, sete horas depois do ‘baba’... Aí queria tá a janta pronta, tudo limpinho: pia ... Tudo arrumadinho... Tudo! [...] Às vezes, a gente chegava no mesmo horário junto e, às vezes, chegava e não achava. Aí, reclamava, entendeu?”<sup>155</sup>*

As duas situações aqui apresentadas revelaram, conforme Hartmann (apud Pateman, 1993, p.192) que, embora os companheiros/esposos consumissem parte significativa das reservas de tempo e de trabalho doméstico, qualquer deslize era suficiente para que insatisfações e cobranças se manifestassem. Entre os companheiros/esposos sem histórico de cobrança em razão da participação na militância sindical, ela foi precipitada em razão da influência de amigos: *“[...] mesmo ele sendo do movimento, [...] acho que os amigos começaram a ficar falando coisas com ele. Aí, ele começou a questionar um pouco.”<sup>156</sup>*

A ocupação do espaço público, aliada à crise que se abateu sobre o casamento, tornou a agricultora sujeita ao rótulo de conduta duvidosa. Passível, como diria Ferreira (2016), ao monitoramento de pessoas como os amigos do esposo. Momento em que ela defendeu veementemente sua conduta e reputação: *“Então eu disse a ele: ‘Você não vá atrás de seus amigos, que onde eu tô eu sou uma mulher de respeito!’ Sempre [...] dizia isso a ele [...]”<sup>157</sup>*. A inevitável ruptura do casamento não trouxe sofrimento, haja vista sua pequena, mas suficiente capacidade financeira de manter a família:

*“Depois ele começou a vida dele, não deu mais para a gente viver. Cada qual foi viver a sua vida. [...] eu nunca dependi dele, graças a meu Bom Deus! Sempre trabalhei, [...]. [...] acho que é por isso [...] que eu não sofri tanto [...]. [Com] o pouco que eu ganhava, [...] fazia tudo pra minhas filhas [...].”<sup>158</sup>*

Houve momentos em que a cobrança dos companheiros/esposos se deu em razão da interferência da jornada prol militância na vida sexual do casal. Fato que contou com a compreensão do cônjuge:

*“Às vezes, ele dizia assim: ‘Êta, que tu hoje tá cansada! Tu deitou e dormiu a noite toda!’. Aí eu dizia: ‘Oh, é o cansaço, né?! Mas isso aí é por causa do dia da luta*

<sup>155</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>156</sup> CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

<sup>157</sup> CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

<sup>158</sup> CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019.

*[...] Tinha dia que a gente não tava a fim de... fazer amor. [...] Ai ele achava: 'É o cansaço, né? Mas isso é coisa da vida. Depois, tudo passa.'*<sup>159</sup>

Surgiram cobranças do contorno externo às famílias das agricultoras. Algumas vieram da vizinhança:

*"[...] eu tenho uma filha que é de menor ainda. [...] uma vez eu saí, vim pra cá pro sindicato. Ai quando eu cheguei, depois chegaram aqui com ela, porque ela quebrou o braço. Elas recaíram exclusivamente sobre a mãe, a qual em alguma medida, foi avaliada como negligente pelas pessoas que deram socorro a criança: 'Ai ficaram tipo, dizendo: 'Você sai demais! Ai a menina..!'. Era ela pequena, tinha sete anos. [...]"*<sup>160</sup>

Após uma briga entre seu filho e o filho de uma vizinha, outra agricultora também foi acusada de negligência:

*"[...] Houve um fato assim que uma pessoa me acusou de não estar presente na vida de meus filhos, né! Não foi ninguém da família, mas a vizinha disse assim: 'Olha você está deixando seus filhos só. [...]"*<sup>161</sup>

Este foi um fato do cotidiano, mas revelador quanto a ausência do Estado no suporte às mulheres, mães, agricultoras e trabalhadora rurais:

*"Mas isso não era uma questão de dizer assim, de ter escolha. Até porque eu tinha que trabalhar para sustentar meus filhos. Então isso foi desagradável, porque eu vi como ofensa."*<sup>162</sup>

A elas restavam poucas opções, a não ser utilizar os poucos ou únicos recursos disponíveis: *"[...] a menina inclusive já tava de maior e tomava conta dos outros irmãos. [...]"*<sup>163</sup>.

As cobranças e críticas também vieram da escola:

*"[...] às vezes, eu não podia participar da reunião de pais. Ai, acabava mandando a menina, né? Mesmo às vezes ela não sendo de maior, mas eu acabava mandando ela pra a reunião pra que ela trouxesse [...] os problemas ou a discussão que houve*

<sup>159</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

<sup>160</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>161</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>162</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>163</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

*lá no colégio - os encaminhamentos pra mim. E aí eu fui chamada atenção também no colégio por não tá participando, por tá mandando a menina, né?”<sup>164</sup>*

A conciliação das jornadas não era fácil. No entanto, para as agricultoras divorciadas, os desafios desse processo eram vividos quase que solitariamente. Havia muitas críticas e pouca ou nenhuma solidariedade:

*“Aí, isso pra mim foi desagradável, porque eu gosto de estar presente na vida dos meus filhos! E isso acabou que eu imaginando assim: ‘Poxa, eu tô errada [...] de não tá participando, mas não por querer! Mas por ter uma ou outra atividade e eu não poder faltar e ter a reunião dos pais no mesmo dia’.”<sup>165</sup>*

Desse modo, as críticas e cobranças da vizinhança e da escola se apoiaram e reproduziram valores machistas da responsabilização exclusiva das agricultoras pelos cuidados com as filhas e filhos. Aliadas às cobranças no interior da família, as cobranças externas parecem gerar uma autocobrança por parte das próprias agricultoras: “[...] como é a mais nova, aí já não fui muito presente, né? Iguais com os outros mais velhos.”<sup>166</sup>

A perspectiva apontada pelas informações reforçou a ideia de Pinto (1992), de que a saída da mulher do espaço privado para ocupação do espaço público não se daria sem tensões na família. Do total de oito agricultoras, duas sofreram cobranças das filhas e duas sofreram cobranças de seus então companheiros/esposos. Tais cobranças se justificaram em razão do tempo de cuidados e atenção que deixaram de dispor por conta das ausências provocados pela participação no sindicato. Algumas queixas ultrapassaram anos para serem expressas. E foram feitas por uma filha adulta que, embora cheia de atribuições (professora, cursando doutorado, viajava bastante), na própria avaliação dava mais atenção à filha do que recebeu da mãe agricultora e militante. Houve casos em que as cobranças dos companheiros pareceram mais fáceis de lidar do que a das filhas. Especialmente quando ainda pequenas, por conta da ansiedade decorrente do medo da perda da mãe. Medo este reforçado pela morte de pessoas muito próximas, como avós.

Em algumas circunstâncias, a cobrança de companheiros/esposos não ocorria porque as agricultoras se desdobravam para não deixar lacunas no cumprimento das tarefas domésticas. Todavia, nas situações em que as agricultoras não davam conta das tarefas, se

<sup>164</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>165</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>166</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

tornava inevitável. Entre os companheiros/esposos sem histórico de cobrança em razão da participação na militância sindical, ela foi precipitada pela maledicência de amigos. A ocupação do espaço público, aliada a crise no casamento, tornou algumas agricultoras sujeitas ao rótulo de conduta duvidosa. Passível, como diria Ferreira (2016), ao monitoramento de pessoas como os amigos do esposo. No entanto, essa situação foi enfrentada pela agricultora de peito erguido. Inevitável, a ruptura do casamento não trouxe sofrimento, haja vista sua pequena, mas suficiente capacidade financeira para manter a família. Houve momentos em que a cobrança dos companheiros/esposos se deu em razão da interferência da jornada prolixa militância na vida sexual do casal. Curiosamente havia certa leniência por parte do cônjuge quanto à situação.

Surgiram cobranças do contorno externo às famílias das agricultoras. Algumas vieram da vizinhança. Motivada por uma briga entre seu filho e o filho de outra agricultora entrevistada, uma vizinha a acusou de negligência. As cobranças e críticas também vieram da escola em razão da impossibilidade de uma das agricultoras em acompanhar as reuniões de pais e mestres. Em nenhum momento foi considerado o fato, segundo a agricultora, de que ela tinha que trabalhar para sustentar os filhos e, por conta disso, dependia do auxílio da filha mais velha para a supervisão do lar e do acompanhamento escolar dos irmãos.

Diante dos fatos discutidos, identificamos que a ausência materna constituiu o ponto de cobrança na família. No entanto, nenhum questionamento foi direcionado à figura paterna. O ônus pela ausência decorrente da ocupação do espaço público recaiu exclusivamente sobre as mães. A conciliação das jornadas não era fácil na condição de mãe e companheira/esposa. Pois que, como apontou Hartmann (apud PATEMAN, 1993, p. 192), os companheiros/esposos consumissem parte significativa das reservas de tempo e de trabalho doméstico das agricultoras, qualquer deslize era suficiente para que insatisfações e suspeições se manifestassem. No entanto, para as agricultoras divorciadas, os desafios desse processo eram maiores porque eram vividos quase que solitariamente. A ausência de um cônjuge não as tornou imune, as tornou alvo da cultura machista presente em outras mulheres e na escola, por exemplo. Fato que revelou, dentre outras coisas, a ausência do Estado no suporte às mulheres, mães, agricultoras e trabalhadora rurais que, ao longo do tempo, suportaram um altíssimo grau de pressão. Pressão não raras vezes internalizada na forma de autocobrança por não poderem estar presentes na vida de suas/os filhas/os mais novas/os.

Ao analisarmos as informações relativas aos fatos desagradáveis que ocorreram na família em função da militância sindical das agricultoras, inferimos que, apesar do avanço na divisão das tarefas domésticas, não houve avanços quanto ao compartilhamento dos cuidados

com as filhas e os filhos. A responsabilidade cabia quase que integralmente às agricultoras. Quando muito, essa responsabilidade era partilhada com outras mulheres da família: tias e/ou avós e/ou filhas mais velhas. Tal constatação revelou a abertura de outros campos de luta. Um no seio da família, através da divisão equitativa dos cuidados com as filhas e filhos com os cônjuges.

Outro campo de luta seria a desnaturalização da cultura machista presente na comunidade externa representada por vizinhas/os e escola. Essa desnaturalização precisaria ocorrer também entre parte significativa de companheiros/esposos que não apenas reconhecessem como apoiassem, cotidianamente, o direito de suas companheiras/esposas quanto à ocupação e ao desenvolvimento autônomo e empoderado de projetos no espaço público. E outro ainda na esfera das políticas públicas com foco no sexo/gênero para as mães e mães solteiras e/ou divorciadas, obtivessem as condições necessárias para militar/ trabalhar e deixar suas filhas/os seguras/os e protegidas/os. Apesar do alto grau de pressão vivido pelas agricultoras dentro e fora do espaço privado, em nenhum momento elas demonstraram inclinação em abdicar da participação no espaço público do Sintraf Serrinha.

### c) **Agricultoras e violência doméstica**

Cobranças, exigências e pressões poderiam ter se transformado em atos de violência dos companheiros/esposos contra as agricultoras. Todavia, ao se pronunciarem a respeito, das oito entrevistadas seis foram contundentes: “*Não!*”<sup>167</sup>; “*Nunca aconteceu, graças a Deus!*”<sup>168</sup>; “*Não! Isso, graças a Deus nunca teve!*”<sup>169</sup>. Dentre as agricultoras que sinalizaram negativamente quanto à questão da violência motivada pela inserção no SINTRAF, foi bastante enfatizado o reconhecimento da família e da comunidade quanto ao trabalho desenvolvido. Daí essa possibilidade ser totalmente afastada: “*Na minha família, tudo bem! Graças a Deus, todo mundo me apoiava [...] porque diziam assim: ‘Você é uma pessoa que, o que se passa lá, você traz aqui pra comunidade!’*”<sup>170</sup>. A nosso ver, o enfrentando de tensões / cobranças em razão da opção em participar do movimento sindical, estaria possibilitando às

<sup>167</sup> VALDOMIRA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 11 dez. 2019. CARMELITA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 6 dez. 2019. FÁTIMA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 10 dez. 2019.

<sup>168</sup> MARIA JOSÉ (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 3 dez. 2019.

<sup>169</sup> JOVINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 5 dez. 2019.

<sup>170</sup> MARIA DOS PRAZERES (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 4 dez. 2019.

agricultoras a sedimentação das bases para a desnaturalização do machismo e do domínio masculino na família e na comunidade.

Não obstante, houve duas situações de caráter mais adverso que ainda assim evidenciaram o empoderamento das agricultoras. A primeira foi caracterizada pela violência psicológica exteriorizada através de ironia e/ou chantagem e/ou coação por parte do ex-companheiro/esposo:

*“Aí, chegava e dizia: ‘Ah você vai ter que dormir... Então é tarde pra poder deixar tudo pronto pra amanhã, já que você quer sair amanhã pra ir pra reunião pra ir resolver suas coisas’. Então, eu tinha que ficar até mais tarde acordada, cuidando... fazendo as coisas dentro de casa pra poder, no outro dia, eu ter meu dia livre pra ir resolver as coisas da cooperativa. [...]”<sup>171</sup>*

Apesar de ter suportado esse tipo de situação por algum tempo, a agricultora não se curvou a ela, pois persistiu sem abrir mão dos objetivos junto à organização da qual fazia parte. Embora não as tenha caracterizado, a segunda agricultora mencionou ter sido vítima de vários tipos de violência: “[...] eu também sofri violência, nesse casamento, esse divórcio... Eu sofri vários tipos de violência.”<sup>172</sup>. Apesar das possíveis marcas no corpo e na alma, tais violências foram não só superadas, como se transformaram em motivação para o desenvolvimento de um trabalho de conscientização junto a outras agricultoras: “[...] hoje, graças a Deus, eu consigo [...] mudar a visão de outras mulheres relacionado a um relacionamento abusivo, né? Então, tanto coletivamente como uma vizinha, né?”<sup>173</sup>. Esse trabalho apresentou um conteúdo empático, já que não foi realizado por uma pessoa qualquer e, sim, por alguém que já havia vivenciado os efeitos da violência doméstica. Portanto, residiu aí o fato de ter sido bem sucedido: “Que eu sei que ela tá passando por coisas parecidas que eu já passei. Eu consigo hoje mostrar pra ela uma outra visão.”<sup>174</sup>

A superação das vítimas de violência doméstica se tornou uma vitória não apenas para elas, como para a agricultora responsável pelo trabalho de conscientização porque: “[...] a gente percebe que [...] conseguiu realmente ajudar aquela pessoa.”<sup>175</sup>. Assim, desmedido foi o valor atribuído aos conhecimentos/saberes conquistados, bem como desmedida foi a

<sup>171</sup> HELENA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 12 dez. 2019.

<sup>172</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>173</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>174</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

<sup>175</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.



satisfação de, através destes conhecimentos/saberes, contribuir para a transformação de outras vidas:

*“[...] é gratificante você perceber que o seu conhecimento, você conseguiu passar para outras pessoas e ajudar outras pessoas”. Então, [...] eu tenho realmente muito orgulho quando [...] consigo ajudar outras pessoas com o que [...] adquiri de conhecimento.<sup>176</sup>*

Esse orgulho e essa satisfação demonstraram a força empoderadora dos conhecimentos/saberes. Então, em face do exposto, inferimos que as informações em torno de possíveis atos de violência dos cônjuges mediante insatisfação em face da participação das agricultoras no SINTRAF Serrinha, deram conta de que, entre as oito entrevistadas, seis foram contundentes quanto à negação dessa possibilidade.

Dentre as agricultoras que sinalizaram negativamente quanto à questão da violência motivada pela inserção no Sintraf, foi bastante enfatizado o reconhecimento da família e da comunidade quanto ao trabalho desenvolvido. Aspecto que revelou que a seriedade e o compromisso das agricultoras foram reconhecidos não apenas no espaço privado da família como no espaço público da comunidade. Algo que contribuiu para a redução da distância entre o papel político desempenhado pelas agricultoras e pelos homens em suas comunidades.

Todavia, houve duas situações que, embora adversas, evidenciaram o empoderamento das agricultoras mesmo nas situações de violência. A primeira foi caracterizada pela violência psicológica exteriorizada através de ironia e/ou chantagem e/ou coação por parte do companheiro/esposo, na qual, apesar de ter suportado tal situação por algum tempo, a agricultora não se curvou a ela, pois persistiu sem abrir mão dos objetivos junto à organização da qual fazia parte.

Embora não as tenha caracterizado, a segunda mencionou ter sido vítima de vários tipos de violência. Apesar das possíveis marcas no corpo e na alma, tais violências foram não só superadas como se transformaram em motivação para o desenvolvimento de um trabalho de conscientização junto a outras agricultoras quanto aos riscos dos relacionamentos abusivos. Esse trabalho apresentou um conteúdo empático porque não se tratou de uma pessoa qualquer, mas de alguém que havia vivenciado psicológica e fisicamente os efeitos da violência doméstica. Daí ser bem sucedido quanto à mudança de visão e a superação pelas vítimas. Tais resultados geraram grande satisfação por parte da agricultora responsável pelo trabalho de

---

<sup>176</sup> GENOLINA (Pseudônimo). Entrevista concedida a Telma R. B. Nascimento. Serrinha, 9 dez. 2019.

conscientização, pois ao socializar os conhecimentos/saberes conquistados no SINTRAF Serrinha, contribuía decisivamente para a transformação de outras vidas.

Diante dos fatos aqui discutidos, constatamos que a atitude empoderada de parte considerável das agricultoras impôs o respeito aos companheiros/esposos. Esse empoderamento não deixou de existir entre aquelas que sofreram violências. Primeiro, porque elas não permaneceram nos relacionamentos abusivos e, segundo, porque uma delas transformou a violência doméstica numa bandeira de luta, passando a desenvolver um trabalho de conscientização entre outras mulheres. Desse modo, não apenas conseguiram sair de um ciclo vicioso e se projetar empoderadamente na vida como inspirou outras a fazê-lo.

*“Ao se projetar empoderadamente na vida, as agricultoras inspiraram outras mulheres a fazê-lo.”*

#### **4 TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS DECORRENTES DOS SABERES E EMPODERAMENTOS CONQUISTADOS**

Após uma travessia comparável a um ciclo de existência, haja vista que os fenômenos implicados a esta investigação nos antecederam, nos atravessaram e, inevitavelmente, nos transcenderão, aqui chegamos. E, ainda que não tenha sido uma investigação de cunho autobiográfica, evidenciou, como diriam Silva e Mendes (2015), uma inquestionável implicação entre o eu e o outro, entre a singularidade de uma história de vida e a amplitude de uma história coletiva. Pois que, nas palavras de Silva e Mendes (2015), as pessoas não viveram ou se fizeram sozinhas, suas trajetórias têm a implicação histórica e social. Desse modo, a interface entre a nossa experiência, enquanto legado do empoderamento das gerações de mulheres de nossa família e a experiência consolidada pelas trabalhadoras/agricultoras familiares do Sintraf Serrinha, mais que um simples acontecimento, revelou-se, nas palavras de Silva e Mendes (2015), em uma possibilidade de compreensão. Compreensão do próprio contexto e das dimensões e implicações pessoais que nos permitiram ser/existir através das interfaces com as pessoas e o mundo a nossa volta.

Todavia, esse processo de compreensão não se esgotou em nós mesmas, ele nos convocou à transformação pessoal e coletiva, pois que oriundas de um contexto marcado por adversidades naturais e desigualdades de toda sorte, a nós não restou alternativa senão a luta. A luta pessoal e aparentemente solitária de uma mulher de ascendência camponesa: primeira da família materna a adentrar uma universidade, a fazer especialização, a ser aprovada em concurso para o magistério em nível superior, a fazer mestrado e, agora, um doutorado. Uma mulher que, embora desafiada pelos reverses da vida, jamais perdeu a esperança e o desejo de amar. Uma mulher que encontrou espelho em outras, de tantas vidas desafiadas, nem por isso menos amorosas e/ou esperançosas. Uma mulher, um eu + todas as vozes que nele ecoaram = ancestralidade, literatura, ciência, política + ELAS = as trabalhadoras/agricultoras familiares, se transformou no “nós”, que passou a “matutar/catucar” sobre questões como:

- Que traços e características podem ser mapeados e considerados como empoderamento, ou não, das trabalhadoras rurais à frente da gestão do SINTRAF Serrinha?
- E, em existindo tais traços e características, quais os saberes a eles implicados?
- Quais as condições para que tais saberes tenham colaborado, ou não, para o empoderamento dessas trabalhadoras no âmbito do contrato de casamento?

Isso porque teimávamos em desenvolver um estudo acerca dos saberes relacionados ao possível empoderamento das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha, analisando como se configuraram as divisões de poder nas esferas do privado e investigando se esses saberes colaboraram ou não para o empoderamento dessas trabalhadoras âmbito do contrato de casamento. Desse modo, como forma de sistematizar essa teimosia, eu + todas as vozes que nele ecoaram = ancestralidade, literatura, ciência, política + ELAS = as trabalhadoras/agricultoras familiares = nós, partimos em busca da compreensão da teia de elementos históricos, culturais e políticos que deram substância ao contexto de onde emergiu o fenômeno pesquisado: o Território do Sisal.

Estruturado sobre um modelo societal excludente, o Território do Sisal trouxe em si as marcas indeléveis do processo de colonização brasileira: concentração da propriedade, da riqueza e do poder. Onde as adversidades físico-naturais atribuídas à seca, destacaram Lima e Coelho Neto (2017), se somaram esquemas de autoritarismo político liderados por redes familiares que combinavam a propriedade da terra, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização do sisal.

Moldadas, como diria Almeida (1987), quase sempre na ótica de uma ideologia patriarcal de base escravista, sustentada no aviltamento do trabalho manual e da relativização da vida humana; as famílias sisaleiras hegemônicas, parafraseando Rêgo (2008), ultrapassavam a esfera privada, invadindo assuntos públicos. E, assim semelhantemente ao que constatou Almeida (1987), se consolidavam na política partidária, através do clientelismo, do populismo e das relações de trabalho e de poder, onde o favor e a alternativa da violência preponderaram nos contratos de trabalho, sobrepujando os direitos das cidadãs/ãos. Fato que culminou no controle da estrutura política local e, conseqüentemente, nos baixíssimos níveis de desenvolvimento humano.

Naturalizados, os baixíssimos níveis de desenvolvimento humano do território, salientou Nascimento (2009), não constituíam algo suficientemente visível para serem nomeáveis, já que no cotidiano encontravam expressão na dura rotina daquelas que lidavam com o lado mais agudo da seca – as trabalhadoras rurais. Invariavelmente condenadas à invisibilidade, de pouca ou quase nenhuma autonomia, essas mulheres na maioria das vezes ficavam confinadas no espaço privado.

Destacou-se nesse particular, conforme Moraes (1998) e Meyer (2003), a relevância das perspectivas de análise inauguradas pelo feminismo acerca do gênero, enquanto caminho não apenas para o questionamento das tradicionais relações de poder entre homens e mulheres, como para fortalecimento da cultura de participação nos territórios. Enquanto

decorrência da luta dos movimentos liderados por trabalhadoras rurais, a abordagem articulada das relações de gênero e desenvolvimento territorial, conforme Hora e Butto (2014), levou em conta que este desenvolvimento resultou de uma construção social mediada por distintos interesses e conflitos que resultaram em desigualdades históricas. Desigualdades entre homens e mulheres que, de acordo Butto e Hora (2008), persistiram e foram naturalizadas no campo.

Fato que nas palavras de Saffioti (2009), demonstrou que tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, a experiência histórica das mulheres foi bastante diferente da experiência dos homens. Daí, o profundo fosso entre ambos e a necessidade histórica, conforme Saffioti (2009), de construção de uma equidade que permitisse a superação das históricas relações de hierarquia e dominação entre homens e mulheres. Tais relações de hierarquia e dominação ficaram evidenciadas, por exemplo, no modelo de família instituída por Bernardo da Silva, fundador de Serrinha. Lócus onde ao longo do tempo, os homens estavam nos espaços públicos e à frente da cena histórica. A presença deles era notória nos registros dos fatos que marcaram a origem do município, dentre os quais poderíamos mencionar o desbravador e fundador Bernardo da Silva; os chefes dos troncos familiares, a exemplo do capitão Apollinário da Silva. O Dr. André Negreiros Falcão – médico radicado em Serrinha – e o Coronel Luiz Nogueira, ambos ovacionados pelo Jornal “O Serrinhense” nos idos dos anos vinte do século passado.

Construída sobre uma narrativa que privilegiava a ótica masculina, a presença das mulheres esvaneceu-se nos anais da política, da economia e da cultura do município. Nos raríssimos momentos em que tal presença mostrou-se notória, foi para ilustrar os ditos atributos femininos, próprios das mulheres da elite. O frescor delicado da juventude, a beleza, graça e a elegância das mulheres adultas e as prendas domésticas eram os aspectos mais valorizados. Atividades manuais, serviços de natureza doméstica, comércio ambulante, entre outras, eram, da perspectiva de Franco (1996), as ocupações das mulheres das camadas populares.

Sendo assim, a forma como as mulheres foram retratadas ao longo do tempo na sociedade serrinhense do século XX, evidenciou nas palavras de Pateman (1993), que a gradual substituição da sociedade tradicional baseada no status pela sociedade da ordem civil moderna regida pelo contrato, permitiu a emergência de um modelo de patriarcado que pautado na fraternidade, não se mostrou menos sexista/excludente. Esta exclusão se mostrou mais aguda entre as mulheres das classes populares, especialmente as trabalhadoras rurais. Com saídas fortuitas para o trabalho como ambulantes nas feiras livres e, quase sempre

reduzidas à esfera privada, assumiam os naturalizados atributos femininos e cuidados relativos à maternagem e à família.

Além disso, também era a força de trabalho que assegurava a sobrevivência através da agricultura familiar/camponesa. A sobrecarga de trabalho disso decorrente, a submeteu a uma divisão de trabalho que, historicamente reforçou sua vulnerabilidade/ exclusão social. Tal processo se acirrava em tempos de crises e retrocessos democráticos. Apesar do fenômeno histórico da exclusão, especialmente vivenciada pelas mulheres do meio rural, a população do Território do Sisal, conforme Humberto Nascimento (2003), encontrou ‘brechas’ para se manter.

Ao dialogar com outras referências, que não aquelas estritamente relacionadas ao sofrimento decorrente também da histórica ausência de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, a fé e a teimosia das sisaleiras, retroalimentadas pela sócio-diversidade que compunha o Território, serviram como valioso instrumento de ruptura com os desafios do cotidiano. Isso muito provavelmente só foi possível porque essas mulheres mostraram-se capazes de aprender com as dificuldades enfrentadas no contexto pessoal, familiar e social. Haja vista que, conforme Magalhães e Abramovay (2007), a sobrevivência de cada membro das comunidades rurais dependia, não apenas da busca individual por resultados, mas, sobretudo, das tradições e valores comunitários que garantiam coletivamente os meios de sobrevivência de seus membros.

Em se tratando do Território do Sisal, com o apoio de forças externas, principalmente dos setores católico-progressistas, gradativamente as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sisaleiros começaram a questionar suas condições de vida. A necessidade de intervenção que emergia no bojo dessa consciência coletiva retroalimentava-se com a entrada de novos saberes. Esses saberes não decorreram da experiência de educação formal, haja vista que, a despeito da sua origem eminentemente agrária, as trabalhadoras ficaram à margem do direito à educação formal. Eles decorreram dos fóruns de discussão promovidos pelos ‘círculos bíblicos’, os quais de acordo Humberto Nascimento (2003), promoviam a leitura do evangelho associada à leitura da realidade. Processo que, segundo Paludo (2001), valorizava a cosmovisão camponesa, promovendo a construção de um saber que permitisse não apenas a compreensão como a transformação da própria realidade.

E, permitiu, segundo Wanderley (1996), que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais se inserissem nas lutas por mais espaço na economia e na sociedade. Na escala local, a luta das trabalhadoras rurais pelo direito de filiação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a consequente tomada do sindicato do controle do poder executivo municipal, refletiu esse

processo de empoderamento coletivo. Haja vista que permitiu, conforme Veronezzi (2018), que as trabalhadoras enquanto agricultoras, esposas, mães e militantes consolidassem as condições para o enfrentamento das desigualdades de gênero, de classe social que se acirravam quando a elas se somavam a condição de trabalhadora rural/agricultora familiar/camponesa.

A participação em movimentos/ativismos sociais como associações comunitárias, cooperativas e sindicatos foi a conquista que permitiu a muitas trabalhadoras brasileiras o alcance de uma autovalorização e de uma autonomia jamais vivenciada antes. Conquista muito recente, como diria Lozano (2017), já que em grande medida, a infância de muitas dessas mulheres foi marcada por precárias condições de vida, por imagens de submissão das mães e outras mulheres e pelo recorrente reconhecimento e valorização das figuras masculinas. Então, a participação nos movimentos/ativismos sociais, nas palavras de Franco (2018), permitiu às trabalhadoras rurais a ruptura com os estereótipos de uma figura feminina 'frágil', 'sem serventia', 'submissa', de 'papel secundário'. Para Moraes (2016), as mudanças demonstradas por trabalhadoras rurais ao alçar a participação social e política se evidenciaram através da vivência de uma maior liberdade e autoestima, da consolidação de novos vínculos interpessoais, do acesso e do interesse por novos conhecimentos, do sentimento de autoconfiança, da aquisição do poder da fala e de liderança e, principalmente, do acesso às políticas públicas.

Dentre as estratégias que redefiniriam a "condição" e a "posição" de mulheres, a consolidação de saberes foi fundamental. Pois que, enquanto ação cultural, destacou Baquero (2012), consolidou um valioso instrumento de percepção crítica e intervenção política na realidade social. Diante do exposto, o debate acerca das possibilidades instauradas pelos saberes construídos em meio aos processos de empoderamento das trabalhadoras rurais do Sintraf Serrinha, constituiu um aspecto a ser considerado. Pois que, poderia apresentar pistas das possíveis transformações ocorridas no espaço privado do lar, mais especificamente no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade.

Civilmente constituído na modernidade, segundo Pateman (1993), o contrato de casamento refletiu a organização patriarcal da natureza corporificada em um contrato primitivo, em um contrato primevo - o pacto/contrato sexual. O pacto/contrato sexual, de acordo Pateman (1993), constituiu-se não apenas no fundamento invisibilizado da sociedade do contrato, como da perpetuação do patriarcado e da dominação masculina até os dias de hoje. Em face dessa dominação e das lutas daí decorrentes, apontou Pateman (1993), o fascínio exercido pela teoria contratual sustentada em relações sociais livres, seria maior



agora do que em qualquer outro momento histórico. A discussão acerca do contrato de social e do contrato de casamento constituiu um pilar fundamental para que tivéssemos um parâmetro para analisar se o empoderamento conquistado no espaço público pelas trabalhadoras teria se replicado no mundo privado.

Para Pateman (1993), a sociedade civil (como um todo) é patriarcal. As mulheres foram submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública, onde o direito patriarcal dos homens foi o principal suporte estrutural para união das duas esferas em um todo social. O direito masculino de acesso aos corpos femininos foi exercido tanto no mercado público quanto no casamento privado, e o direito patriarcal foi exercido sobre as mulheres e seus corpos de outras formas, além do acesso sexual direto. De fato, a julgar pelas características próprias da sociedade civil Sisaleira/serrinhense, este processo aqui também repercutiu. Pois que, como diria Bourdieu (2005), nesse lócus se tornou possível à naturalização os processos de divisão sexual. No entanto, ainda que de forma localizada, o questionamento de tal naturalização e sua possível mitigação mostrou-se viável em razão da participação das trabalhadoras rurais na gestão do então STR, hoje Sintraf Serrinha.

A participação das trabalhadoras rurais no Sintraf e o provável desdobramento disso no contrato de casamento e conjugalidade produziram transformações que localmente traduziriam, de acordo com Torres (2017), as transformações intensificadas especialmente no final do século XX pelas sociedades ocidentais, as quais integradas num processo de globalização, tiveram como horizonte a busca por melhores condições de vida a partir de critérios como sustentabilidade ecológica, justiça e igualdade na diversidade de gênero, raça/etnia, geração, entre outros. Tais processos, inevitavelmente repercutiram segundo Patel (2005), na desnaturalização da dominação masculina na conjugalidade. E, conseqüentemente consolidou a abertura de um difícil, mas necessário caminho em busca da igualdade face ao direito, ao trabalho e à política na família e na sociedade pelas mulheres.

Na escala local, a participação das trabalhadoras rurais no Sintraf Serrinha foi um marco nesse embate. Pois que, conforme ressaltamos (NASCIMENTO, 2009), desejosas de uma participação política mais efetiva, as trabalhadoras começaram a driblar a resistência dos maridos e, em alguns casos, dos filhos, como exercício de superação da confinamento doméstica, rumo à ocupação dos espaços públicos. Então, ao se reconhecerem como integrantes de um grupo formado por sindicalistas rurais, e não por mulheres “do lar”, as trabalhadoras rurais evidenciaram a produção de subjetividades norteadas por regras que, de acordo com Salvaro, Lago e Wolff (2013) extrapolaram as marcações historicamente prescritas para elas nas posições de “dona-de-casa”, “do lar”, “esposa do agricultor”. E, em razão do acesso a

determinados direitos sociais daí decorrentes, as mulheres criaram novos modos de existência. Desse modo, embora a meta das trabalhadoras e de seus pares fosse a conquista e a ressignificação do projeto de gestão do Sintraf Serrinha, destacamos (NASCIMENTO, 2009), ela aí não se esgotou, pois que em alguma medida, provocou transformações na subjetividade dessas trabalhadoras. Isso, porque ao se declararem como ‘igual’ na cena política, assumiram a condição de portadoras de direitos, através da exigência de reconhecimento da condição de igualdade.

Com base nos elementos colhidos na pesquisa de campo, discutimos como esse processo ressoou em suas histórias de vida e quais os possíveis impactos sobre seus/as contratos de casamento/conjugalidade. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser considerado foram os **traços do empoderamento** conquistados pelas agricultoras na gestão do Sintraf Serrinha. O primeiro e fundamental traço foi o autorreconhecimento como agricultora familiar. Isso, porque ela transcendeu a condição de invisibilidade na extenuante rotina da produção/reprodução da vida familiar no meio rural. No entanto, continuava vinculada ao contexto rural por um forte sentimento de afeto. Afeto que carregava consigo um respeito/zelo quase que sagrado com a *casa, a roça e os bichos*. Porque a casa não era simplesmente uma casa, mas a expressão dos laços familiares ali consagrados; a roça não era simplesmente uma roça, *mas a terra que alimentou e sustentou gerações*; os bichos não eram simplesmente bichos, mas os companheiros/testemunhas (e por que não dizer os imolados?) da difícil jornada pela sobrevivência. Daí, esse afeto estar implicado não apenas à sobrevivência física, mas emocional.

O autorreconhecimento como agricultora familiar decorreu da satisfação/orgulho em garantir, com qualidade, a segurança alimentar de suas famílias. Fato que remeteu a rupturas com as marcas do passado colonial e do trabalho fundado em relações escravistas, bem como uma ruptura mais visível nos lares onde as agricultoras eram chefes de família. Pois que os limites impostos pelo domínio masculino na gestão da produção familiar foram rompidos, tornando-a mais democratizada. Assim, como democratizado, passou a ser o acesso dos recursos financeiros auferidos. Recursos que, paulatinamente passaram a ser ampliados em razão da diversificação da produção, através do beneficiamento de frutas típicas da região (doces e polpas), além da confecção de artesanatos/obras de arte – atividade que moldada e/ou exigida pela necessidade de gerar renda, pareceu abrir os caminhos para a fruição estética.

A conquista desse autorreconhecimento como agricultora familiar, indiscutivelmente esteve ligada à inserção no Sintraf Serrinha. A chegada ao sindicato se deu por vários caminhos. A sugestão, ou melhor, a influência de pessoas que faziam parte da luta no Sintraf

foi um fator determinante para que algumas das agricultoras não apenas se filiassem, mas se inserissem nas lutas. No entanto, com o passar do tempo, o pragmatismo dessa ação cedeu espaço ao caráter político. Já que, a rotina de reuniões nas bases e na sede do sindicato, inevitavelmente abriu os horizontes das agricultoras, assegurando-lhes a assunção/ocupação do espaço público representado pelo Sintraf Serrinha. Houve também, incentivo por parte de esposos que já eram filiados. Algo que demonstrou que o domínio masculino estava dando sinais de perda do seu fôlego no contexto rural. Outros fatores mais pragmáticos, como o acesso ao salário maternidade, foram determinantes para a filiação das agricultoras, pois o aumento da prole tornava mais difícil as condições da existência.

Existência que, no plano privado, adquiria contornos dramáticos quando nele emergia as situações de violência doméstica. Todavia, mesmo em tais situações o empoderamento das agricultoras se mostrou. Pois que, apesar de ter suportado tal situação por algum tempo, as agricultoras não se curvaram a ela. Persistiram sem abrir mão dos objetivos junto à organização da qual faziam parte. E, apesar das possíveis marcas no corpo e na alma, a violência doméstica não foi apenas superada, como se transformou em motivação para o desenvolvimento de um trabalho de conscientização quanto aos riscos dos relacionamentos abusivos.

Constatamos que a atitude empoderada de parte considerável das agricultoras impôs o respeito aos companheiros/esposos. Esse empoderamento não deixou de existir entre aquelas que sofreram violências. Primeiro, porque elas não permaneceram nos relacionamentos abusivos e, segundo, porque uma delas transformou a violência doméstica numa bandeira de luta, passando a desenvolver um trabalho de conscientização entre outras mulheres. Desse modo, não apenas conseguiram sair de um ciclo vicioso e se projetar empoderadamente na vida, como inspirou outras a fazê-lo. Pois que em muitas comunidades rurais, principalmente entre as mulheres, a participação nos ativismos/movimentos sociais era incipiente.

O pequeno contingente inserido em ativismos/movimentos sociais, anteriormente ao Sintraf Serrinha, se mostrou bastante diversificado. Nesse particular, não poderíamos deixar de ressaltar o vanguardismo das mulheres que, através da Pastoral Rural, iniciaram o debate acerca do sindicato que elas queriam. Debate que culminou na conquista do direito à filiação e a tomada do sindicato do controle do poder público municipal. Sem falar nos ativismos/movimentos sociais que se sobressaíram a partir desse processo participativo, com foco na agenda feminista e de gênero, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Bem como os coletivos produtivos, organizados com o objetivo de gerar trabalho e

renda – cooperativas, além dos coletivos voltados para melhoria das condições de vida nas comunidades rurais – associações.

Ainda que peitando uma luta absolutamente desigual, a autoconfiança, a clareza de propósitos, o destemor e a determinação as tornaram mulheres capazes de ocupar o espaço público com maestria. Através da inserção no Sintraf Serrinha, saíram de um ponto de invisibilidade para o autorreconhecimento como sujeitas de direitos. De posse dessa convicção, partiram autônoma e empoderadamente, engrossando localmente a luta nacional em favor do seu reconhecimento social enquanto profissional da agricultura, rompendo com os limites da condição de dona de casa e ajudante. A essa conquista, se somou outra em nível nacional: o direito à titularidade da terra, rompendo com séculos de predomínio masculino. No entanto, elas desejavam mais, desejavam ter acesso e autonomia na gestão do crédito rural. Conquista que também permitiu maior autonomia na gestão das atividades agrofamiliares e dos recursos financeiros delas auferidos.

Mais recentemente, nessa empreitada de ocupação do espaço público, as agricultoras peitaram *'lutas de rua'* em favor das mulheres vítimas de violência, obtendo como resultado a instalação de um Centro de Apoio à Mulher. Além disto, no intuito de intimidar a ação violenta de alguns homens, integraram a Comissão Intermunicipal da Polícia Civil junto ao Ministério Público e à Polícia Militar com vistas a trazer a ronda Maria da Penha, de Feira de Santana, para as comunidades rurais e bairros do município de Serrinha.

No entanto, as agricultoras avaliaram que, aliado ao processo de conscientização quanto à ruptura com o silêncio por parte das vítimas de violência doméstica, era preciso a denúncia. Processo para o qual, a instalação de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher seria a principal forma de produzir ecos capazes de mitigar tal situação. Todavia, apesar da luta histórica das agricultoras e de suas entidades de classe – o Sintraf, em nível local; a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (Fafres), em nível territorial; e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado da Bahia (Fetraf-BA), em nível estadual – a reivindicação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) ainda não se transformou em realidade.

Ainda em relação às pautas relativas às mulheres vítimas de violência, despontou o investimento do Sintraf em ações de fortalecimento da independência financeira das mulheres rurais. Pois que, de acordo as agricultoras, a dependência financeira das mulheres limitava muito sua capacidade de tomar decisões. Dentre as estratégias voltadas ao fortalecimento da independência financeira, destacaram-se a promoção de cursos voltados à formação política de lideranças, bem como para a comunicação comunitária. Além dos cursos sobre o beneficiamento de frutas, cursos de produção de temperos e cursos de produção de artesanatos, o Sintraf também estimulou a produção de hortaliças e a criação de pequenos

animais, incluindo aí, acompanhamento técnico que também orientava quanto ao escoamento da produção.

Outra relevante ação foi a formação de grupos/cooperativas de produção. Esses grupos/cooperativas trabalhavam em parceria com uma organização responsável pela chegada dos produtos ao mercado consumidor - o Arco Sertão. O Arco Sertão funcionava como uma central que recebia a produção agrofamiliar, escoando-a para outros municípios e até estados. Todos esses esforços primaram pela consolidação da autonomia financeira, fundamental para o empoderamento, especialmente das mulheres vítimas de violência. Todavia, de acordo as agricultoras, era preciso facilitar o acesso ao capital de giro porque o Sintraf dispunha de poucos recursos financeiros. O acesso ao capital de giro seria fundamental para o avanço das ações empreendedoras dessas mulheres.

A luta pela mitigação da violência doméstica ocorreu paralelamente à pauta relativa à questão da saúde, pois muito afligia às agricultoras a ausência de uma assistência de qualidade. No âmbito dessa questão, um feito relevante foi o estabelecimento de um dia específico para o atendimento médico das mulheres da zona rural. O acatamento de tal reivindicação pela Secretaria de Saúde do município permitiu às agricultoras o atendimento num dia mais cômodo e com maior disponibilidade de transporte. Desse modo, elas não precisaram mais *'competir'* com as mulheres da zona urbana. Contudo, existia uma demanda maior, que era a construção de uma maternidade, uma vez que, sem opção, tanto as agricultoras quanto as mulheres da zona urbana eram submetidas a realizar seus partos em hospitais onde as enfermarias eram ocupadas por pacientes com acidente vascular cerebral, pacientes portadores de tuberculose, entre outras doenças. Fato que representava um risco tanto para as mães quanto para seus bebês que ficavam expostas e *'vulneráveis num momento tão delicado, que era a vinda de uma criança ao mundo'*.

Mesmo sem ter sucesso nessa meta de extrema relevância, as agricultoras não arrefeceram o enfrentamento. Fizeram uma audiência pública na Câmara de Vereadores, apresentando uma emenda para o orçamento da saúde, já para o ano de 2020, através de um vereador alinhado com a luta camponesa. A meta era a construção de um hospital da mulher. Entretanto, entre esse objetivo e a sua consecução, parecia existir um desafio – a histórica dificuldade do poder público compreender a relevância de um hospital-maternidade, voltado para o atendimento de mulheres no município. Então, caso a construção do hospital ficasse

inviável, restaria a alternativa da edificação de um anexo, onde funcionaria a maternidade e o atendimento exclusivo para mulheres no Hospital Municipal.

Diante dos desafios enfrentados na luta por políticas públicas com foco no feminismo/gênero, as agricultoras perceberam que organização inexoravelmente remetia à conquista de novos **conhecimentos/saberes**. De fato, a busca por conhecimentos/saberes motivou a filiação de parte significativa das agricultoras. De posse desses conhecimentos/saberes, elas alçaram uma leitura/compreensão política da própria realidade e da realidade coletiva. Daí, a aquisição desses conhecimentos/saberes também terem como objetivo auxiliar as/os outras/os agricultoras /os a “*se informarem, conscientizarem, mobilizarem e organizarem a agricultura familiar*”. Fato que demonstrou que, na esfera do campesinato do município de Serrinha, foi por força também da participação das agricultoras que o Sintraf despontou como uma importante instituição na organização e na luta em favor dos interesses dessas mulheres e de suas comunidades.

O ativismo das agricultoras evidenciou uma determinação sem igual, inclusive entre as mulheres da zona urbana. E tudo isto só foi possível porque elas se apoderaram da sua entidade de classe, transformando-a para que refletisse seu projeto de ser humano e de sociedade. E, ao acolher e refletir esse projeto, o Sintraf transformou as agricultoras em suas principais guardiãs, pois lhes facultou o acesso às ferramentas necessárias para que elas próprias, e não outrem, fincasse as bases para a consolidação desse projeto. A confiança nelas depositadas pela organização, retornou em forma de orgulho: “[...] *eu tenho orgulho... Eu posso dizer da minha instituição, que me deu o direito de participar de tudo isso. [...]*” (GENOLINA).

Além de aguçar sua sede de conhecer/saber: “[*os*] *conhecimentos que hoje eu tenho [...] ainda é pouco! Eu ainda tenho muito a aprender. [...]*” (GENOLINA). Tal fato deu mostras acerca do papel dos conhecimentos/saberes no empoderamento das agricultoras, já que através dos saberes consolidados no Sintraf, o pessoal e o privado se tornaram político na vida das agricultoras. E, se política se tornou a vida privada, mais política se transformou a vida pública. Então, as “*lutas de rua*”, se deram pela necessidade de expressar algo fundamental: o acesso aos direitos. Não foi um aprendizado fácil ‘*falar dos direitos*’. No entanto, alçado o poder de expressão, nada mais impediu essas agricultoras de manifestar sua aptidão política, em suas itinerâncias pessoais e coletivas.

Desse modo, o sindicato se tornou num espaço de fomento de conhecimentos/saberes fundamentais para essas mulheres que, a exemplo dos demais povos do campo, historicamente foram alijadas do direito à educação em espaços escolares. Pois que, em

muitas comunidades rurais não havia escolas e quando havia, restringiam-se ao Ensino Fundamental I. Para as pessoas que desejasse avançar para os outros níveis, era necessário estudar na cidade. Algo extremamente dispendioso para as famílias rurais, nas quais todos os recursos financeiros obtidos eram direcionados para assegurar a sobrevivência.

De fato, a sobrevivência era o foco central e a sua garantia exigia, não raras vezes, a tomada de medidas drásticas como o êxodo precoce das filhas, que ainda crianças eram enviadas à cidade para ocupar postos de trabalho doméstico. Então, se no âmbito da família, o acesso aos estudos era tão difícil, impensável seria na condição de agregada, análoga à condição de uma escrava. Tanto para as agricultoras que permaneceram na roça quanto para aquelas que migraram para as cidades, a dura rotina de trabalho e/ou a distância a ser percorrida para chegar até uma escola foi algo revelador quanto à impossibilidade de viver em plenitude sua infância e adolescência e, também, quanto à falta de oportunidades de educação nos espaços escolares.

Então, em face da falta de oportunidades, da socialização de gênero, da falta de autonomia e/ou especialmente da impossibilidade de permanência na escola, algumas das agricultoras que alcançaram Ensino Fundamental II optaram pelo matrimônio. Enquanto saída individualizada, o casamento ou os desdobramentos das separações que, em certos casos o sucedeu, foi a sobrecarga de trabalho reprodutivo/produtivo não reconhecido e, para as chefes de família, o trabalho com remuneração menor que os homens. Em tal situação, dificilmente haveria tempo livre para os estudos. Mesmo no momento histórico, onde as lutas dos ativismos/movimentos das agricultoras familiares provocaram maior sensibilidade por parte do Estado aos desafios vividos pelas agricultoras familiares – período compreendido entre os anos de 2002 e 2015 – o acesso à escola não foi tão fácil. A distância espacial e o trabalho reprodutivo/produtivo obstaculizou o acesso à escolarização. Evidência que demonstrou que a falta de oportunidades pareceu perdurar em praticamente todas as fases das vidas das agricultoras.

Sendo assim, ao permitir a ruptura de fronteiras pessoais que culminaram também na ruptura das fronteiras entre o doméstico/privado e o público/político, os conhecimentos/saberes consolidados no Sintraf Serrinha apresentaram um caráter solidário e comunal. Permitiu a superação de fronteiras geográficas, de modo que, contextos mais próximos e/ou distantes se tornassem acessíveis, assim como suas sociabilidades que constituíram a base sócio-histórica para vivência de processos cognitivos próprios da produção do conhecimento: questionamento, análise, comparação e síntese. Em razão disto, o Sintraf Serrinha foi comparado a uma escola/faculdade com metodologia própria.

Uma escola/faculdade onde a dimensão política esteve inquestionavelmente no centro do processo formativo, traduzido através da luta pelos direitos na “*sociedade e na vida*”. Onde ficou notabilizada íntima relação entre o conhecimento/saber e o poder. Poder de lutar por uma vida melhor, especialmente no âmbito da comunidade mais próxima e cara, a família, já que o empoderamento das agricultoras influenciou filhas e filhos. E, em alguns casos, trouxe como consequência a ascensão no nível de escolarização em nível de doutorado, como o caso da filha de uma das agricultoras. Algo que muito orgulhou sua mãe, que em razão das muitas dificuldades enfrentadas, alcançou o Ensino Fundamental II.

O conjunto dos fatos discutidos até o presente momento acerca da repercussão dos saberes na vida demonstrou que um importante resultado foi a conquista de uma maior autonomia por parte das agricultoras. Isso, porque tais saberes que permitiram às agricultoras uma melhor compreensão de si mesmas e das relações de gênero em que estavam inseridas no âmbito da família, como a luta contra os efeitos do domínio masculino nesse âmbito e em esferas mais amplas. Pois rechaçaram, na esfera privada, os caprichos masculinos e, na esfera pública, a vitimização, defendendo altivamente sua dignidade. Os saberes construídos através da participação no Sintraf foram fundamentais para que elas adquirissem a devida clareza/atitude quanto ao seu projeto de vida. No lar, a socialização dos saberes possibilitou o início de um processo/projeto educativo de desconstrução da cultura machista. Este foi um processo/projeto educativo gradativo e contínuo que exigiu um diálogo crítico acerca da divisão sexual do trabalho no espaço privado, buscando redimensionar tal divisão em bases mais coletivizadas.

Em relação à influência exercida pela participação das agricultoras no Sintraf Serrinha sobre o **contrato de casamento/conjugalidade**, um dos argumentos que sustentaram a aversão a essa participação, alimentando a postura litigiosa de seus cônjuges, foi o fato de que elas estariam privilegiando as atividades do sindicato em detrimento das “tarefas do lar”. Esse argumento foi defendido por 37,5% dos companheiros/esposos. Em algumas circunstâncias, as cobranças de companheiros/esposos não eram veementes, porque as agricultoras se desdobravam para não deixar lacunas no cumprimento das tarefas domésticas. Todavia, nas situações em que as agricultoras não davam conta das tarefas, elas se tornavam inevitáveis. Outro fato que sustentou a reação negativa dos esposos/companheiros foi o acesso das esposas/companheiras aos conhecimentos/saberes. Algo muito perigoso ao domínio masculino perseguido por esses homens. Daí, uma possível motivação para atos de violência dos cônjuges. Tal fato constituiu uma evidência da relação intrínseca entre os conhecimentos/saberes e o empoderamento das agricultoras.



Entre os companheiros/esposos que faziam parte do Sintraf Serrinha, 62,5 % eram favoráveis à participação das esposas/companheiras no sindicato. Em algumas situações, ambos já possuíam itinerâncias nos ativismos/movimentos que antecederam e se encontraram no Sintraf. Em outros casos, os esposos/companheiros já eram sindicalizados e as esposas/companheiras não participavam de nenhum ativismo/movimento social. No entanto, eles as incentivaram participar para que não ficassem fora do movimento. Dentre as agricultoras que tinham cônjuges desse grupo, foi bastante enfatizado o reconhecimento da família e da comunidade quanto ao trabalho desenvolvido por elas no Sintraf. Algo que contribuiu para a redução da distância entre o papel político desempenhado pelas agricultoras e pelos homens em suas comunidades.

Houve apenas um companheiro/esposo que se mostrou indiferente. No entanto, em razão da maledicência de amigos e da crise no casamento, mudou de opinião, passando a questionar a esposa/companheira. A ocupação do espaço público, aliada à crise no casamento, a tornou sujeita ao rótulo de conduta duvidosa. Passível, como diria Ferreira (2016), ao monitoramento de pessoas como os amigos do esposo. No entanto, essa situação foi enfrentada pela agricultora com coragem e determinação. Inevitável, a ruptura do casamento não trouxe sofrimento, haja vista sua pequena, mas suficiente capacidade financeira para manter a família. Houve momentos em que a cobrança dos companheiros/esposos se deu em razão da interferência da jornada prol militância na vida sexual do casal. No entanto, a cumplicidade e o diálogo existente foram capazes de atenuar a situação.

Além dos companheiros/esposos, as filhas questionaram o tempo de cuidados e atenção que deixaram de dispor, em razão da ausência provocada pela militância das agricultoras. As cobranças dos companheiros pareceram mais fáceis de lidar do que a das filhas. Especialmente quando pequenas, por conta da ansiedade decorrente do medo da perda da mãe. Medo este reforçado pela morte de pessoas muito próximas, como avós. Algumas queixas levaram anos para serem expressas. E foram feitas por uma filha adulta, que cheia de atribuições (Professora, doutoranda e com extensa agenda de viagens) avaliou que conseguia dar mais atenção à filha do que recebeu da mãe agricultora militante.

Surgiram cobranças do contorno externo às famílias das agricultoras. Algumas vieram da vizinhança. Motivada por uma briga entre seu filho e o filho de outra agricultora entrevistada, uma vizinha a acusou de negligência. As cobranças e críticas também vieram da escola em razão da impossibilidade de uma das agricultoras acompanhar as reuniões de pais e mestres. Em nenhum momento foi considerado o fato, segundo a agricultora, de que ela tinha

que trabalhar para sustentar os filhos e, por conta disso, dependia do auxílio da filha mais velha para a supervisão do lar e do acompanhamento escolar dos irmãos.

Desse modo, para as agricultoras divorciadas, os desafios desse processo eram maiores porque eram vividos quase que solitariamente. A ausência de um cônjuge não as tornou imunes, as tornou alvo da cultura machista presente em outras mulheres e na escola, por exemplo. Fato que revelou, dentre outras coisas, a ausência do Estado no suporte às mulheres, mães, agricultoras e trabalhadora rurais que, ao longo do tempo, suportaram um altíssimo grau de pressão. Pressão não raras vezes internalizada na forma de autocobrança por não poderem estar presentes na vida de suas/os filhas/os mais novas/os. Elementos como este, nos levaram a concluir que a ausência materna constituiu o ponto de cobrança público-privada.

As informações anteriormente apresentadas nos levaram a inferir que a conquista do espaço público colocou as agricultoras diante do imperativo da conciliação das várias jornadas de trabalho (casa/família, roça e sindicato). Em algumas situações, elas não foram bem sucedidas na conciliação das tarefas, como o trabalho doméstico e o cuidado com as filhas e filhos, tornando-se alvo de cobranças/reclamações. Para aquelas onde a militância antecedeu o casamento, essa conciliação também constituía um exaustivo esforço. Outras, apesar das dificuldades vividas ao longo do processo, conseguiam se adaptar, criando estratégias para lidar com a situação. Outras, ainda de tão determinadas, asseguraram a participação sindical através de uma rígida organização e distribuição do tempo. Em outros casos, mesmo tendo a anuência dos esposos para participação sindical, a sobrecarga de tarefas só minorou quando as filhas e os filhos cresceram e passaram a auxiliá-las. Dessa forma, a divisão de tarefas domésticas na família das agricultoras esteve implicada a um movimento complexo e não linear, que ora se aproximou e ora se distanciou do domínio masculino, marcado pela subordinação e servidão enquanto condição do gênero feminino e pela falta de repercussão do empoderamento de agricultoras na tradicional divisão sexual do trabalho.

Houve também um movimento de afastamento caracterizado a) pela ruptura com relações conjugais desgastadas pela exploração do trabalho feminino; b) pela institucionalização de uma nova divisão sexual do trabalho a partir da construção de novos saberes e a instituição de uma vivência cotidiana da solidariedade; c) por uma nova divisão sexual do trabalho onde havia aceitação dos filhos e resistência dos pais/cônjuges; d) por uma divisão sexual do trabalho em transição; e) por um consenso familiar e coletivismo na divisão sexual do trabalho. Em face do exposto, inferimos que, enquanto importante indicador sobre a conquista de uma maior autonomia das agricultoras no âmbito da família e da conjugalidade/contrato de casamento, a divisão de tarefas domésticas na família revelou que, embora marcados por nuances

conservadoras, houve avanços consideráveis quanto à redução da sobrecarga de trabalho das agricultoras.

Apesar do avanço na divisão das tarefas domésticas, não houve avanços quanto ao compartilhamento dos cuidados com as filhas e os filhos. A responsabilidade cabia quase que integralmente às agricultoras. Quando muito, essa responsabilidade era partilhada com outras mulheres da família: tias e/ou avós e/ou filhas mais velhas. Tal constatação revelou a abertura de outros campos de luta. Um campo de luta no seio da família através da divisão equitativa dos cuidados com as filhas e filhos com os cônjuges. Outro através da desnaturalização da cultura machista ainda presente na esfera privada familiar e na esfera pública representada por vizinhas/os e escola. E, outro ainda no âmbito das políticas públicas com foco no sexo/gênero. Isto como forma de que as mães e mães solteiras e/ou divorciadas obtivessem as condições necessárias para militar/ trabalhar e deixar suas filhas/os seguras/os e protegidas/os.

De modo geral, as informações evidenciaram o empoderamento vivido pelas agricultoras e os saberes a eles implicados trouxe desdobramentos sobre o contrato de casamento. Alguns dos traços do empoderamento dessas mulheres se mostraram através do autorreconhecimento como agricultora familiar. Autorreconhecimento que se deu numa perspectiva que apresentou uma dimensão simbólica enquanto experiência pessoal implicada ao afeto à casa, aos animais e à roça. Que apresentou uma dimensão econômica não exatamente capitalista, mas a do produzir para viver num tempo que provavelmente não se enquadraria na lógica voraz das demandas de mercado. Um tempo capaz de evocar memórias relevantes de suas histórias de vida e que se projetava e se ressignificava na diversificação da produção agrofamiliar, incluindo aí, de forma mais objetiva uma dimensão estética. E, por fim uma dimensão política sob o prisma de uma ruptura com relações trabalhistas de base escravista. Bem como, a crescente conquista de maior poder de decisão na gestão e distribuição dos recursos financeiros auferidos através da agricultura familiar.

Evidências acerca dos saberes implicados ao empoderamento emergiram através da inserção na luta sindical, permitindo uma melhor leitura/compreensão política da própria realidade evidenciada, por exemplo, através da clareza quanto à vivência do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Ou ainda, de uma melhor leitura/compreensão da realidade coletiva no intuito de *informar, conscientizar e mobilizar*; com vistas *a organizar a agricultura familiar*. Saberes que precisam ser potencializados através da luta em favor do acesso e elevação da escolaridade, não apenas das gestoras do Sintraf Serrinha, como das crianças, jovens e adultos de suas comunidades.

Sobressaíram também traços acerca do empoderamento das agricultoras no contrato de casamento. A participação delas no Sintraf Serrinha foi avaliada negativamente por uma pequena, mas significativa parte de companheiros/esposos dessas mulheres. Isso em razão de que, ao retirá-las da confinamento doméstica, a participação permitiu-lhes o acesso a novos e ameaçadores conhecimentos. Algo que certamente gerou instabilidade ao domínio masculino no âmbito do contrato de casamento/conjugalidade. No entanto, elas receberam o incentivo e apoio da maioria dos esposos/companheiros. Algo revelador quanto à mudança de postura desses homens em relação à circulação/ocupação dos espaços públicos por suas esposas/companheiras.

Então, diante de toda discussão provocada/travada nessa investigação, defendemos a **tese** de que o empoderamento conquistado por essas mulheres no espaço público do Sintraf Serrinha se replicou no espaço privado do contrato de casamento/conjugalidade e família. Esse empoderamento trouxe em si o conteúdo absolutamente revolucionário dos conhecimentos/saberes. Foi através dos conhecimentos/saberes que essas mulheres se reconheceram na sua identidade de gênero, de agricultora familiar e sujeitas de direitos. Foi através dos conhecimentos/saberes que as agricultoras partiram individual e coletivamente na luta contra a violência doméstica, na luta por políticas públicas para saúde e na afirmação no seio da família, do seu direito individual e coletivo de ocupar e expandir suas aptidões políticas no espaço público. Muito bem traduzido pela Profa. Mary Garcia Castro (2019), como sendo sujeita de projetos emancipatórios, pela busca por autonomia em distintas esferas-políticas e institucionais, econômica e cultural, em especial na micropolítica-comunidade.

Desse modo, com base nos elementos apontados pela pesquisa, recomendamos que o Sintraf Serrinha avance em ações comprometidas na elevação da escolaridade de suas gestoras, intensificando também a luta por políticas públicas de educação no e do campo. Pois que, certamente contribuirá não apenas para a potencialização da luta das agricultoras em termos da agenda de sexo/gênero/feminismos, com rebates diretos na melhoria da qualidade nas comunidades, como também no fortalecimento do movimento sindical rural. E, considerando os aspectos que não foram possíveis de serem aprofundados nesse estudo, recomendamos também estudos acerca das relações entre família e poder no Território do Sisal, além de estudos sobre novas masculinidades no sindicalismo rural serrinhense.

Chegamos a esse ponto do percurso, onde a análise apurada das experiências que encontraram eco na *praxis* das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares do Sintraf Serrinha, entre limites e desafios a potencialidade política dessas mulheres. Onde o passado marcado

pela invisibilidade e exclusão, traduziu-se metaforicamente na planta da Sericultura, atualmente sede do Colégio Rubem Nogueira. Melancólica e sem o colorido da vida, ainda que fugazes, a planta apresentava figuras humanas com aparência masculina. Simbolicamente, ela continha elementos próprios do domínio e da transformação patriarcal e capitalista convivendo numa mesma paisagem/linha de tempo: o passado senhorial e escravista, ao lado de uma manufatura. Pois que, como afirmou Franco (1996), acomodava em suas proximidades uma senzala e uma fábrica de algodão.

**FIGURA 13 - PLANTA DA SERICULTURA, HOJE SEDE DO COLÉGIO RUBEM NOGUEIRA, SERRINHA, BA**



**Fonte: Franco (1996, p. 185)**

No entanto, foi através dos pés e das mãos calejadas das trabalhadoras rurais/agricultoras familiares que a imagem da antiga sericultura, hoje Colégio Rubem Nogueira, ganhou colorido e vivacidade, tornando-se um dos principais palcos da luta política contra o retrocesso democrático que avançava em todo o país através da bandeira do fascismo e dos ataques à dignidade humana. Ataques que tinham um alvo preferencial: as mulheres, especialmente as trabalhadoras rurais/agricultoras familiares.

**FIGURA 14 - MOVIMENTO “ELE NÃO!”, PRAÇA MORENA BELA, FRENTE DO COLÉGIO RUBEM NOGUEIRA, SERRINHA, BA, 2018**



**Fonte: Arquivo do Sintraf Serrinha (2019)**

Diante da riqueza dessa cena de indiscutível relevância política, humana e singular beleza, só nos resta nos curvar em atitude e respeito a estas trabalhadoras e a todas as mulheres que nos antecederam, deixando seu legado de labuta, de lida e ternura. Eis que aprendemos muito e este aprendizado teve o dever de se revelar epistemologicamente. Nesse sentido, a busca pelo rigor metodológico dessa investigação, se somou à necessidade, como diria Morin (1998), do pensar complexo, possibilitando uma comunicação mais rica entre a produção do conhecimento e a ética e, entre a ética e a política. Esse agir na/pela complexidade, segundo Casanova (2006), se realizou na e pela complexidade, representada pela desorganização/reorganização. Processo esse que, enquanto alternativa de luta frente à linearidade da cosmovisão de mundo, se desejou capaz de romper com os limites impostos por interesses políticos e econômicos específicos.

Então, o rigor científico perseguido aqui se justificou enquanto crítica e ruptura com os processos de colonização/dominação. E se dispôs à colaboração com sistemas sociais orientados pela égide da inclusão e humanização, a partir das condições de pesquisa instauradas pelo fenômeno representado pelo empoderamento das trabalhadoras rurais inseridas na gestão do SINTRAF/Serrinha. Investigação esta que se propôs a captar, analisar e

abordar, rigorosa, mas sensivelmente o patrimônio resultante das relações decorrentes do contrato de casamento/conjugalidade e do convívio familiar de mulheres líderes de sindicato. Isso como forma de dar visibilidade às transformações nas relações de poder, onde, objetivamente estas precisavam ser revistas: na intimidade.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. C. A. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. In: DAGNINO, E.; TABAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.
- ALMEIDA, A. M. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. [et al]. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.
- ALVES-SILVA, J. D.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 1, p. 32-50, 2016.
- ANDERSSON, F. S. **Processos de empoderamento e agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais**. 2015. 197 p. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, 2015.
- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ARAÚJO, A. J. **A família de Serrinha**. Serrinha, Ba: Tipografia do “O Serrinhense”, 1927.
- ARAÚJO, G. S. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal – Bahia**. 2016, 178 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). São Paulo, 2017.
- ARAÚJO, L. C. **Mulheres de fibra: da invisibilidade ao empoderamento em assentamentos de reforma agrária no território do Sisal-BA**. 2017. 139 f.. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cachoeira, BA, 2017.
- BAHIA. **Território do Sisal - Plano Territorial de desenvolvimento sustentável**. Valente: Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, 2007.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, 2012.
- BATLIWALA, S. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.
- BELARDINELLI, S. A pluralidade das formas familiares e a família como insubstituível “capital social”. In: BORGES, A.; CASTRO, M. G. (Org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007. – (Coleção Família na Sociedade Contemporânea).



BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORDALO, C. A. **Camponesas e trabalhadoras rurais: uma análise de duas tradições de participação e representação política**. 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006>>. Acesso em: 21 Nov. 2007.

BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Dados**. Brasília, 2020. Disponível: [www.gov.br > pt-br > mulheres-do-campo-e-da-floresta](http://www.gov.br/pt-br/mulheres-do-campo-e-da-floresta). Acesso: 06 Fev. 2020.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BUTTO, A.; HORA, K. E. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Z. [Org]. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Pensamento, Cultrix, 2002.

CARDOSO, A. M., et al. O sindicalismo no Brasil: breve discurso sobre mudanças e permanências. In: \_\_\_\_\_. **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. São Paulo: Boitempo, 2006.

CASTRO, M. G. “É possível um diálogo entre a Psicanálise Winnicottiana e o Feminismo de corte Sociológico, quando o foco é gênero e família? Notas a partir de leituras cruzadas sobre maternidade - Nancy Chodorow e D.W. Winnicott”. **Diálogos Possíveis**, Salvador, ano 13, n. 2, 2014.

\_\_\_\_\_. **Comentários e recomendações**. Destinatária: [telmareginaserrinha@yahoo.com.br](mailto:telmareginaserrinha@yahoo.com.br) Serrinha, 25 Out. 2019. 1 mensagem eletrônica.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E.D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro. ENS-CPES, 2018.

COELHO NETO, A. S. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. 427 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2013.

CORREA, R. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador: NEIM/UFBA, 2004.

CUNHA, E. S. M. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, E.; TABAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DEERE, C. D.; LÉON, M. A importância do gênero na propriedade. In: \_\_\_\_\_. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa – busca de equilíbrio entre a forma e o conteúdo. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, Abr. 1998.

DUARTE, L F. D.; GOMES, E. C. **Três famílias**: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FERES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>. Acesso em: 31 Jan. 2020.

FERREIRA, A.P. L. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 244-262, 2016.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015)**: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017. 267 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, SP, 2017.

FISCHER, I. R.; GEHLEN, V. **Reforma agrária**: chão masculino, pão feminino. 2002. Mimeo. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 20 Fev. 2019.

FISCHER, I. R.; MARQUES, F. Gênero e exclusão social. **Trabalhos para discussão**, Recife, n. 113, 2001.

FRANCO, M. A. C. **Será o homem a cumeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia**. 2018. 331 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, Ba, 2018.

FRANCO, T. **Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia**. Salvador: EGBA/Assembleia Legislativa do Estado, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: \_\_\_\_\_. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GIULANI, P. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 8, p. 1-28, 2006.

HOLLANDA, S. B. Herança rural. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORA, K.; BUTTO, A. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A.; FARIA, N.; HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. **Gênero no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**. Seminário Internacional, 2003, Natal. Disponível em: <http://www.iica.org.br.htm>>. Acesso em 22 Jan. 2009.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JOSSO, C. **As experiências ao longo das quais se formam identidade e subjetividade**. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 2002.

KABEER, K. Empoderamiento desde a bajo: ¿qué podemos aprender de las organizaciones de base? In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, Guadalajara, n. 13, pp. 94-106, 2001.

LIMA, J. S. **Território e desenvolvimento territorial: o (des)envolver dos ativismos sociais no Território do Sisal – BA**. 2014. 181 f.. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Salvador, BA, 2014.

LIMA, J. S.; COELHO NETO, A. S. Território do Sisal-Bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos ativismos sociais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**, Vitória, n. 23, p. 51–71, 2017.

LOPES, F. A. M.; AMANCIO, R.; ALENCAR, E. Participação libertadora, CEB's e comunidades camponesas em Montes Claros – MG. **Revista Organizações rurais Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n.1, pp.81-92, 2005.

LOZANO, M. S. P. L. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**. 2017. 405 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

LYOTARD, J. F. Pragmática do saber narrativo. In: \_\_\_\_\_. **O pensamento pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LÜCHMANN, L. H. H. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS. v. 42, n.1, 2006.

MACEDO, R. S. A. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, R. M. S.; CEZAR-FERREIRA, V. A. M. A paternidade contemporânea em face da separação e do divórcio. In: MOREIRA, L. V. C. [et al.]. **Paternidade na sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família**. Curitiba: Juruá, 2016.

MAGALHÃES, R. S.; ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de micro finanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 107-119, Fev. 2007.

MELO, A. L. **Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto- MG, 4 a 8 de novembro de 2002.

MELO H. P.; CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais nas relações entre as mulheres e os homens - O Caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 81-152.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MILTON, S. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

MORAES, L. L. **Entre o público e o privado: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano**. 2016. 264 p. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2016.

MORAES, M. L. Q. **Usos e limites da categoria gênero**. Cadernos Pagu, São Paulo, n.11, 1998.

\_\_\_\_\_. O desafio da complexidade. In: MORIN, E. **Ciência com consciência**. 2a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOREIRA, O. M. **“Lugar de mulher é onde ela quiser”**: o protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal – Bahia. 2017, 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial. Feira de Santana, 2017.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **O MOC na linha do tempo: 40 anos por um sertão justo**. Feira de Santana, BA: 2007.

NASCIMENTO, H. M. **Conviver com o sertão**: origem e evolução do capital social em Valente/BA. São Paulo: Annablume/FAPESP; Valente, BA: Apaeb, 2003.

NASCIMENTO, T. R. B. **Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF Serrinha**. 2009, 173 p. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação na Contemporaneidade. Salvador, BA, 2009.

NEVES, A. V. Espaços públicos e práticas políticas: os riscos de despolitização da participação da sociedade civil. In: DAGNINO, E.; TABAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

NÓBREGA, L. M. P. **CEB'S e educação popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PATEL, M. J. V. M. S. **Família, trabalho e relações conjugais**: perspectivas de dominação e de igualdade no feminino e no masculino. 2005, 247p. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Dissertação (Mestrado em Sociologia: Construção Europeia e Mudança Social em Portugal). Porto, PORT, 2005.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória política de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n.16, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 02 Mar. 2020.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

RAMOS, A. R. N.; NASCIMENTO, A. D. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Resgatando a infância - a trajetória do PETI na Bahia**. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001a.

\_\_\_\_\_. Características culturais. In: \_\_\_\_\_. **Resgatando a infância - a trajetória do PETI na Bahia**. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001b.

RÊGO, A. H. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. – São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RIBEIRO, R. C. Bellinha Maciel. **Jornal O Serrinhense**, Serrinha, ano IV, 29 de maio de 1927, p. 01. Semanal.

RIBEIRO, R. C. Cel. Luiz Nogueira. **Jornal O Serrinhense**, Serrinha, ano IV, 02 de outubro de 1927, p. 01. Semanal.

RIBEIRO, R. C. Dr. André Negreiros Falcão. **Jornal O Serrinhense**, Serrinha, ano IV, 21 de agosto de 1927, p. 01. Semanal.

ROMANO, J.; ANTUNES, M. (Org). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S; SILVA, A. P. S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAFFIOTI, H. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. FLACSO-Brasil. Série Estudos e Ensaio; Ciências Sociais, jun. 2009.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. **“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”**: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, 2013.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTANA, M. A. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.10, n.11, pp. 19-35, 1998.

SANTIN, J. R. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do capitalismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, C. N. **Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina**: elaboração de guia orientador com foco nas políticas públicas e no trabalho feminino. 2018. 113 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial. Feira de Santana, BA, 2018.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana-Ba: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2002.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA J. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, P; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org). **Gênero e geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres**. 2020. Disponível em: <http://www.sof.org.br/caderno-de-apresentacao-da-marcha->. Acesso em: 07 Fev. 2020.

SHIVA, V. O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as crianças para o fim. In: MIES, Maria; \_\_\_\_\_. **Ecofemismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

\_\_\_\_\_. Os sem-abrigo da “aldeia global”. In: MIES, M.; \_\_\_\_\_. **Ecofemismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SILVA, A. C. O território da consciência e a consciência do território. In: \_\_\_\_\_.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, E. B. Participação popular, educação e cidadania: ressignificações no campo político da democracia participativa no Brasil. In: SCOCUGLIA, A. C.; JEZINE, E. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SILVA, F. C. R.; MENDES, B. M. M. Narrativas de professores de Geografia: a escrita de si como projeto e formação. In: PORTUGAL, J. F.; CHAIGAR, V. A. M. (Org). **Ensino e pesquisa em educação geográfica**: memórias, histórias de vida e narrativas docentes. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, J. F. Paradigmas teóricos dos movimentos sociais e perspectivas da educação popular. In: SCUCUGLIA, A. C.; JEZINE, E. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TORRES, A. C. **Casamento**: conversa a duas vozes e em três andamentos. IV Congresso Português de Sociologia, 2017. Disponível em: <https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08>. Acesso em: 28 Jan. 2020.

VASCONCELOS, R. A dimensão educativa e o potencial 'subversivo' dos movimentos sociais: o reconhecimento dos direitos e a construção da identidade coletiva. In: SCOCUGLIA, A. C.; JEZINE, E. **Educação popular e movimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VERONEZZI, F. **Resistência, empoderamento e emancipação**: as militantes da organização de mulheres assentadas e quilombolas do estado de São Paulo (Omaquesp). 171 p. tese (Doutorado). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, PR, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996. Disponível em: [www.reformaagrariaemdados.org.br](http://www.reformaagrariaemdados.org.br). Acesso em: 29 Jan. 2020.

XAVIER, M. E. S. P., et al. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

YOUNG, K. El potencial transformador en las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In: LEÓN, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.



## **APÊNDICES**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE**  
**CONTEMPORÂNEA**

**APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO**

**PERFIL DAS TRABALHADORAS**

- 1. Nesta pesquisa o anonimato será resguardado. Então, escolha um nome para identifica-la.**

\_\_\_\_\_

- 1.1 Explique o motivo da escolha desse nome:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- 1.2 Idade:**

\_\_\_\_\_

- 2. Território:**

\_\_\_\_\_

- 3. Município :**

\_\_\_\_\_

- 4. Localidade/comunidade:**

\_\_\_\_\_

- 5. Grau de instrução:**

a) Quando entrou no sindicato? \_\_\_\_\_

b) Na atualidade? \_\_\_\_\_

- 6. Gênero:**

(        ) Masculino (        ) Feminino

Outros: \_\_\_\_\_

**7. Como se identifica na classificação do IBGE?**

- |                                   |                                  |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Preta    | <input type="checkbox"/> amarela |
| <input type="checkbox"/> parda    | <input type="checkbox"/> branca  |
| <input type="checkbox"/> indígena | <input type="checkbox"/> outra   |

**8. Estado civil:**

- Solteira
- união estável
- casada
- divorciada
- viúva

OBSERVAÇÕES (Primeiro /segundo casamento? Tem filhas/os? Quantas/os?):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**9. Qual a identidade que melhor a define?**

- Dona de casa
- Esposa de agricultor familiar
- Meeira
- Trabalhadora rural
- Agricultora familiar
- Artesã
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

9.1 Justifique:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**10. Possui vínculo empregatício? (  Sim (  Não**

1. Qual? \_\_\_\_\_

2. Desenvolve outras atividades econômicas? (        ) Sim (        ) Não

7.2.1 Quais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8. Há quanto tempo é filiada ao SINTRAF?**

\_\_\_\_\_

**8.1 Quais as suas principais atribuições?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**9. Antes do ingresso no SINTRAF, participava de outro movimento/ organização social? Qual?**

\_\_\_\_\_

**9.1 O que levou você a se aproximar da luta sindical? Comente:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**10. Seu esposo/companheiro é do sindicato?**

\_\_\_\_\_

**11. Qual a profissão dele?**

\_\_\_\_\_

**12. Como ele reagiu/reage a sua participação no SINTRAF? Comente.**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR –  
UCSALPROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA**

**TRAJETÓRIA SINDICAL**

1. Fale um pouco sobre a sua vida, sua história...
2. Como foi que chegou ao SINTRAF?
3. De modo geral, quais os maiores desafios e conquistas vivenciados após o ingresso no SINTRAF?
4. Você adquiriu mais autonomia a partir da militância no sindicato? Como essa autonomia se apresenta na vida pública e na vida doméstica?
5. Essas experiências/aprendizados repercutiram na sua vida pessoal? Como?
6. Quais as conquistas e reivindicações das mulheres rurais organizadas?

**SINDICALIZAÇÃO E VIDA FAMILIAR**

2. Depois que vc entrou no sindicato, passou a ficar um tempo fora de casa. Houve negociação quanto à divisão de tarefas domésticas?
3. Você consegue lembrar de alguma coisa desagradável que tenha acontecido em família pelo fato de você participar do sindicato? Ex: reclamações de esposo/companheiro... filhos, etc... ? Como você lidou com essa situação
4. Aconteceu algum episódio de violência doméstica relacionado a sua participação sindical? Comente.